



REVISTA

História

& Luta de Classes

Ano 1 - Edição Nº 1
Abril 2005 — R\$ 15,00



1964 Golpe de Estado

Adelmir Fiabani, Carla Luciana Silva, Francisco Dominguez, Felipe Abranches Demier, Gilberto Calil, Marcelo Badaró Mattos, Mário Augusto Jakobskind, Mário Maestri, Nildo Viana, Roberto Ramirez

Em novembro de 1996, um grupo de militantes criou a ADIA como opção política, objetivando contribuir para a divulgação de idéias, no âmbito da diversidade de pensamentos da Esquerda Brasileira, e que possam servir não só para reforçar as lutas do Movimento Popular contra o neoliberalismo, como também estimular e enriquecer o debate sobre o Socialismo no país e no mundo.

A ADIA, estatutariamente é uma Associação Sem Fins Lucrativos (não somos uma ONG), cuja potencialidade é a militância no setor informativo. Neste sentido, começamos em 1996 publicando mensalmente o **JORNAL NAÇÃO BRASIL**, cujo nome era, ao mesmo tempo, herança e uma homenagem ao combativo semanário *Nação Brasil* que havia deixado de existir em 1995 por motivos, sobretudo, financeiros.

Em maio de 1998, transformamos o jornal em **REVISTA NAÇÃO BRASIL** e em junho de 1999, publicamos **CONJUNTURA INTERNACIONAL**, nosso primeiro suplemento trimestral de política internacional.

Em maio de 2000 publicamos a edição especial "**BRASIL: Os Outros 500**", e em setembro foi a vez do "**Dossiê Meio Ambiente**". Estas edições foram ampliadas, em dezembro de 2002, com a versão em CD-Rom.

Em Fevereiro de 2001 lançamos este Portal Popular que pretende continuar sendo uma janela crítica e de análise da política nacional e internacional atualizada semanalmente e uma biblioteca com mais de 3.000 matérias. Agora o Portal já tem a edição **ON Line** de *Revista Nação Brasil*, *Conjuntura Internacional* e *Crítica Social*.

Finalmente em Abril de 2003 publicamos o trimestral **CRÍTICA SOCIAL** - uma revista com 120 páginas - pretendendo dedicar esta publicação ao debate teórico e a análise política da esquerda. **CRÍTICA SOCIAL** é um banco de ensaio para quem estuda e quer trabalhar as ferramentas do socialismo no contexto brasileiro e latino-americano.

Sem censura, sem centralização, apenas uma pauta e muitos colaboradores ligados ao Movimento Popular.

Esta é a ADIA, este é o [www.portalpopular](http://www.portalpopular.org)

Atualizado em 06/03/04

Edição: 122

Search this site powered by Free Find

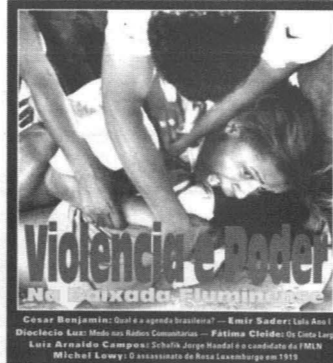
BUSCA

ASSINATURAS

Suplemento Trimestral de Política Internacional da REVISTA NAÇÃO BRASIL
CONJUNTURA INTERNACIONAL
Ano 4 - Março/Maio - 2004 Edição nº 14 R\$ 15,00



REVISTA NAÇÃO BRASIL
Ano 7 - Edição nº 142 - Fevereiro 2004 - R\$ 5,00



CRÍTICA SOCIAL Nº 3
Revista Trimestral de Política Internacional
www.portalpopular.org



Sumario

4 — Apresentação

Marcelo Badaró Mattos

7 — Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia

Nildo Viana

19 — Acumulação Capitalista e Golpe de 1964

Felipe Abranches Demier

29 — A "Legalidade" do Golpe: o controle dos trabalhadores como condição para o respeito às leis

Carla Luciana Silva

43 — Imprensa e ditadura militar

Gilberto Calil

55 — Os integralistas e o golpe de 1964

Mário Maestri

75 — O Escravismo Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender

Roberto Ramirez

101 — Os movimentos piqueteiros e o "Argentinazo"

Francisco Domínguez

111 — Blair, Bush y la guerra de Irak

RESENHAS

123 — *Os quilombos na dinâmica social do Brasil* (Adelmir Fiabani)

131 — *A historiografia envergonhada* (Mário Maestri e Mário Augusto Jakobskind)

Organizadores gerais desse número:

Mário Maestri e Marcelo Badaró

Conselho Editorial Provisório:

Florence Carboni, Carla Silva, Gilberto Calil, Marcelo Badaró, Mário Maestri, Théo L. Piñeiro

Conselho de Membros Fundadores

Adalberto Paranhos (UFU); Adelmir Fiabani (RS); Adriana Facina (UFF); Alvenir de Almeida (FAC e IDEAU, RS); Antonio de Pádua Bosi (UNIOESTE); Beatriz Loner (UFPEL); Carla Luciana Silva (UNIOESTE); Carlos Antônio Bonamigo (Unipar); Claudira Cardoso (UFRGS); Edilson José Gracioli (UFU); Enrique Serra Padrós (UFRGS); Erelino Coelho (UEFS-BA); Euzébio Assumpção (Faculdade de Osório); Felipe Demier; Fernando Zemor (RS); Florence Carboni (UPF); Francisco Dominguez (Middlesex University); Gilberto Calil (UNIOESTE); Isabel Gritti (URI); Jaime Giolo (UPF); Jorge Magasich (Bélgica); Jorge Nóvoa (UFBA); Kátia Paranhos (UFU); Luiz Carlos Amaro (RS); Luiz Sávio de Almeida (UFAL); Marcelo Badaró (UFF); Marcelo Dornelis Carvalhal (Unioeste); Maria Aparecida Chaves Ribeiro Papali (Univap); Maria do Carmo Brazil (UFMS - Dourados); Maria José Acedo Del'Olmo (Univap); Mário Maestri (UPF); Nildo Viana

(UEG); Noeli Woloszyn (Universidade do Contestado); Olgário Vogt (Unisc); Paulo A. Zarth (Unijuí); Pedro Paulo Funari (Unicamp); Philomena Gebran (USS); Roberto Radunz (Unisc-UCS); Rodolfo Borquez Bustos (México); Romualdo Portela de Oliveira (USP); Soleni Fressato (BA); Thaís Janaina Wenczenovicz (URI); Théo L. Piñeiro (UFF); Valéria Zenetti de Almeida (Univap); Virgínia Fontes (UFF).

Distribuição:

historiaelutadeclasses@uol.com.br
ADIA, Pça Pio X, nº7 - 9º andr - Sala Projetoadia - CEP 20040-020 - Rio de Janeiro — TeleFax - (021) 2263-0187 portal@portalpopular.org.br

Projeto Gráfico, Diagramação e Impressão: Associação para o Desenvolvimento da Imprensa Alternativa - ADIA
Foram impressos 1.000 exemplares no dia 08/04/2005

Apresentação

Em tempos de domínio social da barbárie neoliberal e de hegemonia conservadora no pensamento acadêmico, com destaque para a área da História e das Ciências Sociais, a REVISTA *História & Luta de Classes* procura servir como ferramenta de intervenção daqueles historiadores e produtores de conhecimento que se recusam a aderir e se opõem a essa dominação.

As diferentes manifestações dos conflitos sociais ao longo do tempo; a história social do mundo do trabalho; as propostas e processos revolucionários; os temas políticos e as contradições econômico-sociais atuais e passadas; a cultura vista por uma perspectiva materialista são alguns dos temas e áreas de estudo que serão abordados nos artigos publicados por REVISTA *História & Luta de Classes*.

Diante do atual predomínio das anódinas e pacificadoras histórias narrativas desprovidas, ao menos em forma explícita, de referenciais conceituais, REVISTA *História & Luta de Classes* pretende também servir de canal para reflexão teórica, particularmente para aquela orientada pelos ventos constantemente renovados do marxismo. Nesse sentido, um dos seus objetivos será a retomada do debate sobre os sistemas, formas e modos de produção conhecidos através da história, tema semi-abandonado após a vitória da contra-revolução neoliberal de fim dos anos 1980, que proclamou prepotente o "fim da história" e o domínio atemporal do modo de produção capitalista.

Nosso público alvo privilegiado é o dos estudantes e dos professores de História, bombardeados constantemente, em suas salas de aula, nas bibliografias de cursos, nos manuais, revistas e textos historiográficos pelos arautos de uma História reduzida à narrativa do pitoresco e em geral reprodutora de uma história oficial, em que pitadas de culturalismo, de subjetivismo e episódios picantes formam uma receita valorizada no mercado cultural, mas descartável pelos critérios acadêmicos científicos rigorosos e pela irrelevância social de suas propostas.

Interessa-nos, igualmente, atingir outros universitários, não apenas dos diversos ramos das Ciências Sociais, que conosco compartilhem essa perspectiva crítica. Pretendemos, também, que a REVISTA *História & Luta de Classes* sirva de instrumento para os militantes engajados em movimentos e organizações comprometidas com a confrontação com o mundo do capital.

A REVISTA *História & Luta de Classes* possuirá editoriais, dossiês, artigos de temas livres, resenhas, transcrição de documentos, entrevistas e notícias. Como em qualquer outro periódico científico, haverá procedimentos de análise dos artigos por pareceristas e de adequação às normas editoriais da revista. Porém, tratando-se de periódico com compromissos políticos e sociais explícitos, os artigos devem adequar-se à proposta político-editorial sintetizada nessa apresentação.

Inicialmente, REVISTA *História & Luta de Classes* organizou-se em torno de um pequeno núcleo de historiadores e cientistas sociais que assumiram, transitoriamente, as funções de editores. A partir desse núcleo organizou-se grupo de membros fundadores sobre o qual repousa grande parte da responsabilidade dessa iniciativa, através da proposta de artigos, da formulação de pareceres, da divulgação e venda da revista, da gestão de seus rumos e organização.

Esse primeiro número é dedicado, em forma dominante, ao debate do Golpe de Estado de 1964, devido à celebração, em 2004, dos quarenta anos daquele acontecimento.

Conselho Editorial Provisório

A proposta deste artigo é, primordialmente, acompanhar a trajetória do debate sobre o golpe, comentando algumas das principais formulações sobre aquele processo produzidas ao longo dos últimos quarenta anos.⁽¹⁾

O caminho escolhido para isso não foi o de uma análise exaustiva de tudo o que foi publicado, mas concentrou-se a atenção nas discussões sobre o papel da classe trabalhadora e suas organizações no período anterior à implantação da ditadura, uma chave de entendimento valorizada por diversos ângulos entre os que estudaram o período.

Os trabalhadores e o golpe de 1964: um balanço da historiografia

Marcelo Badaró Mattos

Começo por situar-me em relação ao tema. O golpe militar surgiu como um problema em meu trabalho de pesquisa, quando da elaboração de uma tese sobre o sindicalismo cariocano no período 1955-1988⁽²⁾. Procurei en-

tender o novo sindicalismo, fenômeno surgido a partir de 1978, mas para isso julguei necessário investigar as representações que ele fazia do período anterior a 1964, em confronto com uma análise mais precisa daquela fase, o que levou a um recuo do recorte cronológico da investigação, para melhor compreensão do pré-1964.

Deparei-me com uma profunda desilusão em relação ao papel da classe trabalhadora no momento do golpe, por parte de muitos líderes sindicais e políticos que atuavam na época, mas

Marcelo Badaró Mattos é professor de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense, instituição pela qual se doutorou.

também de autores que escreveram nos primeiros anos da ditadura e procuravam explicar porque o projeto das organizações vinculadas à classe havia sido derrotado pela implantação do regime militar.

Tais autores acabaram por construir uma análise da classe operária brasileira no negativo, caracterizada pelo que ela não era: não era consciente, nem autônoma, nem mobilizada e

As análises sobre o golpe nos primeiros anos da ditadura

Até a década de 1970, as interpretações acadêmicas mais comuns sobre o golpe giravam em torno de dois pontos. De um lado, a questão econômica da crise de acumulação. O modelo econômico dependente, montado principalmente com JK, vivia uma crise, cuja superação exigiria do Estado uma intervenção que garantisse maior abertura para o capital estrangeiro e uma política dirigida a privilegiar ainda mais o grande capital, que passava, inclusive, por garantir total controle sobre as organizações e lutas dos trabalhadores, de forma a viabilizar o arrocho salarial.⁽³⁾

Muitas vezes apresentada de forma combinada à primeira, aparecia a tese que derivava o golpe da crise do populismo. Este era entendido como a base política da dominação de classes naquela fase, sustentada no equilíbrio instável que garantiu a incorporação das massas à política pela via controlada do pacto populista. Tal pacto entrara em crise, pois as massas queriam ir além dos limites estabelecidos pelas classes dominantes para suas concessões.

Nas palavras de Otávio Ianni, o populismo envolvia diversas dimensões daquela etapa da trajetória brasileira, associadas em especial às contradições do desenvolvimento capitalista urbano-industrial e da entrada das massas no plano das disputas de poder. "Assim pode-se afirmar que a entrada das massas no quadro

organizada, etc. Por isso, para eles, apesar de muita expectativa em torno do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), do poder sindical, da capacidade de resistência da classe trabalhadora, o golpe fora dado com muita facilidade.

Localizemos então melhor a literatura especializada sobre o assunto, produzida durante a ditadura, começando por situar a própria discussão sobre o golpe militar.

das estruturas de poder é legitimada por intermédio dos movimentos populistas. Inicialmente, esse populismo é exclusivamente getulista. Depois adquire outras conotações e também denominações. [...] No conjunto, entretanto, trata-se de uma política de massas específica de uma etapa das transformações econômico-sociais e políticas no Brasil. Trata-se de um movimento político, antes do que um partido político. Corresponde a uma parte fundamental das manifestações políticas que ocorrem numa fase determinada das transformações verificadas nos setores industriais, em menor escala, agrário. Além disto, está em relação dinâmica com a urbanização e os desenvolvimentos do setor terciário da economia brasileira. Mais ainda, o populismo está relacionado tanto com o consumo em massa como com o aparecimento da cultura de massa. Em poucas palavras, o populismo brasileiro é a forma política assumida pela sociedade de massas no país."⁽⁴⁾

A crise do populismo seria então derivada da exacerbação das contradições do regime no governo Goulart, com a ampliação da participação popular. Segundo Ianni, Goulart "traz consigo todos os compromissos e ambigüidades da política de massas. Governa sempre sob as várias pressões que caracterizam a história do populismo. Agora essas pressões estão concentradas, em força e profundidade". Por isso

mesmo, foram os conflitos sociais que desnudaram aquelas ambigüidades "O populismo terá sido apenas uma etapa na história das relações entre as classes sociais. Nesse sentido é que se pode dizer que no limite do populismo está a luta de classes."⁽⁵⁾

De uma forma geral, esse marco interpretativo permanece importante, por enfatizar dimensões econômicas, políticas e sociais do golpe, entendido em meio à análise de um processo mais amplo. Leituras reducionistas, que deram exagerado peso a apenas um desses conjuntos de fatores, foram criticadas com razão, mas não constituíam o padrão das análises, que costumaram apontar para a múltipla causalidade na explicação do processo que culminou com o golpe. No entanto, algumas das derivações dessas interpretações para os estudos da classe trabalhadora eram bastante problemáticas.

Conforme aquele marco, as organizações dos trabalhadores foram analisadas através do conceito de sindicalismo populista. Numa síntese esquemática, o "sindicalismo populista" seria caracterizado por:

- a) inconsistência organizatória (organizações de cúpula - oficiais ou paralelas - seriam privilegiadas em relação às Organizações por Local de Trabalho);
- b) falta de questionamento à estrutura sindical, inclusive por parte da direção comunista;
- c) falta de sintonia entre lideranças (com discurso e reivindicações nacionais e politizadas) e suas bases (mobilizadas apenas por questões salariais);
- d) poder de mobilização concentrado nos trabalhadores do Estado e escasso entre os empregados do setor privado, em especial nos setores de ponta da grande indústria;
- e) privilégio ao Estado como interlocutor principal dos sindicatos, subordinação aos políticos populistas e secundarização do conflito capital e trabalho⁽⁶⁾. Na definição mais conhe-

cida, de Francisco Weffort, o sindicalismo populista "no plano da orientação, subordina-se à ideologia nacionalista e se volta para uma política de reformas e de colaboração de classes; no plano da organização, caracteriza-se por uma estrutura dual em que as chamadas 'organizações paralelas', formadas por iniciativa da esquerda, passam a servir de complemento à estrutura sindical oficial, inspirada no corporativismo fascista como um apêndice da estrutura do Estado; no plano político, subordina-se às vicissitudes da aliança formada pela esquerda com Goulart e outros políticos fiéis à tradição de Vargas."⁽⁷⁾

No estudo que desenvolvi sobre o sindicalismo carioca, como em vários trabalhos produzidos a partir do fim dos anos 1990⁽⁸⁾, tal conceito de "sindicalismo populista" era questionado, pois foram encontradas evidências muito fortes que caminhavam em direção bem diferente. Encontrei na pesquisa com as fontes do período, organizações sindicais com "índices elevados de sindicalização, variadas e ativas organizações por local de trabalho, diversidade de áreas de atuação [...] e sólidos laços de representatividade entre dirigentes e bases." Observei também greves "participativas, organizadas a partir do local de trabalho e com uma integração viável entre demandas políticas gerais e bem sucedidos encaminhamentos de reivindicações econômicas".⁽⁹⁾

Isto não significa que a estrutura sindical não impusesse limites, como as intervenções feitas pela Ditadura logo em seus primeiros dias deixavam claro. Porém, apesar desses limites, havia ação sindical orientada pelos interesses da classe, com impacto efetivo na conjuntura. Ou seja, os trabalhadores agiam para si e com força. Por isso o golpe foi necessário para a classe dominante.

O momento do golpe é fundamental para este debate, pois a produção acadêmica orien-

1 — Uma primeira versão deste texto foi produzida para o Seminário 40 anos do golpe militar no Brasil. Pelotas-RS, Instituto Mário Alves/UCPEL, 01/04/2004. Uma atualização em dezembro de 2004 procurou incorporar novas contribuições ao debate publicadas recentemente.

2 — 2 Mattos, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955-1988*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. Retomei alguns aspectos dessa discussão em duas obras de síntese posteriores. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002; *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

3 — Uma excelente síntese das discussões que adotaram tal ponto de vista encontra-se em Mendonça, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

4 — IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 207.

5 — Id. ib. pp. 209-213.

6 — Para dois exemplos deste tipo de uso da noção de sindicalismo populista, ver Rodrigues, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970; WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil - a conjuntura do pós-guerra. *Estudos Cebrap*, n. 4. São Paulo, abr./jun, 1973. Consideramos as caracterizações feitas pelos autores convergentes, mesmo trabalhando o primeiro com explicações para o comportamento sindical baseadas na origem de classe dos operários e o segundo centrando sua argumentação nas opções políticas das direções.

7 — WEFFORT, F. "Origens ...", p. 67.

8 — Ver por exemplo a obra coletiva de FORTES, Alexandre (e outros). *Na luta por direitos*. Campinas: EdUnicamp, 1999.

9 — MATTOS, M. B. *Novos e velhos* [...]. ob. cit., pp. 218-9.

tada pelo modelo do sindicalismo populista chegou a questionar a resistência dos trabalhadores a tal ponto que negou até mesmo a concretização da greve geral convocada pelo CGT para o dia do golpe. Constatei que, no Rio de Janeiro, como Fernando da Silva também observou em Santos⁽¹⁰⁾ (outros exemplos dependem de novas pesquisas), a greve ocorreu e foi tão ou mais ampla que as anteriormente convocadas pela intersindical. Mas, de fato, foi insuficiente para conter o golpe, até porque, como destacou um dos principais líderes do sindicalismo brasileiro à época – Batistinha – os trabalhadores aguardaram a resistência militar,

O golpe 20 anos depois, as teses de René Dreifuss

Não enfrentei na época em que produzi minha tese (1996) um debate com a historiografia especificamente dedicada à análise do golpe, publicada por volta de seus vinte anos (quando a ditadura ainda existia, embora abalada pela mobilização redemocratizante). Até porque concordava com as linhas gerais do trabalho mais importante daquele momento (e podemos dizer do conjunto da produção sobre o golpe), escrito por René Dreifuss¹².

Dreifuss demonstrou que os empresários brasileiros agiam politicamente de forma organizada e documentou o papel decisivo do grande capital na articulação do golpe. Estudando o complexo IPES-IBAD – Instituto de Pesquisas Econômicas e Superiores e Instituto Brasileiro de Ação Democrática –, mostrou que seus participantes estavam “no centro dos acontecimentos como homens de ligação e como organizadores do movimento civil-militar, dando apoio material e preparando o clima para a intervenção militar [...]. O ocorrido em 31 de março de 1964 não foi um mero golpe militar. Foi [...] um movimento social civil-militar⁽¹³⁾.”

O caráter de classe do golpe e dos governos

que não aconteceu: “Não tinha porque o trabalhador, que nunca pegou em arma, pegar [...] Não havia trabalho de resistência armada dos trabalhadores. Havia aí ilusão de que as Forças Armadas iriam funcionar democraticamente e impedir o golpe [...]. A classe operária fez o seu papel, parou o Brasil⁽¹¹⁾.”

Assim situada a questão, em relação ao peso da avaliação negativa sobre a ação da classe no momento no período do governo Goulart e no episódio do golpe, passo a comentar algumas teses posteriores, com o compromisso de voltar com mais atenção, adiante, à questão da resistência no momento da derrubada de Goulart.

da ditadura é o centro de sua análise. Segundo ele: “As classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe, muitas das quais eram parte integrante do sistema político populista.”⁽¹⁴⁾

No pós-1964, “essa verdadeira elite das classes dominantes [...] preservou a natureza capitalista do Estado, uma tarefa que envolvia sérias restrições à organização autônoma das classes trabalhadoras e a consolidação de [...] um tipo de capitalismo tardio, dependente, desigual, mas também extensamente industrializado, com uma economia principalmente dirigida para um alto grau de concentração de propriedade na indústria e integração com o sistema bancário.”⁽¹⁵⁾

É possível argumentar que a existência de uma articulação tão ampla quanto a demonstrada por Dreifuss não era suficiente para explicar o golpe em si, que foi deslanchado por iniciativa imediata dos militares e, como demonstra a precipitada saída de Mourão Filho

com suas tropas de Minas Gerais, não possuía uma única frente de conspiradores. No entanto, o trabalho de Dreifuss tem um sentido bem mais profundo do que a análise do acontecimento golpe enquanto fenômeno imediato.

Seu estudo nos posiciona sobre as condições que viabilizaram o sucesso da tomada do poder pelo movimento civil-militar e a natureza das políticas postas em prática nos anos seguintes.

A despeito desse acordo geral com a interpretação de Dreifuss, resalto que, como sua obra não se propôs a tratar o outro lado – o da resistência dos trabalhadores – em várias pas-

sagens seu livro acaba reforçando as formulações anteriores sobre a inexistência ou inconsistência da capacidade de intervenção organizada da classe, dados os limites do sindicalismo de então.

Assim, ainda que seu trabalho avançasse em relação à discussão de como foi articulado o golpe, qual o caráter de classe dessa articulação e dos governos militares, mantinha-se em sua análise o quadro geral do modelo interpretativo do “sindicalismo populista” para definir as relações entre Estado e trabalhadores e as organizações e lutas destes.

A historiografia do golpe nos seus trinta anos

Em meados dos anos 1990, porém, já se apresentavam também as novas teses sobre o golpe, produzidas em torno de seus trinta anos. Há algumas dessas que vi com grande preocupação e retomo aqui o ponto em que estávamos quando, citando Batistinha, me referi à expectativa de resistência ao golpe entre os militares.

Mesmo que não fosse esse meu objeto central de pesquisa, questionava aspectos daquelas análises que se construíam a partir exclusivamente do depoimento dos militares golpistas, agora dispostos a falar mais (embora suas visões sempre tenham tido espaço dominante, via imprensa, publicações de memórias e biografias), e que apresentavam a visão de que o golpe fora dado sem maiores resistências.

Pesquisando a greve contra o golpe, era possível constatar a articulação efetiva de lideranças sindicais com militares que estavam dispostos a resistir para garantir o governo e as instituições constitucionais, mas que não o fizeram porque lhes faltou o que é fundamental em sua instituição: ordens e comando. Como demonstrava a ponte estabelecida por Paulo Mello Bastos, coronel reformado da Aeronáutica, dirigente da Federação dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, do Sindicato dos Aeronautas e do CGT, com uma série de lideranças militares da base de sustentação de Jango, inclusive no momento do golpe, mas que não resultou em

nenhuma ação concreta.⁽¹⁶⁾ Pelo lado dos militares que apoiavam Jango, o almirante Aragão, dos Fuzileiros Navais, afirmou “Eu não prendi o Lacerda porque não tinha ordens nesse sentido, embora fosse a favor da invasão do Palácio Guanabara”. Já o então coronel aviador Rui Moreira Lima, que comandava a aviação de caça na base de Santa Cruz, sobrevoou a coluna de Mourão Filho que se deslocava para o Rio, mas não atacou as tropas golpistas por falta de ordem para tal. “Não resistimos ao golpe porque éramos disciplinados. Existiam uma cadeia de comando e uma hierarquia. [...] Só atiraria com ordens. Sou um militar, atiraria se estivesse cumprindo uma ordem.”⁽¹⁷⁾

Partindo das análises que ganharam maior destaque nos anos 1990, destaco os resultados da pesquisa de um grupo do CPDOC da FGV-RJ a partir de depoimentos com militares. Dois textos publicados em 1994 podem ser tomados como exemplos de como os resultados dessas pesquisas caminhavam num sentido inverso ao do que eu constatava, ao discutir a resistência possível ao golpe. Em reforço ao argumento dos militares golpistas entrevistados, tenderam a afirmar que inexistiu qualquer possibilidade de resistência, já que o dispositivo militar de Jango caiu como um castelo de cartas. Cabe aqui, entretanto, conferir maior atenção aos objetivos gerais daquelas análises, do que ao aspecto es-

10 — SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. São Paulo: Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995.

11 — FIGUEIREDO, Betânia G. (org.). *Batistinha: o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: CMF/AMORJ, 1994, p. 45.

12 — DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

13 — Id. ib., p. 397.

14 — Id. ib., p. 483.

15 — Id. ib., p. 485.

16 — BASTOS, Paulo Mello. *Salvo conduto*. Um voo na história. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

17 — Depoimentos registrados por Moraes, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, pp. 163 e 165.

pecífico da possibilidade de resistência ao golpe. O primeiro texto é de Gláucio Ary Soares, "O golpe de 64".⁽¹⁸⁾

O objetivo central do artigo é contestar as teses que atribuem a precedência explicativa do golpe aos fatores econômicos mais gerais (resolução da crise de acumulação capitalista). Para o autor, buscar os atores seria essencial e entre eles, privilegia os militares, que afinal de contas deram o golpe. A análise se faz quase que exclusivamente a partir do discurso dos militares, o que gera um grave risco de queda na armadilha da "ilusão biográfica" e de falta de crítica da fonte oral, que como qualquer outra fonte necessita ser contextualizada.⁽¹⁹⁾ O autor, em muitas passagens, toma aqueles depoimentos como dados, tratáveis inclusive quantitativamente. Contrapõem-se assim, sem maiores problematizações, as memórias dos golpistas com as análises acadêmicas sobre o golpe e conclui-se pela correção das primeiras, identificando diretamente dos depoimentos os "motivos do golpe" como sendo: "1º. Caos, desordem, instabilidade; 2º. Perigo comunista e subversão; 3º. Crise hierárquica militar; 4º. Interferência do governo nos assuntos, na hierarquia e na disciplina militar; 5º. Apoio popular ao golpe; 6º. Corrupção, roubo de verba pública; 7º. Sindicalismo, república sindical."⁽²⁰⁾

O autor reconhece a conspiração militar para dar o golpe desde a saída de Jânio, mas enfatiza que ela não possuía um comando orgânico. A partir dos depoimentos, tomados quase que como o estabelecimento da versão definitiva sobre a participação militar, contesta as teses da historiografia, para ele resumidas às seguintes combinações: de uma conspiração dos grupos econômicos brasileiros; de uma conspiração dos grupos econômicos brasileiros com apoio do governo americano; de uma conspiração dos grupos econômicos brasileiros com

apoio dos militares e das multinacionais e de uma conspiração dos grupos econômicos brasileiros com apoio das multinacionais. Escolhe a opção, apontada pela grande maioria de seus entrevistados militares de uma "conspiração dos militares com apoio dos grupos econômicos brasileiros."⁽²¹⁾

Trata-se de uma contraposição às teses de Dreifuss de que o golpe foi movido pela ação organizada do grande capital nacional e associado, com apoio militar e da política externa dos EUA.. Mas, o trabalho de Dreifuss é tratado com respeito, apesar de questionado. Para Soares, os "grandes avanços, como o livro hoje clássico de Dreifuss a respeito da participação dos grupos econômicos organizados, requerem pesquisa detalhada, cuidadosa e cansativa".⁽²²⁾

Sistematizava-se ali algo que aparecia no primeiro livro com as entrevistas do mesmo projeto, segundo texto a considerarmos.⁽²³⁾ Na introdução desse último, aparece a idéia de que havia não um grupo dirigente, mas pelo menos dois grandes pólos golpistas entre os militares: o da "Sorbonne" e o da tropa. Aponta-se que os líderes (Costa e Silva e Castelo Branco) só aderiram à conspiração no último momento. Faz-se também a sugestão de crítica à historiografia a partir da posição dos militares, em pelo menos dois pontos centrais.

O primeiro deles fixa que a "opinião militar dominante define o golpe como resultado de ações dispersas e isoladas, embaladas, no entanto, pelo clima de inquietação e incertezas que invadiu a corporação. Esta visão se contrapõe à interpretação predominante entre os analistas que até agora examinaram o episódio. Para estes, o golpe teria sido produto de um amplo e bem-elaborado plano conspiratório que envolveu não apenas o empresariado nacional e os militares, mas também as forças econômicas multinacionais".⁽²⁴⁾ Já o segundo argumento

centra-se na constatação de que os "depoentes concordam que não havia um projeto de governo entre os vencedores: o movimento foi contra, e não a favor de algo".⁽²⁵⁾

O primeiro ponto sugere o questionamento das análises históricas baseadas em fontes que revelam as articulações e a participação do grande capital (e de militares) numa conspiração golpista, usando como única evidência os depoimentos dos que participaram do golpe. Tais depoimentos, mesmo que fossem "sinceros", foram dados por oficiais que em 1964 ocupavam postos de segunda ordem (capitães, coronéis) e, portanto, tinham papel secundário na conspiração, como os próprios autores ressaltam: "Os militares que aqui depõem em sua maioria não tiveram uma liderança destacada nos preparativos do golpe."⁽²⁶⁾ Cabe então a pergunta: se não tiveram liderança, como podem ser fonte usada para contrapor-se às análises dos registros dos setores que tiveram papel de liderança nesses "preparativos"?

O segundo ponto também é questionável quando se constata que, logo nos primeiros meses de governo militar foi aprovada uma série de medidas que tinham sido estudadas e sistematizadas pelo IPES antes (como demonstra Dreifuss). E quem as executou foram ministros e outras autoridades que integravam, com destaque, os quadros do mesmo IPES. Ou seja, ainda que se possa admitir o caráter fragmentado da direção golpista em 31 de março/1º de abril de 1964, é difícil não perceber que o golpe vinha sendo preparado de muito antes, por uma articulação que ia além dos militares, envolvia os interesses de classe do grande capital e isto se demonstra pela própria linha de intervenção do Estado nos momentos seguintes.

Dessa mesma época (cerca de 30 anos após o golpe) é o trabalho de Argelina Figueiredo⁽²⁷⁾. A autora também está preocupada em contes-

tar as análises anteriores, baseadas em explicações "estruturais" (econômicas, mas também políticas – como a idéia de crise institucional) e, principalmente naquelas interpretações "intencionais" – leia-se Dreifuss. Para Argelina: "Este tipo de análise [...] falha em fornecer uma explicação real, pois toma a mera existência de uma conspiração como condição suficiente para o sucesso do golpe político. Os conspiradores são vistos como onipotentes. Conseqüentemente a ação empreendida por eles não é analisada em relação a outros grupos, nem vista como sendo limitada por quaisquer constrangimentos externos⁽²⁸⁾."

Sua opção de análise, em contraposição, é privilegiar os momentos críticos do governo Goulart, empregando a teoria da escolha racional. Tal referência teórica pode ser avaliada, numa leitura crítica, apesar de sua anunciada relação com o marxismo, como uma variante do individualismo metodológico, que toma o comportamento dos agentes sociais como o dos indivíduos dotados de margens amplas de escolha e racionalidade direta na sua ação social.⁽²⁹⁾

A autora tenta provar que havia um caminho para reformas moderadas dentro da ordem democrática e que os "atores" escolheram maximizar suas possibilidades, em detrimento dessa ordem: os reformistas querendo reformas amplas e os contrários às reformas dispostos a tudo para barrá-las. Sua conclusão é explícita: "Além dessas razões [um cálculo oportunista de vantagens em tencionar pelas reformas amplas], um outro fator contribuiu para impedir a realização de qualquer das duas possibilidades de combinar reforma e democracia, ou seja, a visão instrumental de democracia, mantida tanto pela direita como pela esquerda. De fato, os grupos esquerdistas e pró-reformas buscavam essas reformas ainda que ao custo da democracia. Para obter as reformas, propunham e esta-

18 — SOARES, Gláucio Ary. O golpe de 64. In SOARES, Gláucio Ary & ARAÚJO, Maria Celina D' (orgs.) 21 anos de regime militar: balanços e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

19 — Sobre a "ilusão biográfica", ver o texto com esse título de BOURDIEU, Pierre em FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

20 — SOARES, G. A., O golpe de 64, ob.cit., p. 30.

21 — Id.ib., pp.34-35.

22 — Id.ib., p. 37.

23 — ARAÚJO, Maria Celina D', SOARES, Gláucio Ary Dilon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe*. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

24 — Id.ib., p. 16.

25 — Id.ib., p. 18.

26 — Id.ib., p. 8.

27 — FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

28 — Id.ib., p. 28.

29 — A teoria da escolha racional é defendida, entre outros, por Adam Przeworski, orientador da tese de Argelina Figueiredo. Dele, em português, pode-se ler *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989. Para uma crítica desse tipo de concepção ver BENSALID, Daniel. *Marx, o intempestivo*. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

vam dispostos a apoiar soluções não democráticas. Aceitavam o jogo democrático somente enquanto fosse compatível com a reforma radical. A direita, por outro lado, sempre esteve pronta a quebrar as regras democráticas, recorrendo a essas regras apenas quando lhes eram úteis para defender interesses entrincheirados. Aceitavam a democracia apenas como meio que lhes possibilitava a manutenção de privilégios. Ambos os grupos subscreviam a noção de governo democrático apenas no que servisse 'as suas conveniências'. Nenhum deles aceitava a incerteza inerente às regras democráticas⁽³⁰⁾."

Se as pesquisas sobre os militares acima citadas tinham os mesmos alvos de crítica à historiografia anterior que Figueiredo, o faziam sem caricaturar análises como a de Dreifuss e partiam do pressuposto de que os responsáveis pelo golpe foram os que o deram, procurando explicá-lo a partir daquele ator que teve a visibilidade do poder – os próprios militares. Foram importantes, por apresentar as razões que militares alegaram para mover-se nessa direção, embora possamos achar que não tenham ido "além da aparência para explicar a essência" do processo. Já Argelina Figueiredo atribui a responsabilidade pelo golpe tanto aos que o deram quanto às forças que defendiam as reformas e foram atingidas pelo golpe.

Essa explicação é insustentável, porque, do ponto de vista teórico, parte do pressuposto de que o Estado é um ator neutro, que paira acima das disputas da sociedade, podendo caminhar movido pelos dirigentes eleitos ou pelos que o assaltam, como se estes tivessem o papel de condutores de um veículo, uma máquina burocrática cujo rumo é ditado pelo seu operador. Além disso, toma a democracia como um tipo ideal, que atende a todos os interesses (mesmo que parcialmente ou periodicamente), se todos os atores concordarem com suas regras.⁽³¹⁾

Por outro lado, empiricamente, despreza o fato de que as reformas propostas não eram radicais, embora a retórica às vezes fosse, pois a reforma agrária – a principal reforma de base

proposta – foi uma tarefa cumprida pelos governos burgueses na maior parte do mundo e o que se propunha no parlamento, sem encontrar espaço para negociação com a maioria, era apenas garantir as condições para a indenização em prazo mais largo (sequer a expropriação) dos latifundiários.

A Reforma Universitária concentrava-se em democratizar a gestão das instituições e ampliar o acesso, tarefas já cumpridas em outros países da América Latina desde o início do século XX. Já o controle da remessa de lucros poderia ser parte de um plano econômico de qualquer governo menos comprometido com os interesses das multinacionais, sem significar necessariamente um fechamento do mercado.

Além disso, não se leva em conta que as forças mais importantes da esquerda naquele período defendiam caminhar dentro da ordem democrática. O PCB, por exemplo, defendia a tese terceiro-internacionalista da revolução democrático-burguesa, ou seja, da aliança com a burguesia nacional para viabilizar a primeira etapa capitalista das transformações pelas quais o país deveria passar, aceitando "as regras do jogo democrático" nos limites em que elas se apresentavam então.

Lúcio Flávio Almeida demonstrou o quanto de equívoco haveria em, ao "avaliar os programas do Partido Comunista frente à questão democrática, atribuir-lhe uma concepção de democracia que não era a dele", como as concepções de Norberto Bobbio, ou a concepção procedimental de Schumpeter, que parecem orientar algumas análises.

Ainda assim, toda a linha política da "Declaração de Março", de 1958, do PCB, estava centrada na defesa de uma frente única, em que os comunistas apoiariam os "elementos nacionalistas e democráticos" da burguesia brasileira e das políticas de Estado.

Isto, mesmo sendo possível discernir naquele contexto que o nacionalismo de algumas das lideranças apoiadas pelos comunistas estava longe de ser antiimperialista, sendo suas con-

vicções e práticas democráticas de "baixíssima intensidade".

A mobilização das classes populares no governo Goulart colocavam "na ordem do dia três fortes itens da revolução burguesa – as questões agrária, nacional e democrática".

O problema, portanto, não estaria na falta de compromisso democrático da esquerda identificada com essa mobilização, mas ao contrário, na completa ausência de sentido na proposta de uma revolução burguesa para uma burguesia que não precisaria de nenhuma revolução para fazer valer seu projeto de classe.⁽³²⁾

Na prática, a opção pela atuação nos marcos do sistema seria demonstrada também pelos principais sindicatos ligados ao CGT, quando estes rejeitaram, em fins de 1963, a tentativa de Jango de implantar o Estado de Sítio. O pró-

prio Jango, com apoio dos comandos militares, encaminhou a solicitação do Estado de Sítio ao Congresso Nacional, aguardou a resposta – negativa – e desistiu da idéia, demonstrando que mesmo quando ainda contava com sustentação nas Forças Armadas, não estava disposto a romper com a legalidade vigente.

Não se toma em conta também que aquela democracia era restrita até mesmo para os parâmetros daquilo que às vezes é adjetivado como democracia "burguesa-representativa-liberal". O PCB não possuía registro legal, a estrutura sindical era a herdada da ditadura varguista, a polícia política também era uma permanência daquela fase e mostrava-se cada vez mais especializada e atuante, apenas para listarmos alguns elementos que dizem respeito às organizações dos trabalhadores.

O debate em 2004

Nestes quarenta anos do golpe, para quem acompanhou os seminários, cadernos especiais da imprensa e publicações especializadas, parece ser evidente que algumas teses de cerca de dez anos atrás foram supervalorizadas, enquanto o acúmulo anterior de pesquisas foi sistematicamente negado.

O que acabou por gerar uma reação, que revela a existência de um debate forte entre setores universitários, alguns dos quais antes caminhavam no mesmo sentido e hoje parecem trilhar rumos opostos.

As análises produzidas em torno de 1994, nas pesquisas do CPDOC sobre militares foram exacerbadas por trabalhos recentes, como o de Elio Gaspari, que não só nega qualquer motivação econômico-social, e qualquer nível de conspiração articulada ("o exército dormiu janguista e acabou revolucionário"), como atribui o golpe e os caminhos da ditadura ao jogo das individualidades dos personagens – Jango vacilante ou os militares mais moderados ou mais duros por persona-

lidade – e às contingências factuais.⁽³³⁾ Sem menosprezar sua redação cativante e a apresentação de algumas fontes que confirmam ou negam proposições antes mal fundamentadas, trata-se da recuperação do melhor estilo da história "acontecimental" do século XIX, criticada pelos *Analles*.

Análises e explicações causais são substituídas por descrições de acontecimentos, movidos pelo sabor do acaso, desaguando em conclusões que beiram o paradoxo: "O levante se apresentara como um movimento em defesa da ordem constitucional, mas a essência dos acontecimentos negava-lhe esse caminho".⁽³⁴⁾ O que é "a essência dos acontecimentos"?

O mesmo sentido de análise centrada exclusivamente nas possibilidades de ação e reação dos chefes políticos alimenta a biografia de Jango escrita por Marco Antonio Villa.

Neste caso, um personagem ao qual se atribui uma responsabilidade negativa, pois segundo o autor, João Goulart "pela posição que ocupava poderia ter impedido" que se chegasse ao

30 — FIGUEIREDO, Argelina, *Democracia ou [...]*, ob. cit., p. 202.

31 — Sobre os limites da democracia contemporânea e a incompatibilidade entre o conceito clássico de democracia e o capitalismo, ver WOOD, Ellen, *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

32 — ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In MAZZEO, Antonio Carlos & LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 88, 116, 121-2.

33 — GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

34 — Id. ib., p. 121.

impasse cuja saída foi o golpe. ⁽³⁵⁾ Gaspari também retomou as teses de Argelina Figueiredo, radicalizando-as. Não apenas inexístia o compromisso da esquerda com a democracia (tanto quanto o da direita), como para ele “havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial.” ⁽³⁶⁾

Tal radicalização dessas teses – não apenas inexístiam compromissos com a democracia, como também esquerda e direita caminhavam para o golpe – parece agora ter se tornado a tônica das análises que receberam maior destaque nos debates dos últimos meses. Jorge Ferreira, por exemplo, em artigo para uma revista de divulgação que repetia argumentos de um texto de maior fôlego, ⁽³⁷⁾ analisando os últimos dias do governo Goulart, afirma o seguinte: “O conflito político entre esquerdas e direitas tomou novos rumos. Não se tratava mais de saber se as reformas seriam ou não implementadas. A questão central era a tomada do poder e a imposição de projetos. Os partidários da direita tentariam impedir as alterações econômicas e sociais, sem preocupações de respeitar as instituições democráticas. Os grupos de esquerda exigiam as reformas, mas também sem valorizar a democracia. [...] [Passa a citar Argelina Figueiredo, e conclui]. Entre a radicalização da esquerda e da direita, uma parcela ampla da população brasileira apenas assistia aos conflitos – em silêncio.” ⁽³⁸⁾

Ou seja, segundo esse autor, esquerda e direita lutavam naquele momento pela tomada do poder, por vias não democráticas, como que numa corrida em que largavam em igualdade de condições e objetivos idênticos, tratava-se de observar apenas quem foi mais forte ou chegou antes para definir o rumo do país. Além disso, defende que o momento era de radicalização, mas o povo assistiu a tudo bestializado.

Centenas de milhares nas ruas com Jango, centenas de milhares com “Deus pela Liberdade” contra Jango, greves em quantidades cada vez maiores (38 greves em três meses só no Rio de Janeiro em 1964, quatro vezes mais que no mesmo período do ano anterior), levantes dos baixa-patentes das forças armadas, militares em marcha... e “uma parcela ampla da população” em silêncio? Ao acreditarmos nessa hipótese estaremos concordando que a dinâmica política é dada por esquerda e direita em seu jogo pelo poder, pela via democrática ou não. Esquerda, direita, “povo”; onde estão os empresários, os trabalhadores, os setores intermediários: onde estão as classes e seus conflitos?

Além disso, também aqui onde encontramos o mesmo argumento de Argelina Figueiredo (talvez um pouco mais simplificado), podemos levantar as mesmas ponderações. Além de alguns discursos mais radicalizados, de lideranças como Brizola, Julião ou Prestes, onde estariam as evidências concretas de tal “golpismo” das esquerdas, se os trabalhadores não pegaram em armas, os militares fiéis a Goulart evitaram o combate aguardando as ordens legais e o próprio presidente retirou-se evitando a confrontação?

Caio Navarro de Toledo, criticando tais formulações, assinala com precisão que a “afirmação de *golpismo* das esquerdas tem efeitos ideológicos precisos; de imediato, ajuda a reforçar as versões difundidas pelos apologetas do golpe político-militar de 1964. Mais do que isso: contribui para legitimar a ação golpista vitoriosa ou, na melhor das hipóteses, atenua as responsabilidades dos militares e da direita civil pela supressão da democracia política em 1964.

A direita golpista não pode senão aplaudir esta ‘revisão’ historiográfica proposta por alguns intelectuais progressistas e de esquerda.” ⁽³⁹⁾ Referindo-se a intelectuais de esquerda, Caio Navarro com certeza mira naqueles com passado de luta contra a ditadura que agora defen-

dem a tese da resposta de direita ao golpe planejado pela esquerda. Algo que atraiu a atenção até mesmo da grande imprensa, pois o debate ganhou as páginas dos jornais.

Dando foro de maior legitimidade à nova proposta interpretativa, por seu passado na luta armada, Daniel Aarão Reis Filho, conforme a reportagem do jornal *O Globo*, teria caracterizado as esquerdas na resistência à ditadura como antidemocráticas e afirmado que se vitoriosas fossem, poderiam ter gerado um confronto ainda pior e um regime de exceção mais violento: “Falava-se em cortar cabeças, essas palavras não eram metáforas. Se as esquerdas tomassem o poder, haveria, provavelmente, a resistência das direitas e poderia acontecer um confronto de grandes proporções no Brasil. Pior, haveria o que há sempre nesses processos e no coroamento deles: fuzilamento e cabeças cortadas.” ⁽⁴⁰⁾

Para que não tomemos como análises do autor a síntese de um jornal diário, podemos recorrer a um texto em publicação acadêmica recente. Reis Filho parte do objetivo de demonstrar que a atribuição de um caráter de “resistência democrática” à ação das esquerdas no período da ditadura militar é uma invenção datada da fase da redemocratização, pois as esquerdas da luta armada seriam antidemocráticas e visariam a implantação do socialismo – por elas entendido como incompatível com a democracia – pela via revolucionária. E isso não seria, segundo o autor, uma novidade, pois já no início dos anos 1960 o desprezo pela democracia se manifestara nas esquerdas que “inebriadas pela vitória de agosto de 1961 [a posse de Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros], passaram à ofensiva política, e desafiavam abertamente a legalidade existente”.

Dava-se assim o argumento que faltava para que a direita assumisse o discurso da defesa da legalidade, conseguindo mobilizar um movimento civil de grandes proporções “para legitimar posições favoráveis à intervenção militar golpista.” ⁽⁴¹⁾ Desse ponto de vista, que confunde o objetivo estratégico da construção do so-

cialismo, compartilhado pelos militantes de esquerda, com um suposto uso cínico das bandeiras de resistência democrática contra a ditadura, acaba-se por reforçar o discurso dos militares de que o motor do golpe foi a ameaça de uma ditadura comunista, permitindo a matérias jornalísticas aproximar acadêmicos “de esquerda” e defensores do golpe, na perspectiva de que evitava-se um mal maior.

Tem razão neste sentido Marcelo Ridenti, que criticou a concepção de Reis Filho, defendendo a idéia de que havia um componente assumido de resistência nas proposições de várias das organizações de esquerda daquele período e que ainda que muitas delas não priorizassem a “resistência democrática”, o resultado de sua ação foi o de uma luta de resistência contra a ditadura. Para Ridenti, o que os pesquisadores nem sempre avaliam é que “nos anos 60, antes e depois do golpe de 1964, a questão da democracia estava no contexto da guerra fria, em que os Estados Unidos não hesitavam em apoiar golpes militares para garantir o poder de seus aliados na América Latina, ditos liberais e defensores da democracia...”

Em seu argumento, se os estudiosos não podem controlar o uso de suas pesquisas históricas nos embates políticos do presente, devem ao menos “estar conscientes de que o realce analítico de alguns aspectos, em detrimento de outros, pode levar a interpretações equivocadas da realidade histórica como um todo”.

As interpretações da “falta de democracia das esquerdas” acabaram por ser incorporadas “por aqueles que isentam setores significativos da sociedade civil de cumplicidade com a ditadura – e até pelos que chegam a justificá-la”, ainda que essa não fosse a intenção daqueles estudiosos. ⁽⁴²⁾ O que está em jogo nessa guinada à direita de uma parte da historiografia acadêmica sobre o golpe de 1964, não pode ser dissociado de um processo maior de domínio conservador nas análises históricas e no pensamento universitário em geral, fruto em grande medida do contexto neoliberal de avanço

35 — ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencanto: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In MAZZEO, Antonio Carlos & LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 88, 116, 121-2.

36 — GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

37 — VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo, Globo, 2004, p.241.

38 — Gaspari, Elio. *A ditadura* [...]. ob. cit., p. 51.

39 — FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. *Nossa História*. Nº 5. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, março de 2004. As idéias centrais são apresentadas com maior vagar em FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge & DELAGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 13.

40 — FERREIRA, J. Sexta-feira [...]. Ob. cit., p. 35.

41 — TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*. No. 19. Rio de Janeiro, 2004, pp. 44-45.

42 — *O Globo*. Rio de Janeiro, 29/03/2004.

43 — REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EdUSC, 2004. pp. 38-9.

44 — RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In *Id.ib.*, pp. 62 e 64..

da ordem do capital nos anos 1990 e na década em curso. Pode ser interessante pensar também como é importante para certos setores intelectuais, neste momento do governo Lula, absolutizarem a dimensão formal da democracia representativa e o caminho da moderação nas reivindicações populares – mesmo as reivindicações de reformas limitadas são perigosas e o único caminho é a paciência dos de baixo para que, através das urnas, do parlamento e das leis, se desperte a possibilidade de concessões leves e graduais dos de cima.

Não deixa de ser triste observar como, neste seu vôo revisionista, acabam por somar-se ao coro dos que, desde 1964 querem absolver os golpistas para condenar os atingidos pelo golpe. Assim, nesta versão, o golpe não se deu

para controlar os trabalhadores e garantir o projeto empresarial, mas foi decorrência de uma intransigência mútua, senão de uma maior responsabilidade “das esquerdas”.

No fundo, é a matriz mesma de explicação da história que se coloca em questão. Não apenas se quer apagar, ou estigmatizar como inexistente (por descompromisso com uma democracia modelar, de resto distante da realidade política do Brasil na época) a resistência contra o golpe militar e a ditadura por parte das organizações da classe trabalhadora e de outros setores sociais. Pretende-se mesmo afastar de vez o fantasma das classes e da luta de classes como centro da explicação da trajetória dos homens no tempo. Mas, o espectro não se cansa de rondar. ■

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64. In MAZZEO, Antonio Carlos & LAGO, Maria Izabel (orgs.). *Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.

ARAÚJO, Maria Celina D', SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Vi-sões do golpe*. A memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BASTOS, Paulo Mello. *Salvo conduto*. Um vôo na história. Rio de Janeiro: Garamond, 1998.

BENSAID, Daniel. *Marx, o intem-pestivo*. Grandezas e misérias de uma aventura crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BOURDIEU, Pierre em FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DREIFUSS, René A. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In FERREIRA, Jorge & DELAGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 3.

FERREIRA, Jorge. Sexta-feira 13 na Central do Brasil. *Nossa História*. No. 5. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, março de 2004.

FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à*

crise política: 1961-1964. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

FIGUEIREDO, Betânia G. (org.). *Batistinha: o combatente dos trilhos*. Rio de Janeiro: CMF/AMORJ, 1994.

FORTES, Alexandre (e outros). *Na luta por direitos*. Campinas: EdUnicamp, 1999.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro: 1955-1988*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

MORAES, Dênis de. *A esquerda e o golpe de 64*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a*

ditadura militar 40 anos depois (1964-2004). São Paulo: EdUSC, 2004.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto. *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EdUSC, 2004.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Industrialização e atitudes operárias*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SILVA, Fernando Teixeira da. *A carga e a culpa: operários das docas de Santos: direitos e cultura de solidariedade. 1937-1968*. São Paulo: Hucitec/Pref. Municipal de Santos, 1995.

SOARES, Gláucio Ary. O golpe de 64. In SOARES, Gláucio Ary & ARAÚJO, Maria Celina D' (orgs.) *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*. No. 19. Rio de Janeiro, 2004.

VILLA, Marco Antonio. *Jango: um perfil (1945-1964)*. São Paulo, Globo, 2004.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil - a conjuntura do pós-guerra. *Estudos Cebrap*, n 4. São Paulo, abr./jun, 1973.

WOOD, Ellen. *Democracia contra capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2003.

A história do golpe de 1964 possui vários aspectos que são abordados sob os mais variados pontos de vista. A questão da relação entre acumulação capitalista e golpe de 64 já recebeu alguns estudos mas sob perspectivas que deixam de lado o essencial, isto é, o processo de luta de classes a nível nacional e internacional. É desta perspectiva que analisaremos esse fenômeno no presente artigo. Para isto, discutiremos o desenvolvimento capitalista e os regimes de acumulação que estão na sua base e as lutas de classes nacionais e internacionais. Assim feito, apresentaremos nossa hipótese de que foram as lutas dos trabalhadores, no contexto de crise internacional de um regime de acumulação e busca de aumento da taxa de exploração, que promoveram o golpe de estado de 1964.

Acumulação Capitalista e Golpe de 1964

Nildo Viana

Para compreender a relação entre acumulação capitalista e golpe de 64, é necessário entender a dinâmica do capitalismo mundial do pós-Segunda Guerra Mundial e a inserção do Brasil nesse contexto. A periodização do capitalismo proposta por Benakouche [1980], fundada nos regimes de acumulação, é uma contribuição fundamental para tal.

Esse autor considera que as fases do capitalismo são marcadas por diferentes regimes de acumulação: “A mudança de formas é uma das características do modo de produção capitalista. De fato, os modos e as formas da acumulação do capital e, portanto, os modos de extração da mais-valia e as formas que assumem as

Nildo Viana é Professor da Universidade Estadual de Goiás; Doutor em Sociologia/UnB.
E-mail: nildoviana@terra.com.br

relações sociais (inclusive as relações salariais) mudam em função de evolução do capitalismo. E, se os modos e formas de acumulação de capital mudam com o tempo, seus elementos de articulação, tais como os modos de extração de mais-valia, as formas das relações sociais, as formas da estrutura de produção ou a hierarquização do sistema produtivo nacional, os modos e as formas de organização do processo de trabalho, o nível e o tipo de desenvolvimento das forças produtivas, as formas do Estado, a estrutura social ou os modos e as formas da luta de classes, os tipos e as formas de dominação nas relações econômicas internacionais [...] evoluem ou mudam em função do grau atingido pelo desenvolvimento do capitalismo." [Benakouche, 1980, p. 24].

A periodização de Benakouche funda-se nos regimes de acumulação, que são produtos da internacionalização dos ciclos do capital. Concordamos com a idéia de que o capitalismo atravessa várias fases que caracterizam diferentes regimes de acumulação. No entanto, não consideramos esse processo como sendo caracterizado por uma evolução linear e sim sob uma dupla articulação entre o que podemos denominar de desenvolvimento espontâneo do capitalismo, por um lado, e luta operária, por outro. No primeiro caso, temos o movimento do capital, isto é, a ação do capital expressando o domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo; no segundo, temos o movimento operário, isto é, a ação do trabalho vivo contra o trabalho morto. A concepção fetichista da ciência econômica enxerga apenas o primeiro momento, isto é, o trabalho morto, o desenvolvimento espontâneo do capital, deixado ao seu bel-prazer. Na verdade, isto pode ser expresso como uma luta de classes, embora nessa luta haja o domínio do capital, o que reforça a concepção fetichista que não ultrapassa a aparência do fenômeno.

Assim, o desenvolvimento capitalista é marcado pela ação do capital e pela luta operária com a primazia do primeiro, na maior parte do tempo, mas sempre sob a resistência proletária e as irrupções revolucionárias que abalam tal desenvolvimento. Assim, existe uma tendência do desenvolvimento capitalista, que é espontâ-

nea, desde que se pense na ação do capital, sem a irrupção do movimento operário para além de suas lutas cotidianas. Essas teses são importantes para compreendermos que as mudanças de regime de acumulação não são apenas produto da concentração e centralização do capital, mas também resultado da luta operária.

A passagem de um regime de acumulação para outro é produto das lutas de classes, não sendo portanto resultado de mera ação do capital. Essa passagem dá-se na percepção das mutações do capitalismo, enquanto estratégias do capital, para manter sua reprodução, e da ação proletária, no sentido de impedir a voracidade exploradora deste último, num primeiro momento, e buscar sua abolição, em um segundo.

A partir destas considerações gerais, podemos iniciar uma análise do desenvolvimento capitalista. A conceituação dos regimes de acumulação torna-se necessária. Para nós, um regime de acumulação caracteriza-se por uma determinada forma de organização do processo de trabalho – uma determinada estratégia do capital para extrair mais-valor e uma configuração estatal dada – que define, por um lado, a ação do Estado e sua forma de organização e, por outro, uma determinada articulação das relações internacionais, ou seja, um determinado modo de exploração capitalista mundial.

Partindo desta definição inicial, podemos seguir a periodização de Samir Amin (1977) e Rabah Benakouche, para expor as fases do capitalismo. A fase de surgimento do capitalismo é marcada pela acumulação primitiva de capital, que fornece as bases da acumulação capitalista propriamente dita. Com o processo histórico, surge a fase de consolidação e expansão do mesmo, que vai da revolução industrial até a metade do século 19, formando o regime de acumulação extensivo, fundado na extração de mais-valor absoluto como elemento central da acumulação capitalista.

Este regime de acumulação é marcado por uma alta taxa de exploração e entra em crise com a ascensão das lutas operárias que provocam a diminuição da jornada de trabalho e culmina com a Comuna de Paris, em 1871. A reação do capital assume a forma de reorganização do processo de trabalho, com a implanta-

ção do taylorismo, que se caracteriza por utilizar um processo de racionalização da organização do trabalho objetivando o aumento da extração de mais-valor relativo. Esse período é abalado com as tentativas de revolução, no início do século 20 (Rússia, em 1905 e 1917; Alemanha, no final da década de 10 e início da década de 20; na Hungria, em 1919; na Itália, em 1920; etc.) e culmina com as Guerras Mundiais, em 1914-18 e 1939-45.

A fase seguinte do capitalismo é constituída após a Segunda Guerra Mundial, com a hegemonia norte-americana e com o fordismo, que utiliza a tecnologia para aumentar a extração de mais-valor relativo, combinado com o aumento da exploração mundial, através da expansão transnacional. Esse novo regime de acumulação, intensivo-extensivo começa a entrar em crise nos anos 1960, tentando se reproduzir mas acaba sendo substituído pelo atual regime de acumulação, o integral.

O regime de acumulação integral funda-se na reestruturação produtiva, no neoliberalismo e no neoimperialismo, e busca aumentar a explora-

ção tanto a nível nacional quanto internacional, intensificando simultaneamente a extração de mais-valor absoluto e mais-valor relativo.

Esses regimes de acumulação se caracterizam não apenas por determinadas formas de organização do processo de trabalho, mas também por formas estatais e de relações internacionais. Por exemplo, o Estado liberal foi a forma estatal do regime de acumulação extensivo; o regime de acumulação intensivo teve como forma estatal o Estado liberal-democrático; o regime de acumulação intensivo-extensivo possuiu como forma estatal o Estado integracionista ("bem estar social", "intervencionista"); o regime de acumulação integral, por sua vez, adota o Estado neoliberal.

As mutações dos regimes de acumulação também determinam mudanças culturais, sociais, entre outras. Devido aos objetivos do presente trabalho, deixaremos de lado as determinações de cada regime de acumulação, para focalizar apenas o que tem importância crucial para nossa análise do golpe de 64, ou seja, o regime de acumulação intensivo-extensivo.

A crise do Regime de Acumulação Intensivo-Extensivo

O regime de acumulação intensivo-extensivo marca uma nova etapa da exploração internacional. No início do século vinte, o resultado das lutas operárias nos países imperialistas determinou um recuo da classe capitalista no processo de exploração interna, compensada pelo aumento da exploração externa.

O fordismo expressou uma tentativa de aumento de extração de mais-valor relativo através do uso da tecnologia objetivando aumentar a produtividade. No entanto, o uso da tecnologia avançada também significa custos mais altos, o que faz com que os ganhos não fossem tão elevados. Além disso, devido ao aumento da composição orgânica do capital (uso crescente de tecnologia e forças produtivas; uso decrescente de força de trabalho, geradora de mais-valor) e a conseqüente tendência declinante da taxa de lucro, se lançou mão da estratégia de desviar a acumulação de capital para a produção de bens de consumo, em detrimento de meios de produção.

Sem dúvida, a expansão tecnológica foi extremamente elevada, mas isto foi proporcionado pela expansão da produção de bens de consumo – que aumenta o mercado consumidor de bens de produção. Caso o investimento não tivesse sido prioritariamente desviado para a produção de bens de consumo, a composição orgânica do capital seria mais elevada e a taxa de lucro teria caído ainda mais rapidamente.

A expansão da produção de bens de consumo produz a necessidade de ampliação do mercado consumidor, o que provoca a integração de camadas cada vez mais amplas do proletariado ao círculo do consumo, gerando que alguns denominaram "sociedade de consumo".

O Estado integracionista visa amortecer os conflitos de classes, com sua política de bem estar social e cooptação da burocracia sindical, e desviar os investimentos para setores de consumo e serviços. Entretanto, isso não é suficiente para a reprodução do capitalismo nos países imperialistas e por isso a intensificação da

exploração internacional torna-se fundamental. O processo de descolonização foi acompanhado pela expansão transnacional como ponto forte da exploração mundial.

Neste contexto histórico, temos no capitalismo subordinado uma forma de acumulação capitalista diferenciada. Esse é o caso do Brasil, que possuía uma acumulação capitalista subordinada. Nos países imperialistas, além da exploração internacional, temos o predomínio do capital nacional. No capitalismo subordinado, temos a chamada "tríplice aliança", isto é, a associação entre capital estatal, capital nacional e capital transnacional [Gorender, 1988].

A diferença entre a acumulação capitalista dos países imperialistas e a dos países subordinados encontra-se na transferência de mais-valor que aumenta o processo de acumulação em uns e diminui em outros. O Estado e o capital nacional são aliados subordinados do capitalismo imperialista e, portanto, do capital transnacional. Assim, a acumulação capitalista subordinada é mais lenta do que a acumulação dos países imperialistas, pois, no primeiro caso, temos uma parte da acumulação transferida para o exterior e, no segundo, um incremento da acumulação de capital, devido à transferência para o interior.

Essa situação faz do regime de acumulação nos países capitalistas subordinados um elemento propulsor da acumulação imperialista e ao mesmo tempo faz com que ele seja deficitário e mais lento do que nos países imperialistas. Após a Segunda Guerra Mundial, a implantação do regime de acumulação intensivo-extensivo nos países imperialistas se fez com alterações nos países subordinados. No Brasil, mais especificamente, ocorreu um processo de reconversão capitalista, denominado por alguns autores como "modelo de substituição de importações", marcada pela expansão industrial e por uma forma subordinada de integracionismo, ou seja, o populismo. Desde Vargas, o populismo brasileiro realizou uma certa concessão ao movimento operário, tal como expresso pela CLT, além de outras ações e elementos ideológicos, culturais, entre outros.

O desenvolvimentismo foi o complemento do populismo e o Governo Juscelino Kubitschek

[1956 - 1961] cumpriu o papel de incentivador do capital transnacional e da expansão industrial. Esse processo marcou a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho sob a forma do desenvolvimento subordinado, mantendo seu papel na engrenagem do capitalismo mundial. O denominado "modelo de substituição de importações" foi a expressão da constante reconversão capitalista, reproduzindo a subordinação mundial dos países de capitalismo retardatário, subordinação essa caracterizada pela modernização e reprodução da exploração internacional.

"As medidas adotadas em 1955 pelo governo de Juscelino Kubitschek redundaram de fato na anulação das limitações que se impunham à penetração do capital estrangeiro no Brasil. Com base nos decretos governamentais e na Instrução nº 113, a Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC - concedeu às companhias estrangeiras o direito de levarem ao Brasil equipamento obsoleto.

O governo brasileiro assumia o compromisso de considerar novo esse equipamento, tomá-lo na qualidade de investimento direto em divisas, como valor declarado pela empresa investidora estrangeira, que dava direito a quaisquer vantagens: à isenção do imposto alfandegário para a entrada no país, dos impostos federais e locais durante vários anos, a uma taxa especial e vantajosa para a troca do cruzeiro por dólar para efeitos de remessa de lucro para o exterior e assim por diante." [Michin, 1973, p.75].

A reconversão capitalista expressa a modernização subordinada. Nesta última, se reproduz a relação de exploração internacional através de irradiação de mudanças dos países imperialistas para os países subordinados, em forma retardatária e reproduzindo a subordinação. Um exemplo clássico é o da Índia, que produzia e vendia algodão para a Inglaterra, comprando tecidos da mesma. Posteriormente, a Índia passou a produzir e vender tecidos e comprar máquinas para realizar esta produção e assim sucessivamente. [Emanuel; 1981; Dowbor, 1987; Viana, 2000]

O populismo expressava uma forma subordinada de integração da classe operária. No

entanto, no caso brasileiro, a integração da classe operária e de outros setores sociais sempre foi débil, pois, nesse caso, o processo de extração de mais-valor era mais intenso, devido à transferência de mais-valor para o exterior. Além disso, as relações de produção não-capitalistas ainda existentes tinham que se inserir na nova dinâmica do país no interior do capitalismo mundial. Assim sendo, desencadeou-se o acirramento das lutas de classes, que gerou o golpe de 1964, caracterizado, por um lado, pela ascensão das lutas sociais e, por outro, pela crise do regime de acumulação intensivo-extensivo.

Embora atinja todo o bloco imperialista, a crise do regime de acumulação intensivo-extensivo ocorre exemplarmente na grande potência imperialista mundial, ou seja, nos Estados Unidos. Entre 1950 e 1957, a balança comercial norte-americana apresentou um déficit de dezesseis

As Lutas Sociais no Brasil e a Acumulação Subordinada

Já no final dos anos 50, as lutas dos trabalhadores no Brasil expressam um questionamento do Estado populista. O desenvolvimentismo do Governo Kubitschek com a expansão da infra-estrutura e a atração de capital estrangeiro marcou um processo de desenvolvimento capitalista fundado no crescimento do capital transnacional e no aumento da exploração da força de trabalho, ao lado de várias outras mudanças que significavam um avanço do capitalismo no país.

A expansão capitalista promoveu uma politização das lutas pela terra, pois as relações de produção não-capitalistas eram destruídas devido à valorização das terras, motivada pela construção de rodovias [Martins, 1986; Dowbor, 1987] e valorização do açúcar. Este processo gerou a expulsão dos foreiros e vários movimentos contestadores no campo, tal como as revoltas e ligas camponesas da segunda metade da década de 50 [Martins, 1986]. Também ocorreu uma ascensão das lutas estudantis, que promoveu uma mobilização maior do que a de períodos precedentes [Poerner, 1979].

O movimento operário também atravessou um período de mobilização crescente. O movi-

mento grevista cresceu a partir do final dos anos 50 e continuou se fortalecendo no início da década seguinte. "A escalada inflacionária leva a uma escalada das greves. Ano após ano os recordes de horas perdidas são batidos.

Em 1958, destaca-se a paralisação por 7 dias da marinha mercante em todo o país, com a participação de centenas de milhares de marítimos. Malgrado a ilegalidade da greve, JK acabou concedendo à maioria das reivindicações. Nos transportes urbanos, a greve dos carris do Rio de Janeiro, apoiada por fortes e violentas manifestações estudantis, também termina vitoriosa." [Castro, 1980, p. 69].

Ainda em 1958, o movimento operário arancou 53% de aumento salarial do governo JK, aumento corroído pela inflação que em dez meses chegou a oitenta por cento. "Em 1959 não somente as greves se intensificaram, como a desesperação pela contínua erosão dos salários provocou a multiplicação de manifestações de rua com choques violentos com as forças policiais. Protestos contra a alta dos preços seguiam-se frequentemente de pilhagens de armazéns. Em vários casos as forças policiais utilizaram armas de fogo ou baionetas para reprimi-

mir os manifestantes, provocando ferimentos e a morte de dezenas destes". [Castro, 1980, p. 70]

O ano de 1960 foi marcado pela continuidade da luta operária. Em 1959, ocorreram 954 greves e, em 1960, um milhão e meio de trabalhadores aderiram ao movimento grevista, sendo que a greve geral da cidade de Santos foi o momento mais forte dessas lutas. No final de 1960, aumentaram os confrontos entre o governo e os trabalhadores do setor ferroviário, marítimo e portuário.

A ampla mobilização continuou e, em 1962, várias greves foram desencadeadas pelos aeroviários e estivadores, juntamente com greves parciais, o que leva o Governo Goulart [1961 - 1964] a conceder aumentos salariais. Em outubro de 1962, setecentos mil trabalhadores entram em greve em São Paulo, obtendo aumentos salariais. [Castro, 1980]. Assim, a ascensão das lutas operárias, bem como das lutas estudantis e camponesas, dificultava a concretização dos interesses da classe capitalista: o aumento da taxa de exploração.

Por um lado, o processo de ascensão das lutas sociais atemorizava as forças políticas institucionais conservadoras e, por outro, provocava a intensificação da aproximação dos setores populistas com a população, radicalizando na medida do possível o seu discurso.

A história do salário mínimo dos operários (excluindo outros setores sociais) aponta para uma lógica de aumento da exploração revezada com diminuição da mesma, segundo a força de pressão dos trabalhadores.

"Pode-se perceber claramente três fases no comportamento do salário-mínimo real: a primeira, entre os anos 1944 e 1951, reduz pela metade o poder aquisitivo do salário; a segunda, entre os anos 1952 e 1957, mostra recuperações e declínios alternando-se na medida do poder político dos trabalhadores: é a fase do segundo Governo Vargas, que se prolonga até o primeiro ano do Governo Kubitschek; a terceira, iniciando-se no ano de 1958, é marcada pela deterioração do salário-mínimo real, numa tendência que se agrava pós-anos 64, com apenas um ano de reação, em 1961, que coincide com o início do Governo Goulart". [Oliveira, 1987, p. 51-52]

Assim, temos uma alta taxa de exploração que possui momentos de ascensão e queda. Esta alta taxa de exploração é algo constante na história brasileira, pois a exploração visa sustentar não somente a acumulação interna como também realizar transferência de mais-valor para o exterior.

A ascensão ou queda ocorre no interior de um contexto permanente de alta taxa de exploração. É necessário ressaltar isto para não se cair na ilusão estatística que utiliza a comparação de um dado período com outro sem apresentar o que significa o período que é ponto de partida, isto é, que ele já tem embutido dentro de si uma alta taxa de exploração. No entanto, alguns autores, como Moraes, questionam a segunda fase apontada por Oliveira, colocando que os níveis salariais são mais elevados do que este autor afirma. [Moraes, 1991].

Sendo assim, seja como coloca Moraes, seja como coloca Oliveira, há um revezamento entre altos e baixos salários dependendo das lutas dos trabalhadores. Isto significa que temos uma taxa de exploração que não cresce linearmente e ainda encontra obstáculos [tal como no caso de 1961, citado por Oliveira].

A partir de 1961, há uma expansão do processo inflacionário e do déficit estatal, começando as dificuldades no processo de acumulação capitalista subordinada no Brasil. Antes de continuar, seria interessante caracterizar essa acumulação subordinada, tendo em vista que alguns autores procuram dar resposta a essa questão. Para eles, o grande problema da acumulação capitalista no Brasil residia no problema da realização, pois o processo de acumulação tornaria necessário uma "terceira demanda". Essa é a posição de, entre outros, Tavares e de Salama, citado por Moraes. [Tavares, 1973; Moraes, 1991]

A terceira demanda seria constituída pelas camadas médias, consumidoras de bens de consumo duráveis. Essa tese parte de uma incompreensão da dinâmica da acumulação capitalista, isolando e tornando um setor de consumo centro da reprodução do capital. Na verdade, houve uma expansão da produção de bens duráveis, que teve como principais consumidores as classes auxiliares da burguesia

("classes médias") que aumentaram quantitativamente. Porém, parte desse processo de acumulação era revertido para os países imperialistas e essa expansão proporcionava o crescimento, ainda que em menor medida, de outros setores.

A tese complementar presente em Tavares é de que o grande problema, ao lado da demanda, foi o financiamento. "A inexistência de um volume adequado de investimentos, capaz de assegurar a manutenção de uma alta taxa de expansão econômica, não se relaciona estritamente com limitações da capacidade produtiva [...], mas sim com problemas relacionados com a estrutura de demanda e com o financiamento". [Tavares, 1973, p. 168]

Para essa tese, o problema da demanda é complementado pelo problema da incapacidade de financiamento. Para Tavares e José Serra, co-autor do capítulo em que a autora aborda a problemática, o problema da demanda é derivado do alto grau de concentração de renda e da escassa capacidade aquisitiva dos "grupos médios". A solução seria mudar a composição da demanda em favor das "camadas médias" e altas, beneficiadas com a redistribuição da renda pessoal. Assim, ocorreria um processo de "compressão, até mesmo absoluta, das remunerações à massa de trabalhadores menos qualificados". [Tavares, 1973, p. 169]

Neste contexto, comprometia-se o financiamento de novos investimentos privados. A relação excedente-salários comprometia esse processo, já que a escalada inflacionária do período anterior proporcionava um amortecimento das "tensões salários-lucros" e uma taxa ilusória de lucros, que proporcionou novos investimentos, mas que acabou perdendo a funcionalidade.

"Com o descontrole de seus mecanismos de propagação, a inflação se acelerou, perdendo sua funcionalidade; nem as altas taxas de crescimento poderiam diminuí-la. A maior solidariedade dos preços relativos impedia uma transferência intersetorial dos custos, desmistificava os lucros ilusórios, estrangulava financeiramente as empresas.

O acelerado ritmo do aumento dos preços levou à intensificação das pressões trabalhis-

tas, enquanto os salários seguiam de perto os preços, limitando, assim, as possibilidades de redistribuição forçada". [Tavares, 1973, p. 169]

Por sua vez, o investimento estatal estava comprometido pela relação gastos-carga fiscal. Assim, o problema da demanda era reforçado pelo problema do investimento público e privado, gerando as causas da crise do início da década de 60.

Essa tese apresenta vários problemas. A questão da demanda ganha a importância atribuída devido ao fato de Tavares setorializar e autonomizar os elementos componentes da produção. Nessa abordagem, o setor de produção de bens duráveis é isolado e autonomizado, ao contrário do que ocorre na realidade concreta.

Podemos dizer que, como propõe Tavares, o capital transnacional era o principal, mas não único, produtor de bens duráveis, e que as classes auxiliares da burguesia eram seu principal mercado consumidor. No entanto, o consumo de bens duráveis também era realizado pela classe dominante, inclusive com um poder aquisitivo muito mais elevado, e, em menor grau, por setores das classes exploradas com melhores condições financeiras.

É necessário lembrar que há diferentes tipos de bens duráveis, com preços mais e menos acessíveis. Além disso, para comprovar o problema da demanda, seria necessário demonstrar que houve uma diminuição quantitativa das classes auxiliares ou, então, uma queda de seu nível de renda, o que Tavares não fez. No entanto, a relação salarial aponta para uma distribuição de renda favorável às classes auxiliares em detrimento do proletariado.

"A relação entre os salários médios dos burocratas e o dos operários é de 1,18 em 1949 e 2,23 em 1969, para o total da indústria de transformação. Da mesma maneira, a taxa de crescimento do salário médio dos burocratas supera em mais de duas vezes e meia a dos operários em 1949-58 e em quase quatro vezes no período 1958-69 (o índice do valor absoluto do salário médio dos operários passa de 100 em 1949, a 136 em 1969, enquanto que o dos burocratas passa do índice 105 para 320, no mesmo período)." [Moraes, 1991, p. 36].

Além disso, o processo de burocratização

crecente faz parte da dinâmica do desenvolvimento capitalista, o que determina aumento quantitativo das classes auxiliares da burguesia. Como Tavares não apresentou nenhuma informação sobre a diminuição quantitativa dessas classes, não existe comprovação para o chamado "problema da demanda".

Por sua vez, ao contrário do que diz Tavares, o processo inflacionário não beneficia os trabalhadores, criando taxas ilusórias de lucro. Isso só ocorreria caso se comprovasse que os aumentos dos preços foram inferiores aos aumentos salariais, o que é desmentido pelas informações apresentadas por outros autores. [Oliveira, 1987] Assim, o suposto problema de demanda revela-se uma hipótese não comprovada e que possui muitas informações que a contradizem.

Por conseguinte, o problema do financiamento privado é inexistente, pois as taxas de lucro do período não eram "ilusórias" e sim reais. O financiamento estatal derivado da relação custos-carga fiscal também não recebeu comprovação. E mesmo que os investimentos estatais tenham diminuído no período posterior ao Governo Kubitschek, seria necessário demonstrar que tal diminuição foi significativa e, ainda, que ela provocaria efeitos poderosos no processo de acumulação.

O problema geral da acumulação capitalista subordinada é a convivência de uma alta taxa de exploração com a transferência de mais-valor. Isso proporciona, por um lado, uma acumulação mundial elevada e, por outro, uma acumulação nacional limitada, já que parte da acumulação é enviada aos países imperialistas.

O principal entrave é a dificuldade em aumentar a já intensa taxa de exploração e não problemas de demanda e financiamento, embora eles possam dificultar a reprodução da acumulação em determinados contextos.

Uma outra tese explica a crise do início da década de 60, não como de *realização*, mas a partir das lutas dos trabalhadores. Na época, teria ocorrido um aumento da taxa de exploração que deprimia relativamente o consumo, sobretudo de bens não-duráveis - vestuário, alimentação, calçados, etc. - dos trabalhadores e dos setores mais empobrecidos da população. Esse fenômeno era acompanhado pelo crescimento da

"classe média", consumidora de bens duráveis. [Oliveira, 1987]

A crise teria sido gerada pelo rompimento com do pacto populista e pela luta dos trabalhadores: "A luta que se desencadeia e que passa ao primeiro plano político se dá no coração das relações de produção.

Pensar que, nestas condições, poder-se-iam manter os horizontes do cálculo econômico, as projeções de investimentos e a capacidade do Estado de atuar mediando o conflito e mantendo o clima institucional estável, é voltar ao economicismo: a inversão cai não porque não pudesse realizar-se economicamente mas sim por que não poderia realizar-se institucionalmente." [Oliveira, 1987, p. 63]

Sem dúvida, a luta dos trabalhadores foi fundamental para o desencadeamento do golpe de 64 e para as dificuldades de reprodução do capitalismo brasileiro no início da década de 60. Porém, essa abordagem esquece a especificidade da acumulação capitalista no Brasil, que reside em seu caráter subordinado.

A luta dos trabalhadores dificultava a intensificação da taxa de exploração e, ao mesmo tempo, atemorizava os setores mais conservadores. No entanto, isso não era suficiente para explicar o golpe de 1964.

A dificuldade na acumulação capitalista brasileira do início da década de sessenta está ligada, por um lado, ao seu caráter subordinado e, por outro, à luta dos trabalhadores.

A acumulação subordinada exige uma super-exploração dos trabalhadores que se intensificaria naturalmente, caso não houvesse resistência. Mas como a resistência existe e, naquele contexto histórico, tornou-se mais forte, o processo de acumulação encontrou dificuldade para prosseguir.

A grande questão é que, naquele período histórico, não apenas a acumulação subordinada no Brasil atravessava dificuldades, pois este processo era mundial, tal como colocamos anteriormente.

Essa crise do regime de acumulação intensivo-extensivo provocava a necessidade de aumento da exploração em escala mundial, o que significava aumentar o processo de exploração sem alterar o regime de acumulação.

Assim, as lutas dos trabalhadores criavam um obstáculo ao processo de intensificação da exploração necessária, por um lado, à acumulação subordinada brasileira e, por outro, à acumulação norte-americana. Assim sendo, os setores conservadores, ou seja, o capital norte-americano e transnacional, a burguesia brasileira e suas classes auxiliares, etc., uniram-se para combater essa resistência. Assim o fazendo, possibilitariam uma intensificação do processo de exploração *nacional*, como efetivamente ocorreu, nos anos posteriores ao golpe de 1964, e o crescimento da exploração *internacional*, que gerou, na década de setenta, a Comissão Trilateral.

Destaque-se que a grande preocupação da Comissão Trilateral era o controle internacional, [Asmann, 1979] que procura, por um lado, a solução da crise do regime de acumulação no seu interior e, por outro, ao mesmo tempo, já anunciava elementos que seriam desenvolvidos no regime de acumulação posterior, expressando, assim, um período de transição.

Não foi sem razão a ampla participação dos norte-americanos no desencadeamento do golpe de 64. Ela era uma necessidade do capitalismo norte-americano em crise, que precisava aumentar a exploração internacional para compensar suas dificuldades de reprodução.

Desta forma, o golpe de 1964 foi produto da ofensiva capitalista realizada pelas potências imperialistas, com destaque aos EUA, com o apoio da burguesia brasileira e de outros setores, que conseguiu produzir um amplo aparato repressivo e desalojar do governo setores populistas e reformistas que tinham dificuldades em atacar diretamente os trabalhadores e aumentar o processo de exploração.

Portanto, o discurso segundo o qual o golpe foi realizado para evitar a formação de uma "república sindicalista", para combater o comunismo, para acabar com a corrupção, não passa de pretexto visando justificar e legitimar um processo intensivo de repressão que procurava possibilitar processo igualmente intensivo de exploração.

Tudo isso para aumentar o processo de acumulação capitalista no Brasil, a fim de sustentar as necessidades da burguesia brasileira e a transferência de mais-valor exigidas pelos países imperialistas, principalmente pelos Estados Unidos. Em síntese, foi a ascensão da luta operária e de outros setores sociais que promoveu a necessidade de transição da democracia burguesa para a ditadura, pois apenas esta última possibilitaria a ampliação da taxa de exploração naquele contexto histórico, o que era necessidade vital do capital no período. ♦

BIBLIOGRAFIA CITADA

AMIN, Samir. Uma crise estrutural. In: AMIN, Samir (org.). *A crise do imperialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
 ASMANN, H. (org.). *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Petrópolis: Vozes, 1979.
 BENAKOUCHE, Rabah. *Acumulação mundial e dependência*. Petrópolis: Vozes, 1980.
 BENAKOUCHE, Rabah. *Inflação e crise na economia mundial*. Petrópolis: Vozes, 1981.
 CASTRO, Sandra. Apogeu e crise do populismo: 1954/1964. In: Löwy, M. e outros. *Movimento operário brasileiro: 1900/1979*. Belo Horizonte: Vega, 1980.
 DOWBOR, Ladislau. *A formação do Terceiro Mundo*. 8 ed. São Paulo:

Brasiliense, 1987.
 EMMANUEL, Arghiri. *A Troca Desigual*. In: AMIN, Samir e outros. *Imperialismo e comércio internacional*. São Paulo: Global, 1981.
 GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
 GRANOU, André. *A crise internacional do capital*. Porto: Escorpião, 1974.
 MANDEL, E. *A crise do capital*. São Paulo: Ensaio, 1990.
 MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
 MICHIN, S. S. *Processo de concentração de capital no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
 MORAES, Maria. Considerações sobre a

Crise de 1964. In: MANTEGA, G. & MORAES, M. *Acumulação monopolista e crises no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
 OLIVEIRA, Francisco. *Crítica a razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.
 POERNER, Arthur. *O poder jovem*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
 TAVARES, M. C. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Ensaios sobre a Economia Brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
 VIANA, Nildo. Capital, espaço e desigualdade. Boletim Goiano de Geografia/UFG Vol. 20, nº 1/2, Dez. 2000.
 VIANA, Nildo. *Estado, democracia e cidadania*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

O último governo populista da história da república brasileira foi marcado por fortes crises na esfera política. Os anos em que João Goulart ocupou a Presidência da República, seja sob o molde parlamentarista (setembro 1961/janeiro 1963), seja sob o presidencialista (janeiro 1963/março 1964), serão sempre lembrados como um período no qual diversos sujeitos sociais encontraram-se envolvidos em uma ferrenha disputa política pautada por distintos projetos de nação, com consequências "fratricidas" para a estabilidade social do país.

A "Legalidade" do Golpe: o controle dos trabalhadores como condição para o respeito às Leis⁽¹⁾

Felipe Abranches Demier

Um dos componentes desta grave crise social e política que atingiu em cheio o governo João Goulart, ferindo-o de morte, foi o embate entre dois dos seus mais importantes sustentáculos: uma parcela significativa da oficialidade "legalista" das Forças Armadas e o movimento sindical organizado, principalmente suas entidades "paralelas", como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Fórum Sindical de Debates (FSD), Pacto de Unidade e Ação (PUA) etc.

Criadas em desobediência à legislação sindical de 1946, estas entidades não se encontravam, portanto, tuteladas pelo Ministério do Trabalho, como exigia a estrutura sindical corporativista então vigente.

Os estudiosos do Governo João Goulart, tendo sempre em mente o fim trágico do mesmo e

Felipe Abranches Demier é graduado em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Organizou o livro "As transformações do PT e os rumos da Esquerda no Brasil".

sua substituição por uma ditadura militar através de um golpe, empenharam-se – e empenham-se – em apontar, de formas diferenciadas, as razões do fracasso do último governo populista brasileiro. Todavia, entendemos que nenhum deles se dedicou prioritariamente a esse conflito entre os dois alicerces de sustentação do governo Jango, que acabaria por ocasionar o enfraquecimento do mesmo. Tentaremos neste artigo, de forma sintética, discutir essa crise político-militar que consideramos fundamental para os interessados em se debruçar sobre a crise do regime populista, e em especial, do governo Goulart.

A importância da chamada "corrente"⁽²⁾ "legalista" nas Forças Armadas enquanto vital alicerce do governo Jango é facilmente perceptível aos olhos dos que se detêm sobre esse período. Basta nos remetermos ao episódio da posse do presidente Goulart para concluirmos que esta se deveu em grande parte ao papel desempenhado pelos militares "legalistas" após a renúncia de Jânio Quadros (25 de agosto de 1961), quando os três ministros militares – o general Odílio Denys, o brigadeiro Grinn Moss e o almirante Sílvio Heck – empenharam-se ferozmente para impedir que Jango ascendesse ao posto de presidente da República, apresentando um veto no Congresso Nacional a sua posse.

O empenho da oficialidade "legalista", de sentido contrário aos dos ministros militares, somou-se ao de entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE), partidos de esquerda, sindicatos, intelectuais e artistas e, mesmo, setores políticos conservadores, possibilitando assim que João Goulart assumisse o lugar que lhe cabia constitucionalmente – embora Goulart tenha assumido sob um regime parlamentarista, solução "encontrada" para a crise, que lhe retirou parte de seus poderes como chefe da nação.

Além deste aspecto que remete às "origens" do governo Goulart, a importância da oficiali-

dade "legalista" pode ser indicada por uma colocação mais estrutural, do ponto de vista da análise Estado-sociedade. A oficialidade "legalista" é, naturalmente, parcela integrante e constitutiva das Forças Armadas. O papel das F.F.A.A. enquanto agente mantenedor da ordem política estabelecida é notório ao longo da história contemporânea mundial, sejam essas ordens políticas baseadas em ditaduras ou em democracias liberais. No caso do Brasil, a importância desse garantidor da ordem – ainda mais de uma parcela confiável aos olhos do chefe da nação, como era o caso da relação Goulart-"legalistas" – potencializa-se enormemente, tendo em vista o número alto de tentativas golpistas – fracassadas ou não – na nossa recente história política – 1945, 1954, 1955, 1956, 1959, 1961 e, finalmente, 1964.

A importância do movimento sindical, através de suas entidades "paralelas", enquanto alicerce do governo Goulart era também crucial. Tal como fizemos no caso da oficialidade "legalista", podemos nos remeter ao papel do movimento sindical no episódio da crise da legalidade em agosto/setembro de 1961. Através da constante palavra de ordem "greve geral", importantes líderes sindicais, como Dante Pelacani, Hércules Correia, Oswaldo Pacheco, Roberto Morena, constituíram um Comando de Greve dos Trabalhadores, fazendo com que uma parcela substancial da classe trabalhadora se aglutinasse, em 1961, na "Campanha da Legalidade" que objetivava a posse de Jango.⁽³⁾ No ano seguinte, durante o IV Encontro Sindical Nacional, o Comando de Greve dos Trabalhadores se transformaria no Comando Geral dos Trabalhadores (CGT),⁽⁴⁾ mais importante entidade "paralela" do movimento sindical brasileiro e principal inimigo da oficialidade "legalista".

Podemos afirmar que a base social mais fiel ao presidente Goulart era o movimento sindical. Isso se devia não só ao fato de os interesses "nacional-reformistas" do último período de

Jango – "reformas de base" – "coincidirem" com os interesses das entidades "paralelas" – esses porém, de tom mais extremado –, mas também à própria trajetória do político João Goulart. Devemos lembrar que, desde os tempos em que fora ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (1953-1954), Jango já estabelecera boas relações com os sindicalistas localizados mais à esquerda – ligados ao Partido Comunista do Brasil – PCB –, estimulando inclusive a formação de entidades "paralelas", como a União Geral dos Trabalhadores (UGT).⁽⁵⁾ Durante seu governo, Jango chegou a fazer declarações do tipo: "[...] procurei assegurar a liberdade a todos os trabalhadores brasileiros [...] procurei organizar os sindicatos"⁽⁶⁾ e o "Comando Geral dos Trabalhadores é o organismo superior da classe trabalhadora no Brasil".⁽⁷⁾ Essa relação bastante próxima entre os quadros sindicais e o poder executivo foi chamada por Francisco Weffort de "intimidade palaciana".⁽⁸⁾

"Legalistas" contra os golpes do imperialismo

Sem sombra de dúvida, a ideologia "legalista"⁽⁹⁾ é mais complexa do que pode aparentar. Sabemos que, em última instância, ela protege e assegura juridicamente a propriedade, a "mais-valia", a reprodução do capital e das relações sociais de produção.⁽¹⁰⁾

Todavia, reduzindo-se – ou ampliando-se – o escopo analítico para a influência da ideologia "legalista" no processo político brasileiro, isto é, para a sua utilização em meio às disputas entre classes, frações e subfrações sociais pela hegemonia do aparelho estatal, nos deparamos com situações históricas distintas, em função dos diversos interesses políticos e sociais perseguidos pelos personagens que dela fi-

O embate entre esses dois importantes sustentáculos do governo João Goulart contribuiu para o enfraquecimento das suas estruturas sociais e políticas de sustentação, já que os militares "legalistas" não toleravam, em hipótese alguma, a existência e a proliferação dessas entidades "paralelas", consideradas por eles como "ilegais" e "subversivas", nem as constantes greves provocadas por elas, qualificadas da mesma forma. Acreditamos que as alterações ocorridas no sistema sindical brasileiro na primeira metade dos anos sessenta, devido ao surgimento significativo de entidades "paralelas" – CGT, PUA, FSD etc. – e da estreita relação que elas mantinham com o governo Goulart, conduziram a uma mudança no sentido político nas intervenções de parte da oficialidade "legalista", que passaram então a possuírem um caráter "reacionário", diferentemente do que ocorrera em 1954, 1955 e 1961, como veremos a seguir.

zeram uso. Certa vez, Francisco Weffort indagou: "[...] que outro modo haveria para decifrar a estrutura real das ideologias senão indo às práticas políticas que elas inspiram?"⁽¹¹⁾

Caso sigamos o método científico proposto por Weffort com o intuito de "decifrar a estrutura real" da ideologia "legalista", no que diz respeito a sua inserção no cenário político brasileiro, encontraremos, decerto, algumas dificuldades.

Tomando o plano genérico da organização produtiva – lato senso – da sociedade brasileira, sabemos que a ideologia "legalista" funcionou sempre como mantenedora da mesma, isto é, inspirou práticas políticas que asseguraram,

5 — VICTOR, Mário. *Cinco anos [...]. Ob. cit.*, p. 436. ;

6 — *Idem*, p. 486. ;

7 — *Idem*, p. 453

8 — WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964. in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº 2, pp. 3-12 (2ª parte), janeiro de 1979, p. 4.

9 — Tratamos legalismo como uma forma de ideologia, no sentido atribuído por Marx, mais precisamente quando se dedicou à análise concreta das relações capitalistas adiantadas (os *Grundrisse* e *O capital*, mais especificamente). Ver LARRAIN, Jorge. Ideologia. in BOTTOMORE, Tom (Org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988. pp. 183-7. Ver também GOODRICH, Peter. Positivismo jurídico. in BOTTOMORE, Tom & OUTHWAITE, William. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. p. 597.

10 — ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado: notas para uma investigação. in ZIZEK, Slavoj (Org.). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. pp. 105-2.

11 — WEFFORT, Francisco. Democracia e movimento operário. (3ª parte). *Ob. cit.*, p. 14.

1 — Este artigo tem como base o capítulo "Legalismo na política brasileira (1954-1964): um breve histórico" de minha monografia de graduação na UFRJ (finalizada em 2004) intitulada "Soldados x Oficiais: o general Peri Constant Bevilacqua no Comando do II Exército em São Paulo (1962-1963)", orientada pelo professor Renato Lemos.

2 — PEIXOTO, Antônio Carlos. "Exército e Política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação". In: ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s. d., pp. 34-35.

3 — VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil: de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. p. 436.

4 — MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002. p. 58.

de uma forma ou de outra, as relações de produção do sistema capitalista nacional. Entretanto, no que diz respeito às formas políticas pelas quais a produção capitalista se organizou a partir dos anos 50, a ideologia "legalista" demonstrou que foi um importante elemento nas disputas que acabaram ora por manter (1954, 1955, 1961), ora por substituir (1964), os regimes políticos que comandavam o Estado burguês brasileiro. Passando os olhos por um período recente da história política do país (1954-1964), percebemos que a "defesa da legalidade" foi utilizada por grupos sociais distintos, e até mesmo antagônicos.

No episódio do suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, capítulo final de uma crise política que afligiu seu segundo governo, oriunda das crescentes contradições entre as novas formas de acumulação imperialista e o regime populista nacional, a defesa da ordem legalmente constituída adquiriu um caráter "progressista", encampando a luta pela manutenção do modelo econômico industrial de tipo nacionalista contra o afã golpista dos grupos ligados mais diretamente ao capital estrangeiro, associados a Carlos Lacerda e aos militares organizados no "Movimento 24 de Agosto". É necessários ressaltarmos que quando utilizamos o termo "progressista", em hipótese alguma lhe atribuímos uma conotação positiva, no que diz respeito aos anseios da classe trabalhadora por emancipação.

Entendemos por "progressistas" as forças nacionalistas e populistas de esquerda que, inegavelmente, neste período, possuíam contradições com o imperialismo e suas tentativas de golpe. Todavia, não podemos tratar "nacionalismo" e "liberalismo" de forma antitética, estabelecendo uma "separação radical" entre ambos, já que, em questões estruturais, de classe, ambos estiveram de braços bem dados.

Em meio a outro ambiente golpista, a 11 de novembro de 1955, um movimento militar, que ganharia como nome a data do mesmo — "Movimento 11 de Novembro" —, liderado pelo marechal Henrique Teixeira Lott, então ministro da Guerra demissionário, ocupou prédios pú-

blicos, jornais e estações de rádio com o fito de garantir o cumprimento das normas constitucionais. Acusando o então presidente Carlos Luz de estar ligado aos golpistas, mais uma vez liderados por Lacerda, que objetivavam impedir a posse de Juscelino Kubitschek e seu vice Goulart — eleitos em 3 de outubro do mesmo ano (1955) —, sob o pretexto de que ambos desfrutavam do apoio dos comunistas, o "contra-golpe preventivo", para usarmos a terminologia de Lott e seus seguidores, dos "legalistas" fez com que no mesmo dia a Câmara do Deputados Federais transferisse, por 185 a 72 votos, o poder presidencial para o presidente do Senado, Nereu Ramos, possibilitando assim que o resultado eleitoral acabasse por ser respeitado e que JK e Jango chegassem a Presidência e Vice-Presidência, respectivamente, pouco tempo depois.⁽¹²⁾

Referindo-se ao fato, aparentemente paradoxal, de que a preservação da ordem legal foi assegurada a partir de atitudes ilegais, como cercamento de prédios públicos, Skidmore escreveu: "A intenção de Lott era garantir as regras do processo eleitoral, porém, a ironia de sua devoção à 'legalidade' repousava no fato de que esta mesma 'legalidade' teve de ser garantida por um ato arbitrário de um golpe militar."⁽¹³⁾

Contudo, mais uma vez, uma intervenção de cunho "legalista" encerrava uma feição "progressista", defendia com armas a permanência do regime populista contra a ameaça golpista dos antigetulistas liberais. O interessante é que o próprio JK em seu governo, através de sua política econômica de abertura ao grande capital internacional, fortaleceria os mesmos setores burgueses que articulariam o golpe final contra o populismo em 31 de março de 1964 — inviabilizando, inclusive, a provável candidatura de JK à Presidência em 1965.

No entanto, a intervenção "legalista" mais emblemática ainda estava por vir. Em 25 de agosto de 1961, o recém-empossado presidente da República, Jânio Quadros, renunciou, provocando uma grave crise institucional, política e militar no país. Os três ministros militares anunciaram seus vetos à posse do vice-presi-

dente João Goulart, que se encontrava na República Popular da China, contrariando assim o artigo 79 da Constituição Federal de 1946.

Herdeiro do período mais nacionalista de Vargas (1951-1954), no qual fora ministro do Trabalho, Jango era líder do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, pela segunda vez, vice-presidente da República. Pelos militares conservadores, era identificado como um nacionalista radical próximo aos comunistas.

Após o veto da cúpula militar à posse de Jango e a ameaça de prisão do líder trabalhista, caso João Goulart pusesse os pés no país, os grupos sociais favoráveis à manutenção da ordem constitucional, isto é, à posse de Jango, organizaram-se rapidamente. Liderados pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, as forças "legalistas" organizaram um movimento que ficaria conhecido como "Campanha da Legalidade". Brizola, que havia ocupado militarmente a Rádio Guaíba e a Rádio Farroupilha de Porto Alegre para transmitir mensagens em prol da posse de Goulart — a chamada "Cadeia da Legalidade" chegou a contar com até 104 estações de rádio entre gaúchas, paranaenses e catarinenses⁽¹⁴⁾ — dispunha apenas da Brigada Militar gaúcha e de setores da população civil que se armavam deficientemente para o provável conflito, além dos apoios "legalistas" dos governadores de Goiás, Mauro Borges, e do Paraná, Nei Braga.

No entanto, desobedecendo às ordens do ministro da Guerra Denys de pôr fim ao movimento de resistência "legalista", bombardeando, "se necessário", o Palácio Piratini, o comandante do III Exército, general Machado Lopes, afirmando que só acataria ordens pautadas pela Constituição, aderiu ao movimento "legalista", proporcionando a este um salto qualitativo. Devido ao apoio bélico do III Exército, a correlação de forças entre "legalistas" e golpistas sofreu substanciais alterações.

O general Machado Lopes contava com o apoio do general Oromar Osório, da 1ª Divisão de Infantaria, do general Benjamin Galhardo, da 5ª Região Militar sediada no Paraná, além do general Peri Constant Bevilacqua, então co-

mandante da 3ª Divisão de Infantaria sediada em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Este estado transformou-se assim no grande bastião da legalidade, e seria por lá que João Goulart chegaria ao Brasil para, no dia 7 de setembro de 1961, ser empossado como presidente da República, porém, sob um regime parlamentarista instituído pela emenda constitucional nº 4, solução aceita por Jango e pelos ministros militares para pôr fim à crise.⁽¹⁵⁾

O caráter "progressista" do movimento civil-militar de agosto/setembro de 1961 foi claro. Amplos setores da população, militares, trabalhadores, estudantes, intelectuais e artistas posicionaram-se contra mais uma tentativa de derrubada do populismo por parte do grande capital estrangeiro articulado com liberais burgueses, setores médios conservadores e militares golpistas que, como não poderia deixar de ser, contavam com o apoio de Carlos Lacerda, então governador da Guanabara.

Como em 1954 e 1955, a defesa da Constituição e da democracia contrariava, no nível das estruturas de poder, os interesses da burguesia "cosmopolita" brasileira. De 1954 a 1961, os movimentos "legalistas" possuíam, de forma geral, um sentido "progressista", pró-populista, o que possibilitou a extensão desses governos de "colaboração de classes" e de ímpeto nacionalista — moderados ou radicais — por mais tempo.

Somente nos anos do governo João Goulart é que começamos a assistir a uma divisão substancial nas forças "legalistas", no que diz respeito ao sentido político da utilização de bandeiras como "defesa da legalidade" e "defesa da Constituição". Neste momento, nos deparamos com notórios "legalistas" passando a se agrupar com setores políticos que aspiravam ao fim do regime populista. No entanto, antes de passarmos ao legalismo à época do governo João Goulart, devemos ressaltar que, mesmo no período 1954-1961, o artifício da "defesa da legalidade" foi também utilizado pelos grupos ligados ao capital estrangeiro e setores conservadores em geral.

Anteriormente, na vitória de Vargas nas eleições de 1950, a União Democrática Nacional

12 — SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000. pp. 194-7.

13 — *Idem*, p. 197.

14 — VICTOR, Mario. *Cinco anos [...]*. Ob. cit., p. 355.

15 — *Idem*, p. 403.

(UDN), liderada pelo deputado Aliomar Baleiro e contando com o apoio do jovem jornalista Lacerda, buscou impedir a posse do presidente eleito alegando que este não alcançara a maioria absoluta dos votos (50% + 1 voto), condição essa, segundo os partidários da UDN, necessária para obter uma vitória respaldada pela Constituição vigente. Todavia, segundo as normas constitucionais relativas ao processo eleitoral, bastaria apenas a maioria simples dos votos para que o candidato fosse declarado presidente. Ou seja, o candidato que possuísse o maior número de votos entre os demais seria eleito presidente da República.

Cumprindo a Constituição, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proclamou em dezembro Getúlio Vargas presidente (que havia obtido 48,7% dos votos) e Café Filho vice-presidente.

A alta hierarquia militar comandada pelo general Canrobert Pereira da Costa, ministro da Guerra do presidente Eurico Gaspar Dutra, rejeitou normalmente a decisão do TSE.

Em outubro de 1955, quando da vitória de JK nas urnas, a UDN chegara a votar internamente o intuito de contestar o resultado eleitoral, alegando mais uma vez o fato de o candidato mais votado não ter alcançado a maioria absoluta dos votos. No entanto, como este método golpista, apresentado como uma "interpretação fiel da Constituição", já se mostrara fracassado, a tentativa não foi levada à frente.⁽¹⁶⁾

Gradativamente, as forças antigetulistas perdiam as esperanças de alcançar o poder por caminhos eleitorais, isto é, a partir das normas constitucionais vigentes. Contudo, o discurso "legalista", mesmo que como fachada, continuaria a ser alardeado por estes setores conservadores.

Até mesmo em um momento no qual a Constituição não deixava dúvidas quanto às medidas a serem adotadas, como no episódio da renúncia do presidente Jânio Quadros, em agosto de 1961 – o artigo 79 da Constituição de 1946 deixava claro que o vice-presidente deveria assumir –, a tentativa golpista dos grupos antigetulistas liderados pelos ministros militares calçou-se no discurso da "defesa da legalidade" para justificar suas atitudes arbitrárias.

Em uma situação na qual a divisão entre "legalistas" e golpistas estava claramente delimitada, tendo inclusive o movimento de resistência ao veto dos ministros militares ganhado o nome de "Campanha da Legalidade" e o conjunto de estações de rádio que defenderam a posse de Jango o nome de "Cadeia da Legalidade", os construtores da empresa golpista não se furtaram de invocar parâmetros legais que "legitimariam" suas posições. O então ministro da Guerra, Odílio Denys, um dos expoentes do movimento "legalista" de 11 de novembro de 1955, explicaria seu veto à posse de Jango recorrendo a artifícios "legais".

Considerando Jango uma ameaça aos poderes constitucionais, devido ao caráter "subversivo" do líder do PTB, e pautando-se no artigo 177 da Constituição que atribuía aos militares o papel de defensores desses poderes, Denys, a parir de um verdadeiro malabarismo teórico realizado quase vinte anos depois do ocorrido, afirmou ter sido a posição tomada pelos ministros militares dotada de conteúdo "legal":

"Tudo se explica dentro dos mais rigorosos princípios da boa fé. É só raciocinar com clareza e ânimo patriótico. Com efeito, João Goulart, quer conduzindo o seu partido, o PTB, para a extrema-esquerda, quer admitindo infiltrações de notórios comunistas nos seus quadros e no seu comando, ou, ainda, promovendo alianças partidárias com os esquerdistas de todas as matizes, desde a esquerda moderada e democrática até a esquerda extremada e revolucionária, tornou-se presa dos seus aliados, que por certo dele se utilizariam, como o fizeram depois, como instrumento de seus planos de implantação no Brasil de um Estado estrangeiro [...].

Aliados aos comunistas, vinculado a compromissos que assumiu com eles, Goulart tornou-se tão perigoso, do ponto de vista da vivência das instituições democráticas quantos os comunistas mesmos, de tal maneira que sua investidura na Presidência da República podia, na verdade, ensejar a investidura de comunistas, por via oblíqua, nos altos postos do governo [...].

Ora, é sabido que a Constituição Federal de 1946, no seu art. 141, § 13, proíbe a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer

partido ou associação cujo o programa ou ação contrarie o regime democrático, e que o art. 58, da Lei n.2.550, de 25.7.1915, que alterou disposições do Código Eleitoral, ordena que se negue o registro a candidatos que, pública ou ostensivamente, façam parte ou sejam adeptos de partido político cujo registro tenha sido cassado com fundamento no art.141 § 13, da Constituição Federal.

Vale dizer que, no Brasil, o Partido Comunista está fora da lei, e que a lei eleitoral não permite sequer o registro de candidato comunista a cargo eletivo. Pois bem, a Constituição e a lei ordinária que expressam essas proibições não podem permitir que exerça qualquer cargo eletivo o cidadão que, embora eleito como democrata, como não-comunista, veio a tornar-se comunista depois de investido no cargo para o qual foi eleito.

Se os textos legais expressam uma proibição, é evidente, dentro dos mais rudimentares princípios jurídicos, que a inobservância da norma proibitiva conduz à nulidade o ato proibitivo.

Em outras palavras: se João Goulart declinasse sua convicção comunista, sua vinculação ao Partido Comunista, não seria admitido a candidatar-se à Vice-Presidência, e portanto não teria ensejo de suceder a Jânio Quadros. Assim também, embora eleito vice-presidente da República, embora na posse do direito de assumir a Presidência quando Jânio Quadros renunciava, impedido estava ele de exercer o cargo, pelo fato de haver-se, depois de eleito, vinculado aos comunistas e ao Partido Comunista, tornando-se ele mesmo um comunista, o que evidentemente o tornou incompatibilizado para exercer a Presidência. [...]

E porque na Constituição não se encontra remédio para tal aberração jurídica, o normal é que as Forças Armadas, que se destinam, como expressa o art. 177 da Constituição Federal, a defender a Pátria e a garantir os deveres constitucionais, a lei e a ordem, o normal é que as Forças Armadas, na emergência de um comunista se investir na Presidência da República, a isso se oponham, a isso desaconselhem [...].

Assim sendo, quando as Forças Armadas, em agosto de 1961, desaconselharam a posse de Goulart na Presidência da República, nada mais fizeram que cumprir o mandato constitucional do artigo 177, já invocado, pois na verdade, nessa emergência, *elas só fizeram defender a Pátria, garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.*⁽¹⁷⁾

Podemos perceber como até mesmo as ações mais inconstitucionais e ilegais tinham a necessidade de serem expostas pelos sujeitos promotores das mesmas enquanto atitudes legais e constitucionais. O primado da lei no plano ideológico da sociedade contemporânea, e mais especificamente, no da política brasileira da época, tal como hoje, constitui-se em algo facilmente observável neste caso, da mesma forma que a maleabilidade e a inconsistência da doutrina "legalista", passível de ser utilizada concomitantemente por grupos políticos rivais, pode ser verificada sem muitas dificuldades.

É bom lembrarmos que essas utilizações do discurso "legalista" enquanto promotoras de atos golpistas por parte do grande capital estrangeiro e dos setores conservadores nacionais até o início do governo Jango não ocuparam, senão, uma posição marginal dentro daquilo que poderíamos chamar de "campo legalista", isto é, daqueles que, de alguma forma, "fundamentavam" suas atitudes na defesa da lei e da Constituição. De forma geral, os membros deste "campo" tiveram seus posicionamentos políticos ligados a interesses "progressistas", nacionalistas, direcionados para a defesa dos governos populistas legalmente eleitos entre 1954-1961.

No caso das Forças Armadas, a ligação dos "legalistas" aos interesses "progressistas" pode ser percebida nas composições das chapas para a disputa da presidência do Clube Militar, nas alianças que se formaram entre "legalistas" e nacionalistas com o fito de derrotar os antigetulistas liberais e golpistas. A composição da chapa que teve como candidato a presidente do Clube Militar o general Peri Bevilacqua, em 1962, é exemplar desta organização das forças políticas no interior das Forças Armadas.⁽¹⁸⁾

16 — SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio Vargas [...]*. Ob. cit., p. 189.

17 — DENYS, Odílio. *O ciclo revolucionário brasileiro*, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1993, pp. 79-81. Grifo meu.

18 — Ver PEIXOTO, Antônio Carlos. "O clube militar e o confronto no seio das Forças Armadas (1945-1964)" in ROUQUIÉ, Alain (coord). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s. d., p. 108.

Se, nas Forças Armadas, a aliança entre "legalistas" e nacionalistas pode ser entendida pelo fato de que a primeira corrente estava estruturalmente ligada, desde sua gênese, à segunda;⁽¹⁹⁾ no plano político geral – incluindo obviamente também os militares –, o sentido "progressista" das intervenções "legalistas" explica-se pelo fato de que, em todos os momentos de crise institucional do regime populista no país (1954, 1955, 1961), a Constituição estivera ao lado dos nacionalistas e "progressistas". Em 1954 e 1961, cabia, segundo as normas constitucionais vigentes, aos vice-pre-

"Legalistas" e golpistas contra os trabalhadores

Seria somente durante o governo João Goulart que a relação entre "legalistas" e "nacionalistas" começaria a se modificar. Insatisfeitos pela aproximação do Poder Executivo com as organizações sindicais "paralelas", consideradas ilegais, alguns representantes do "campo legalista" passaram a fazer sucessivas críticas ao governo federal e estabelecer relações mais cordiais com conhecidos conservadores golpistas.

A proliferação de entidades sindicais que escapavam à tutela do Ministério do Trabalho, como o CGT, o PUA e o FSD, fez com que setores "legalistas", tradicionalmente identificados com posturas "progressistas", considerassem que a ordem, a lei e a Constituição encontravam-se ameaçadas. Sendo o "legalismo progressista", mencionado anteriormente, identificado e compatível com a estrutura sindical corporativista, ou seja, com o controle legal da classe operária pelo Estado burguês, em um momento no qual as organizações sindicais dos trabalhadores livravam-se, ainda que débil e incompletamente, das amarras dessa estrutura, começava a se desnudar o conteúdo anti-operário do "legalismo".

O chamado "Poder Sindical", adjetivado pelos "legalistas" e conservadores como o "quarto poder", numa referência aos três poderes da nação: Executivo, Legislativo e Judiciário, surgia como um elemento novo e desestabilizador

sidentes, Café Filho e Goulart, respectivamente, assumirem a Presidência da República, enquanto que em 1955, cabia ao candidato eleito, JK, tomar posse. Faz-se necessário destacar, para compreendermos o apoio dos "legalistas" aos nacionalistas nesses episódios, que em nenhum desses momentos críticos da institucionalidade esteve colocado, substantivamente, como o seria durante o governo Jango, uma ameaça por parte dos trabalhadores de extrapolação da estrutura sindical corporativa e do papel submisso que lhes era destinado pelas classes dominantes brasileiras.

da estrutura social vigente na mente de muitos que se consideravam "defensores da legalidade". Segundo os "legalistas", seria através do "Poder Sindical" que Jango, insatisfeito com as posturas políticas dos outros poderes, em especial, o Legislativo, tentaria levar a cabo as chamadas "reformas de base".

Nesse contexto, ser "legalista", no sentido de defender a Constituição vigente, significava, para os "legalistas", uma ruptura com o governo legalmente constituído. O governo Goulart, segundo os "defensores da lei", ignorava a Carta Constitucional de 1946, permitindo a manifestação do proletariado por sobre a legislação sindical corporativista que o engessava. Em outras palavras: enquanto os sindicatos encontraram-se sob o controle da estrutura corporativista de matriz fascista, criada pelo Estado-Novo e preservada intacta pela Constituição "liberal" de 1946 – o que demonstra sua utilidade e eficiência para atender aos interesses da burguesia brasileira, mesmo sob um regime democrático –, a lei, a ordem e a tranqüilidade estavam asseguradas.

Todavia, a partir do momento em que a classe trabalhadora começou a se organizar mais livremente por intermédio das organizações "paralelas", funcionando estas como instrumentos de mobilização política para a defesa dos interesses "nacional-reformistas" de Jango, a legalidade, para os "legalistas", encontrava-

se ferida de morte. Como bem salientou Peixoto, ser "legalista" sob o governo Jango, no sentido de defender o governo legalmente existente, "representava, até certo ponto, defender o nacionalismo radical. Quando o governo Goulart começa a exigir uma revisão dos quadros constitucionais e a exercer seu poder fazendo aprovar as "reformas de base", a defesa da legalidade constitucional é transferida para as mãos dos antigos 'golpistas'."⁽²⁰⁾

Os antigos golpistas, que mais uma vez viviam a derrubada de um governo democraticamente eleito, tinham agora a seu lado a companhia de antigos "legalistas". Se no que diz respeito aos golpistas, a bandeira da "defesa da legalidade" significava apenas a manutenção de uma palavra de ordem de grande apelo contra os nacionalistas e populistas de esquerda, no relativo aos "legalistas", ela não representava nada mais do que a agonia de setores sociais diante do estado crítico do mecanismo de controle dos trabalhadores por parte do Estado que até então havia funcionado relativamente bem.

A ofensiva do movimento sindical contra os limites impostos a sua atividade pelas amarras da legislação sindical vigente deu-se com enorme intensidade sob o governo de Jango. As organizações "paralelas" passaram a ser atores de primeiro plano na cena política nacional, protagonizando diversos episódios nos quais demonstraram tanto sua capacidade de reagir aos ataques do empresariado quanto suas perspectivas programáticas referentes ao país.

Para Marcelo Badaró Mattos, estudioso do movimento sindical brasileiro, essa ofensiva do movimento sindical significava uma tentativa de superação, ainda que de forma incompleta, da estrutura sindical corporativa: "A força política, a trajetória grevista ascendente e o crescimento no nível de mobilização alcançado pelo sindicalismo entre 1955 e 1964 explicam-se, em grande parte, pelo surgimento de organizações paralela ao sindicalismo oficial. Organizações paralelas de base (como as comissões sindicais por empresa), intersindicais (como os pactos e

as comissões regionais), ou de cúpula (como o CGT), que representavam a tentativa de criar canais de mobilização para além dos limites da estrutura sindical montada pelo Estado nas décadas de 30 e 40."⁽²¹⁾

Neste contexto, as greves adquiriram uma importância fundamental enquanto papel conturbador da ordem social. Constantes no governo Jango, assumiam um caráter cada vez mais político e menos "economicista".⁽²²⁾ Fomentadas em sua maioria pelas organizações "paralelas", as greves serviram de instrumentos políticos de agitação por parte dos "nacional-reformistas" e comunistas em vários momentos críticos da institucionalidade brasileira, como na troca de ministérios e na polêmica criada em função da data do plebiscito. Em julho de 1962, o movimento sindical combativo, tendo à frente o CGT, construiu uma significativa paralisação dos trabalhadores contra a posse do primeiro-ministro Auro de Moura Andrade, político conservador do Partido Social Democrático (PSD) e então presidente do Senado.⁽²³⁾

A mobilização organizada pelo CGT foi um dos componentes da crise política que fez com que Auro Andrade apresentasse, em menos de 48 horas, sua renúncia ao presidente Goulart. Em setembro do mesmo ano, uma greve geral foi convocada pelo CGT com fito de pressionar o Congresso para que o plebiscito que decidiria sobre a continuidade do regime parlamentar fosse realizado em outubro de 1962, como queria Goulart. Inicialmente, o plebiscito estava marcado para 1965, todavia, Jango almejava realizá-lo ainda em 1962, o que foi visto pelos conservadores como uma tentativa de golpe.

O general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, sediado em Porto Alegre, telegrafou ao ministro da Guerra, general Nelson de Melo, avisando-o que não poderia conter o povo do Rio Grande do Sul caso o plebiscito não fosse realizado até outubro de 1962. Após uma séria ameaça à ordem institucional do país devido às pressões vindas da esquerda e da direita, o

20 — *Idem*, p. 109.

21 — MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores [...]*. Ob. cit., p. 60.

22 — WEFFORT, F. C. Os sindicatos na política: Brasil: 1954-1964. in *Ensaio de Opinião*, 1978, pp. 18-27, p. 26.

23 — Ver MATTOS, M. Badaró. *Trabalhadores [...]*. Ob. cit., p. 59.

plebiscito realizou-se em 6 de janeiro de 1963, restabelecendo o regime presidencialista.⁽²⁴⁾

A interferência rotineira na vida política do país por partê dos grevistas contribuiu para o aumento do temor, bastante difundido nos meios militares, de que Jango, tal como fizera Perón na Argentina, poderia estar construindo uma "República Sindicalista" na qual os sindicatos comporiam o alicerce central do governo em detrimento das Forças Armadas. Este temor, destacado por Skidmore⁽²⁵⁾ e Campos Coelho,⁽²⁶⁾ entre tantos outros autores, encontrava-se presente nas Forças Armadas desde o segundo governo Vargas, no qual Jango fora ministro do Trabalho, e crescera consideravelmente durante o governo Goulart.

A experiência revolucionária cubana de 1959 constituiu-se em mais um elemento para o aumento do receio por parte dos militares, entre eles os "legalistas", de serem desalojados de seu papel na sociedade. Esse medo por parte de alguns setores das Forças Armadas de serem substituídas por milícias operárias, tal como ocorrera em Cuba, já se encontrava expresso no "Manifesto à nação" dos ministros militares em agosto de 1961: "Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe de Governo, o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o País mergulhado na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas, transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas".⁽²⁷⁾

Parecendo aterrorizados com o papel desempenhado pelas organizações sindicais "paralelas", suas greves e sua íntima ligação com o Poder Executivo, tradicionais "legalistas" começaram a passar para o campo dos críticos aos governos populistas, entretanto, carregando nos braços, como não poderia deixar de ser, a Carta Constitucional de 1946.

O epicentro desse conflito entre "legalistas" e sindicalistas deu-se em São Paulo nos anos em que o general "legalista" Peri Constant Bevilaqua ocupou o Comando do II Exército (1962-1963), quando ocorreram violentos choques entre as tropas federais paulistas e as organizações sindicais. Defensor ardoroso da posse de Jango na crise sucessória de 1961, Peri Bevilaqua assumiu o II Exército, em setembro de 1962, mal visto pelos setores conservadores paulistas. Todavia, invocando a "ilegalidade" das organizações intersindicais que escapavam ao controle do Ministério do Trabalho, aproximou-se imediatamente da burguesia industrial paulista, do governador Ademar de Barros e dos setores anticomunistas do estado.

O general "legalista" fez declarações e baixou notas de instrução aos seus subordinados condenando o CGT, o PUA, o FSD e demais entidades sindicais, chamadas por ele de "ajuntamentos, ilegais e espúrios, serpentários de peçonhentos inimigos da Democracia, traidores da consciência democrática".⁽²⁸⁾

Com a repressão militar contínua do II Exército sobre as movimentações operárias, com destaque para as greves, Bevilaqua caiu nas graças das classes dominantes e dos setores golpistas das Forças Armadas. Por conta de sua Nota de Instrução nº 7, que teve por fito atacar o levante dos sargentos em Brasília, ocasionado por acórdão do Supremo Tribunal Federal que confirmava a inelegibilidade dos mesmos, apoiado pelo CGT, Bevilaqua recebeu uma quantidade infindável de congratulações por intermédio de cartas, telegramas e visitas ao II Exército. Industriais, como José Ermírio de Moraes (FIESP), políticos, como Armando Falcão, e militares, como Eurico Gaspar Dutra, Álvaro Fiúza de Castro, Antônio Carlos da Silva Murici, João Batista Figueiredo e Augusto Magessi, seu antigo adversário nas eleições para o Clube Militar, foram alguns dos que se solidarizaram com Bevilaqua.

24 — Ver SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio Vargas [...]*. Ob. cit., pp. 271-272.

25 — SKIDMORE, Thomas. *De Getúlio Vargas [...]* Ob. cit., p. 257.

26 — COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976. pp. 138-140.

27 — Ver VICTOR, Mário. *Cinco anos [...]*. Ob. cit., p. 348.

28 — Nota de Instrução nº 7, baixada por Bevilaqua em 15 de setembro de 1963. Arquivo Peri Constant Bevilaqua, depositado no Museu Casa de Benjamin Constant (IPHAN), localizado no Rio de Janeiro.

Considerando-o um "traidor", o movimento sindical exigiu de Goulart seu afastamento do Comando do II Exército, o que acabou por conseguir em dezembro de 1963, dando uma clara demonstração do peso político que possuía no cenário político nacional. A inflexão política do general Bevilaqua nos revela muito sobre o desenvolvimento da prática "legalista" ao longo dos momentos críticos do regime democrático instaurado em 1946.

Sua "virada" política é sintomática da "virada" do legalismo nos anos do governo Goulart. De combatente da legalidade em 1961, lado a lado com o movimento sindical, passou, em pouco tempo, a inimigo intransigente dos trabalhadores organizados, cerrando fileiras com notórios golpistas travestidos de "legalistas".

O agrupamento destes últimos com figuras como Bevilaqua é demonstrativo de que o anseio de liberdade política e organizativa dos trabalhadores brasileiros foi capaz de provocar alterações significativas no jogo político nacional, fazendo com que os inimigos de ontem se tornassem os amigos de hoje.

Parte significativa dos "legalistas" não mais se chocava com os antivarguistas, liberais burgueses, setores conservadores e golpistas em geral, mas sim, com as organizações sindicais "paralelas" e o governo "nacional-reformista" que lhes dava suporte. Este arco de alianças em

que se viram envolvidos os "legalistas", tal como as conseqüências concretas acarretadas por este nos destinos do regime populista brasileiro, forneceram ao legalismo um sentido político "reacionário" nos anos Goulart.

Acerca disto, René Dreifuss afirmou: "Os políticos não chegaram a rejeitar as regras do pacto populista que proporcionava o terreno no qual eles existiam, mas condenavam o governo por ter inutilizado a ação política de rotinização e conciliação dos partidos ao permitir que as classes trabalhadoras fossem mobilizadas além dos seus métodos tradicionais de controle.

A radicalização da crise, isto é, sua transformação em uma crise de domínio, provocou significativas mudanças no universo ideológico das Forças Armadas em direção a uma atitude intervencionista respondendo a disposições constitucionais e, conseqüentemente, dentro do que era considerado um marco 'legal'.

O abandono de posições leais ao governo e ao próprio presidente por parte dos oficiais militares, bem como a generalização da atitude intervencionista dentro dos altos e médios escalões, dependiam de vários fatores [...] uma grande parcela dos militares sentia que o governo deixara de se comportar adequadamente em termos constitucionais, justificando sua própria intervenção como sendo "dentro dos limites da lei".⁽²⁹⁾

...Aos inimigos a lei

No caso da participação política dos "legalistas" durante o governo João Goulart, não se tratou mais somente de figuras claramente identificadas com o capital estrangeiro e propostas políticas conservadoras fazendo uso da bandeira da "defesa da legalidade" para alcançar fins políticos e econômicos previamente determinados, e sim, de renomados "legalistas" que, aterrorizados pelo avanço político e organizativo dos trabalhadores, passaram a chocar-se com um governo populista de cunho "nacional-reformista" que, de certa forma, permitia este avanço.

A defesa dos códigos jurídicos significava,

para os adeptos do legalismo, um fim em si mesmo, fornecendo as suas práticas políticas — referenciadas única e exclusivamente em uma defesa intransigente das normas constitucionais — um aspecto tautológico. No caso de Bevilaqua, fora assim, em 1961, na "Campanha da Legalidade", e assim fora de novo nos anos em que ocupara o Comando do II Exército.

A tentativa dos ministros militares de evitar a posse de Jango em 1961 era, para Bevilaqua, por exemplo, tão absurda e inconstitucional quanto a existência de entidades como o CGT e as greves provocadas por elas.

Sem parecer importar-se com quem ganha-

29 — DREIFUSS, René. *1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 142.

ria ou perderia com essa defesa incontestada da ordem legal vigente, parcela significativa da oficialidade "legalista" confrontou-se com um importante sustentáculo do governo Goulart, o movimento sindical e suas organizações "paralelas", atacando-o com os porretes da lei.

Este embate teria como resultado a "deserção" do campo governista de um importante contingente de militares "legalistas", que em um primeiro momento, por questões legais, eram favoráveis a Jango.

O tão falado "dispositivo militar" de Jango, esperança de muitos reformistas da esquerda, mostrara-se sem nenhuma consistência. Enfraquecido militar e politicamente, Goulart parecia contar somente com o "Poder Sindical", poder este que se mostraria mais fraco do que os próprios militares "legalistas" imaginavam.

Diferentemente de 1954, 1955 e 1961, a atuação dos "legalistas", ou pelo menos de parte substancial destes, não mais corroborou a manutenção de um governo de "colaboração de classes", populista. Seus aliados durante o governo Jango não foram os mesmos de então, isto é, nacionalistas e até mesmo comunistas – refiro-me ao PCB, partido que nos momentos críticos da legalidade de 1954 a 1961 cerrou fileiras com nacionalistas e "legalistas", com o objetivo de que a ordem constitucional fosse preservada. Liberais, militares anti-varguistas e demais porta-vozes do imperialismo, grupos esses que finalmente em 1964 saíram vitoriosos, constavam agora na lista dos "companheiros de viagem" dos "legalistas".

A participação política dos militares "legalistas" nos anos 1962-1964 encerrou um caráter indubitavelmente reacionário: proporcionou o enfraquecimento de um governo democrático e nacionalista e sua substituição por outro de cunho econômico liberal, favorável ao capital estrangeiro e politicamente ditatorial.

Com efeito, por mais que as práticas políticas dos adeptos do legalismo aparentem, em um primeiro momento, ser frutos da consciência "livre" de sujeitos que decidem sobre suas ações independentemente das condições estruturais e conjunturais da sociedade, sabemos que as verdadeiras motivações destas práticas políticas – e de quaisquer outras – podem ser en-

contradas nas condições objetivas da sociedade, ou seja, no patamar em que se encontra, em determinado momento, a luta entre as classes e frações de classe pelo poder do Estado.

O processo de "inflexão" sofrido pelo "campo legalista", isto é, a sua passagem a uma posição reacionária durante o governo João Goulart, explica-se, objetivamente, pela correlação de força entre as classes sociais no Brasil a partir dos anos sessenta, principalmente no que tange ao fortalecimento da classe trabalhadora e sua transformação em ator político de maior peso, aspecto que impulsionou um enorme temor subjetivo nas classes dominantes brasileiras.

A autonomia organizativa da classe trabalhadora, expressa pela construção das entidades "paralelas", como o CGT, constituiu-se em fator substancial para a composição do novo quadro político no país. Associa-se a isso, o fato de que a classe trabalhadora organizada passava a servir de importante instrumento político para os interesses "reformistas" do populismo de Goulart, populismo que, enquanto modelo econômico, político e social, lutava ingloriamente contra interesses de parcela significativa da burguesia brasileira. A estrutura política republicana brasileira não poderia suportar a classe trabalhadora livre dos grilhões da estrutura corporativista sindical criada por Vargas.

A "defesa da Constituição" foi utilizada pelos "legalistas" – tão confiáveis aos olhos da esquerda reformista – contra um governo legalmente constituído, demonstrando assim que o controle da classe trabalhadora era condição necessária para o respeito às leis. ◆

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALTHUSSER, Louis. "Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado: notas para uma investigação" in ZIZEK, Slavoj (org.). *O mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOTTOMORE, Tom (editor). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

BOTTOMORE, Tom e OUTHWAITE, Willian. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

DENYS, Odílio. *Ciclo Revolucionário Brasileiro*. (memórias: 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964). Rio de Janeiro: Bibliex, 1993.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado* (ação política, poder e

golpe de classe). Petrópolis: Vozes, 1981.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

PEIXOTO, Antônio Carlos. "O clube militar e os conflitos no seio das Forças Armadas" in ROUQUIÉ, Alain (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

PEIXOTO, Antônio Carlos. "Exército e Política no Brasil. Uma crítica dos modelos de interpretação". In: ROUQUIÉ, Alain (coord.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

ROUQUIÉ, Alain. "Os processos políticos nos partidos militares do Brasil: Estratégia de pesquisa e dinâmica institucional" in ROUQUIÉ, Alain. (coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, s.d.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco* (1930-

1964). 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

VICTOR, Mário. *Cinco anos que abalaram o Brasil* (de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

WEFFORT, Francisco C. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964" in *Revista de Cultura Contemporânea*, ano 1, nº 2, pp.3- 12 (segunda parte), janeiro de 1979.

WEFFORT, Francisco C. "Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945/1964" in *Revista de Cultura e Política*, ano 1, nº 1, pp. 11-18 (terceira parte), agosto de 1979.

WEFFORT, Francisco "Os sindicatos na política" (Brasil:1954 -1964) in *Ensaio de Opinião*, 1978, pp. 18-27

Buscaremos neste artigo⁽¹⁾ apontar elementos sobre as relações entre a grande imprensa brasileira e a ditadura militar. Esse foi um momento de consolidação de uma tendência no jornalismo: a dos padrões norte-americanos que se vincula à progressiva dependência do capital externo. Foi estabelecido um "padrão de qualidade", fazendo com que o próprio trabalho jornalístico se tornasse submisso aos interesses dos veículos de comunicação.

Imprensa e Ditadura Militar

padrões de qualidade e construção de memória

Carla Luciana Silva

O fato de que os principais veículos da imprensa brasileiros foram censurados na ditadura não implica em que eles não tenham de diferentes formas apoiado e legitimado o regime. Além disso, reescreveram sua versão sobre sua própria atuação no processo, querendo se mostrar como críticos da ditadura. No caso de *Veja*, a revista tem investido ainda em construir uma memória sobre o golpe que procura amenizá-lo, banalizá-lo e justificá-lo.

Um modelo de imprensa

Um marco histórico na imprensa brasileira é o período dos anos 1950, que possui dois aspectos fundamentais: a entrada de empresas multinacionais e do capital estrangeiro, e as conseqüentes influências dos padrões norte-americanos de jornalismo.

Naquela década, "o modelo norte-americano se implantou no jornalismo nacional, provocando não só a modernização das empresas e dos textos, mas também a profissionalização

Carla Luciana Silva é Professora do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon. É doutora em História pela Universidade Fluminense. carlalssilva@uol.com.br.

dos jornalistas e a constituição de todo um ideário sobre o que era o jornalismo e qual era a sua função social".⁽³⁾

Com as reformas ocorridas nesse período, demarca-se "a passagem do jornalismo político-literário para o jornalismo informativo",⁽⁴⁾ o que se dá sob os parâmetros norte-americanos. A questão maior que estava em jogo era que "a imprensa deixa de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começa a ser pensada como um lugar neutro, independente".⁽⁵⁾

Talvez melhor seria dizermos que o padrão da suposta neutralidade passa a ser visto como moderno, e torna-se modelo para a imprensa em geral buscando-se constituir como grande empresa e empregadora de jornalistas profissionais mas isso acaba abrindo campo para sua atuação partidária. Ao mesmo tempo, essas mudanças tornam as empresas jornalísticas progressivamente dependentes do capital externo.

Não se pode dizer que anteriormente os jornais não possuíam vínculos com o capital. Mas, o que os caracterizava era o vínculo à sociedade política, sem prejuízo de sua ação de classe. Ou seja, eram jornais ligados explicitamente a partidos ou grupos políticos. A partir daqui, o discurso de que seria "informativo" permitiria ocultar sua ação partidária concreta.

As influências das concepções empresariais na imprensa brasileira passam a ser muito fortes e incentivadas não apenas pelos jornais brasileiros, mas também por órgãos da imprensa norte-americana, que pagavam cursos para que jornalistas brasileiros fossem em suas sedes conhecer sua forma de produzir jornalismo, inclusive oferecendo bolsas de estudos para jornalistas brasileiros.⁽⁶⁾

Essas influências permitiam ocultar a organicidade da imprensa. Se o modelo anterior "de opinião" seria relegado ao passado, o jornal estaria livre para se colocar como "uma empre-

sa". Isso implicou em criar a aparência de objetividade e neutralidade, partindo da desvinculação direta com a sociedade política, mas ficando livre para agir partidariamente no sentido de classe, embora os jornais busquem sempre ocultar essa sua face.

A desvinculação formal de um partido político atende exatamente a esse interesse, pois o jornal não deixa de ser portador de "opiniões", mas pode assim dizer-se "independente".

O caráter empresarial e ideológico do modelo norte-americano é evidenciado por Nelson Werneck Sodré, que conclui por uma crise da imprensa, naquele período: "Na medida em que os monopólios norte-americanos se instalam e se expandem no Brasil, têm a necessidade, também, de estabelecer, aqui, o controle da opinião: esse controle deriva da penetração daqueles monopólios. O imperialismo, depois de dominar o mercado de coisas materiais, procura dominar o mercado da opinião e, assim, depois que se instala, instala a sua imprensa. E começa essa imprensa a difundir que 'a solução dos nossos problemas está nos Estados Unidos'".⁽⁷⁾

Não por acaso, os exemplos dessa expansão citados por Sodré são as revistas de histórias em quadrinho da editora Abril e a revista *Realidade*, que são a porta de entrada desse modelo de fragmentação editorial e de domínio ideológico. J. S. Faro vê também vários aspectos positivos no lançamento desta revista, bem como de todo esse processo em curso de profissionalização. Para ele, a "nova organização empresarial", que permite "a imprensa estar modernamente vinculada à dinâmica cultural", e a qualificação técnica e formação universitária do profissional de imprensa, seriam fatores positivos daquele momento.⁽⁸⁾

Mas, no seu trabalho, ele mostra que mesmo *Realidade*, que passa a ser vista como um modelo de jornalismo investigativo para a imprensa brasileira, não foi imune ao que chamá-

de construção da hegemonia capitalista, que naquele momento era profundamente marcada pelo anticomunismo. Esse posicionamento pode ser localizado no que o autor chama de "padrões de modernidade ocidental que o pós-guerra havia instituído".⁽⁹⁾

O processo de transformação em grandes empresas acaba prevalecendo sobre as eventuais posições progressistas dos jornalistas, o que não ocorre sem conflitos nem acaba definitivamente com eles, mas estabelece limites bem definidos. Na medida em que a empresa cresce, as máquinas e o próprio papel para impressão são importados, e cada vez mais caros, pois são mais sofisticados, aumenta cada vez mais a dependência de fatores externos como investimentos, empréstimos, incentivos fiscais, que muitas vezes acabam levando a compromettimentos políticos de todo tipo.⁽¹⁰⁾

Aqui entram também as agências publicitárias, que terão papel fundamental para manter esse padrão jornalístico. Some-se a isso as agências internacionais de notícia, que fazem sua parte no sentido da unificação ideológica das diversas publicações, gerando uma verdadeira estrutura transnacional: "Só recentemente começou a emergir com clareza a dimensão comunicação/publicidade/cultura como parte do instrumental transnacional.

É cada vez mais evidente que o sistema transnacional de comunicação se desenvolveu com o apoio e a serviço dessa estrutura transnacional de poder. É parte integrante do sistema, e por meio do qual é controlado o instrumento

fundamental que é a informação na sociedade contemporânea".⁽¹¹⁾ O pano de fundo é a entrada de empresas multinacionais, também na área da comunicação, no Brasil.

A partir do final dos anos 1950, acelerou-se a expansão dos grupos *Time Life*, *Reader's Digest*, *Washington Post* (proprietário da *Newsweek*), em toda a Europa e também na América Latina.

Essa expansão se deu ou pelo lançamento de revistas ou pela associação com editoras locais. Como resultado, temos a entrada no Brasil de revistas como *Marie-Claire*, *Elle*, *Cosmopolitan*, *House & Garden*, *Forbes*, *Business Week*, *Playboy* e revistas infantis de Walt Disney, sendo que várias foram editadas no Brasil pelo Grupo Abril.⁽¹²⁾

Segundo Mattelart, citando os editores norte-americanos, havia uma aliança internacional, cujo objetivo seria "unir os homens que tomam as decisões no mundo empresarial e os dirigentes políticos de todas as nações".⁽¹³⁾

Portanto, nada havia de casual ou de puro "entretenimento". Dois elementos vêm junto com essa expansão: o padrão tecnológico que leva à dependência técnica externa; a dependência de financiamentos e de patrocínios das empresas multinacionais. E também a relação com os órgãos estatais é dada por interesses mútuos, pois os jornais e revistas se colocam como neutros, possibilitando sua atuação partidária na defesa dos interesses de ambos. E se considerarmos o atrelamento do Estado também aos interesses externos, indicaremos uma simbiose entre imprensa, Estado brasileiro e interesses transnacionais.

Multinacionais, cultura e ideologia

O acirramento da Guerra Fria nos anos 1960 ocorreu junto com a abertura das empresas jornalísticas e de mídia para o capital norte-americano. Isso é demonstrado no trabalho de Ana Figueiredo sobre a publicidade das multinacionais no Brasil naquele período, que arti-

culavam valores como trabalho, ordem, família, propriedade, para vender geladeiras, carros, televisores, etc. Ao mesmo tempo em que anunciavam o produto, agiam no sentido da produção de consenso acerca de certas idéias articuladas à criação das necessidades de consumo.⁽¹⁴⁾

* — Este artigo é uma adaptação do primeiro capítulo da Tese de Doutorado sobre a revista *Veja* defendida junto ao Programa de Pós Graduação em História — UFF "Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002).

3 — RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. Tese de Doutorado, UFRJ, Escola de Comunicação, 2000. p. 8.

4 — Id. ib., p. 25.

5 — Id. ib., p. 26.

6 — SILVA, Carlos Lins. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991. pp. 79 e 86.

7 — SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 438. Grifos do original.

8 — FARO, J. S. *Revista Realidade*. 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Porto Alegre: Age / Ulbra, 1999. p. 75.

9 — Id. ib., p. 209.

10 — Ver, por exemplo: WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

11 — SOMAVIA, Juan. A estrutura transnacional de poder e a informação internacional. In: MATTÁ, Fernando Reyes (Org). *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 35.

12 — MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1976. p. 200-9.

13 — Idem, p. 204.

14 — FIGUEIREDO, Ana. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

As propagandas faziam, num primeiro momento, com que a população se identificasse com as multinacionais e quisessem que elas fossem implementadas, para o bem do "desenvolvimento nacional". As empresas fariam, de acordo com a propaganda, com que "o progresso chegasse ao fim do mundo".

Em seguida, agiram no mundo do trabalho, promovendo a divisão entre trabalho x lazer, abrangendo um círculo da produção capitalista: "O indivíduo, ansioso por alcançar a satisfação que não encontrava em seu trabalho, esforçava-se para ascender dentro da fábrica ou empresa em que trabalhava a fim de obter melhor remuneração e, com ela, tanto o acesso aos bens de consumo de massa que encerrariam os signos de sua ascensão, quanto as condições para o desfrute de seu lazer. Desse modo, ele se tornava um trabalhador ideal e, ao mesmo tempo, um consumidor padrão - tudo o que o sistema capitalista precisava para garantir indefinida e ininterruptamente sua reprodução".⁽¹⁵⁾

Finalmente, essa publicidade, e a imprensa de forma geral, agiam no sentido de não deixar dúvidas dos riscos que a população "ordeira e pacífica" correria diante do "perigo comunista", e que abalaria a possibilidade inalienável de poder consumir, que seria o marco da "liberdade" capitalista e "proibida" no mundo comunista. Segundo Anamaria Fadul, "as agências de notícias criadas especialmente para trabalhar na contra-ofensiva ideológica foram outro importante elemento da Guerra Fria. [...] Os países altamente industrializados controlavam não somente a produção de mercadorias e sua distribuição, como também a produção e distribuição de notícias".⁽¹⁶⁾

Mas, a encampação e divulgação desses ideais mais amplos abrangem todos os grandes grupos de mídia. Com justificações semelhan-

tes - padrão de qualidade, desenvolvimento técnico, objetividade -, crescem e se desenvolvem outros órgãos com funções semelhantes: a Rede Globo e o Grupo Folha. Dentro dos planos de Médici, esses avanços tecnológicos trazidos no período da ditadura contribuíam para a "idéia de que a vocação brasileira é tornar-se potência".⁽¹⁷⁾ Tais idéias provinham de estados maiores. É relevante que lembremos da criação nos Estados Unidos de uma forte união empresarial que até hoje age como estado maior, o *Council of Foreign Relations*, e o *Council for Latin American*, que possuía entre seus planos, respectivamente, a criação de um projeto para os anos 1980, e a organização da atuação na América Latina. Desses grupos participavam o próprio grupo Times Inc.⁽¹⁸⁾

Tinha como seus divulgadores no Brasil a Fundação Getúlio Vargas,⁽¹⁹⁾ e como representantes brasileiros em algumas de suas reuniões Mario Henrique Simonsen⁽²⁰⁾, Roberto Campos⁽²¹⁾, que seriam recuperados pela revista *Veja* nos anos 1990 como seus conselheiros e columnistas, e também João Paulo dos Reis Velloso,⁽²²⁾ idealizador e coordenador do Fórum Nacional no final dos anos 1980.⁽²³⁾

É o estado maior em ação concreta: "Ao longo de quase 20 anos de atuação em diversos países da América Latina, o Council utilizou um verdadeiro arsenal de recursos, inclusive os da mídia oral, escrita e visual, definidas de acordo com o público a ser atingido e o tipo de propaganda - geral ou seletiva - na televisão, nos jornais diários, nas revistas semanais, nos programas de rádio, panfletos, livros, revistas especializadas, outdoors, etc. Dependendo do tipo de alvo, a mensagem podia ser preparada nas estufas ideológicas do Council e plantada nos meios de divulgação, ou até encomendada às empresas especializadas, às elites congêneres

15 - Id. ib. p. 86.

16 - FADUL, Anamaria. A internacionalização da mídia brasileira. *Comunicação & Sociedade*. Identidades comunicacionais. N. 30, 1998. p. 76.

17 - WAINBERG, Jacques. *Casa Grande e senzala com antena parabólica: telecomunicação e o Brasil*. Porto Alegre, EdiPUCRSS/Famecos, 2001. p. 51.

18 - DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional*. 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986. p. 122.

19 - Id. ib. p. 127.

20 - Id. ib. p. 165.

21 - Id. ib. p. 167.

22 - Id. ib., apêndice "Q".

23 - Dados em DREIFUSS, A *Internacional Capitalista*. Ob. cit. O Fórum tem agido como intelectual coletivo das publicações da Editora Abril, conforme demonstra a investigação de minha tese de doutorado.

ou às associações empresariais vinculadas ao CLA".⁽²⁴⁾ Até o final dos anos 1980, a articulação se dava em torno da idéia de Guerra Fria. E nesse sentido, também Mattelart aponta dados que nos permitem estabelecer ligações entre grupos norte-americanos e a realização de pesquisas e publicação de publicidade de "combate ao comunismo".

Um exemplo é um questionário de pesquisa aplicado a "formadores de opinião", pelo grupo Gallup, no Chile às vésperas das eleições de 1970: "[...] em sua opinião, porque o presidente João Goulart foi demitido [sic] de suas funções? a) porque fora longe demais com suas medidas de nacionalização das riquezas naturais do país; b) porque não respeitou os princípios constitucionais e tradicionais da nação; c) porque identificou-se com os partidos políticos de esquerda, particularmente com o partido comunista".⁽²⁵⁾

Esse material se relaciona com um conjunto de outros provindos da publicidade, que segun-

Os padrões de qualidade e a "nova ordem"

É também no contexto de Ditadura e de abertura ao capital externo que se dá a implantação da Rede Globo de Televisão, com a entrada direta de capital estrangeiro e gestão pelo grupo norte-americano Time-Life. A ilegalidade desse fato gerou a Comissão Parlamentar de Inquérito, que acabou inocentando a Rede Globo, depois de vários vícios no processo.

Em que pesem as inúmeras irregularidades, a empresa foi absolvida por decreto do presidente Costa e Silva, em 23/11/1968, com o arquivamento do processo. Isso ocorreu porque os interesses estavam bem delineados: "A superficialidade com que os ministros da área econômica trataram os problemas levantados não era, por certo casual. O governo implantado em 1964 tratava de contornar as resistências que surgiam, inclusive na área militar, mas manobrava para garantir a implantação da TV Globo, que seria um instrumento fundamental na

política de internacionalização da economia através da criação de um mercado nacional de produtos industriais sofisticados.

do o autor, passa a ser um apêndice ideológico do Estado, inclusive através da espionagem, que é sofisticado "quando o inimigo deixa de ser exclusivamente o concorrente industrial, para tornar-se mais político. Como sempre, esse inimigo é identificado com a etiqueta de 'terrorismo' e 'extremismo'. Uma vez diagnosticado, trata-se de neutralizá-lo com os meios mais adequados".⁽²⁶⁾

Ou seja, demonstra-se que a publicidade e o material editorial não estavam desvinculados da linha estratégica mais ampla norte-americana, naquele momento, o controle da Guerra Fria nos países latino-americanos. Têm implicações no mercado de comunicação brasileiro e do padrão de qualidade, que passaria a ser mais uma forma de estabelecimento de consenso pela grande imprensa. E que, com isso, consolida sua posição empresarial. Já nos anos 1990, o consenso passaria a ser buscado em torno de outras questões, mais "modernas", e esses grupos atuarão juntos nesse sentido. A "globalização" passa a ser a grande articuladora desses ideais.

Roberto Campos era figura notoriamente identificada com os interesses do capital estrangeiro e também Octavio Gouvêa de Bulhões, que mais tarde chegaria a ser presidente da poderosa multinacional Ericson, da indústria que, juntamente com Standart Eletric e a Nippon Electric Company, controlaram o mercado brasileiro de telecomunicações, criado com maciços investimentos do Governo após 1964".⁽²⁷⁾

Essa conjuntura foi decisiva para que a Abril pudesse abrir-se para os investimentos necessários para uma revista do porte de *Veja*. Vale retomar Daniel Herz, que se utiliza como base *O livro negro da invasão branca*, de João Calmon que: "Falava também da chegada de Victor Civita que estava instalando no Brasil aquela que hoje é a maior empresa editorial da Améri-

24 - Id. ib., p. 173.

25 - MATTELART. *Multinacionais e sistemas de comunicação*. Ob. cit. p. 225.

26 - Id., lb., p. 266.

27 - HERZ, Daniel. *A história secreta da REDE GLOBO*. 14 ed. Porto Alegre: Ortiz, 1991. p. 169.

ca Latina, a Editora Abril: 'O Grupo da Editora Abril edita esta revista 'Realidade', que é a décima nona que lança no Brasil. O dono deste grupo chama-se Victor Civita. Este homem nasceu na Itália, naturalizou-se norte-americano. [...] Quando procurei apurar o que ele fazia nos Estados Unidos, antes de vir para o Brasil, soube que ele era empregado do grupo Time-Life. Chegou ao Brasil sem dispor de recursos financeiros e o seu irmão partiu para a Argentina'.⁽²⁸⁾ Além disso, ele aponta para o crescimento da Editora, em consonância com o que ocorria no México e na Argentina, onde a ligação com os grupos Time era apontada: "Dentro de pouco tempo o grupo da Editora Abril lançou dezenove revistas no Brasil, dezenove revistas na Argentina e dezenove revistas no México. Outro detalhe interessante: a Editora Abril na Argentina edita uma revista chamada 'Panorama'. Em baixo do título da revista lê-se: 'uma revista do Editorial Abril e de Time-Life'.

Na Itália, existe uma outra revista, com o mesmo título, 'Panorama' embaixo do título lê-se: 'uma edição de Time-Life e Mondadori'. Ora, é muita coincidência. E é o grupo Civita na Argentina e o grupo da Editora Abril que opera em três países. Creio que nenhum grupo brasi-

Folha de São Paulo: padrão de qualidade e ação política

Além da Rede Globo, teve vida longa de destaque, com um projeto editorial e uma organização empresarial "modernos", o jornal *Folha de São Paulo*. Gisela Taschner estudou o conglomerado do qual faz parte o jornal, mostrando que nos anos 1960 a empresa tomou uma série de medidas no sentido da centralização de capital, ao mesmo tempo em que se ampliaram os investimentos no seu setor produtivo.

Daí nasceu a junção entre *Folha da Manhã*, *Última Hora* e *Notícias Populares*: "O novo complexo foi abordado a partir do binômio centralização-diversificação.

leiro terá capacidade financeira para manter dezenove revistas, no México, na Argentina e no Brasil".⁽²⁹⁾ Herz caracteriza o grupo Time como sendo "da linha mais reacionária e mais retrógrada do Partido Republicano, exclusivamente interessado em manter, em países como o nosso, bases anticomunistas".⁽³⁰⁾

A justificação ideológica muda ao longo dos anos, pois desde os anos 1980 se inicia uma tendência de usar na ideologia da "globalização" as novas definições dos rumos que aparecem como inexoráveis. Além de negar alternativas, justifica positivamente os avanços do capital na sua reação à crise de acumulação vinda desde os anos 1970. O sentido a ser preservado é o da acumulação. Ademais, é através dessas ligações que a Rede Globo recebe altos investimentos tecnológicos, garantindo um elevado padrão de qualidade técnica, que é vista muitas vezes como avalista de uma suposta credibilidade, e tem como consequência o aumento das dívidas das empresas da mídia brasileira, e seu progressivo atrelamento aos mecanismos de financiamento externos e internos, estatais ou não. Em consequência, as relações políticas se dão também levando em conta essas necessidades, sendo este um dos elementos principais da ação *partidária* da imprensa.

A centralização englobou, em diversos graus, todas as operações que fosse possível centralizar: produção e reprodução da mensagem, distribuição, vendas, publicidade, administração, serviços de apoio. A diversificação foi feita com relação aos produtos.⁽³¹⁾

O grupo não se restringe ao setor jornalístico, seus proprietários têm investimentos em diversos tipos de atividade, "só a título de exemplo, Frias é um dos maiores granjeiros, se não o maior, do país".⁽³²⁾ Mario Sergio Conti também cita investimentos do grupo na área rodoviária.⁽³³⁾ Ou seja, são muito diversificados os investimen-

28 — Id. ib. p. 92. ;

29 — Loc. cit. ;

30 — Id. ib. p. 93.

31 — TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 156.

32 — Loc. cit.

33 — CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 185.

tos e interesses do grupo que publica o maior jornal impresso nacional. E isso deve ser levado em conta para entender seu posicionamento político. O caso da *Folha de São Paulo* é bastante ilustrativo da relação oportunista com a Ditadura, pois o jornal foi censurado, posteriormente apoiando o movimento das Diretas Já. Com isso construiu uma aura em torno de si que até hoje lhe permite ser visto como um jornal progressista. E é nesse mesmo contexto que o jornal cria e desenvolve o "projeto Folha", que estabelece o padrão de qualidade como premissa, em detrimento da autonomia jornalística.

O mais relevante é que oculta, relega ao esquecimento o apoio que deu ao golpe e às medidas repressivas já sob julgo militar. A *Folha* se adaptou aos rumos da abertura, no momento em que a democracia se colocava como necessária ao seu projeto de "modernização". O jornal buscou se construir como o "jornal das diretas". Mas com isso, oculta que não apenas apoiou a Ditadura, mas também exigia editorialmente que o governo de Jango fosse derrubado. Sua postura foi anticomunista, antipopulista, elitista e, por consequência, pró-capitalista.⁽³⁴⁾

Vários editoriais buscavam associar populismo a comunismo, e se buscavam colocar o leitor em uma postura de superioridade diante das "massas" que apoiavam o governo. Além disso, o jornal teve muitos lucros com o golpe, chegando no ano de 1965 a aumentar seu patrimônio vinte vezes com relação ao ano de 1964, o que se deveu à aquisição dos demais jornais que perdiam razão de ser com o fim do governo Goulart.⁽³⁵⁾

Foram comprados os jornais *Folha da Manhã*, *Última Hora* e *Notícias Populares*. Este último "após o golpe perdeu sua razão de ser, posto que havia sido criado para se opor à *Última Hora*". O crescimento trouxe também o endividamento, o que levou o grupo a uma posição fragilizada com relação ao governo. Além disso, outro instrumento essencial naquele período recebeu especial atenção da publicidade es-

tatal e de multinacionais.

Os editoriais passavam a versar sobre temas amenos, que não comprometessem sua posição política. E, na versão criada pela direção do jornal, a mudança em prol da abertura ocorreria por "exigência do público", como se antes não tivesse indicado a necessidade de apontar a direção intelectual de seus leitores.

Foi no contexto de abertura que o jornal implementou o *Projeto Folha*, que traz uma nova forma de enquadramento jornalístico brasileiro. Os avanços tecnológicos permitem que a comunicação se dê de uma forma muito mais rápida, o que não implica necessariamente em melhoria de qualidade e fidedignidade. A tecnologia é usada como uma forma de reforçar a idéia de credibilidade. Em alguns casos, torna dispensável a própria função do jornalista, ou, como diz Ramonet, "rebaixando-os ao nível de retocadores de transmissões de agência".⁽³⁶⁾

Um dos efeitos disso é a auto-censura por parte dos jornalistas, que se tornam cada vez mais alinhados à linha editorial, ameaçados de perderem seus empregos se assim não o fizerem. José Arbex Junior que foi jornalista da *Folha de São Paulo*, se refere ao *Projeto Folha* dessa forma: "[...] sua implantação introduziu no Brasil, em ritmo acelerado, uma lógica empresarial que a moderna imprensa capitalista construiu ao longo de várias décadas nos Estados Unidos e na Europa", adotando um "discurso para o mercado", adequando-se à "expansão do neoliberalismo". O projeto, segundo Arbex: "[...] caracterizava a notícia como mercadoria, destinada a gerar lucros. Essa perspectiva exigia, obviamente, o fim da 'politização' da redação, uma das características mais fortes do jornalismo até então praticado no Brasil. [...] A adoção do Projeto Folha impunha, portanto, um 'saneamento ideológico' da redação".⁽³⁷⁾ Portanto, nesse novo período, outras eram as inovações para que o jornal atuasse politicamente.

A justificativa de ser "progressista", além do

34 — Esse material é discutido em: DIAS, Luiz Antonio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado em História, UNESP, Assis, 1993.

35 — Id. ib. p. 95.

36 — RAMONET, Ignácio. *A tirania da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 51.

37 — ARBEX JR. José. *Showmalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p. 142-3 e COSTA, Caio Túlio. *O relógio de Pascal: a experiência do primeiro ombudsman na imprensa brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1991.

fato de ser altamente desenvolvido tecnologicamente, seriam as grandes marcas que permiti-

riam desviar das implicações políticas desse novo programa para o jornalismo brasileiro.

Veja na abertura

A revista *Veja* passou por um processo bastante semelhante, embora o grande elemento que a permitiu se colocar propagandisticamente como um veículo crítico tenha sido o *impeachment* de Fernando Collor. *Veja* fez o que esteve ao seu alcance para incentivar uma saída conciliatória, e apenas depois disso se mostrar impossível é que comprou a briga pelo *impeachment*, buscando dar a linha para que o processo se desse com o mínimo de fissuras sociais possíveis. O fato de ter sido censurada na Ditadura contribuiu de forma decisiva para que ela não tenha falido nos seus primeiros anos, ela "beneficiou-se da censura, porque sem censura seria mais difícil diferenciar-se das outras publicações existentes no país", foi com isso que se "firmou a imagem de independência".⁽³⁸⁾

No governo de Figueiredo, a abertura política se apresentava como inevitável, devido às pressões sociais. *Veja* teve uma postura muito coerente, apostando, ainda que timidamente, na possibilidade de eleição de Aureliano Chaves, que manteria a coerência de seu antigo partido, a UDN.⁽³⁹⁾

Em editorial, no contexto da decisão de quem seria o candidato, dizia que "enquanto Maluf e Andreazza exibem bases diferentes e programas semelhantes, Aureliano parece buscar uma trilha capaz de fazer renascer as velhas raízes de seu partido de origem, a UDN, cavalcando uma mistura de realidade com defesa das liberdades públicas. Por isso, dispõe de uma biografia. Foi um administrador de contas respeitado pela oposição e o primeiro político do PDS a defender a anistia, em 1977". Como aponta Gazzotti, que cita o editorial, "a revista mante-

ve sua posição centrista, proclamando mudanças sem se chocar com o governo", mesmo que fosse uma posição derrotada.

O elo de ligação teórica entre o programa de abertura econômica e o regime militar parece estar vinculado à figura da "iminência parda" de Golbery do Couto e Silva, que viria a ter ligações estreitas com Elio Gaspari, editor da revista. É relevante que, na eleição de Tancredo, mesmo no contexto de abertura, a revista abriu espaço para Médici⁽⁴⁰⁾ e a Golbery, com a intenção de recuperar "momentos positivos" da ditadura.⁽⁴¹⁾

Freitas cita um editorial de 1974 em que se dizia que "quando a história oferecer seu juízo sereno à administração Médici, muitos haverão de ser os acertos e os erros [...] talvez ele venha a ser o governante que, mantendo a política na geladeira, impediu que ela fosse atirada ao quintal [...]".⁽⁴²⁾ As entrevistas foram publicadas "às vésperas de o Colégio eleitoral escolher para a presidência entre Paulo Salim Maluf (PDS) e Tancredo Neves". Médici falara "com exclusividade para *Veja*, concedendo uma entrevista formal ao repórter que freqüentava sua casa e conhecia seu pensamento ao longo dos anos sem publicar uma só palavra para o conhecimento do leitor".⁽⁴³⁾

Quanto a Golbery, a entrevista já estava pronta para ser publicada quando a revista quisesse, também por influência do editor Elio Gaspari que "freqüentava o ex-ministro poderoso, mas que até então não havia escrito nenhuma linha de matéria com informações atribuídas ao ex-chefe da casa civil de dois governos militares e mentor intelectual da revolução de 1964".⁽⁴⁴⁾

Mesmo assim, a revista apoiou a Campanha

pelas Diretas, em clara oposição à Rede Globo de Televisão. Para *Veja* se tratou do "maior movimento popular da História do Brasil", indicando que para ela, o importante neste momento era o processo "democrático" para possibilitar aprofundar as reformas liberais. Mas é altamente relevante a complementação: "[...] justamente por ter amadurecido nestes vinte anos, o país se acha pronto para escolher seu presidente."⁽⁴⁵⁾

É evidente que, dessa forma, o próprio golpe de 1964 fica justificado, pois se tratava de um país "imaturo". Em inúmeros momentos se trata do Golpe com amenidade a partir das referências de desprezo ao governo de Jango. A citação em destaque é de uma entrevista de Nelson

Rodrigues: "Tomaram o poder e esse poder lhes foi imposto pela inépcia, pela burrice, pela imbecilidade das esquerdas. As esquerdas fizeram tudo isso e colocaram as Forças Armadas na obrigação elementar de intervir sumariamente porque o Brasil de Jango foi o Brasil do caos, de caos mais idiota, mas estéril, mais infecundo, que não conduziria a nada a não ser ao próprio caos".⁽⁴⁶⁾ Esta é a "expressiva passagem que encerra a primeira amarelinha".⁽⁴⁷⁾

A edição aponta para um sentimento que seria repetido ao longo dos anos sobre a "inépcia" de um governo de esquerda e os "riscos para o país", que são associados à figura de Jango como fraco e portador do caos.

Veja reconstruindo a memória do golpe

O principal marco recente da reconstrução da memória sobre o golpe de 1964 é o conjunto da obra de Elio Gaspari,⁽⁴⁸⁾ que foi editor de *Veja*. E a base de sua interpretação é utilizada pela revista, em idéias como: a fraqueza de Jango; a possibilidade de um golpe comunista; a grandeza do país sob o regime. Pinço em seguida alguns exemplos de como isso se dá nas páginas de *Veja*, embora o tema mereça ainda maiores pesquisas. Idéias repetidas em matérias como: "O golpe na estrada: deflagrado num rompante de dois generais de segundo escalão, o golpe de 1964 se consolidou por inércia e sem enfrentar resistência."⁽⁴⁹⁾

Quando foram publicadas obras que comprovavam o envolvimento da CIA com o golpe militar no Brasil, *Veja* abriu espaço para o diretor da CIA e embaixador dos EUA no Brasil apresentar sua versão. Reitera-se a tese sobre a ameaça de um golpe comunista, ao que Lincoln Gordon responde: "[...] para mim, a melhor solução era mesmo a substituição do presidente Goulart. Temia muito que ele fosse engolido pelos comunistas, a quem ele dava as maiores

liberdades".⁽⁵⁰⁾ A seqüência é atribuir as atrocidades da ditadura aos excessos de alguns oficiais descontrolados: "[...] o Exército cometeu excessos vergonhosos no Recife e no Rio de Janeiro. [...] Uma vergonha. Mas, para quem achava que uma guerra civil era iminente, posso considerar como pacífico o golpe que derrubou Goulart".⁽⁵¹⁾

Portanto, primeiro ele cria o argumento de um golpe iminente, depois, utiliza-o para dizer que as coisas não teriam sido tão ruins, embora aponte alguns supostos desvios. Está clara a posição que *Veja* quer privilegiar, não a das vítimas da Ditadura, mas dos próprios algozes. A conclusão é explícita: "*Veja*: Mesmo assim o senhor acha que a queda de Goulart foi um bem para o Brasil? Gordon: Como amigo do Brasil, acho sinceramente que sim. Goulart certamente daria o autogolpe. Como era um sujeito fraco, a História mostra que logo o poder seria surrupiado pelos seus aliados comunistas, por algum líder mais capaz do que ele, algum marxista, seguidor de Fidel Castro".⁽⁵²⁾

Assim se encerra a entrevista, fixando as

38 — FREITAS, Jorge Roberto Martins. *A entrevista nas páginas amarelas da revista Veja: a imagem do milagre econômico sob o ponto de vista do primeiro newmagazine brasileiro*. Mestrado em Comunicação, UFRJ, 1989, p. 151 e 152.

39 — GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Carlos, UFSC, 1998, p. 39, 40.

40 — Citado por FREITAS, p. 117.

41 — E, segundo Freitas, "demonstrou euforia com os resultados anunciados pelo então presidente". (p. 115). FREITAS. *A entrevista [...]*. Ob.cit.

42 — Carta ao Leitor, 9/1/1974, p. 24.

43 — Id.ib. p. 112.;

44 — Id.ib. p. 115.

45 — Carta ao Leitor, 18/4/1984. APUD GAZZOTTI, op. cit. p. 43.

46 — Nelson Rodrigues entrevistado por Fernando Mercadante, na primeira entrevista das páginas amarelas da revista, 4/6/1969. op. cit., p. 125.

47 — Loc.cit.

48 — Ver resenhas no presente número de *História e luta de classes*.

49 — *Veja*, 30/3/1994, p. 38 a 45.

50 — Lincoln Gordon. Entrevistado por Eurípedes Alcântara. O embaixador e o golpe. *Veja*, 15/10/1997. p. 42.

51 — Id. p. 43.

52 — Id..

mesmas idéias-chave: a fraqueza de Jango, a ameaça comunista. Em sintonia, há uma idéia muito batida, de que a Ditadura, quase sempre chamada de *regime*, caiu por anacronismo, e que, portanto, haveria sempre uma ameaça velada de que voltasse, como se depreende da citação: "Era moda, no velho regime, falar da distância entre o governo e a sociedade. O aparelho governamental vivia num mundo e a população do país vivia em outro, em consequência, basicamente, do grande defeito de fabricação do regime - o fato de não ser legítimo nem representativo. Pura verdade. Só que, devolvida a democracia ao Brasil se verifica que muitos ocupantes de cargos públicos da Nova República conseguem [...] manter-se tão distantes da sociedade quanto os seus antecessores da Velha".⁽⁵³⁾

Portanto, teriam sido os militares, por sua própria ação que "devolveram a democracia", o que pode ser visto como uma forma de corrigir o "defeito" da ditadura, reduzida à falta de representatividade. Naquele contexto aumentava o embate da revista contra o funcionalismo público. Ela completava, supostamente em nome de "todo o país": "[...] talvez tenha chegado a hora de fazer alguma coisa. Chegou mesmo - como chegou, um dia, "o descrédito que mandou o velho regime para casa".⁽⁵⁴⁾ O clima de insegurança e a necessidade de planejar uma ação futura estavam colocados, e a Ditadura aparecia veladamente como algo que poderia ainda voltar. Nos dois momentos em que se refere à Ditadura, o seu fim aparece como algo alheio aos movimentos sociais que a abalaram: a democracia foi devolvida" o descrédito mandou-o para casa". Fica assegurado, além disso, que ele não "desapareceu", está "em casa", e pode voltar à cena se voltar a "ter crédito". Assim, "embora a volta ao governo não fosse intenção da maioria dos militares, a publicação periódica de reportagens deixando entrever o contrário produzia grande impacto e lançava suspeitas quanto aos rumos da

transição política".⁽⁵⁵⁾

Na seqüência, ao falar do que considerava absurda greve de funcionários públicos, eles são associados à selvageria.⁽⁵⁶⁾ E completa que "esses absurdos, cometidos por um sindicalismo irresponsável, representam um abuso selvagem do legítimo direito de greve".⁽⁵⁷⁾

A ameaça vinha em seguida: "[...] a selvageria não leva à conquista de reivindicações salariais e muito menos ajuda na consolidação da democracia. Em setores vitais, como o do transporte e da saúde, ela apenas penaliza ainda mais os trabalhadores de renda mais baixa, além de adicionar um perigoso elemento de tensão na vida brasileira".⁽⁵⁸⁾

Há uma ameaça aos movimentos sociais: o regime "foi para casa", mas poderia voltar a qualquer momento se não houvesse a "colaboração de todos". *Veja* está alertando e contribuindo para a manutenção do medo. Sua posição no período da abertura foi de sempre ameaçar que os militares "podiam voltar", se a "sociedade civil" não se comportasse.

Para justificar o golpe, se apresenta a imagem de João Goulart como um "incapaz", um "fraco". Essa posição pode ser percebida nesse trecho em que *Veja* reitera seu apoio a Fernando Henrique Cardoso, cujo governo é considerado um "elevado momento nacional": "Faça-se a crítica que se desejar ao presidente da República, mas **reconheça-se que ele imprime um rumo ao seu governo**, coisa que parece banal mas não é. Jânio Quadros, um **alucinado** na Presidência, **nunca teve rumo algum**, a não ser promover pirotecnia política. João Goulart, um **homem fraco**, governou dividido no seu íntimo e também **dividiu o país. Nada há a dizer sobre os governos militares**, que devem ser avaliados por outros critérios. **Seu rumo era o da ditadura**".⁽⁵⁹⁾

A ditadura aparece como algo indiscutível, como se nela não existissem representações de classe e interesses defendidos inclusive pela

53 — Carta ao Leitor. *Veja*. 1/3/1989, p. 17.

54 — Id.

55 — AGUIAR, Leila Bianchi. "Não se trata de uma ameaça, mas...". Um estudo das declarações dos ministros militares durante o governo Sarney. Textos CPDOC, n. 34, 1999, p. 3.

56 — As greves que só prejudicam. Carta ao Leitor. *Veja*. 12/4/1989, p. 27.

57 — Loc.cit.

58 — Loc.cit.

59 — Um ano depois. *Veja*. 17/1/1996, p. 31.

imprensa. Neste momento ainda se reafirmava que quanto a Cardoso, "desde Juscelino Kubitschek, nenhum presidente deu mais esperança ao Brasil".⁽⁶⁰⁾ O conjunto do texto é transparente: apenas Cardoso teria sido bom para o Brasil, "reconheça-se". Todos os outros são desqualificados. Jango, a exemplo do que diria também sobre Lula nas campanhas presidenciais, é visto como alguém que "dividiu o país", ou seja, não seria alguém que estava numa situação em que o país estava de fato dividido. Com isso também se permite atribuir à sua "fraqueza", o próprio Golpe.

Ao analisar a candidatura de Lula, de novo a associação: "[...] não dá para comparar nem com Getúlio Vargas nacionalista de 1950, nem com o João Goulart aventureiro levado ao Planalto depois da renúncia de Jango em 1961".⁽⁶¹⁾

Repare-se a forma com que Jango, que foi eleito vice-presidente é tratado: um "aventureiro levado ao Planalto". Essa afirmação serve claramente para legitimar o golpe militar de 1964.

A frase permite descartar o fato de que os dois casos remetem a presidentes eleitos em processos democráticos - regra supostamente defendida pela imprensa liberal. E a remissão aos dois presidentes que foram vítimas de golpes não era ocasional, ficava um alerta para o

A censura ocultando a ação política

Não existe qualquer dúvida de que a imprensa brasileira foi duramente censurada durante o período militar. Várias foram as formas de exercício da censura, desde a presença de censores na redação, a censura prévia, a apreensão de jornais e revistas nas bancas, ou mesmo o empastelamento de bancas inteiras. Mas a censura existiu muito mais por atuação dos profissionais jornalistas⁽⁶²⁾ do que pela linha editorial dos grandes veículos de comunicação.

O que há de efetivo é a postura de jornalistas que se colocaram contrários ao Golpe, e não a postura sistemática de seus jornais. Estes não

caso de Lula se mostrar um "aventureiro". Insiste-se mais uma vez na visão sobre Jango: fraco e incapaz, portanto, está implícito que ele não teria mesmo condições de governar o país.

Por outro lado, os homens da Ditadura, e mais especialmente, o general Geisel recebe adjetivos opostos: "[...] o ditador esclarecido: num livro *excepcional*, Geisel conta como viveu, amou, conspirou e exerceu o poder".⁽⁶²⁾ Os elogios e o ponto de onde se fala, justificando a Ditadura, são claros: "[...] é um livro *extraordinário*, feito por um homem cômico de ser diferente da maioria, que tem a coragem de atacar as eleições diretas e justificar a tortura em alguns casos".⁽⁶³⁾

A idéia a incutir era que se Jango era covarde, Geisel seria o seu oposto, e justamente pela sua capacidade e "coragem" de justificar a tortura, permitindo-nos inferir que para *Veja*, Geisel fez "o que tinha que ser feito": "[...] ele era o general mais bem preparado para o cargo e o que tinha mais clareza do que queria",⁽⁶⁴⁾ e ainda mais: "[...] o mais esclarecido dos ditadores: um general poderoso, autoritário, bem formado e complexo, corajoso no seu reacionarismo, divertido em algumas opiniões, e cuja obra presidencial foi desfeita pelo tempo e pela sociedade". Portanto, caberia a obras como esta resenhada, e à própria revista, recuperar essa memória.

tinham intenção de contestação ao regime militar, sua formação, suas implicações e sobretudo, seu sentido econômico. Mas, posteriormente os grandes jornais usaram o fato de seus jornalistas terem sido perseguidos como forma de atestar sua suposta independência, ocultando as formas de apoio ao golpe e à Ditadura.

Portanto, a censura não pode servir para ocultar a outra face do processo que foi a transformação de alguns jornais e revistas em verdadeiros mitos, como se fossem até "de esquerda" por terem sido censurados. A censura atingiu a todos os jornais e revistas, fossem identi-

60 — Loc.cit.; 61 — Id.ib. p. 44.;

62 — O ditador esclarecido. *Veja*. 22/10/1997, p. 42.

63 — Loc.cit.

64 — Id.ib. p. 44.;

65 — JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista!* 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1990; MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira. 1968-1978*. 2 ed. São Paulo: Global, 1980. Também sobre o tema: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ficados com esquerda ou com a direita.⁽⁶⁶⁾

No entanto, o que chama atenção é que somente os grandes, identificados com o projeto da Ditadura, sobreviveram, e ainda lucraram com o fato de terem sido censurados. Já os pequenos, os alternativos, estes não conseguiram sobreviver às investidas da censura, que os desestruturou economicamente.

As relações entre imprensa e Ditadura apenas iniciam a ser questionadas e estudadas de forma sistemática. É necessário que sejam feitos trabalhos de fundo, que analisem as posições editoriais para além das manchetes e das capas, o que permitirá encontrar as efetivas posições desses veículos/empresas.

Há que ir além do texto editorial e, partindo dele, descobrir as relações de classe que sustentam a grande imprensa brasileira. Ela tem sido o mais ativo e eficiente *partido político* atuante na democracia existente no Brasil.

O padrão de qualidade, legado da profissionalização, da tecnologia, do padrão nor-

te-americano, vem sendo usado como justificativa de uma suposta credibilidade da imprensa. Mas a existência dos grandes jornais e revistas só é possível com o estabelecimento de relações entre empresas jornalísticas e órgãos financiadores, sejam privados ou estatais, internos ou externos.

Essas relações desencadeiam uma atuação política partidária concreta da imprensa para a manutenção dos interesses conjuntos (de quem a financia) e de suas empresas.

A relação com a Ditadura tem que ser compreendida para além da censura e prejuízos pontuais que os grandes veículos sofreram. É necessário que o pesquisador atente para a permanente construção de memória sobre a história, pois esses órgãos a reescrevem, ocultando que apoiaram e sustentaram a Ditadura. Por se colocar como portadora do "rascunho da história", essa imprensa permite que sejam ignorados fatos sobre seus posicionamentos concretos nos embates políticos. ♦

66 — AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru, EDUSC, 1999.

ARBEX JR. José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo, Casa Amarela, 2001.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. A imprensa e Fernando Collor. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

DIAS, Luiz Antonio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado em História, UNESP, Assis, 1993.

DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresário transnacional 1918-1986*. Rio de Janeiro, Espaço e tempo, 1986.

FARO, J. S. *Revista Realidade 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre, Age / Ulbra, 1999.

FIGUEIREDO, Ana. *Liberdade é uma*

calça velha, azul e desbotada. São Paulo, Hucitec, 1998.

FREITAS, Jorge Roberto Martins. *A entrevista nas páginas amarelas da revista Veja: a imagem do milagre econômico sob o ponto de vista do primeiro newmagazine brasileiro*. Mestrado em Comunicação, UFRJ, 1989.

GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. São Carlos, UFSC, 1998.

HERZ, Daniel. *A história secreta da REDE GLOBO*. 14a ed. Porto Alegre, Ortiz, 1991.

JORGE, Fernando. *Cale a boca, jornalista!* 3a ed. Petrópolis, Vozes, 1990; MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. 1968/78. 2ª ed. São Paulo, Global, 1980.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.

MATTA, Fernando Reyes (Org). *A infor-*

mação na nova ordem internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. P. 35.

MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo*. São Paulo, Ciências Humanas, 1976.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da Comunicação*, Petrópolis, Vozes, 1999.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. Tese de Doutorado, UFRJ, Escola de Comunicação, 2000.

SILVA, Carlos Lins. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. 4a ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1987.

O objetivo deste artigo é discutir a participação do movimento integralista no processo de mobilização política e de articulação civil e militar que desencadeou o golpe de Estado de 1964. De início, ressalta-se a perspectiva de compreender o golpe de 1964 não como mera conspiração militar, mas como produto de uma vasta mobilização e articulação que envolveu os principais segmentos da classe dominante brasileira e suas mais destacadas organizações no âmbito da sociedade civil e da sociedade política, com apoio direto dos Estados Unidos.

Os Integralistas e o Golpe de 64⁽¹⁾

Gilberto Calil

Certamente não é possível aqui discutir o sentido histórico mais geral do golpe, sua relação com a crise de acumulação capitalista no Brasil e com o desenvolvimento da luta de classes. Ainda assim, é importante destacar o acirramento da luta de classes durante o período do governo Goulart, com evidentes desdobramentos nas diferentes organizações da sociedade civil.

Desta forma, se por um lado as mobilizações operárias adquiriam crescente autonomia, os trabalhadores rurais avançavam em sua organização enfrentando os ditames do latifúndio e as mobilizações estudantis politizavam-se crescentemente, por outro, também a burguesia, em suas diferentes frações, se movimentava, agia politicamente e constituía instrumentos de intervenção – como o IPES [Instituto de Pesquisas Econômicas e Superiores] e o IBAD [Instituto Brasileiro de Ação Democrática] –, contando com financiamento norte-americano.⁽³⁾

É neste contexto que se inseriu a intervenção golpista do movimento integralista, constituído na década de 1930 através da Ação Integralista Brasileira (1932-1937) e atuando desde 1945 através do Partido de Representação Popular.

Gilberto Calil é Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

O integralismo no processo político brasileiro

O movimento integralista foi lançado em 1932 por Plínio Salgado com a publicação do "Manifesto de Outubro". Constituiu-se como um movimento fascista de massas, registrando-se como partido político em 1934 e chegando a contar com mais de quinhentos mil militantes. Constituíam-se como organização altamente centralizada, mantendo treinamento militar, uniforme próprio e uma vasta ritualística.

Seus militantes juravam fidelidade absoluta e incondicional a Plínio Salgado, "Chefe Nacional" dos integralistas. Defendia uma reorganização corporativista do Estado, de acordo com os moldes fascistas, utilizando-se de um discurso radicalmente anticomunista, antiliberal e ultranacionalista, com forte conteúdo espiritualista.

O movimento integralista teve importante participação no processo que desencadeou o golpe que instaurou o Estado Novo em novembro de 1937. Ainda assim, a Ação Integralista Brasileira teve seu registro cancelado junto aos demais partidos políticos, para decepção da direção integralista. Após uma frustrada tentativa de acordo, os integralistas passaram a conspirar contra Vargas, culminando na chamada "Intentona Integralista" de maio de 1938, quando tentaram tomar o Palácio do Catete.

Após a derrota do movimento, diversas lideranças integralistas foram presas e Salgado partiu para o exílio, não sem antes lançar um manifesto aos integralistas pedindo-lhes que se abstivessem de agitações e hipotecassem apoio ao governo Vargas. Salgado permaneceu em Lisboa entre 1939 e 1946.

Com a redemocratização, o movimento integralista rearticulou-se e organizou-se como partido político, através da fundação do Partido de Representação Popular, em setembro de 1945. Em consonância com o novo contexto político, Salgado passou a negar o caráter fascista do movimento, apresentando-o como "democrático". O PRP abandonou a característica abertamente insurrecional da AIB e os aspectos

simbólicos que mais claramente denunciavam seu caráter fascista – uniforme, saudação, juramento de fidelidade ao "Chefe Nacional", etc.

Manteve-se, ainda assim, como movimento fortemente anticomunista, propugnador de um conceito abertamente elitista de democracia, segundo o qual o regime democrático deveria fundamentar-se nas "verdades reveladas" do cristianismo, as quais não poderiam ser submetidas ao sufrágio universal, qualificado como "arbítrio das massas inconscientes".

A adaptação ao novo contexto político modificou o papel desempenhado pelo movimento. Enquanto nos anos trinta o integralismo se constituía como propugnador da instalação de um Estado fascista e concretamente contribuiu para o processo de centralização política, ainda que a opção de Vargas tenha sido por uma centralização que descartava a mobilização política de massas através de um partido único, a partir de 1945, impossibilitados de propugnar abertamente tal perspectiva, os integralistas passaram a desempenhar claramente um papel de "cães de guarda" da ordem estabelecida, seja através da defesa de restrições ao exercício da democracia, seja através da propaganda e mobilização anticomunista.

A aceitação formal da "democracia representativa" não impedia os integralistas de defenderem posições abertamente repressivas – censura política e moral, intervenção em entidades sindicais e estudantis, restrições às liberdades públicas, etc. Ao contrário, consistia em um recuo tático que se tornara necessário em vista do novo contexto político, mas não implicava em uma efetiva alteração do ideário integralista, ainda que determinasse alterações nos métodos e instrumentos de sua intervenção.

Em termos gerais, durante todo o período da chamada Quarta República (1945-1964), os integralistas desempenharam um papel de "cães de guarda" da ordem estabelecida, através da intervenção do Partido de Representação Popular e também de outras organizações voltadas à

juventude, às mulheres e aos trabalhadores, e ainda de jornais de circulação nacional, regional e municipal e de uma editora. O aspecto mais destacado dessa intervenção era o anticomunismo. O combate ao comunismo pelos integralistas dava-se de diversas formas: disseminação de propaganda anticomunista através de panfletos, folhetos, programas radiofônicos; discursos parlamentares e comícios públicos; produção e publicação de obras anticomunistas; campanha sistemática de denúncia de supostas atividades comunistas e manutenção de um vasto serviço de espionagem da ação dos comunistas, socialistas e militantes sindicais, estudantis e sociais.

Sua base social era constituída fundamentalmente por segmentos da pequena burguesia urbana e rural (entendida de acordo com as proposições apresentadas por Poulantzas, englobando tanto a "pequena burguesia tradicional" – pequenos comerciantes, pequenos proprietários rurais, artesãos –, quanto a "nova pequena burguesia" – trabalhadores assalariados improdutivos, do setor público ou privado).⁽⁴⁾

Dentre os eleitores do Partido de Representação Popular destacavam-se os pequenos proprietários rurais, particularmente das regiões de colonização germânica e italiana no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Espírito Santo, comerciantes, trabalhadores do comércio e serviços e profissionais liberais. Seu núcleo dirigente nacional e era predominantemente constituído por profissionais liberais (advogados, médicos, engenheiros), ainda que também contasse com integrantes de outras frações da pequena burguesia.

A participação de setores operários era pouco expressiva e a de trabalhadores rurais assalariados, praticamente inexistente. Também a participação direta de integrantes da burguesia nos órgãos dirigentes integralistas era pouco expressiva, embora não totalmente irrelevante. A composição majoritariamente pequeno-burguesa das diversas instâncias da direção

partidária, da militância e do eleitorado integralista, ainda que em proporções diferenciadas, nos obriga a refletir acerca das condições que envolvem sua atuação política, em especial sua tendência à heteronomia, ou seja, sua incapacidade de produzir e sustentar um projeto próprio e autônomo frente às classes fundamentais.

De acordo com Gramsci, a pequena burguesia "se caracteriza precisamente pela incapacidade orgânica de criar para si uma lei, de fundar um Estado", muitas vezes levando a uma subserviência frente à burguesia: "A pequena burguesia, mesmo nesta sua última encarnação política que é o 'fascismo', revelou definitivamente sua verdadeira natureza de serva do capitalismo e da propriedade agrária, de agente da contra-revolução. Mas revelou também que é fundamentalmente incapaz de desempenhar qualquer tarefa histórica".⁽⁵⁾

A pequena burguesia define-se sempre, portanto, "em última instância, em função do conflito principal", pois "os grupos médios não constituem um dos agentes sociais da oposição entre as classes; assim, sua prática política deve aceitar a definição, estabelecida pelas classes antagônicas, das linhas gerais do conflito principal",⁽⁶⁾ em virtude da "contradição ideológica própria da classe média: enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho, tende a ser atraída para o campo ideológico da burguesia; enquanto classe trabalhadora, tende a se solidarizar com o proletariado".⁽⁷⁾

Tal constatação não significa que sua intervenção política seja pouco relevante, mas apenas que esta se dá sempre articulada ou subordinada a uma das classes fundamentais. Assim, a intervenção de um movimento que arregimenta e mobiliza setores da pequena burguesia para um projeto antioperário e subordinado à ordem vigente é um fenômeno da maior importância na luta de classes, em um contexto no qual, a despeito da situação de clandestinidade do PCB, ocorria uma aproximação entre

4 — POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975; POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais*. In: ZENTENO, Raul Benítez. *As classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 91-116.

5 — GRAMSCI, Antonio. *O povo dos macacos* (2.1.1921). In: *Escritos políticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V. 2. p. 32-33.

6 — SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 18.

7 — SAES, Décio. *Classe média e política*. In: FAUSTO, Bóris (org). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil republicano. V. 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991. pp. 449-506, p. 452.

1 — Este artigo foi produzido a partir de material integrante da tese de doutoramento "O integralismo no processo político brasileiro (1945-1965)", defendida junto ao Programa de Pós Graduação da Universidade Federal Fluminense, sob orientação da Profa. Dra. Virgínia Fontes.

3 — Ver a respeito DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

setores da pequena burguesia e o proletariado em alguns setores, como era o caso do movimento estudantil e o sindicalismo do setor terciário (bancários, comerciários, etc).

A subordinação dos integralistas aos grupos dominantes também é evidenciada pelo estabelecimento de vínculos orgânicos com grupos e entidades de classe representativos de diferentes frações da grande burguesia.

O semanário integralista de âmbito nacional *A Marcha*, que circulou entre 1953 e 1965, teve dentre seus principais anunciantes regulares grandes instituições financeiras – Banco Mauá, Banco Hipotecário Gramacho –, companhias aéreas – Cruzeiro do Sul, Varig, Panair – e lojas de departamento – Lojas Drago, Casa Valentim. Ressalte-se o caráter abertamente partidário do jornal, o que permite que se compreenda a publicação desses anúncios como forma de apoio político. Ainda mais direto foi o apoio de integrantes da burguesia na constituição da editora integralista Livraria Clássica Brasileira, destacando-se o banqueiro Gastão Vidigal e o industrial Euvaldo Lodi dentre seus principais acionistas.

A Livraria Clássica Brasileira publicou as principais obras de Salgado e dos demais autores integralistas e traduziu e editou dezenas de obras anticomunistas, reunidas na Coleção Estrela do Ocidente. Algumas destas obras eram compradas em grande quantidade pelo Serviço Social da Indústria para distribuição entre seus associados. A existência destes vínculos não significa que o PRP fosse a opção preferencial de qualquer fração da burguesia brasileira, mas apenas que cumpria um papel que atendia aos seus interesses, particularmente pela disseminação do anticomunismo.

Em termos mais estritamente parlamentares e eleitorais, o PRP teve importantes oscilações

O PRP e o governo João Goulart

Durante a crise política aberta com a inesperada renúncia de Jânio Quadros, a 25 de agosto de 1961, os integralistas manifestaram publicamente suas posições e buscaram intervir na sua resolução. No mesmo dia da renúncia,

táticas durante o período de sua intervenção, ainda que mantendo os aspectos centrais de seu projeto. Durante os primeiros anos, estabeleceu aliança preferencial com o PSD, apoiando a candidatura e o governo do general Eurico Dutra. Em 1950, coligou-se à UDN, apoiando a candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes, recebendo em troca o apoio udenista à candidatura de Salgado ao Senado pelo Rio Grande do Sul.

Nas eleições estaduais, o apoio do eleitorado integralista, que oscilava entre cinco e oito por cento no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Bahia e São Paulo, era muitas vezes decisivo, e os integralistas o negociavam em troca de secretarias de estado, recursos financeiros para campanha eleitoral ou apoio em eleições municipais. Entre 1952 e 1955, o PRP seguiu uma linha de “independência partidária”, lançando candidaturas próprias, inclusive a candidatura de Plínio Salgado à presidência da República em 1955, a qual obteve 714.379 votos (8,3%).

Em 1957, passou a apoiar explicitamente o governo de Kubitschek, recebendo em troca a presidência do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), que conservaria até 1962.

Neste período, realizou diversas coligações com o PTB, com destaque para a coligação que elegeu Leonel Brizola governador do Rio Grande do Sul e o integralista Guido Mondin para o Senado, tendo integrado o governo Brizola entre 1959 e 1961, ocupando as secretarias da Agricultura e das Obras Públicas e a presidência do Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 1960, apoiou a candidatura presidencial do Brigadeiro Lott (PSD-PTB). Ainda assim, passou a apoiar o governo de Jânio Quadros, permanecendo na presidência do INIC.

cia, Salgado discursou no Congresso Nacional defendendo o “apoio a todas as medidas propostas à Casa no sentido de preservar a dignidade do Poder Legislativo”.⁹ Três dias depois, após o pronunciamento dos ministros milita-

res vetando a posse de João Goulart, Salgado escreveu uma longa carta ao Ministro do Exército, marechal Odylio Denys, sustentando que um golpe de estado deveria ser evitado, pois serviria aos propósitos do Partido Comunista:

“No atual momento brasileiro, vejo o Partido Comunista organizado de forma a poder atuar no sentido de uma desordem generalizada, cujos efeitos não podemos prever em toda a sua plenitude. Senão vejamos: 1) Do ponto de vista político: levam os comunistas a vantagem de desfraldar a bandeira da legalidade e de pugnar pelo cumprimento da Constituição. [...] Isto pode criar um clima dos mais propícios à ação dos agentes de Moscou, dada a tendência do nosso povo para examinar as questões superficialmente e para submeter ao seu incorrigível superficialismo todas as questões que se lhe oferecem; 2) Sob o ângulo das diferenciações regionais: o caso da posse, ou não, do atual Vice-Presidente da República, será certamente transformado numa reivindicação do Rio Grande do Sul, inflamando as paixões regionalistas [...]; 3) [...] Há cerca de cinco anos e com o recrudescimento desde a instalação do comunismo em Cuba, estão funcionando no Brasil escolas de guerrilhas, segundo a técnica e a sistematização de Mao Tsé-tung [...]; 4) Em relação à situação social: não se pode negar o descontentamento popular, pelo encarecimento do custo de vida, o que gera disposição para o ingresso de grandes massas em qualquer movimento de desordem; 5) Apreciando o ato de renúncia: vê-se claramente, quer na alegação das causas (‘vencido pelos grupos reacionários’), quer no apelo (‘operários e estudantes’), que o ex-Presidente, conhecedor da aparelhagem política acima enumerada, sabe quais os efeitos de suas palavras”.⁹

Alegando sua experiência de “velho lutador contra o comunismo”, sugeria ao Marechal que permitisse a posse de Goulart para evitar uma “revolução comunista”, impondo-lhe como condições o estabelecimento de uma política

externa anticomunista, a formação de um “ministério de concentração nacional do qual participem todos os partidos políticos” e a aceitação das Forças Armadas como fiadoras de tais compromissos.¹⁰

Salgado acrescentava que “em relação à pessoa do atual Vice-Presidente da República, dou meu testemunho pessoal de que se trata de um homem equilibrado, que muitas vezes manifestou sua índole e pensamento conservadores”.¹¹

Esta carta foi lida por Salgado na Tribuna da Câmara dos Deputados.¹² A posição então assumida por Salgado visava garantir a manutenção da ordem institucional vigente, e com ela os espaços de intervenção conquistados pelos integralistas, além de garantir a participação do PRP em um eventual ministério de conciliação.

Naquele contexto, uma ruptura institucional radical não parecia necessária nem se apresentava vantajosa aos integralistas, sendo preferível obter compromissos de Goulart. Assim, é compreensível o apoio entusiasmado dos integralistas ao golpe parlamentarista, limitando os poderes de Goulart, mas preservando a ordem institucional vigente. Com a posse de Goulart, os integralistas saíram fortalecidos, sustentando que Salgado foi um dos autores da proposta de emenda parlamentarista, o que era confirmado em declarações de parlamentares de outros partidos. Ao mesmo tempo, enquanto via a ascensão de João Goulart à presidência, não perdia oportunidades de lembrá-lo que os votos integralistas foram decisivos para sua eleição em 1960, bem como da carta enviada por Salgado ao Ministro do Exército, assegurando que Goulart seria “democrata e anticomunista”.

Efetivada a posse de Goulart, a 7.9.61, e constituído seu primeiro Gabinete, chefiado por Tancredo Neves, no dia seguinte, o PRP tratou, mais uma vez, de buscar a conquista de postos governamentais. Em entrevista ao Correio Brasileiro, Salgado voltou a refutar as vinculações de Goulart com o “comunismo”: “[...] acaso o vice-presidente da República, hoje presidente,

9 — Correspondência de Plínio Salgado a Odylio Denys, s./d. (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro - Correspondências Políticas: Pprp 62.00.00/94).

10 — Id.ib.

11 — Id.ib.

12 — SALGADO, Plínio. Carta ao Marechal Odylio Denys sobre a posse do Vice-Presidente da República João Goulart, 28.8.1961. In: *Discursos Parlamentares*. ob.cit., p. 168.

é um agitador perigoso? Não. E dissemos não porque o sr. João Goulart é um homem de bom senso, tem a mentalidade patriarcal dos estancieiros do Sul e que muitas vezes revelou sua capacidade para contornar crises e tranquilizar o País. Mas, nesse caso, podemos ainda perguntar: o sr. João Goulart adota a ideologia comunista? Também não, pois todos o conhecemos".⁽¹³⁾

Ao mesmo tempo, criticava a "ambição desordenada dos chamados 'grandes partidos', deixando à margem e descontentes os chamados 'pequenos partidos'".⁽¹⁴⁾

A indicação de Tancredo Neves era entusiasticamente aprovada: "A escolha do sr. Tancredo Neves para o cargo de Primeiro Ministro do novo regime que se inicia foi uma das mais acertadas. Homem reservado, de atitudes comedidas e pronunciamentos serenos, dignos e oportunos, inspira a confiança de todos. Pelas suas qualidades de jurista e virtudes de caráter está predestinado a um desempenho condigno com o alto cargo para o qual foi indicado".⁽¹⁵⁾

Em 23 de setembro, o PRP formalizou seu apoio ao novo governo, reafirmando a proposta de formação de "uma concentração nacional em que participassem todos os partidos".⁽¹⁶⁾

A diretoria afirmava que o partido deveria "adotar a linha do bom senso neste período de transição [...]; não pretendendo se pratique no momento um rigoroso parlamentarismo clássico, cerceando demasiadamente o Presidente da República"; denunciava os que pretendiam "implantar no País uma situação de desordem"; reafirmava que "no atual instante a maior ameaça contra nossa Pátria é o comunismo"; e determinava que "não devemos nos manifestar isoladamente em relação ao Governo Central, aos Governos dos Estados ou aos partidos".⁽¹⁷⁾

A pretensão em ampliar sua participação no governo foi frustrada, mas o partido conseguiu conservar a presidência do INIC, considerado estratégico pela sua importância política e pelos

inúmeros cargos de livre nomeação que possuía. Parcialmente contrariados em suas expectativas, os integralistas diminuíram o entusiasmo de seu "apoio" ao governo, passando a veicular algumas críticas. Em novembro, editorial do jornal integralista registrava: "o novo Governo vai entrar no seu segundo mês de exercício e o povo já começa a dar mostras de impaciência quanto à parcimônia exagerada de sua atividade".⁽¹⁸⁾

Um mês depois, o integralista Raimundo Barbosa Lima foi nomeado presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos (IPASE). Em resposta, os integralistas passaram a elogiar Goulart e seu governo, embora ressaltando a política externa independente por ele adotada. No decorrer de 1962, no entanto, os integralistas enfrentaram crescentes dificuldades, com a não liberação de verbas às autarquias que dirigiam e a divulgação de denúncias de corrupção contra os dirigentes do INIC.

Este descontentamento incentivou-os a acirrar suas críticas à política externa. Ainda em 1961, um Conclave Nacional do PRP definiu que o partido deveria desencadear mais uma "vasta campanha anticomunista nacional", tendo como primeiro ponto "prosseguir, com maior intensidade, a campanha já deflagrada durante o governo do sr. Jânio Quadros, contra a política exterior, continuada pelo atual Gabinete, cujas consequências se evidenciam no entusiasmo e no surto interno do comunismo em todo o Brasil".⁽¹⁹⁾

A campanha seria desenvolvida através de comícios, conferências, manifestações públicas, discursos parlamentares e denúncias contra a "infiltração comunista" na administração pública. A campanha foi inaugurada com um discurso proferido por Salgado na Câmara, tratando do "mais grave de todos os assuntos de que tomou conhecimento esta Câmara na presente legislatura": "o reatamento das relações diplomáticas do Brasil com a Rússia Soviética".⁽²⁰⁾

Salgado argumentou que "no plano verme-

lho para as Américas, o Brasil ocupa lugar de especial destaque", concluindo que "o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia revelou a existência em nosso País de um pensamento digno dos acomodados, dos negligentes, dos oportunistas e dos fatalistas".⁽²¹⁾

Na Câmara, o deputado integralista Oswaldo Zanello (PRP-ES) acirrava a crítica, pedindo abertamente às "classes armadas" que impusessem uma mudança na política externa: "Restanos nesta hora de luto nacional, apelar para o patriotismo de nossas classes armadas, a fim de que resguardem nossas mais puras tradições de brasilidade, procurando reprimir e da forma mais viril a infiltração comunista no Brasil e nas Américas, exigindo do governo, como responsável pela manutenção da ordem interna e da segurança da Nação, que o Brasil se integre novamente no sistema pan-americano, rompendo suas relações com o regime sangüinário, tirânico e opressor de Fidel Castro. O Brasil confia nas suas classes armadas e sabe que elas não lhe faltarão".⁽²²⁾

Em novo discurso, Zanello afirmou que "o governo está mancomunado e orientado pelos comunistas", "facilitando-lhes a ação subversiva, criando no país uma ambiência periculosa [sic] de domínio vermelho ou amarelo", e exigia a demissão dos comunistas do governo, dos cargos públicos, das cátedras, das classes armadas, dos sindicatos, do Parlamento e do meio estudantil, a proibição da venda de livros "subversivos", e a própria queda do governo: "Derrubá-lo é a maior obra de patriotismo que a Câmara poderá fazer. Que os deputados providenciem isto antes que esse governinho que está aí tenha tempo de destruir nossas instituições democráticas".⁽²³⁾ O deputado Abel Rafael (PRP-MG) qualificava o reatamento com a União Soviética como um "crime contra o Brasil" e afirmava que "os russos estão fazendo o que querem em nosso país".⁽²⁴⁾ Esta tese era difundida por *A Marcha*, que denunciava a entrada em

massa de agentes soviéticos no Brasil, apelando para "o presidente da República e o Conselho de Ministros chamarem à razão este irresponsável chanceler San Tiago Dantas".⁽²⁵⁾

A crítica à política externa do governo Goulart, que em termos gerais seguia e aprofundava a "política externa independente" inaugurada no governo Jânio Quadros, teve uma função relevante para o PRP no período em que ele participava do governo, pois era utilizada como uma compensação oferecida aos seus militantes que discordavam do apoio àquele governo e, ao mesmo tempo, visava impedir que a UDN monopolizasse a crítica de direita contra o comunismo e sua suposta "infiltração" no governo. No entanto, a participação do partido no governo, à frente do INIC e do IPASE, tornou tal discurso cada vez mais contraditório e insustentável, gerando um impasse crescente, só resolvido com o rompimento definitivo, às vésperas das eleições estaduais de 1962.

A partir de junho de 1962, quando o Gabinete chefiado por Tancredo Neves entrou em crise, o PRP passou a criticar abertamente o governo como um todo, não se restringindo mais à política externa, embora ainda tenha conservado os cargos que detinha no governo por mais três meses. No início daquele mês, Abel Rafael defendeu a queda do Gabinete: "Eu quero derrubar o Gabinete. A casa não quer. Cada qual tem um emprego a pedir, uma verba a liberar, uma estrada a abrir. Enquanto houver institutos, houver empregos, etc., não se derruba ninguém".⁽²⁶⁾ Com a demissão do Gabinete chefiado por Tancredo Neves e a indicação de San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro Ministro, os integralistas radicalizaram sua oposição. Salgado discursou criticando o "esquerdismo" de sua gestão no Ministério das Relações Exteriores e encaminhou a declaração de voto do PRP contra a aprovação de seu nome, assinada pelo cinco deputados federais do partido.⁽²⁷⁾

De acordo com *A Marcha*, "não é de hoje que

13 — Entrevista concedida por Plínio Salgado ao *Correio Brasiliense*, s/d. Original Datilografado (APHRC-FPS 091.003.004).

14 — A palavra de Plínio Salgado em Palestras com o Povo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 2.

15 — O premier. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.9.1961, p. 1.

16 — Diretrizes da Presidência Nacional do PRP, 23.9.1961 (APHRC-Ppp 23.09.61/3). Grifos meus.

17 — As Diretrizes foram publicadas no jornal partidário: Diretrizes do PRP sobre o regime parlamentarista. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 5.10.1961, p. 3.

18 — O Governo existe? *A Marcha*, Rio de Janeiro, 2.11.1961, p. 1.

19 — PRP comanda ofensiva anticomunista no país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 9.11.1961, p. 1.

20 — SALGADO, Plínio. Reatamento de relações diplomáticas com a URSS, 29.11.1961. In: *Discursos parlamentares*, ob. cit., p.411.

21 — Id. ib., p. 423, 432 e 425.

22 — Apelo de Oswaldo Zanello às Forças Armadas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 1º.3.1962, p. 2.

23 — Discursos Parlamentares. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 15.3.1962, p. 2. Grifo meu.

24 — Discursos de Abel Rafael, Oswaldo Zanello e Arno Arnt. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 24.5.1962, p. 2.

25 — Política de San Tiago trampolim para a invasão bolchevista no Brasil. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 31.5.1962, p. 1 e 6.

26 — Discurso de Abel Rafael sobre a Moção de Censura ao Ministro San Tiago Dantas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 7.6.1962, p. 2.

27 — Declaração de voto da bancada do PRP, 28.6.1962. In: SALGADO, Plínio. *Discursos parlamentares*. ob. cit., p. 197-198.

o deputado Plínio Salgado, coerente com a doutrina integralista, vem advertindo a Nação para o perigo que representa, em potencial, este homem que até hoje nada fez pelo Brasil a não ser causar-lhe prejuízos morais e materiais".⁽²⁸⁾

O voto pela rejeição da indicação de Dantas representou um passo importante na articulação do PRP com o conjunto das forças de direita, reunidas na Ação Democrática Parlamentar, a qual, contando com 158 deputados federais, dentre os quais os cinco do PRP, fechou questão na rejeição de seu nome.⁽²⁹⁾

A formação dos dois grandes blocos parlamentares que polarizariam a disputa política no Parlamento nos dois anos seguintes - Ação Democrática Parlamentar e Bloco Parlamentar Nacionalista - levou ao alinhamento natural dos integralistas ao bloco de direita - ADP -, tornando irreversível seu afastamento do governo Goulart. A rejeição da indicação de San Tiago Dantas pela Câmara deu origem a uma crise política, cujo passo seguinte foi a indicação, por Goulart, do nome do deputado conservador Auro Moura Andrade (PSD-SP) para o cargo de Primeiro Ministro, apoiada pelos parlamentares integralistas. A aprovação do nome de Andrade foi recebida com grande satisfação pelos integralistas, pois determinaria uma guinada conservadora do governo Goulart.⁽³⁰⁾

No entanto, a forte reação popular levou à renúncia de Andrade e aprofundou a crise política. Goulart retomou a iniciativa, indicando Francisco Brochado da Rocha (PTB-RS) à Chefia do Governo, para descontentamento dos integralistas. A aprovação do Gabinete por ele chefiado, contra o voto de apenas 58 deputados, foi uma derrota para o PRP, levando ao seu rompimento definitivo com Goulart.

Dias depois, *A Marcha* responsabilizava Goulart e Brochado pela "subversão da ordem", supostamente configurada na campanha pela antecipação do plebiscito: "O plebiscito, de reivindicação justa, passou, nas bocas e nas mãos dos agitadores, a mero pretexto de confusão,

demagogia eleitoreira e aberto convite à baderna, à mazorca, à convulsão nacional".⁽³¹⁾

Confirmada a antecipação do Plebiscito, marcado para 6 de janeiro de 1963, os integralistas passaram a defender o não reconhecimento do Plebiscito e o voto nulo: "[...] debaixo de pressões de todos os gêneros e modos, o Congresso capitulou, marcando a consulta ao povo para 6 de janeiro. E os integralistas? Só têm uma maneira para se conduzirem em tal plebiscito, não se manifestando nem por uma forma nem por outra. Apenas escrevendo na cédula a palavra Integralismo".⁽³²⁾

O último gabinete parlamentarista, liderado por Hermes Lima, também teve acirrada oposição dos integralistas. No decorrer do segundo semestre de 1962, os integralistas questionavam diretamente a legitimidade daquele governo e denunciavam a existência de um suposto "plano golpista" que seria executado pelo governo ou com sua cumplicidade, argumento que seria desenvolvido durante o ano seguinte e até o golpe de Estado em 1964. Nas eleições estaduais de 1962, os integralistas alinharam-se claramente com os demais grupos conservadores nos principais estados, apoiando as candidaturas de Adhemar de Barros (PSP/SP), Ildo Meneguetti (PSD/RS), Lomanto Júnior (UDN/BA), Paulo Fernandes (PSD/RJ), Virgílio Távora (PSD-CE), João Cleofas (UDN/PE), todos contrários a Goulart.

Em São Paulo, Rio Grande do Sul e Bahia, a votação proveniente do eleitorado integralista foi decisiva para a vitória dos candidatos apoiados pelo PRP, pois a diferença de votos foi inferior à votação recebida pela bancada parlamentar do partido. Especialmente expressiva do rompimento com os setores governistas era a participação do PRP na coligação conservadora constituída no Rio Grande do Sul para enfrentar o candidato do então governador Leonel Brizola, de cujo governo o PRP participara por quase três anos, posição mantida nas eleições municipais de 1963, sob a diretriz de "manter a Ação Democrática Popular e só em último

caso, realizar coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro".⁽³³⁾ O PRP participou do governo Ildo Meneguetti, assumindo as secretarias da Administração e da Fazenda, as presidências do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e do Instituto de Previdência do Estado, e diretorias da Comissão Estadual de Silos e Armazéns, do Departamento de Imprensa Oficial, da Junta Comercial do Estado e da Caixa Econômica Estadual.⁽³⁴⁾ Em São Paulo, o apoio a Adhemar de Barros era justificado em nome do anticomunismo: "A vitória eleitoral de Adhemar de Barros em São Paulo [...] significará um golpe de morte no processo de bolchevização por que passa o país", sustentando que "com Jânio eleito, o Brasil correrá perigo de sangue".⁽³⁵⁾

O PRP participou do governo Adhemar ocupando a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio e a presidência do Instituto de Previdência do Estado, mas teve sua participação reduzida no decorrer do governo. Em junho de 1962, os integralistas lançaram um Manifesto criando

A campanha anticomunista e a defesa do golpe de Estado

O PRP teve uma intervenção relevante no processo que conduziu ao golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, ainda que esta seja praticamente desconsiderada pela historiografia. Esta intervenção se efetivou tanto através das manifestações públicas do partido nos meses que antecederam o golpe, utilizando-se de manifestos, notas públicas e discursos parlamentares, quanto pela articulação concreta de lideranças integralistas com outros grupos golpistas, sempre tendo como tônica principal o anticomunismo.

A restauração do presidencialismo, determinada pela esmagadora vitória obtida pelo governo no plebiscito de janeiro de 1963, constituiu-se em marco para a adoção de um novo patamar de radicalização do oposicionismo integralista.

A partir de então, o governo Goulart seria tratado como um inimigo perigoso, sempre as-

o "Movimento de Reconstrução Nacional", já anunciando uma mobilização mais agressiva contra o governo Goulart: "Considerando que não se pode mais perder tempo com a política medíocre dos partidos [...] propomos neste instante à Nação Brasileira um movimento no sentido de reconstruir tudo o que sentimos destruído em nossa Pátria, lançamos o Movimento de Reconstrução Nacional. [...] Conclamamos o povo de nossa terra principalmente os pais de família, que pela sua formação cristã são chamados ao bom combate para evitar, enquanto é tempo, as desgraças iminentes que ameaçam o Brasil e ver cerrar fileiras em torno da nossa bandeira em que inscrevemos a trilogia sagrada: Deus, Pátria, Família." ⁽³⁶⁾

Este Movimento não prosperou, mas o tom de seu manifesto de lançamento marcaria a intervenção integralista a partir de então, quando os integralistas passariam a propugnar abertamente pela derrubada violenta do governo Goulart, através de um golpe de Estado.

sociado ao comunismo, motivo pelo qual jamais se poderia conciliar com ele, tornando progressivamente explícita a opção dos integralistas pela alternativa golpista. Reunido em Convenção Nacional em maio de 1963, o PRP produziu uma Nota Oficial "considerando extremamente grave a situação brasileira", propondo "uma alta política de bom senso e de equilíbrio", para evitar "que o País venha a cair nas mãos da desordem ou na de uma ordem que suprima as liberdades democráticas" e permitir que fossem restauradas "a ordem econômica, a ordem financeira, a ordem social, a ordem política, a ordem administrativa, a ordem moral, a disciplina e a hierarquia dos valores".⁽³⁷⁾

Em setembro do mesmo ano, a Bancada do Partido na Câmara Federal lançou outra Nota, apelando diretamente para a intervenção das Forças Armadas: "A Bancada do Partido de

28 — Com Jânio e depois com Jango o PRP sempre ficou contra San Tiago Dantas. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1.

29 — Por que a ADP vetou San Tiago. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 2.

30 — Comunistas derrotados com a vitória de Auro. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 28.6.1962, p. 1.

31 — O Brasil precisa andar. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 13.9.1962, p. 1.

32 — O plebiscito. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 22.11.1962, p. 3.

33 — Orientação sobre as eleições municipais de 1963, 9.12.1962 (Centro de Documentação sobre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular - Documentação do Diretório Regional).

34 — Participação do PRP no governo gaúcho. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, out. 1963, p. 1.

35 — Adhemar e Lacerda unidos contra o comunismo. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 26.7.1962, p. 1.

36 — Plínio em Bauru preconiza a reconstrução do país. *A Marcha*, Rio de Janeiro, 14.6.1962, p. 1 e 3.

37 — Nota Oficial da Convenção Nacional do PRP, 21.5.1963 (Centro de Documentação sobre a AIB e o PRP - Documentação do Diretório Nacional).

Representação Popular na Câmara Federal denuncia à Nação Brasileira a existência e funcionamento de um *Soviet* em nosso País, nos moldes exatos do que se instalou em Petrogrado em 1917, aqui sob o pseudônimo de CGT. [...] Nestas condições, a bancada do Partido de Representação Popular *apela para o pundonor, o brio, a honra, o patriotismo, das Forças Armadas, para que evitem, a todo o transe, as desgraças que se prefiguram para a Nação brasileira* e alerta o povo de nossa Pátria para que em união sagrada levante nesta última oportunidade de que depende a salvação nacional".⁽³⁸⁾

A partir de então, as manifestações dos integralistas contra o governo Goulart sucederam-se em ritmo acelerado. Na semana seguinte, Salgado discursou na Câmara, responsabilizando o presidente pelo clima de "agitação" e "desordem": "Desde que Sua Exa. assumiu a Presidência da República, recrudesceram as agitações políticas de estudantes, comícios promovidos pelo próprio Presidente da República e garantidos por forças do Exército para lançar o País no campo das paixões, da confusão e da ruína, ou temos greves sucessivas que trazem prejuízos de bilhões à Nação. [...] Se existe alguém responsável pela desordem reinante, alguém responsável pelos prejuízos acarretados ao País, pelas greves sucessivas a que estamos assistindo, esse responsável é o Presidente da República. [...] Falta autoridade no atual momento nacional, falta ordem, falta sentido de responsabilidade. [...] Falta ao Chefe da Nação autoridade moral para pretender acordos entre patrões e empregados ou para intrrometer-se na vida do Legislativo".⁽³⁹⁾

No dia seguinte, Salgado encaminhou o voto contrário da Bancada do PRP ao projeto governamental de reforma agrária, qualificando-o como tentativa de destruição da agricultura e da pecuária brasileiras: "Esta é uma hora dolorosa em que o princípio de autoridade está completamente combalido; em que já não há mais

hierarquia e nem disciplina; em que assistimos a inversão dos valores; em que ouvimos teóricos e doutrinadores, metafísicos ou românticos, trazendo mais achas à fogueira em que arde a Nação. Esta hora em que vemos a dissolução completa da orgânica brasileira e, agora, ainda se pretende, depois de sucessivas greves alimentadas pelo próprio poder constituído, ainda se pretende destruir a única coisa que ainda tem alguma organização no Brasil; a nossa lavoura e a nossa pecuária. Este é um momento doloroso da nossa Nação".⁽⁴⁰⁾

O deputado Oswaldo Zanello protestou contra a concessão da condecoração do Marechal Tito, apontado como "o novo Nero, o maior perseguidor da Igreja", e apresentou um projeto de Lei declarando-a sem efeito.⁽⁴¹⁾ Na mesma semana, Salgado posicionou-se contra a solicitação governamental de decretação de Estado de Sítio, qualificando-a como "precipitação dos Ministros Militares", "mesmo amenizado por essa adorável Irmã Paula que aparece em todas as ocasiões em nossa Casa Legislativa, com suas fórmulas conciliatórias, ou trazendo o esparadrapo para curar feridas - o PSD".⁽⁴²⁾ Os deputados perrepistas se revezavam nos discursos contra Goulart. Zanello acusava que "nunca, jamais, em tempo algum, houve nesse país governo faccioso, medíocre e irresponsável como esse que aí está a infelicitizar a Nação e desesperar o povo brasileiro"⁽⁴³⁾ e Abel Rafael Pinto considerou a administração de Goulart "nula".⁽⁴⁴⁾

Salgado, por sua vez, sustentava que "o que se está passando no Brasil é absolutamente idêntico ao que se passou na Rússia em 1917", agravado pela "presença em nosso País de uma embaixada cujo governo tem, como ponto de programa, a implantação do comunismo no mundo".⁽⁴⁵⁾ Ainda em outubro de 1963, Salgado enviou uma "Mensagem ao Povo Gaúcho", sustentando que existiria uma "ampla infiltração comunista" no governo federal: "Homens

reconhecidamente comunistas ocupam altos postos no Governo, desde os auxiliares diretos do Presidente da República, aos ministros e presidentes de autarquias. O meio estudantil está dominado pela União Internacional dos Estudantes, com sede em Praga, e subordinada ao Consomol, uma das mais importantes seções do Kominform. O operariado está dominado pela ditadura de um soviete que entre nós tem o nome de CGT. A infiltração na imprensa de elementos vermelhos é notória. Nos círculos do professorado superior e secundário é tão grande a influência de elementos de Moscou, que recentemente num manifesto vibrante de patriotismo, uma centena de professores universitários denunciou à Nação as atividades de mestres no sentido de formarem em seus alunos uma mentalidade comunista".⁽⁴⁶⁾

A tese de que havia uma revolução em curso fundamentava a argumentação em favor do golpe, tornando necessário o forjamento de um "perigo revolucionário iminente", ainda que para isto fosse necessário denunciar conspirações inexistentes, como fica evidente em um episódio relatado pelo perrepista Antonio Pires, então Secretário da Administração do Rio Grande do Sul: o Chefe da Casa Civil, Plínio Cabral denunciou à imprensa, em janeiro de 1963, que "estava em marcha um movimento revolucionário, tendo seus articuladores até marcado data para eclodi-lo, adiando-o por duas vezes", sustentando que "o Governo do Estado havia abortado o golpe com medidas que tomou de forma secreta, mas que os aventureiros pretendiam levá-lo a cabo no início de janeiro".⁽⁴⁷⁾

A declaração gerou uma crise política, já que a Assembléia Legislativa convocou os secretários da Justiça e da Segurança Pública para prestarem esclarecimentos, o que foi recusado pelos mesmos, visto que sabiam que a denúncia era forjada. Mesmo assim, Pires ofereceu-se para responder pela Secretaria de Segurança

Pública e comparecer à Assembléia, junto com José Antonio Zuza Aranha, que passou a responder pela Secretaria da Justiça, conforme relata Pires: "Fui preparar-me para o embate que ocorreu dia 8 de janeiro. Os subsídios fornecidos por Plínio foram apoucados. Havia tiros de festim e escassa munição. *O importante era aproveitar a oportunidade para agitar idéias e pregar na ofensiva.* Assim procedi, como relataram os jornais da época. [...] No único e ligeiro encontro entre eu, José Antonio Zuza Aranha e Plínio Cabral para ajustamento dos ponteiros, acordou-se que se fosse necessário nominar o chefe da conspiração, este seria chamado de Otávio. Zuza, no seu depoimento que antecedeu o meu em um dia, confundiu-se e nomeou Oswaldo em vez de Otávio. Tive de confirmá-lo ... *O certo é que nunca existiu nem Oswaldo nem Otávio. Foi coisa de fértil imaginação...* O relevante é que termos aproveitado a ocorrência da opinião pública para o que se passava [sic]. Foi um alerta".⁽⁴⁸⁾

Nos três primeiros meses de 1964, os deputados federais do PRP proferiram dezoito discursos anticomunistas e antijanguistas, de acordo com levantamento da Assessoria Parlamentar do PRP.⁽⁴⁹⁾ Em fevereiro, Salgado seguia afirmando que "no Brasil se processa a preparação de uma guerra civil".⁽⁵⁰⁾

O Diretório Regional do PRP no Rio Grande do Sul reagiu, em Nota Oficial, contra os decretos presidenciais anunciados por Goulart no comício da Central do Brasil, considerados peças "de um terrível esquema de aniquilação da Nação Brasileira": a encampação das refinarias de petróleo visaria "dar aos subversivos as condições necessárias à paralisação do país em 24 horas e entregá-lo à sanha revolucionária dos esquerdistas de todos os matizes", enquanto o Decreto da Superintendência da Reforma Agrária teria "como objetivo essencial a agitação, o atropelo da propriedade privada e o desmantelamento da produção".⁽⁵¹⁾

38 — Nota Oficial da Bancada do PRP na Câmara Federal, 24.9.1963 (APHRC-FPS 018.004.002). Grifo meu.

39 — SALGADO, Plínio. Pronuncia-se contra a demagogia governamental, 30.9.1963. In: *Discursos parlamentares*, ob. cit., p. 234-235.

40 — Discurso de Plínio Salgado na Câmara dos Deputados em 1º.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 163.

41 — Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 1º.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 7495 (APHRC-FPS 015.029.009).

42 — SALGADO, Plínio. A desordem no sistema presidencialista e o Estado de Sítio, 7.10.1963. In: *Discursos Parlamentares*, ob. cit., p. 236-237.

43 — Discurso de Oswaldo Zanello na Câmara dos Deputados em 10.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 7662.

44 — Discurso de Abel Rafael Pinto na Câmara dos Deputados em 10.10.1963. Anais da Câmara dos Deputados, 1963, p. 7669-7672.

45 — SALGADO, Plínio. Advertência às esquerdas, 24.10.1963. In: *Discursos Parlamentares*, ob. cit., p. 239-247;

46 — Plínio Salgado ao Povo Gaúcho. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, out. 1963, p. 1.

47 — Citado por PIRES, Antonio. *Pelo PRP na política gaúcha*: Depoimento para o CDAIBPRP. Porto Alegre: mimeo, 1997, p. 92.

48 — Id. ib., p. 93. Grifos meus.

49 — Discursos parlamentares anticomunistas da bancada federal do PRP na crise antecedente à Revolução de março-abril de 1964 (20.1 a 31.3.1964) (APHRC-FPS 015.026).

50 — SALGADO, Plínio. O Povo Brasileiro, a reforma agrária, o voto do analfabeto, a Guerra Revolucionária e a legalização do Partido Comunista, 28.2.1964. In: *Discursos Parlamentares*, ob. cit., p. 252.

51 — PRP abre baterias contra os decretos presidenciais. *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 13.3.1964 (CDAIBPRP-Recortes).

Uma manifestação especialmente importante no contexto do imediato pré-golpe foi o Manifesto da Bancada do PRP, lançado dez dias antes do desencadeamento da ação militar, "denunciando" "o agravamento da situação política nacional, tornada mais aguda pelos episódios que se desenrolaram no Estado de Guanabara no dia 13 do corrente", e dirigindo-se à Nação para "alertá-la sobre os perigos que a ameaçam e informá-la sobre a inequívoca posição que adota em sua defesa e das instituições por que se rege": "O Brasil se encontra em estado de semi-ocupação pelo Partido Comunista, organização internacional a serviço do imperialismo sino-russo, de caráter ideológico, econômico e militar. Os agentes das potências estrangeiras comandam o assalto final ao Poder. [...] Denunciamos ao Povo Brasileiro, ao seu juízo e ao juízo da História, o atual detentor do Poder Executivo da República, sr. João Goulart, como o principal responsável pela situação acima descrita e pelas conseqüências trágicas que dela decorrerão para o Povo Brasileiro. É hoje o presidente da República elemento chave utilizado pelo Partido Comunista ao assalto ao Poder. A 13 do mês corrente, no Estado da Guanabara, o detentor do Poder Executivo da República, comparecendo a um comício organizado por agitadores, em local proibido, praticou ato capitulado como crime contra a Segurança do Estado, por lei em plena vigência. É a segunda vez que o faz. Ali ouviu, aplaudiu, aprovou e secundou, com suas próprias palavras, pronunciamentos sediciosos contra a Constituição e a ordem jurídica estabelecida nas leis votadas pelo Povo, levando a intranqüilidade, a angústia e o pânico aos lares brasileiros. [...] Não reconhecemos no atual detentor do poder Executivo, autoridade a qualquer título, para nos impor, como pretende, a sua von-

A participação integralista nas articulações e mobilizações golpistas

Paralelamente aos discursos parlamentares, proclamações e notas públicas contra o governo Goulart, os integralistas procuravam estabelecer laços e se articularem com outras forças golpistas, visando uma ação conjunta.

No que se refere especificamente aos parti-

tade, no que tange à solução de problemas de mais alta complexidade com que se defronta a Nação; nem lhe reconhecemos credenciais próprias ou induzidas. Já não há, portanto, uma dúvida razoável. Os atos e procedimentos do detentor do Poder Executivo da República *não se condicionam mais à Constituição, seja como Lei Orgânica, seja como instrumento de governo, seja como limitação do Poder. [...] À violência arbitrária, responderemos com a força do Direito, que legitima a força no Direito.* Por isso mesmo advertimos: ao lado do povo brasileiro, defenderemos até o último alento a liberdade que pretendem roubar-nos. De cidade em cidade, de rua em rua, de casa em casa, palmo a palmo, disputaremos o chão deste país. *A qualquer preço e por todos os meios.* [...] Nem o terror de uma ditadura comunista, nem caudilho algum tripudiará sobre o brio, a honra, o sangue e as lágrimas desta Nação".⁽⁵²⁾

Desta forma, em nome da manutenção da "democracia", que estaria ameaçada pela permanência de Goulart no poder, os integralistas construíam uma justificação para a ruptura institucional, através da "força legítima", o que foi reforçado no dia 31 de março, em um discurso de Abel Rafael Pinto, justificando e solicitando abertamente o uso da força para a deposição de Goulart.⁽⁵³⁾

A constante e crescente manifestação dos integralistas nos últimos meses do governo Goulart inseriam-se, certamente, em um contexto mais amplo de mobilização e manifestação dos diferentes grupos de direita. Ainda que muitas vezes as críticas dos integralistas se confundissem com as de outros grupos, em especial, a UDN, deve-se, no mínimo, reconhecer que a intervenção do PRP contribuiu para a obtenção do apoio ao golpe em parcelas da sociedade civil, em especial junto à pequena burguesia.

dos políticos, a eleição de 1962 nos estados foi um momento decisivo do estabelecimento desta articulação, não apenas através do apoio a candidatos da UDN e dos setores antijanguistas do PSD para os governos da maior parte dos estados, mas, ainda, com o financiamento de

candidaturas parlamentares do PRP pelo complexo IPES / IBAD, que financiaram candidaturas antijanguistas nas eleições de 1962 e coordenaram a articulação golpista na sociedade civil. Em junho de 1962, uma longa carta confidencial e não assinada, dirigida a Teixeira Coelho, chefe do "Gabinete Militar" de Plínio Salgado, relatava as atividades do complexo IPES / IBAD, sugerindo que o PRP tirasse proveito do esquema: "Agora vou lhe contar o 'mapa da mina' e admiro que vocês aí no Rio não saibam disso. Por isso, este assunto é confidencial. Logo que foi aprovado, na Câmara dos Deputados, o chamado projeto de remessa de lucros (que contém dispositivos arrojados), as chamadas 'classes conservadoras' ou forças da produção (Ass. Comercial, Centro das Indústrias, Federação das Indústrias, etc.) daqui de São Paulo se alarmaram e se entenderam com as congêneres daí do Rio e de Belo Horizonte. Reuniram-se aqui e deliberaram enfrentar o problema, estruturando entidades, para o público, de estudos e pesquisas sociais. Aqui em São Paulo é o IPES (Instituto Paulista de Estudos Superiores), aí no Rio, o INES (Instituto Nacional de Estudos Superiores) e em Minas o IMES (Instituto Mineiro de Est. Sup.). Para uso externo, convidam maiores, políticos, governadores, etc. para palestras e conferências e fazer-lhes sentir as suas preocupações, em face da Frente Parlamentar Nacionalista, de nítida tendência esquerdista e, daí, os receios deles, dessas classes conservadoras. Entretanto, *há uma atividade interna: financiar candidatos, de quaisquer legendas, desde que seja 100% anticomunistas.* A princípio, e na primeira reunião, desses capitães de empresas, daqui, eles fizeram uma 'vaca' que rendeu 300 milhões, e os planos são para atingir um bilhão. Estabeleceram meio por cento, taxativo, sobre os lucros líquidos apurados nos respectivos balanços dessas empresas, desses empresários e maiores da indústria e do comércio, daqui. Aqui, o 'homem', encarregado de centralizar essa atividade reservada é o banqueiro Leopoldo Figueiredo. Aí no Rio é o ci-

dadão Ruy Gomes de Almeida. Em B. Horizonte, é um cidadão Pierruti, ou nome parecido. [...] Eu mesmo tive oferecimento de uns 3 ou 4 milhões, para disputar por Mato Grosso. [...] O homem (de certo cumprindo orientação geral deste grupo reacionário, de direita), exige que o candidato assine um compromisso escrito, de seguir a orientação que eles querem ... [...] Pelas minhas ligações, estava eu tentando um auxílio substancial, da ordem de 10 a 20 milhões, para o nosso homem, candidato a federal, por aqui, neste pleito [Plínio Salgado]. Acontece que este chefe fez uma brilhante exposição, pela televisão, há cerca de dois a três meses [...] e saiu-se, para nós, brilhantemente. Mas, - acredito - não foi brilhante para essa turma reacionária de direita, pois o nosso candidato declarou, claro e sinceramente que o projeto (respondendo pergunta) de remessa de lucros teve a votação de nosso partido ou melhor, dos deputados do nosso partido [...] Isso, por certo, abespinhou a turma reacionária de direita que está esfriando quanto às possibilidades de auxílio. [...] Aí no Rio, também há o 'homem', Ruy Almeida, maior do INES que, internamente, tem os mesmos propósitos de combate anticomunista, auxiliando candidatos. Também em Minas, o IMES tem os mesmos propósitos. E, assim, em conclusão, sugiro que você entre em ação aí, - arranje uma ligação direta com o cidadão Ruy de Almeida (há um companheiro nosso, do Diretório Nacional que é vice-presidente da Associação Comercial, e ele lhe poderá abrir a porta, para este assunto). Aliás, em Minas, você poderá ter uma conversa séria com o deputado Abel, que, como deputado, tem credenciais para apresentar-se, e deve conhecer, melhor que eu, a posição do IMES, de Belo Horizonte. [...] É preciso descobrir a 'chave' do problema e como abrir a porta; conseguido isso, julgo que a *Marcha* terá um amparo financeiro regular, sério, por via de auxílio ou de recomendações de publicidade. O momento é oportuno, pois a infiltração comunista que tanto os atemoriza, e que está levando nosso país a um plano inclinado para o

52 — Bancada do PRP lança manifesto sobre a gravidade da situação nacional. *Diário Popular*, São Paulo, 21.3.1964, p. 1 (APHR-C-FPS 114.005.REC 64). Grifos meus.

53 — Discursos parlamentares anticomunistas da bancada federal do PRP na crise antecedente à Revolução de março-abril de 1964 (20.1 a 31.3.1964) (APHR-C-FPS 015.026).

esquerdismo proporciona recursos idôneos [sic], com que *A Marcha* poderá contar, para um combate ideológico, sério, à penetração vermelha".⁽⁵⁴⁾

Ainda que tal correspondência revele que naquele momento o PRP ainda não tinha uma vinculação maior com o complexo IPES/IBAD, indica o rumo que seria buscado pela liderança integralista em busca de financiamento, além de evidenciar que uma liderança integralista de São Paulo estava bastante entrosada no esquema, sugerindo várias possibilidades para que o PRP fosse beneficiado. Uma delas, pelo menos, produziu resultado efetivo: o financiamento da candidatura à reeleição do deputado federal Abel Rafael, pelo IBAD, que se tornou público em agosto de 1963. Abel Rafael, em face de provas irrefutáveis, admitiu as ligações com o IBAD, e tentou explicá-las, de forma "criativa", "dizendo que estas se limitaram ao recebimento de uma ajuda em sua campanha eleitoral, a fim de poder enfrentar o predomínio econômico de certos capitalistas [sic] e de uma turma de pelegos que sempre usou o governo e as nomeações do governo, o Banco do Brasil, a LBA e os institutos, a seu talante".⁽⁵⁵⁾

Admitiu ter recebido "o auxílio de cédulas, cartazes, faixas, poucos programas de rádio", e ainda acrescentou que o IBAD "não é tão poderoso assim, porque se o fosse já teria comprado seus acusadores [sic]".⁽⁵⁶⁾

Não encontramos registros de outros candidatos do PRP financiados diretamente pelo complexo IPES / IBAD, mas deve-se ressaltar que é pouco provável que eventuais registros de outras transações tivessem subsistido na documentação. Além disso, provavelmente são provenientes do complexo IPES/IBAD as expressivas verbas pagas por Adhemar de Barros em troca do apoio integralista a sua candidatura em 1962, verbas que foram empregadas para a reeleição de Salgado à Câmara dos Deputados. Adhemar

pagou CR\$ 3.000.000,00⁽⁵⁷⁾ e o cheque nominal a Salgado foi publicado pelo jornal *Última Hora*.

Os integralistas tentaram minimizar sua importância, afirmando que tal valor cobria apenas parte de seus gastos eleitorais: "Era natural e lógico que o candidato a governador precisasse da propaganda da nossa agremiação, pelo que ela representa como força política e moral.

Acontece que, para uma propaganda de relativa envergadura, o PRP não dispõe de grandes recursos. A despesa total de propaganda para governador, vice-governador, senadores, deputados federais e estaduais, efetuada pelo nosso Comitê, foi de CR\$ 8.527.650,00. Era compreensível que o sr. Adhemar de Barros, como candidato ao cargo cuja publicidade era a mais cara, contribuísse com alguma coisa. Assim, recolheu à caixa do comitê, em prestações, a quantia de 3 (três) milhões de cruzeiros, parcela insignificante em face do vulto da campanha".⁽⁵⁸⁾

Também em outros estados candidatos conservadores, apoiados pelo IPES/IBAD, direcionaram recursos ao PRP, sem que isto tenha se tornado público. É o caso da Guanabara, onde candidatos apoiados pelo PRP a vice-governador (Lopo Coelho-PSD) e ao senado (Gilberto Marinho-PSD e Juracy Magalhães-UDN) pagaram CR\$ 515.000,00 ao PRP, o que representava 65% do total arrecadado pelo partido para a campanha (CR\$ 794.250,00), conforme relatório financeiro interno do Partido.⁽⁵⁹⁾

Em maio de 1963, Salgado escrevia a Egon Renner, deputado estadual do PRP no Rio Grande do Sul e um dos maiores industriais do estado, prevendo o desenvolvimento de um confronto armado: "O momento brasileiro é de extrema gravidade. A pretexto duma reforma agrária demagógica e sem nenhum senso prático, prepara-se uma revolução armada".⁽⁶⁰⁾

O combate aberto ao projeto de reforma agrá-

ria de Goulart viabilizou que Salgado fosse tratado como interlocutor respeitável por setores do latifúndio, como exemplifica o telegrama de Paixão Côrtes, Presidente da Associação Rural de Bagé (RS), uma das mais importantes do Rio Grande do Sul, a Salgado: "Apelamos eminente homem público espírito cívico e patriótico sentido evitar com vossa influência seja alterado texto Constituição impedindo através da já propalada reforma agrária a modificação do nosso regime democrático onde produtores do campo ficariam mercê dos partidos políticos".⁽⁶¹⁾

Os integralistas voltaram a receber expressivo apoio de integrantes da grande burguesia para a sustentação de um programa semanal de televisão e o relançamento do jornal *A Marcha*, cuja circulação fora suspensa em 1962.

O programa televisivo foi ao ar, semanalmente, entre maio e agosto de 1963. Seu alto custo teria sido financiado pelas "classes conservadoras", embora o apoio tenha sido insuficiente para mantê-lo no ar: "Resolvi parar o programa. Custa a quantia de 600 mil cruzeiros por mês, para dez minutos por semana. Um amigo daí estava arrecadando fundos para manter o programa. Mas a sabotagem no estúdio é incrível. [...] Além disso, o amigo que está promovendo os meios financeiros não tem tido as facilidades que supunha".⁽⁶²⁾

Em janeiro de 1964, Salgado relatava a um correligionário que "como nossos companheiros não compreendem a importância do nosso jornal *estou providenciando amigos estranhos nosso movimento auxílio mensal para poder tirar nosso semanário*",⁽⁶³⁾ o que pode indicar relações com o complexo IPES/IBAD.

Em carta a um militante, Salgado defendeu veementemente a ação do IBAD, mesmo afirmando que não tinha recebido nenhum financiamento do órgão: "Um dos objetivos [dos comunistas] é desmoralizar ou destruir todas as organizações que dificultam a caminhada ver-

melha. Vem daí a guerra contra o IBAD. Posso falar insuspeitamente e de cabeça erguida, pois não recebi auxílio algum dessa entidade para a minha eleição. Essa foi custeada por um grupo de amigos e ajudada pelos candidatos majoritários que o nosso partido apoiou. Posso, pois, falar a verdade sobre essa infame campanha contra o IBAD. A finalidade é apresentá-lo como corruptor, pelo fato de *ter ajudado homens pobres, mas de bem, inimigos do comunismo*. Eu penso que isso foi serviço à Pátria, numa hora em que os candidatos comunistas esbanjavam dinheiros públicos, dos Institutos de Previdência, da famigerada SUPRA, da Novacap, da moscovita Petrobrás [sic]. Isso, sim, é corrupção, é roubo dos dinheiros do Povo, é desavergonhada maroteira".⁽⁶⁴⁾

Ao mesmo tempo, havia a preocupação em acompanhar a movimentação dos setores militares que se opunham a Goulart, bem como estabelecer ligação com os mesmos, como explicita uma carta recebida por Salgado em fevereiro de 1964: "Confirmando minha Carta de 23 do mês passado e envio-lhe com esta um exemplar de um Manifesto que recebi de amigo. [...] Pelo que ouvi de um Capitão do Exército - católico, anticomunista, filho de integralista e nosso simpatizante - parece haver dentro do Exército, um como que arrolamento dos oficiais que não vêem com bons olhos a atitude do Governo e certamente para um fim determinado, talvez dentro do plano do Manifesto de que lhe falei acima".⁽⁶⁵⁾

Em discurso proferido dez anos depois, Salgado sustentou que ainda em 1963 "conferenciei com o General Olympio Mourão, combinando um movimento militar apoiado pela opinião conservadora do Brasil".⁽⁶⁶⁾ No entanto, não encontramos comprovação deste contato na documentação partidária. A participação de Mourão na conspiração golpista - muitas vezes considerada anedótica ou irrelevante pela historiografia - é considerada decisiva por

54 — Correspondência sem remetente para Teixeira Coelho, 7.6.1962 (APHR, Pprp 62.06.07/1). Grifos meus.

55 — Deputado diz que o auxílio do IBAD ajudou-o a enfrentar os pelegos. *Folha da Tarde*, Porto Alegre, 9.8.1963 (CDAIBPRP - Recortes)

56 — Id. ib.

57 — Aproximadamente R\$ 160.000,00 em valores dezembro de 2004, conforme conversor disponível em www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/servicos/pg_atualizacao_valores.php. Este conversor realiza atualização de valores de acordo com a inflação acumulada segundo o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

58 — PRP explica o cheque de Adhemar a Plínio. *Última Hora*, São Paulo, 23.1.1963 (APHR-FPS 114.004.REC 1963).

59 — Resumo do Relatório Financeiro correspondente às eleições do dia 7 de outubro de 1962 no estado da Guanabara (APHR-FPS 017.009.002). Segundo o relatório, Lopo Coelho teria pago CR\$ 100.000,00; Juracy Magalhães CR\$ 215.000,00 e Gilberto Marinho 200.000,00.

60 — Correspondência de Plínio Salgado a Egon Renner, 5.5.1963 (APHR-Pprp 63.05.05/4).

61 — Correspondência de Paixão Côrtes a Plínio Salgado, 6.5.1963 (APHR-Pprp 63.05.06/2).

62 — Correspondência de Plínio Salgado a Paulo Paulista de Uihôa Cintra, 26.8.1963 (APHR, 63.08.26/15).

63 — Telegrama de Plínio Salgado a João Voltarelle, 22.1.1964 (APHR-Pprp 64.01.22/9). Grifos meus.

64 — Correspondência de Plínio Salgado a João Zulian, 23.9.1963 (APHR-Pprp 63.09.23/18). Grifo meu.

65 — Correspondência de Caetano Souza a Plínio Salgado, 6.2.1963 (APHR-Pprp 63.02.06/3).

66 — SALGADO, Plínio. *Despedida do Parlamento*: Discurso proferido na sessão de 3.12.74 pelo Deputado Plínio Salgado. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 1975, p. 15.

Hélgio Trindade: "O organizador, ex-chefe da milícia integralista, autor do Plano Cohen e ex-capitão do serviço secreto do Exército, Olympio Mourão Filho, é a figura chave do processo de conspiração e do desencadeamento do golpe militar. Sua conspiração solitária e obsessiva começou em Santa Maria (RS), desde início de 1962, quando assumiu o comando do 3º Regimento de Infantaria, após a posse de Goulart como presidente. [...] A partir daí começa o processo de conspiração, denúncia e articulação junto a setores militares e empresariais que prosseguiria, durante o ano de 1963, em São Paulo e Minas Gerais, até o desenlace do golpe a partir de Juiz de Fora. Em suas *Memórias*, não hesita em afirmar que 'meu verdadeiro e principal papel consistiu em ter articulado o movimento em todo o país e depois ter começado a revolução em Minas. Se nós não o tivéssemos feito, ela não teria sido jamais começada'."⁽⁶⁷⁾

Outra evidência da relevante participação integralista no desencadeamento do golpe apresentada por Salgado é o fato de que foi "outro oficial ex-integralista que desencadeou a primeira ação armada no contexto do golpe". Trata-se do almirante Hasselman, que enfrentou, "em 25 de março, de metralhadora em punho, um grupo de marinheiros revoltosos que, com a bandeira nacional à frente, se dirigia ao portão de saída do Ministério da Marinha com o objetivo de aderir aos seus colegas de armas que estavam no Sindicato dos Metalúrgicos".⁽⁶⁸⁾

Embora os eventuais contatos entre Salgado e os conspiradores militares não estejam documentados, parece claro que ao menos nas semanas anteriores ao golpe a direção integralista estava informada, acompanhava de perto e se inseria na articulação e mobilização golpistas. Em 20 e 21 de março ocorreu uma reunião secreta do Diretório Nacional: "Grupo paulista vai pagar passagens líderes Estados sem recursos norte e nordeste. Além disso passagens es-

tados Sul ficarão mais baratas. Reunião indispensável entretanto informal para simples troca idéias sobre grave momento atravessamos. Comunique estas explicações dizendo também reunião convocada tem caráter secreto evitando qualquer repercussão pública".⁽⁶⁹⁾

A reunião deu-se em circunstâncias suspeitas: as passagens teriam sido pagas por um "grupo paulista" não identificado; não consta registro algum da reunião no livro de atas do Diretório Nacional, além do fato que parece absurdo de que uma reunião convocada em caráter secreto fosse para "simples troca de idéias". Todos estes indícios reforçam a hipótese de que esta reunião tenha debatido abertamente a iminência da intervenção militar e efetivação do golpe de estado, e articulado o apoio e participação dos integralistas para sua consumação. Esta hipótese é reforçada, ainda, por uma matéria publicada meses depois pelo *Boletim do PRP* do Rio Grande do Sul, que rememorava: "Em consequência da gravidade do momento, o Diretório Nacional do PRP, sob a presidência de Plínio Salgado, convocou, nos dias 20 e 21 de março do corrente ano, uma reunião da Bancada Integralista no Senado e na Câmara Federal, bem como dos Presidentes dos Diretórios Regionais e integrantes dos Legislativos Estaduais. A situação brasileira foi amplamente debatida, deliberando-se lançar um manifesto que, pela sua significação e oportunidade, obteve intensa repercussão em todo o território nacional".⁽⁷⁰⁾

Outra reunião do Diretório Nacional, desta vez convocada oficialmente, ocorreu a 30 de março. A brevíssima ata deve ser interpretada com precaução, pois há indícios de que tenha sido redigida posteriormente, pois, ao contrário do habitual, as intervenções pessoais não foram transcritas e a discussão foi sumariamente resumida: "O sr. Presidente em alongada exposição abordou a atual conjuntura nacional,

apreciando-a de todos os ângulos e concluindo apresentar-se ela em termos de extrema gravidade, parecendo mesmo, no seu entender, ser impossível fixar quaisquer previsões válidas para o próximo período, eis que nos encontramos em momento de definição de rumos, tudo indicando que esta definição não se faria tardar, orientando-se ou no sentido de uma total cubanização do País, ou na rota de uma reação fulminante contra o status quo atual. Solicitava, em consequência, de todos os companheiros, especialmente daqueles que participavam das altas responsabilidades de integrar o D.N. do Partido, uma atitude de vigilância, disciplina e disciplina, para bem servirem ao Brasil em qualquer emergência que se lhe afigure próxima. Nada mais havendo a tratar, o sr. presidente declarou encerrada a sessão às vinte e quatro horas".⁽⁷¹⁾

Como a reunião foi iniciada às 21 horas, parece pouco plausível que tenha se resumido à "alongada exposição" de Plínio Salgado, embora não haja nenhum outro relato. Ressalte-se a ênfase na tese de que havia um golpe em curso ("cubanização do país") e na consequente caracterização do golpe como um sendo um "contra-golpe", exatamente conforme a versão difundida pelos golpistas, tanto durante a preparação do golpe como em sua justificação posterior. Esta tese é propalada até hoje, como se verifica, por exemplo, na posição de Élio Gaspari: "Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no dispositivo militar e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial. [...] Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda".⁽⁷²⁾

A intervenção dos integralistas fica evidente na articulação das "Marchas da Família por

Deus e pela Liberdade", que mobilizaram parcelas da sociedade civil em defesa do golpe de Estado. A própria denominação das marchas remete ao lema integralista "Deus, Pátria e Família". As passeatas de Belo Horizonte e São Paulo foram as duas maiores manifestações públicas contra Goulart realizados antes do golpe, já que as marchas no Rio de Janeiro e outras capitais ocorreram depois de consumado o golpe.⁽⁷³⁾

Em outras cidades, como por exemplo Porto Alegre, a Marcha foi suspensa, "a pedido das autoridades locais", pois conforme a Ação Democrática Feminina, teriam "desaparecido os motivos para sua efetivação, com vista à vitória das forças democráticas [sic]". Da articulação da marcha mineira participaram diretamente o deputado federal Abel Rafael e os deputados estaduais do PRP Aníbal Teixeira e Sebastião Navarro. Já em São Paulo, Salgado foi um dos oradores principais da marcha, tendo em seu discurso apelado pela intervenção do II Exército para a deposição de Goulart, o que, segundo ele, "causou pasmo nos homens responsáveis, mas vibrantes aplausos na multidão".⁽⁷⁴⁾

Ainda antes da realização da marcha, Salgado lançou um "manifesto às mulheres paulistas", elogiando a iniciativa a elas atribuída e conclamando para a participação no ato.

"Eu vos envio esta mensagem de caloroso entusiasmo. É um entusiasmo consequente da leitura do vosso manifesto ao povo, conclamando-o para a grande marcha das Famílias, por Deus e pela Liberdade. Assinam este documento histórico trinta e três associações femininas, o que representa belíssima vitória de uma arregimentação executada, acima de tudo, pelos vossos corações. [...] Os audaciosos agentes do comunismo, infiltrados nos órgãos governamentais, dominando os sindicatos operários e as organizações estudantis, valendo-se das franquias das liberdades, que eles mesmos pre-

67 — TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentativa fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 123-141, p. 130-1. A participação de Mourão na conspiração é discutida também em DREIFUSS, ob. cit., 373-396 ("A maior conspiração das Américas" do General Olympio Mourão Filho).

68 — Id. ib., p. 132.

69 — Telegrama de Plínio Salgado a Sebastião Navarro, 15.03.1964 (APHRC-Pprp 64.03.15/11). Grifos meus.

70 — PRP previu o desfecho da crise e a vitória da Revolução Democrática — Manifesto Integralista de Março. *Boletim do PRP*, Porto Alegre, jun. 1964, p. 4. O manifesto, transcrito na seção anterior, foi assinado pela Bancada federal, já que a reunião não tinha caráter oficial e, portanto, não podia produzir deliberações.

71 — Ata do Diretório Nacional, 30.3.1964 — Livro de Atas do Diretório Nacional e do Conselho Nacional do PRP (APHRC-Pprp 021.002.002).

72 — GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 51-52.

73 — Cf. FLACH, Ângela. "Os vanguardistas do anticomunismo": o PRP e os perrepiistas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2003, p. 71.

74 — Correspondência de Plínio Salgado a Oswaldo Sá, 24.5.1964 (APHRC-Pprp 64.05.24/38).

tendem abolir, chegaram a extremos desrespeitos a tudo quanto representa a honra e os bríos nacionais. Atingindo o clima propício ao desencadeamento da "guerra revolucionária", minuciosamente planejada por Moscou, resolveram não mais se conter nos limites dos debates do Parlamento; ou das polêmicas de Imprensa: foram para as praças públicas propor o fechamento do Congresso, a convocação de uma Constituinte, exatamente como Lenine fez na Rússia; exigir o voto dos analfabetos para desmoralizar o sufrágio democrático e subverter a hierarquia dos valores; reclamar a legalização do Partido Comunista; postular reformas que praticamente extinguem os direitos à propriedade; lançar indisciplina nos quartéis, e tudo com o prestígio do próprio Chefe da Nação. Imensa foi a perplexidade do povo brasileiro, do verdadeiro povo brasileiro [sic], que não é representado pelas assembléias dos comícios subversivos, mobilizados, conduzidos e alimentados à custa dos dinheiros públicos, mas sim pelas famílias cristãs que no labor das cidades e na faina rural, sustentam o teor histórico das virtudes da raça e dos sentimentos do cristianismo. Mas eis que ouvimos uma grande clarinada. São as mulheres paulistas que se levantam. São as intérpretes de um sentimento que não é apenas dos paulistas, mas de todos os brasileiros. A significação do vosso desfile vai ser compreendida por todo o Brasil, quando se aproxima a hora em que deve ser decidido o destino da Pátria".⁽⁷⁵⁾

Em 28 de março, Salgado remeteu a Alfredo Buzaid, outro integralista com destacada participação na articulação do golpe, o "Manifesto às Mulheres Brasileiras", e afirmava estar concluindo outro manifesto, que seria publicado como se tivesse sido escrito por estudantes de Direito: "O outro Manifesto já está escrito, mas depende de correções datilográficas e ligeiras alterações, pelo que lho enviarei dentro de dois dias. [...] Creio que ficou um bom trabalho, à altura de um documento de alunos de Direito, não abastardados pela submissão ao CGT, às mediocridades da UNE e à demagogia de semi-anal-

fabetos que empestam o País. Como disse, dentro de 2 dias remeterei. Não será preciso dizer que tudo isto deve ficar em absoluto sigilo, entre nós dois. É possível também que lhe envie um esquema da organização feminina."⁽⁷⁶⁾

Salgado escreveu outros documentos cuja autoria foi atribuída às mulheres. Consumado o golpe, sua intenção era apropriar-se do movimento para constituir uma entidade integralista, denominada Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria.

Manifesto da entidade publicado logo após o golpe, a 5 de abril reivindicava "o poder da mulher quando se ameaçam os fundamentos do Lar, da Religião, dos Direitos Humanos e da Soberania Nacional", reproduzindo claramente a concepção integralista sobre as "diferenças" entre Homem e Mulher, ressaltando a "intuição feminina", e propondo uma "ação permanente" das mulheres: "Nossa intuição feminina [sic] precedeu a tomada de posição hoje evidente, dos homens de nossa Pátria. A intuição possui sua lógica própria, superior quase sempre à do raciocínio em seus aspectos formais. Por isso, podemos dizer que os homens, em face dos fatos ocorrentes e das circunstâncias que os rodeiam, formulam pensamentos dos quais procuram deduzir conclusões, ao passo que as mulheres, por uma sensibilidade inerente ao seu modo de ser, não precisam recorrer à articulação de premissas e construir silogismos: a verdade lhes vem instantânea, por um processo direto de interpretação. Não precisam de argumentos demasiados, provas concretas, evidências excessivas; suprem-se de impressões e percepções e com estas elaboram, subjetivamente, um quadro de realidades que escapa ao domínio da lógica formal. Podemos dizer que o homem é objetivo e a mulher subjetiva. O homem realiza, mas a mulher o desperta para a realização. E foi isso o que vimos a partir do início deste ano de 1964. [...] Devemos organizarmo-nos para uma ação permanente, uma constante vigília, uma campanha de esclarecimentos do Povo Brasileiro, incitando, cada vez mais, nossos maridos, nossos filhos,

nossos pais, nossos irmãos, para que não durmam, para que se conservem alerta na defesa da Pátria. Com este manifesto, lançamos a Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria. É uma entidade de âmbito nacional. Conclamamos nossas patrícias para que venham cooperar nesta organização, que estabelecerá tarefas e missões específicas às associadas e grupos femininos que irão constituí-la em todos os Estados."⁽⁷⁷⁾

O documento está datado como "Domingo da Ressurreição de 1964". O estilo de redação e o conteúdo do manifesto indicam que pode ter sido escrito por Salgado. Além disso, seria estranho que tivesse sido realmente escrito por mulheres, pois argumenta que as mulheres "não precisam de argumentos" e expõe premissas para afirmar que as mulheres "não precisam recorrer à articulação de premissas".

Outro manifesto, que também parece ter sido escrito por Salgado, sustentava que "a revolução das armas está finda; mas a revolução das almas, encetada pelos movimentos femininos de Minas, de São Paulo, da Guanabara, do Rio Grande do Sul e de outros estados, há de prosseguir".⁽⁷⁸⁾

Formada a Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, seus Estatutos definiam como finalidade principal "fortalecer os sentimentos da família e promover-lhe a defesa como grupo natural da sociedade brasileira".⁽⁷⁹⁾

A participação dos integralistas na articulação golpista pode ser observada também pela sua movimentação no Rio Grande do Sul, em especial através do então Secretário da Administração Antonio Pires, que desempenhou funções tanto de articulação nacional das forças anti-Goulart, como na organização do movimento conspiratório no estado: "Um dos mais acérrimos lutadores que conheci contra a situação política empolgada pelos esquerdistas radicais foi Linhares, líder do PRP do Paraná. Tomando conhecimento da minha presença na Assembléia nas condições antes referidas, convidou-me para um contato pessoal com o Ge-

neral Aldévio Barbosa, Secretário de Segurança de São Paulo, com quem ele mantinha ligação. Lá estive. Trocamos idéias.

Ajustamos os ponteiros. São Paulo tornara-se, efetivamente, um centro de resistência. Pouco depois – sempre no início de 1964 – Plínio Salgado convocou-me à capital paulista para um encontro com o Governador Adhemar de Barros, na mesma linha contra a possível bolchevização do Brasil. [...] Fui recebido por Adhemar de Barros, no Palácio dos Bandeirantes, imediatamente após ele ter conferenciado com o Governador Carlos Lacerda, encontro para o qual, diga-se de passagem, Plínio muito se empenhou, por entender que, apesar da rivalidade entre ambos, suas posições contrárias ao quadro nacional os aproximavam. Aqui chegando, fui logo convidado pelo Dr. Oscar Carneiro da Fontoura, então presidindo a FARSUL, para um almoço no reservado do restaurante do Palácio do Comércio, com a presença de Fábio de Araújo Santos, presidente da FEDERASUL; de Coelho Borges, representando a direção da FARSUL; e do presidente do Sindicato dos Bancos, cujo nome não lembro mas recordo que era Diretor do Banco da Província.

Declinando a razão do encontro, Dr. Oscar disse que os presentes e suas entidades estavam preocupadíssimos com o panorama político e dispostos a fazer alguma coisa. Pensavam em criar uma entidade para se opor à onda esquerdo-comunista, e para tanto dispensariam o necessário apoio financeiro. A respeito dessa idéia, queriam ouvir-me, dada a minha conhecida atuação. [...] Ponderei que criar uma entidade não era o melhor caminho. Seria um ente suspeito, perante a sociedade, de estar laborando apenas em defesa de seus próprios interesses, nem sempre bem vistos por certos segmentos sociais. O ideal, segundo meu entendimento, seria que as entidades ali representadas apoiassem, de forma eficiente mas discreta, aquelas pessoas e aqueles organismos que

77 — Sem título. Original Datilografado, 5.4.1964 (APHRC-FPS 006.007.005).

78 — Manifesto da Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, s./d. Original datilografado (APHRC-FPS 019.013.003).

79 — Estatutos da Confederação das Famílias por Deus e pela Pátria, s./d. (APHRC-FPS 019.013.013).

80 — PIREZ, ob. cit., p. 96-98.

75 — SALGADO, Plínio. Mensagem às mulheres brasileiras. *Diário de São Paulo*, São Paulo, 19.3.1964, p. 7 (APHRC-FPS 114.4.REC 64).

76 — Correspondência de Plínio Salgado a Alfredo Buzaid, 28.3.1964 (APHRC-Pprp 64.03.28/1).

já estavam em ação. Como exemplo concreto e imediato citei as providências preliminares que estavam sendo articuladas para realizar aqui a 'Marcha da Família' - à semelhança do que ocorria em São Paulo e outros lugares. Os representantes das Três Federações concordaram com minhas ponderações e prontificaram-se a recolher o numerário necessário. [...] Fui autorizado a transmitir às organizadoras da 'Marcha da Família' o conveniente respaldo financeiro, ponto de partida para outros apoios. Só que a 'Marcha' não chegou a realizar-se, porque antes as tropas de Olímpio Mourão Filho marcharam sobre o Rio de Janeiro e a Nação toda levantou-se em 31 de março para 1º de abril." (80)

A escolha de Pires para a intermediação do repasse das verbas dimensiona a importância que desempenhou na articulação golpista naquele estado.

O integralista Dolmy Tarasconi, que então era Diretor Geral da Secretaria da Administração, relata a participação integralista na organização das marchas, indicando que Pires foi seu coordenador estadual: "[...] antes da revolução teve o movimento da 'Marcha da Família', o Pires coordenava aqui no Rio Grande do Sul. Aquelas marchas no interior, eu mesmo fui coordenar em Esteio, Sapucaia" (81)

Ainda de acordo com Tarasconi, Pires foi elemento chave da articulação golpista no interior do governo, chegando a acumular várias secretarias de estado: "Antônio Pires, que era secretário da Administração, foi obrigado a assumir a Secretaria da Segurança Pública, [...] a Secretaria da Fazenda e mais a Secretaria da Agricultura no governo do Meneguetti. Ele assumiu quatro secretarias como interino, mais a Administração. [...] Aí ele foi defender o governo, durante o movimento revolucionário" (82)

Consolidado o golpe, Pires foi indicado para integrar a Comissão de Expurgos no estado, o que evidencia que seguia contando com a confiança dos setores golpistas. O integralista Umberto Pergher, que era Engenheiro-Chefe de

uma empreiteira, na cidade de Bagé, colocou à disposição do exército caminhões, dinamite e gasolina, e participou da formação de uma milícia, que deveria enfrentar a Brigada Militar caso esta interviesse em favor de Goulart. (83)

Outro integralista da mesma cidade relata a Salgado sua participação na conspiração e na formação daquela milícia: "Foi realizado em Bagé um Movimento de Resistência Democrática, em princípios de Março, para cujo Movimento fomos convidados. Este Movimento era dirigido por 18 membros, a fim de fazermos através da Imprensa escrita e falada o combate ao comunismo e ao passado desgoverno de João Goulart. Com grande satisfação, tenho a informar ao Chefe que os dois elementos que mais se destacaram pela sua combatividade ao comunismo e ao desgoverno passado foram justamente os dois integralistas que dele faziam parte: dr. Telmo Candiota da Rosa, por sinal convidado para presidir o Movimento, e este seu modesto mas sincero e leal seguidor. [...] Durante os dias da Revolução, estive de arma na mão, no quartelamento feito na sede do Jockey Club, pertencente à Associação Rural de Bagé. A coisa aqui esteve muito feia com o caso dos sargentos, e os quartéis não tendo segurança interna, nós que estávamos armados na Rural era quem fazíamos a revisão nas estradas das saídas e chegadas da cidade, revisando todos os veículos que por lá passavam. Foi um grande serviço prestado pela Associação Rural de Bagé à Revolução. [...] O companheiro Pergher, inclusive, pôs os caminhões da Rodopav à disposição do Exército, o que felizmente não foi necessário. Éramos um total de apenas 80 homens, mas constava que éramos 500, 1000 ou mais. [...] Passamos 3 dias e 3 noites sem dormir, de vigília permanente, até que chegou a tão almejada vitória." (84)

Consumado o golpe, Salgado passou a veicular uma versão fantasiosa, sustentando que toda a mobilização e articulação que redundou no golpe foi conduzida pelo integralismo. Esta

versão está presente em diversas cartas e telegramas, trazendo algumas informações plausíveis misturadas a evidentes exageros. Segundo ele, "tudo o que foi feito salvação nacional teve origem integralismo" (85) Os eventos de Minas Gerais eram ressaltados, tanto no que se refere à construção de um ambiente favorável, como ao desencadeamento da ação militar: "Nosso companheiro integralista Mourão tomou iniciativa Minas onde terreno preparado companheiros Abel Rafael e Aníbal Teixeira" (86)

Os trechos de uma correspondência abaixo exemplificam seus principais argumentos: "Antes de mais nada, falemos da revolução vitoriosa. Foi obra exclusivamente dos integralistas. Faz mais de um ano que venho tendo entendimentos com o nosso companheiro general Mourão, que foi o chefe do estado maior da milícia dos camisas-verdes, quando capitão. Ele preparou tudo no Rio Grande do Sul, quando comandava naquele estado. Transferido para São Paulo, como Comandante da 2ª Região Militar, encontramos-nos numerosas vezes, tudo preparando em nosso Estado. Tendo o Jango transferido Mourão para Juiz de Fora, ali articulou todas as guarnições de Minas. Ao mesmo tempo, os deputados Abel Rafael e Aníbal Teixeira, com discursos e conflitos de rua, criaram o clima propício entre os mineiros.

Concomitantemente, nossos companheiros Pires e Hoffmann, secretários de Estado no Governo Meneguetti, agitaram o Rio Grande do Sul, articulando o movimento. Na mesma ocasião, agiam os companheiros do Paraná, de Pernambuco e do Ceará, com grande êxito. Nosso companheiro Coronel Astrogildo, da reserva do Exército, viajou por todos os estados, articulando.

Na Marinha, o nosso companheiro Almirante Hasselman trabalhava ativamente, ali se extinguindo as dissensões oriundas dos acontecimentos de novembro de 1955, unindo-se todos os grupos inclusive o do Almirante Heck, que se tornou nosso aliado. Conversei com os governadores Meneguetti e Adhemar, que es-

tavam firmes em suas decisões, assim como com Juscelino e Carlos Lacerda. Quando Goulart cometeu a insensatez do comício de 13 de março, a Bancada do nosso Partido na Câmara Federal foi a única que lançou um Manifesto à Nação, de tal maneira corajoso e violento que nos arriscávamos a ser incursos na Lei de Segurança. Em seguida fui a São Paulo, e na marcha de um milhão de pessoas, quando todos os oradores falavam em termos vagos, pronunciei um discurso apelando para as Forças Armadas e particularmente para o 2º Exército. Segui para o Rio, onde fiz a articulação dos sargentos, valendo-me da circunstância de serem os três presidentes dos Clubes de Sargentos (Marinha, Exército e Aeronáutica) nossos companheiros, bons integralistas. Isso de tal sorte que, existindo no Rio 12 mil sargentos, só compareceram na homenagem ao Jango 150. Faltava a iniciativa. Quem a tomou foi o General Mourão, nosso companheiro de ideal. Arriscou sua carreira e sua vida. Levantou Minas Gerais em peso. Cumpre dizer que o comandante da Força Pública em Minas, coronel Geraldo, é velho camisa-verde" (87)

A despeito dos exageros, diversas informações arroladas no relato de Salgado expressam a efetiva participação dos integralistas na articulação do golpe. Os diversos militares citados por Salgado - Mourão, Hasselman, Astrogildo -, eram efetivamente integralistas e é provável que estivessem de fato em contato com Salgado.

Da mesma forma, a participação de integralistas nas mobilizações em favor da deposição de Goulart foi relevante, em especial em Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul, da mesma forma que a intervenção dos integralistas no debate parlamentar contribuiu para o acirramento do confronto.

A participação dos integralistas no processo de deslegitimação do governo Goulart, nas articulações golpistas e nas mobilizações que criaram um clima propício ao desencadeamento do golpe militar é um elemento a mais a ser considerado na análise da ampla coalizão for-

80 — PIRES, ob. cit., p. 96-98.

81 — CALIL, Gilberto, SILVA, Cátia e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Dolmy Tarasconi*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000, p. 45.

82 — Id. ib., p. 46.

83 — Cf. CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre, CDAIBPRP, 1998, p. 41.

84 — Correspondência de Antonio Carlos Belló a Plínio Salgado, 26.5.1964 (APHRC-Pprp 64.05.26/1).

85 — Telegrama de Plínio Salgado a Tarquínio, 14.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.14/17).

86 — Telegrama de Plínio Salgado a Raimundo Rubes, 14.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.14/13).

87 — Correspondência de Plínio Salgado a Castorino, 23.4.1964 (APHRC-Pprp 64.04.23/2).

mada para a derrubada do governo Goulart e imposição de uma nova ordem ditatorial, contando com ramificações na sociedade civil, envolvimento de grupos políticos diversos e conspiradores militares, além do apoio financeiro, político e diplomático estadunidense.

Embora tal intervenção tenha tido relativa-

mente pouca visibilidade e seja normalmente desconsiderada pela historiografia, foi relevante e efetiva, cumprindo importantes funções na conspiração golpista. ♦

BIBLIOGRAFIA CITADA

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FLACH, Ângela. "Os vanguardistas do anticomunismo": o PRP e os perrepietas no Rio Grande do Sul (1961-1966). Dissertação em História do Brasil. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

GASPARI, Élio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio O povo dos macacos (2.1.1921). In: *Escritos Políticos*. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais*. In: ZENTENO, Raul Benítez. *As classes sociais na América Latina*. Rio

de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SAES, Décio. *Classe média e política*. In: FAUSTO, Bóris (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. Volume 3: Sociedade e Política 1930-1964. 5 ed Rio de Janeiro: Bertand, 1991.

SAES, Décio. *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

TRINDADE, Hélgio. O radicalismo militar em 64 e a nova tentação fascista. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 1994, p. 123-141.

Fontes Impressas

CALIL, Gilberto, CARDOSO, Claudira & SILVA, Carla Luciana. *Depoimento de Arthur Bacchini*. Porto Alegre:

CDAIBPRP, 1999.

CALIL, Gilberto, SILVA, Carla Luciana & BATISTA, Neusa. *Depoimento de Umberto Pergher*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 1998.

CALIL, Gilberto, SILVA, Cátia e BATISTA, Neusa. *Depoimento de Dolmy Tarasconi*. Porto Alegre: CDAIBPRP, 2000.

PIRES, Antonio. *Pelo PRP na política gaúcha*: Depoimento para o CDAIBPRP. Porto Alegre: mimeo, 1997.

SALGADO, Plínio. *Despedida do Parlamento*: Discurso proferido na sessão de 3.12.74 pelo Deputado Plínio Salgado. Brasília: Centro de Documentação e Informação - Coordenação de Publicações, 1975.

SALGADO, Plínio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1982.

Em 1978, em *O escravismo colonial*, Jacob Gorender apresentou as leis tendenciais do modo de produção escravista colonial a partir da crítica categorial-sistemática da formação social escravista brasileira, pondo fim à dicotomia feudalismo-capitalismo.

A concomitante retomada das lutas sociais no Brasil abriu espaço para a forte repercussão nas ciências sociais daquela obra. A flexão do movimento social e a posterior vitória da contra-revolução mundial deu-se no contexto de ofensiva objetiva e subjetiva contra o mundo do trabalho. No mundo acadêmico, empreendeu-se ataque sistemático àquela interpretação que teve como ponto nodal o debate sobre a *brecha camponesa*.

O Escravismo Colonial

A Revolução Copernicana de Jacob Gorender

Mário Maestri

Jacob Gorender nasceu em 20 de janeiro de 1923, em Salvador, onde viveu sua infância nos cortiços habitados pela comunidade pobre daquela cidade. Seu pai, Nathan Gorender, judeu ucraniano socialista e anti-sionista, emigrou após as jornadas revolucionárias de 1905 para a Argentina, onde vivera por cinco anos. A seguir, talvez atraído pela pequena comunidade judaica de Salvador, partiu para a Bahia, onde viveu e trabalhou humildemente como vendedor a prestação.

Agradecemos a leitura e crítica da lingüista Florence Carboni, do jornalista Duarte Pereira, do historiador Théo Lobarinhas Piñeiro e o apoio documental do dr. Antônio Ozai da Silva..

Após concluir os estudos primários na Escola Israelita Brasileira Jacob Dinenzon, de 1933 a 1940, Jacob Gorender prosseguiu os estudos ginásiais e o preparatório no Ginásio da Bahia, escola pública de grande prestígio, freqüentada habitualmente pelos filhos da elite baiana.

Em 1941, matriculou-se na Faculdade de Direito daquela cidade, onde se manteve até 1943. Militante da União de Estudantes da Bahia, em inícios de 1942, foi cooptado para pequena célula universitária comunista fundada por Mário Alves e Ariston Andrade, que secundavam no meio estudantil a rearticulação do PCB na Bahia empreendida por Giocondo Dias.

Mário Maestri, 56, é doutor em história pela UCL, Bélgica, e professor do Programa de Pós-Graduação em História da UPF, RS. maestri@via-rs.net

Os jovens estudantes comunistas participaram ativamente da mobilização pela entrada do Brasil na II Guerra, que cresceu fortemente com os torpedamentos de navios brasileiros. Seis décadas após os fatos, Gorender lembra a emoção despertada pelos cadáveres de passageiros que chegavam às costas baianas. Nesses anos, trabalhou como repórter nos jornais **O Imparcial** e **O Estado da Bahia**.⁽²⁾

Em 1943, Gorender, Ariston Andrade e Mário Alves arrolaram-se na FEB, em resposta ao desa-

Partindo para o front

Com 21 anos, em Pindamonhangaba e no Rio de Janeiro, Gorender recebeu treinamento militar como membro do corpo de comunicações, partindo a seguir para o porto de Nápoles, no sul da Itália, onde chegou em setembro de 1944. No fronte de batalha, participou dos ataques ao Monte Castelo e a Montese, no outono-inverno de 1944, acompanhando a ofensiva aliada até o fim da guerra.

Gorender lembra que, durante a campanha, não raro, era acordado, com seus companheiros, à noite, sob o frio invernal, para empreender operações na chamada *terra de ninguém*, estendendo ou remendando cabos de comunicação partidos. Estacionado em Pistóia, freqüentou a sede do Partido Comunista Italiano, presenciando discurso de Palmiro Togliatti, secretário-geral do PCI e homem de confiança de Josef Stalin na Itália. De volta ao Brasil, na Bahia, retomou o curso universitário, que abandonou muito logo para militar profissionalmente no PCB, legalizado em 1945. Em fins de 1946, já no Rio de Janeiro, Gorender ingressou na redação do semanário comunista **A Classe Operária** e

Nova Política

Em novembro de 1954, Gorender foi eleito membro suplente do comitê central, no IV Congresso do PCB, realizado em São Paulo, que reafirmou o caráter do Brasil como "país

semicolonial e semifeudal" e a "luta por um governo democrático e popular" dirigido por "Frente Democrática de Liberação Nacional". Apesar da linha *dura*, o PCB apoiou nas elei-

ções de outubro de 1955 a aliança PDS-PTB que apresentou Juscelino Kubitschek e João Goulart à presidência e vice-presidência [1956-61].

Em 1955, Gorender integrou a segunda turma brasileira a cursar a escola superior de formação de quadros do PCURS, em Puschkino, na antiga sede da Internacional Comunista, a uns trinta quilômetros de Moscou. Apesar do seu baixo nível teórico e cultural, o curso permitiria-lhe dominar o russo e, mais tarde, traduzir ao português alguns clássicos do marxismo stalinista. Durante a escola, iniciou seu relacionamento com a companheira de toda a sua vida, uma das dez comunistas que seguiam a escola. Idealina da Silva Fernandes era filha do operário eletricitista Hermogênio da Silva Fernandes, um dos fundadores do PCB, em 1922.

Em Moscou, os comunistas brasileiros foram notificados parcialmente do relatório de Kruschew sobre Stálin, em 1956, que Gorender pode ler, na sua totalidade, em edição reservada aos funcionários do PCURS. As revelações de Kruschew lançaram o movimento comunista na confusão e apressaram o retorno dos brasileiros de Moscou, em meados de 1957.⁽⁶⁾

no secretariado metropolitano do PCB. A Guerra Fria ensejou o abandono da política de colaboração do PCB com as elites nacionais, por linha semi-insurrecional de confronto direto com o Estado e com o governo conservador de Eurico Gaspar Dutra [1946-50] – Manifesto de Luís Carlos Prestes, de agosto de 1950.

A orientação esquerdista prosseguiu, aos menos retoricamente, mesmo após a vitória de Getúlio Vargas, em fins de 1950. Em 1951-3, Gorender transferiu-se para São Paulo, entrando no Comitê Estadual do PCB, novamente na ilegalidade, desde maio de 1947.⁽³⁾

De volta ao Rio de Janeiro, em 1953, participou da organização dos "chamados *cursos Stalin*", destinados a militantes e dirigentes comunistas.⁽⁴⁾ Nesses anos, trabalhou no diário comunista **Imprensa Popular** e conviveu com a *geração de ferro* stalinista brasileira, na qual destacavam-se Carlos Marighella, João Amazonas, Diógenes de Arruda Câmara e Pedro Pomar, que se entregavam sem reservas e grandes inquietações teórico-intelectuais à revolução, como lembraria anos mais tarde.⁽⁵⁾

Burguesia progressista

A nova política estava sendo aplicada desde o apoio do PCB à candidatura Juscelino Kubitschek. Apoio que, segundo Gorender, teria tido importância talvez decisiva na eleição de JK, devido aos quinhentos mil votos decisivos advindos do PCB. A nova guinada levou à saída de Maurício Grabois e João Amazonas da Comissão Executiva e ao ingresso na mesma de Giocondo Dias e Mário Alves.

Em setembro de 1960, no V Congresso, realizado na Cinelândia, no Rio de Janeiro, em semi-legalidade, Jacob Gorender, com 37 anos, foi eleito membro pleno do Comitê Central do PCB e Mário Alves e Carlos Marighella, designados para sua Comissão Executiva. O encontro aprofundou a política de apoio à "burguesia nacional": "As tarefas fundamentais [...] são

De volta ao Brasil, no Rio de Janeiro, dirigiu a **Imprensa Popular** e, a seguir, o semanário **Voz Operária**, onde haviam sido abertas colunas de debates sobre a situação do PCB, algo inusitado até então. Em 1958, com a aprovação de Prestes, Giocondo Dias reuniu pequeno grupo de dirigentes – Alberto Passos Guimarães, Mário Alves, Armênio Guedes, Jacob Gorender – para redigiram documento substitutivo à orientação oficial, à margem do Comitê Central, onde tinham força stalinistas como João Amazonas, Dipognes Arruda, Pedro Pedro Pomar e Maurício Grabois.

Publicado na **Imprensa Popular** e a seguir como livreto, o documento conhecido como a "Declaração de Março" materializou a definitiva substituição da política esquerdista que regera o partido após sua ilegalização por proposta de direita, de aliança com a *burguesia nacional e progressista*. Por primeira vez, propunha-se a possibilidade da conquista pacífica do poder, materialização no Brasil da nova orientação mundial da burocracia soviética de coexistência pacífica. O caráter da revolução brasileira, dizia o documento, era antiimperialista e antifeudal, nacional e democrático.

a conquista da emancipação do país do domínio imperialista e a eliminação da estrutura agrária atrasada [...] o estabelecimento de amplas liberdades democráticas e a melhoria das condições de vida das massas populares."⁽⁷⁾

Com a renúncia de Jânio e a posse de João Goulart [1961-64], aprofundou-se radicalmente o atrelamento da direção do PCB, comandada por Prestes, à política populista e à proposta de modificação da Constituição, para a reeleição de Jango, em um momento em que se precipitava a crise política e social. Ao contrário do ocorrido durante o governo JK, era direto e freqüente o contato da direção política do PCB, em geral, e de Prestes, em particular, com João Goulart e com seu governo. Nesse contexto, fortaleceu-se no PCB setor defendendo mai-

2 — Cf. TOLEDO, Caio Navarro de. *Notas sobre Jacob Gorender: o engajamento intelectual* SEMINÁRIOS, No. 2, São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial do Estado, maio 2003; MAESTRI, Mário. *Da Europa, o olhar crítico sobre o Brasil*. [Entrevista a J. Gorender]. DIÁRIO DO SUL. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 9/10/1987; Entrevista em 7/12/2003, na residência de J. Gorender, em São Paulo.

3 — Cf. MAESTRI. Entrevista citada.

4 — Cf. TOLEDO. Ob.cit.

5 — Cf. MAESTRI. Entrevista citada.

6 — DIAS, Giocondo. *A vida de um revolucionário: meio século de história política no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1993. p. 190.

7 — DIAS. Ob.cit. p. 210.

or aprofundamento da luta social e autonomia diante do bloco social dominante no governo.

Em 1962, na IV Conferência, Marighella, Mário Alves e Jover Telles, da Comissão Executiva, criticam os "desvios de direita" da direção, propondo a "substituição do [...] governo por outro nacionalista e democrático, do qual estivessem excluídos os elementos conciliadores".⁽⁸⁾

Em 1959-61, a vitória da revolução cubana galvanizara a esquerda revolucionária latino-

Virada à esquerda

Nesses anos, o PCB era a única organização de esquerda com reais raízes no movimento social. Num sentido sociológico geral, no contexto e nos limites da cultura política stalinista, sua *faccção* de esquerda sofria a influência dos segmentos classistas da classe trabalhadora em contradição com a política de colaboração de classes da direção do PCB.

Em janeiro de 1958, Jacob Gorender publicara os ensaios "Correntes sociológicas no Brasil", na revista ESTUDOS SOCIAIS; em janeiro de 1960, "A questão Hegel", na mesma revista e, em janeiro de 1963, "Contradições do desenvolvimento econômico no Brasil", na Revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO.⁽¹⁰⁾

Em 1961, traduziu, com Mário Alves, o *Manual de economia política*, da Academia de Ciências da URSS e, no ano seguinte, *Fundamentos do marxismo-leninismo*, obra coletiva de stalinistas soviéticos, ambos publicados pela Editora Vitória, do PCB.⁽¹¹⁾

Em 1964, a grande desmoralização da direção do PCB, devido à vitória do golpe militar, em 1 de abril, sem resistência, fortaleceu a o-

americana com sua proposta de conquista imediata do poder através da formação do foco guerrilheiro.⁽⁹⁾ No mesmo ano, a modificação da designação de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro [PCB], com o objetivo de facilitar a legalização do Partido, ensejou que João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois comandassem fracionamento do partido e fundação do Partido Comunista do Brasil.

sição de esquerda do PCB, na qual participavam Apolônio de Carvalho, Carlos Marighella, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira, Manuel Jover Telles, Mário Alves, Miguel Batista dos Santos, entre outros. Porém, em 1965-6, a disputa pelo controle da direção do partido seria vencida pelo grupo prestista.⁽¹²⁾

A oposição de esquerda foi expulsa do PCB, sem nem mesmo poder defender suas posições no VI Congresso, em dezembro de 1967. A direção comunista tomara a "decisão de proibir a participação dos delegados e suplentes da oposição: Carlos Marighella, Mário Alves, Manoel Jover Telles, Joaquim Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Miguel Batista dos Santos."⁽¹³⁾

A política recessiva implementada pelo governo Castelo Branco, em respeito às exigências do grande capital financeiro, ensejou forte reação e rearticulação popular, sobretudo a partir de 1967, aprofundando a crise e o fracionamento do PCB em organizações, em geral influenciadas pela vitória da Revolução Cubana e pela revolução vietnamita.

Renovação revolucionária

Em abril de 1968, no Rio de Janeiro, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário -

PCBR - foi fundado, sob a direção de Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e outros

8 - Id. ib. p. 221.

9 - Cf. Debret, Regis. *Révolution dans la révolution? Lutte armée et lutte politique en Amérique Latine*. Paris: François Maspero, 1967.

10 - Cf. GORENDER, Jacob. *Correntes sociológicas no Brasil*. ESTUDOS SOCIAIS, n. 3-4, Rio de Janeiro, 1958; "A questão Hegel". ESTUDOS SOCIAIS, n. 8, Rio de Janeiro, 1960; *Contradições do desenvolvimento econômico no Brasil*. PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO, n. 2, Rio de Janeiro, 1963.

11 - Cf. PEREIRA, Duarte. *Marxismo sem classe operária*. *Princípios*, nº 56, São Paulo, fevereiro/abril de 2000, pp. 12-21.

12 - Cf. Mário Alves de Souza Vieira. *Secretário-Geral do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)*. www.torturanuncamais.org.br/mtnm_mor/mor_desaparecidos/mor_mario_vieira.htm.

13 - Cf. DIAS. Ob. cit. p. 268.

comunistas de esquerda. A nova organização propunha "renovação" revolucionária do antigo PCB, como sugeria o nome que assumia.⁽¹⁴⁾

Marighella e Câmara Ferreira, ao contrário, haviam fundado a ALN, grupo guerrilheiro que se afastava de qualquer versão político-partidária leninista e marxista. Diversos comunistas abandonaram o PCB para ingressar no PC do B., ou para fundar e participar em outras organizações militaristas - VPR, Var Palmares, MR8, POC, etc.

O PCBR constituiu organização híbrida, com alguma força no Rio de Janeiro, no Paraná, no Espírito Santo e no Nordeste. No plano político, rejeitava a aliança com a burguesia, mas negava a luta direta pelo socialismo. No plano tático-organizacional, defendia a luta social e sindical, que fora desprestigiada pela derrota da esquerda diante dos militares em 1964, associada à luta armada no campo, fortemente prestigiada pela recente vitória cubana, em 1959-61, e pela luta vietnamita, então em curso.

Fora da linha

Jacob Gorender divergira da orientação guerrilheira, apoiada por Mário Alves, mantendo-se à margem das ações armadas, apontando a "hemorragia" em que vivia a esquerda armada, envolvida no ciclo vicioso ações armadas-quedas que lhe esgotava as forças e os quadros. Já então, Gorender dedicava-se à investigação sobre o caráter da formação social brasileira e da revolução brasileira.⁽¹⁵⁾

Na prisão, Gorender apresentou, sob forma de curso, primeiro plano de sua interpretação da formação social brasileira que defendia a transição da sociedade brasileira, do escravismo ao capita-

O caráter híbrido do PCBR contribuiu para que fosse rapidamente destruído, já que mantinha a organização anterior, necessária à intervenção no movimento de massas, sem assumir estrutura organizacional rigidamente estanque dos grupos militaristas, imprescindível para resistir por maior tempo aos ataques policiais. Em 12 de janeiro de 1970, iniciaram-se as quedas que desorganizaram a direção histórica do PCBR. Mário Alves, secretário-geral do PCBR, caiu no Rio de Janeiro, sendo executado após torturas inomináveis.

No dia 20, em São Paulo, depois de seis anos na clandestinidade, Jacob Gorender era preso e igualmente torturado. Na ofensiva policial foram detidos Apolônio de Carvalho e outros dirigentes da "velha guarda", ensejando que a nova direção aprofundasse a via militarista definida na fundação do grupo. Em abril de 1969, o PCBR iniciara operações de "propaganda armada urbana", sob a pressão de militância que deixava a organização por grupos militaristas mais ativos.

lismo, sem passagem pelo feudalismo. Essa interpretação, se correta, determinava a necessidade da luta direta pelo socialismo, descartando conseqüentemente a etapa antifeudal, apoiada na burguesia progressista, defendida pela Declaração de Março, de 1958, que o próprio Gorender ajudara a produzir. Em outubro de 1971, Jacob Gorender concluiu os dois anos de encarceramento a que fora condenado. Fora da prisão, jamais voltou à militância revolucionária orgânica, tendo se inscrito tardiamente no PT, em meados dos anos 1990, sem participar ativamente da sua vida interna ou de alguma de suas tendências.⁽¹⁶⁾

A redação de *O escravismo colonial* - Uma Revolução Copernicana

Em fins de 1971, em liberdade, Jacob Gorender manteve-se com o trabalho de tradutor, dedicando-se na medida das possibilidades a sua investigação sobre a formação social brasileira. Em 1974, aos 51 anos, com o apoio

econômico de alguns amigos, entre eles José Adolfo Granville e Jacques Breyton, francês e ex-resistente, dedicou-se plenamente à redação de *O escravismo colonial*, que completou dois anos mais tarde, em 1976, ainda em plena dita-

14 - CARVALHO, Apolônio. *Vale a pena sonhar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 200.

15 - Id. ib. 203.

16 - GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5ª ed. Ver., ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998. pp. 201 et seq.; PEREIRA. Ob. cit.

dura militar [1964-85].⁽¹⁷⁾ Em 1978, depois de demorado exame, *O escravismo colonial* era lançado pela Editora Ática, de São Paulo.

Para surpresa do autor e dos editores, tamanho foi o sucesso da volumosa obra no mundo acadêmico que a edição esgotou-se rapidamente após o lançamento, ensejando uma segunda edição ainda no mesmo ano. A tese com cerca de seiscentas páginas efetuava revolução copernicana nas ciências sociais brasileiras. Efetivamente, ao apresentar exaustivamente a defesa do caráter escravista colonial do passado brasileiro, superava a falsa polêmica *passado feudal-passado capitalista* que dividira por décadas as ciências sociais e a esquerda brasileira. Alguns dos mais ásperos debates político-ideológicos no

Diplomacia soviética

Essa leitura não constituía erro ou desvio de aplicação de método marxista. Era orientação política da burocracia soviética que impulsionava a pacificação do movimento social dos países do *Terceiro Mundo*, submetendo-o às *burguesias nacionais* e às necessidades conjunturais da diplomacia do Estado soviético.

Expressava e apoiava-se também em segmentos sociais proprietários, das classes médias, da burocracia sindical e da elite operária interessados nessa colaboração. A definição do caráter colonial, semi-colonial, feudal e semi-feudal das nações de capitalismo atrasado justificava a política de aliança e de submissão programática dos trabalhadores as suas burguesias nacionais, em frente antiimperialista e anti-latifundiária que excluía a luta anti-capitalista.

Apenas vencida a etapa democrática da revolução, seria empreendida, algum dia, agora sob a direção operária, a luta pela superação socialista do capitalismo. No Brasil, para corroborar essa visão, a intelectualidade orgânica comunista interpretou a luta social no passado brasileiro a partir do confronto entre o camponês pobre sem terra e o latifundiário semi-feudal.

Brasil haviam se centrado sobre essa questão.

A origem do impasse teórico era antiga e tinha raízes complexas. A hegemonia stalinista sobre o marxismo e o movimento operário ensinara que as sociedades extra-europeias fossem *necessariamente* enquadradas em um dos *estágios* da linha interpretativa marxiana do desenvolvimento europeu - comunismo primitivo-escravismo clássico-feudalismo-capitalismo-socialismo. Em 1928, quando do VI Congresso da Internacional Comunista, esse procedimento teórico dogmático transformou-se em política oficial para o mundo colonial e semicolonial, sendo implementada no Brasil e na América Latina pelo Bureau Sul-Americano da IC, sediado em Montevideú.⁽¹⁸⁾

O intelectual e militante comunista Alberto Passos Guimarães criou arbitrariamente uma sociedade camponesa desde o início da colonização, *formatando* literalmente o passado e a história nacionais às necessidades dessa interpretação. Em seu livro *Quatro séculos de latifúndio*, de grande repercussão, o pensador comunista propunha: "Jamais, ao longo de toda a história da sociedade brasileira, esteve ausente, por um instante sequer, o inconciliável antagonismo entre a classe dos latifundiários e a classe camponesa, tal como igualmente sucedeu em qualquer tempo e em qualquer parte do mundo."⁽¹⁹⁾ Entretanto, no Brasil, por séculos, dominaria a produção escravista colonial e a quase inexistência de um *campesinato* propriamente dito.⁽²⁰⁾

Em 1º de abril de 1964, a política de aliança antiimperialista e anti-latifundiária mostrou sua inconseqüência objetiva quando, sem qualquer prurido, a *burguesia nacional, democrática e progressista* integrou a vanguarda social do movimento militar que impôs seus interesses estratégicos de super-exploração e destruição de conquistas históricas do mundo do trabalho, em associação com o imperialismo, com o capital financeiro e com o latifúndio.

Esquerda marxista

Grupos marxistas revolucionários frágeis - Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, pequenos grupos trotskistas, etc. -, em oposição ao projeto nacional-desenvolvimentista burguês, propunham programa socialista para a revolução brasileira. Porém, deduziam a correta caracterização capitalista do Brasil da constatação sumária de determinações gerais da ordem mundial e da sociedade brasileira. Evacuava-se a questão do caráter da antiga formação social com definição sumária do domínio de relações capitalistas desde a Colônia.⁽²¹⁾

Em "Programa Socialista para o Brasil", de 1967, a OMR-POLOP deduziu o caráter socialista da revolução no Brasil da situação mundial da luta de classes, pautada pela contradição entre o capital imperialista e a revolução socialista, que definia em fase sua conclusiva. "Vivemos na época do confronto final entre o velho regime capitalista e as forças que lutam pelo socialismo [...]"⁽²²⁾

Mesmo nos "países subdesenvolvidos", "parte do mercado capitalista mundial", "onde não"

estava "suficientemente amadurecida a contradição" capital-trabalho, impunha-se a luta socialista, devido à contradição maior e estarem essas regiões impossibilitadas "de repetir o processo de desenvolvimento trilhado pelas nações capitalistas avançadas". Portanto, pouca importância tinham as "diferenciações sensíveis" existentes entre nações americanas que "passaram por fases de industrialização, possuindo um proletariado desenvolvido" e os "países que continuam a viver praticamente da monocultura de produtos tropicais". A dominação imperialista, o geral, determinava para qualquer nação, o particular, a luta anti-capitalista direta.

O Brasil era definido como "país capitalista industrial", de "desenvolvimento, bloqueado", "em processo de integração com o sistema imperialista", com contradições com a "exploração latifundiária do campo", às quais se havia "acomodado", já que o latifúndio "nada" tinha de "feudal", já que "desde o período colonial" fornecia basicamente "artigos para o mercado", a fim de obter "lucro".

Passado capitalista

O corte integracionista⁽²³⁾ da análise da OMR-PO não deixava espaço para reflexões sobre a formação social brasileira, no passado e, portanto, suas tendências dominantes no presente. No documento há referências à "herança colonial" e registro que, "pelo menos a partir de 1930", a burguesia não era mais "classe marginalizada do poder". Era muito sumária a abordagem do golpe de 1964, "decorrência necessária da crise do regime burguês-latifundiário", certamente porque a luta socialista e armada independia deste e de outros sucessos contingentes.

Nesses anos, para a quase totalidade dos militantes revolucionários, a história do Brasil

iniciava praticamente com a *Revolução* de 1930, já que apenas então se podia constatar intervenção *nacional*, ainda que frágil, da classe operária do Brasil. Evacuavam-se os períodos colonial, imperial e a República Velha como questões teóricas, solucionando-se assim a impossibilidade de análise daqueles séculos com categorias próprias à produção capitalista.

Em contexto de grande pragmatismo, empirismo e propagandismo, militantes das organizações brasileiras com programa socialista ou de libertação nacional, em geral muito jovens, estudavam e discutiam com dedicação as experiências soviética, cubana, chinesa, vietnamita, argelina etc., despreocupados com a história e a

17 — GÖRENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

18 — LAPA, José Roberto do Amaral [Org.] *Modos de Produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. p. 11.

19 — Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, sd. p.110.

20 — Cf. MAESTRI, Mário. *A aldeia ausente: índios, escravos e imigrantes na formação do campesinato brasileiro*.

21 — Cf. PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966; FRANK, A. G. *Capitalismo e o mito do feudalismo no Brasil*. Revista Brasiliense, n. 51, São Paulo, 1964.

22 — REIS FILHO, D.A. & SÁ, J. F. de. [Org.] *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 89-117.

23 — "[...] Lógica do integracionismo: A operação se efetua segundo o axioma de que as relações de dominância são sempre relações de integração identificadora: o termo subordinado integra-se no termo dominante e, desde logo, tem a mesma identidade substantiva dele." GÖRENDER, J. *O escravismo colonial*. 4ª ed. Rev. E ampl. São Paulo: Ática, 1985. P. 307

realidade brasileiras. Boa parte dessa militância permaneceu à margem da discussão que se estabeleceu, em 1978, em torno de *O escravismo colonial*, inconsciente do sentido e das decorrências profundas daquele trabalho.

Em *O escravismo colonial*, Jacob Gorender superava a tradicional apresentação cronológica de cunho historicista do passado do Brasil para definir em forma categorial-sistemática sua estrutura escravista colonial. Ou seja, empreendia estudo "estrutural" daquela realidade, para penetrar "as aparências fenomenais e revelar"

Contradições interna

Por primeira vez, empreendia-se em forma sistemática a interpretação do passado pré-Abolição a partir de suas contradições fundamentais, a oposição entre o trabalhador escravizado e o escravizador. Até então, as mais elaboradas interpretações da antiga formação social brasileira apontavam como demiurgos sociais o senhor-de-engenho - na leitura de Gilberto Freyre, de 1933⁽²⁵⁾ - e o empresário *capitalista* do café, do oeste paulista. Essa última interpretação, da Escola Paulista de Sociologia, de 1950-60, propunha o despotismo da escravidão, uma forma de "capitalismo incompleto" e a impotência histórica do trabalhador escravizado.⁽²⁶⁾

Fernando Henrique Cardoso sintetiza a visão da impotência social servil: "A liberdade desejada e impossível apresentava-se, pois, como mera necessidade subjetiva de afirmação, que não encontrava condições para realizar-se concretamente. [...] houve fugas, manumissões e reações. [...] A liberdade assim conseguida ou outorgada não implicava em nenhum momento, porém, modificações na estrutura básica que definia as relações entre senhores e escravos [...]"⁽²⁷⁾ Ou seja, ao me-

sua "estrutura essencial". Isto é, seus elementos e conexões internos e o movimento de suas contradições.⁽²⁴⁾

Ao aplicar criativamente o método marxista ao passado brasileiro, o autor demarcava igualmente a necessidade de investigação exaustiva que realizasse a exegese de seu caráter singular e, portanto, dos ritmos objetivos de seu desenvolvimento, a partir das suas contradições objetivas internas. Propunha, assim, superação epistemológica radical da interpretação da formação social brasileira.

nos na escravidão e no Brasil, a história não fora produto da luta de classes.

Um dos pontos altos da interpretação de Gorender era a apresentação do trabalhador escravizado como "agente subjetivo do processo de trabalho", e não como "máquinas" ou "outro bem de capital", ao igual do formulado por autores com Caio Prado Júnior, Werneck Sodré, Fernando Henrique Cardoso e Ciro Flamarión. Porém, esse último autor, ao contrário dos analistas anteriores, propôs em forma clara a dominância no Brasil de modo de produção escravista colonial e jamais desconsiderou o caráter subjetivo do agir servil.⁽²⁸⁾

O caminho para a interpretação radical e sistemática do passado brasileiro de Gorender não se dera em espaço vazio. Ele fora aberto por movimentos teóricos em desenvolvimento no plano nacional e internacional, anteriores e contemporâneos àquela investigação.

No Brasil, interpretações historicistas ou sistemáticas sumárias defendiam a existência de *sistema escravista* e a oposição entre o senhor e o cativo como a contradição fundamental na pré-Abolição, com destaque para os trabalhos

24 — GORENDER, Jacob. "O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica". LAPA, José Roberto do Amaral [Org.] "Modos de produção e realidade brasileira". Petrópolis: Vozes, 1980. p. 45.

25 — Cf. FREYRE, Gilberto. "Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal". 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1969. 2 v.

26 — Cf. FERNANDES, Florestan. "Mudanças sociais no Brasil". São Paulo: Difel, 1960; "A integração do negro na sociedade de classes". 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978; IANNI, Octávio. "As metamorfoses do escravo". São Paulo: Difel, 1962; CARDOSO, F.H. "Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul". São Paulo: Difel, 1962.

27 — Cf. CARDOSO, F.H. Ob.cit. p.140-2.

28 — Cf. GORENDER, Jacob. "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. ESTUDOS ECONÔMICOS", Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE, São Paulo, 13[1], jan.-abril 1983, p. 16.

de Benjamin Péret, de 1956⁽²⁹⁾, de Clóvis Moura⁽³⁰⁾, de 1959, J. Stanley Stein⁽³¹⁾, de 1961, de Emilia Viotti da Costa, de 1966⁽³²⁾, de Décio Freitas, de 1973.⁽³³⁾

No cenário internacional, desempenhou papel essencial na interpretação de Gorender o renascimento da discussão sobre a pluralidade de modos de produção das formações sociais não européias, ensejado pelo enfraquecimento da hegemonia mundial do stalinismo,

Economia política da escravidão

Em sentido mais específico, no contexto da discussão das razões da guerra de Secesão, Eugene D. Genovese apresentou estudo sobre o escravismo no sul dos USA onde defendeu a análise dessa realidade social a partir de suas dinâmicas, estruturas e contradições internas.⁽³⁶⁾

Nesse trabalho germinal, Genovese apontou a existência no sul dos USA de sistema social escravista que subordinava as outras formas de trabalho, destacando seu caráter *necessariamente* colonial. Com pertinência, ressaltou a impropriedade de definir como capitalista qualquer sociedade dominada por relações mercantis. Essas propostas foram ampliadas e aprofundadas em *O escravismo colonial*.

O historiador estadunidense jamais propôs a existência de modo de produção escravista colonial no sul dos USA e vacilou entre interpretação materialista e idealista da realidade. No momento em que defendia que o mundo escravista possuía sua lógica, moral e ideolo-

permitida pela forte retomada da revolução mundial. Essa discussão centrou-se inicialmente na proposta de Marx e Engels de "modo de produção asiático", com exploração classista e sem apropriação privada dos meios de produção.⁽³⁴⁾

Quando do lançamento de *O escravismo colonial*, havia muito que se consolidara no Brasil a discussão sobre a diversidade de modos de produção na história e na América Latina.⁽³⁵⁾

gia próprias, deduzia mais de uma vez a dinâmica essencial dessa sociedade da visão *aristocrática* dos escravizadores.

Na introdução de seu magistral trabalho, Eugene D. Genovese propunha: "Tenho consciência que, em fim de contas, os verdadeiros problemas são de ordem ideológica e psicológica. Não se morre por nenhum interesse material, supõe-se que algum o mereça, o que não é evidente."⁽³⁷⁾

A seguir, o historiador abandonaria grande parte das propostas revolucionárias que enunciara em *Economia política da escravidão*. Porém, elas foram retomadas ou estavam sendo desenvolvidas por outros estudiosos, com destaque para o historiador Ciro Flamarión Cardoso, já citado, que publicou em 1973 dois artigos germinais sobre as formações sociais escravistas americanas, escritos no contexto do desenvolvimento de sua tese de doutoramento sobre a Guiana Francesa, redigida na França, em 1967-71.⁽³⁸⁾

29 — Cf. PÉRET, Benjamin. *Que foi o quilombo de Palmares?*. Revista Anhembi, São Paulo, abril e maio, 1956; _____. *O quilombo de Palmares*. Org., ensaios e comentários de Mário Maestri e Robert Ponge. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002.

30 — Cf. MOURA, Clóvis. *Rebeliões na senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. São Paulo: Zumbi, 1959.

31 — Cf. STEIN, J. S. *Grandeza e decadência do café no vale do Paraíba: Com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961. [Original em inglês 1957]

32 — Cf. COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à colônia*. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

33 — Cf. FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973. [Primeira edição espanhol, 1971.]

34 — Cf. SOFRI, Gianni. *Il modo di produzione asiatico*. Torino: Einaudi, 1969; SOFRI. "O modo de produção asiático: história de um controvérsia marxista". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; GODELIER/MARX/ENGELS, *Sobre el modo de producción asiático*. Barcelona: Martínez Roca, 1977.

35 — Cf. ASSADOURIAN, C.S. et al. *Modos de producción en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1973; GEBRAN, Philomena [Org.] *Conceito de modo de produção*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; MEILLASSOUX, Claude. *L'esclavage en Afrique précoloniale: dix-sept études présentées par*. Paris: François Maspero, 1975; MIERS, Suzanne & KOPYTOTT, Igor. *Slavery in Africa: historical and anthropological perspectives*. Wisconsin: University of Wisconsin, 1977; GODELIER, Maurice. *Sobre as sociedades pré-capitalistas*. Lisboa: Seara Nova, 1976.

36 — Cf. GENOVESE, Eugene. *The political economy of slavery*. New York: Pantheon Books, 1965; GENOVESE. *Économie politique de l'esclavage*.

Paris: François Maspero, 1968; GENOVESE. *A economia política da escravidão*. Rio de Janeiro: Pallas, 1976.

37 — Cf. GENOVESE, Eugene. *Économie politique de l'esclavage*. Ob.cit. p. 20. [Traduzimos do francês]

38 — Cf. CARDOSO, Ciro F. S. *El modo de producción esclavista colonial en América*. Assadourian et Al. C.S. et al. *Modos de producción en América Latina*. Ob.cit.; CARDOSO, Ciro F. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 31..

Leis Tendenciais da Produção Escravista Colonial

Em *O escravismo colonial*, Jacob Gorender empreende crítica categorial-sistemática da produção escravista americana considerada como modo de produção historicamente novo, devido ao seu caráter predominantemente mercantil, que extremou qualitativamente determinações secundárias ou pouco desenvolvidas da produção patriarcal e pequeno-mercantil do escravismo greco-romano.⁽³⁹⁾ Gorender propõe que a escravidão colonial tenha determinado essencialmente todas as sociedades americanas onde assumiu papel dominante. Portanto, a fundamentação de sua investigação no caso brasileiro deve-se também ao fato de ter sido ali que a produção escravista colonial alcançou o mais acabado desenvolvimento – longevidade, espaço geográfico, variedade de produtos, número de cativos importados, influência na formação social, etc.

Ao empreender a análise crítica da literatura teórica e da historiografia sobre o Brasil escravista, através de rigorosa aplicação do método marxista, associa criativamente os níveis histórico, lógico e metodológico de análise. Utiliza como paradigma a apresentação das leis ten-

denciais da produção capitalista, em *O capital*, por Karl Marx, sem se negar a refutar referências marxianas ao escravismo moderno consideradas incorretas ou pouco desenvolvidas.

Em capítulo dedicado a “reflexões metodológicas”, Gorender inicia sua tese dissociando-se da leitura althusseriana da história e do marxismo, então em voga.⁽⁴⁰⁾ Dedicada a “Primeira Parte” à definição do escravismo colonial como categoria historicamente nova, no contexto da impulsão do mercado internacional e dos avanços materiais da época – transporte, moedas, etc. A seguir, apresenta as “categorias fundamentais” desse modo de produção, destacando a “categoria escravidão” e a “forma plantagem de organização da produção escravista”.⁽⁴¹⁾

Na “Segunda Parte”, aborda a gênese histórica da formação escravista luso-brasileira, através da crítica do espaço sócio-geográfico português, *nativo* e colonial. Portanto, trata-se de processo de exposição que violenta conscientemente a ordem de investigação para empreender apresentação que parta do geral, para o particular, do abstrato para o concreto.

Leis tendenciais

A longa “Terceira Parte” é dedicada à discussão das leis “monomodais”, exclusivas do modo de produção escravista colonial, em oposição às leis “plurimodais”, comuns a diversos modos de produção. As leis específicas do escravismo colonial seriam: lei da renda monetária; lei da inversão inicial da aquisição do trabalhador escravizado; leis da rigidez da mão de obra escravizada; lei da correlação entre economia mercantil e economia natural na plantagem escravista e lei da população escravizada.⁽⁴²⁾

Nas quarta, quinta e sexta partes e em adendo final, discute respectivamente o “regime territorial e renda da terra”, as “formas particulares de escravidão”, a “circulação e reprodução” no escravismo moderno e “as fazendas

escravistas do oeste de São Paulo”. A definição do caráter escravista da cafeicultura do Oeste paulista constitui refutação da proposta do caráter empresarial capitalista dos cafeicultores dessa região apresentados, como vimos, como demiurgos da revolução burguesa no Brasil.

Apesar do caráter multifacetado da produção escravista colonial, para Gorender, seu pólo dominante encontrava-se na grande plantação escravista – *plantagem* –, cujas características descreve em forma minuciosa, assim como as particularidades e as forças produtivas que a sustentaram. Nesse processo, destaca a coexistência estrutural na plantagem de correlação dialética entre esfera de produção, natural e subordinada, e outra, mercantil e dominante.

39 — Cf. MAESTRI, Mário. *Breve história da escravidão*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

40 — Cf. GORENDER. *O escravismo colonial*. Ob.cit. pp. 1-30.

41 — Cf. Id.ib. pp. 37-98.

42 — Cf. Id.ib. pp. 45-370.

Era antiga na historiografia da escravidão a discussão sobre o caráter benigno ou despótico do escravismo americano. Durante decênios, a interpretação *patriarcalista* de Gilberto Freyre, que retomava interpretações das próprias classes escravistas, fora visão historiográfica semi-oficial no Brasil, tendo sido o brilhante sociólogo agraciado pelo Estado com fundação para melhor desenvolver e perpetrar sua visão pacificadora e consoladora do passado e do presente brasileiros.⁽⁴³⁾

O geral e o particular

Essa compreensão de Gorender ressaltava a imperiosa necessidade da análise dos fenômenos sociais e históricos no contexto da totalidade das estruturas e formações sociais em que se apresentam, para que se desvelem corretamente seus nexos e determinações gerais e essenciais. Ou seja, a necessidade de não generalizar o fenômeno histórico particular ou particularizar o fenômeno geral.

O escravismo colonial não constituía monografia acadêmica isolada, parte de divisão e especialização erudita do saber que se frustra ou se realiza, ao suprir, mais ou menos plenamente, as exigências de plano semi-anárquico do avanço do conhecimento, sempre determinado pelas necessidades objetivas e subjetivas dos interesses sociais hegemônicos. Plano em geral *exterior* ao processo de produção do investigador e, não raro, mais ou menos à margem de sua consciência.

A inquirição sociológica de Jacob Gorender, em *O escravismo colonial*, desenvolvia-se “na perspectiva do marxismo crítico e dialético” que considera, no contexto de sua “autonomia relativa”, “o trabalho intelectual” como “dimensão das lutas políticas e ideológicas que passam a sociedade capitalista”.⁽⁴⁴⁾ Portanto, um

Jacob Gorender apresenta solução teórica estrutural para essa questão, ao lembrar que as características patriarcais, consideradas por Gilberto Freyre como a essência do escravismo luso-brasileiro e brasileiro eram, ao contrário, secundárias, já que se originam sobretudo na esfera natural de produção, sempre subordinada aos ritmos e sentidos da esfera mercantil, comandada essa última pelas inexoráveis exigências e determinações da produção para o mercado mundial.

trabalho teórico profundamente influenciado pela correlação objetiva de forças entre o mundo do trabalho e o mundo do capital.

Estritamente, tratava-se de investigação com o objetivo de estabelecer bases metodológicas sólidas para a interpretação da moderna formação social brasileira, para poder transformá-la em sentido revolucionário. Essa reflexão teve seguimento sobretudo em dois outros estudos fundamentais, desenvolvidos apenas sob forma de ensaios sintéticos – *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro* e a *Burguesia brasileira*.⁽⁴⁵⁾ Portanto, toda essa reflexão desenvolveu-se no contexto da 11ª Tese de Marx, sobre Feuerbach, de 1845, ou seja, para “interpretar” o mundo social e, assim, ajudar a “transformá-lo”, ao agir no sentido das forças tendenciais libertadoras.⁽⁴⁶⁾

Num sentido mais amplo, ao empreender economia política do modo de produção escravista colonial, Gorender contribuía para a construção de economia política dos modos de produção pré-capitalistas, capitalistas e pós-capitalistas, ao lado de obras como a *Nova economia*, do economista soviético trotskista E. Preobrazhensky, de *Mulheres, celeiros & capitais*, de Claude Meillassaux, entre outras.⁽⁴⁷⁾

43 — Cf. MAESTRI, Mário. *Gilberto Freyre: da Casa grande ao Sobrado: gênese e dissolução do patriarcalismo escravista no Brasil*. CADERNOS IJU, ano 2, n. 6, 2004, Instituto Humanitas Unisinos, Unisinos, São Leopoldo. 31 pp.

44 — Cf. TOLEDO. Ob.cit.

45 — Cf. GORENDER. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; GORENDER. “A burguesia brasileira”. São Paulo: Brasiliense, 1986.

46 — MERKER, Nicolao. [Org.] MARX & ENGELS. E2 ed. *La concezione materialistica della storia*. Roma: Riuniti, 1998. p. 52.

47 — Cf. PREOBRAZHENSKY, E. [1926]. *La nuova economia*. “México: Era, 1971”; MEILLASSOUX, Claude. *Mulheres, celeiros & capitais*. Porto: Afrontamento, 1977; DALLA VECCHIA, Agostinho Mário. *As noites e os dias: elementos para uma economia política da forma de produção semi-servil filhos de criação*. Pelotas: EdiUFPEL, 2001.

O escravismo colonial – apogeu e crise

Os importantes sucessos sociais, políticos, culturais e ideológicos gerais ocorridos no Brasil e no mundo em fins da década de 1970 permitem compreensão mais precisa do *sucesso* científico e acadêmico de *O escravismo colonial*, no momento de seu lançamento, e durante o decênio seguinte, e a radical reversão de sua *receptividade* e *legitimação* acadêmica, nos anos 1990.

Em 1977-8, o Milagre Brasileiro pertencia ao passado e a sociedade nacional ingressava na depressão econômica tendencial na qual ainda se mantém. Naquele então, ainda no contexto do afluxo do movimento social mundial, a violenta decadência das condições da vida da população, devido à expropriação salarial – inflação e arrocho –, determinada pelo início do pagamento incondicional da dívida financeira, ensejava o renascimento do ativismo sindical, pondo fim ao longo período depressivo que o movimento social ingressara em 1969.

Em 1979, muito duras mobilizações populares na cidade e no campo agitaram o Brasil, assinalando objetivamente o caráter social e político protagonista dos trabalhadores, negado pelo

Hegemonia conservadora

Entretanto, a ofensiva do mundo do trabalho brasileiro, de fins dos anos 1970, sofreu imediatas e múltiplas respostas, de todas as ordens, de parte das forças sociais proprietárias ascendentes e descendentes, que jamais deixaram de manter a hegemonia nacional e internacional. Essas respostas abrangeram igualmente as expressões daquele impulso social no mundo das representações.

Nessa operação destacou-se vasto movimento de deslegitimação científica e acadêmica de *O escravismo colonial*, inicialmente em forma indireta e transversal, mais tarde em forma direta e frontal, que se mobilizou para soldar a fratura causada pela aparição de obra que colocava o trabalhador e a luta de classe no centro da interpretação da formação social brasileira.

A campanha processou-se sobretudo através

nacional-desenvolvimentismo burguês do PCB, antes de 1964, e pelo militarismo pequeno-burguês – VAR, PCBR, ALN, VPR, etc. – nascido sobretudo nas filas comunistas e entre os segmentos de classe média radicalizados, após 1967.

No mundo das representações, *O escravismo colonial* materializava as necessidades das mobilizações classistas dos trabalhadores de interpretação radical da formação social brasileira, a partir da ótica do mundo do trabalho, que superasse as falsas visões do passado, nas quais se haviam apoiado as estratégias populistas, direitistas e esquerdistas, derrotadas em meados dos anos 1960 e nos inícios de 1970.⁽⁴⁸⁾

O forte avanço dos trabalhadores de fins de 1970 – greves operárias e ocupações de latifúndios, com ápice em 1979; fundação do PT anticapitalista, em fevereiro de 1980; fundação da CUT classista, em agosto de 1983 – abria espaço social para o reconhecimento acadêmico e científico de obras como *O escravismo colonial*, de 1978, que empreendiam e apoiavam leituras radicais da formação social brasileira exigidas pelo desenvolvimento da luta social.

de dois movimentos. Enquanto procurava-se sistematicamente argumentação que questionasse, nem que fosse no mundo das aparências, elementos essenciais daquela interpretação, esforçava-se para manter à margem do mundo acadêmico os defensores do novo revisionismo historiográfico, em geral, e Jacob Gorender, em especial.

Quanto ao segundo movimento, é exemplo paradigmático a trajetória profissional do pensador marxista baiano, após o lançamento de sua obra. Apesar da profunda erudição registrada em *O escravismo colonial*, as portas da academia, espaço ideal para a atualização, correção e ampliação daquela interpretação do passado mantiveram-se fechadas para ele, sob a justificativa de não possuir título universitário.

Nesse sentido, o pensador radical foi indis-

cutivelmente punido por ter preferido combater militarmente o nazi-fascismo, como pracinha, em 1942, e o capitalismo, como militante profissional, após 1945, e ter-se, assim, descu-

rado de formação superior, que lhe teriam garantido as exigências formais para ingressar na Academia ou carreira burocrática respeitadora das instituições e da simbologia do poder.

Finalmente doutor

Nos anos seguintes à publicação de sua tese, para manter-se, Jacob Gorender trabalhou na Abril Cultural, coordenando a coleção “Os Economistas”, que apresentou mais de meia centena de autores e vendeu, inicialmente, um milhão e meio de exemplares.⁽⁴⁹⁾ Nessa coleção, publicou uma “Introdução” e uma “Apresentação” a dois volumes de obras de Marx.⁽⁵⁰⁾ Em 1989, escreveu longa “introdução” à *Ideologia alemã*, de Marx e Engels.⁽⁵¹⁾

Apenas em 7 de abril de 1994, dezesseis anos após a publicação de *O escravismo colonial*, Gorender foi agraciado com o título de Doutor *Honoris Causa*, pela Universidade Federal da Bahia, quando da reitoria do dr. Luiz Felipe Perret Serpa, em obediência à resolução do Conselho Universitário de 27 de outubro de 1992.⁽⁵²⁾

Em 1994-6, atuou como professor visitante no Instituto de Estudos Avançados da USP, redigindo o ensaio “Globalização, tecnologia e relações de trabalho”.⁽⁵³⁾ Em 29 de agosto de 1996, por proposta do Departamento de História da USP, recebia o título de especialista de

Notório Saber, pela Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da mesma universidade, o que lhe permitiu participar como examinador de bancas de mestrado e doutorado.

Em 1997, ministrou disciplina em curso de pós-graduação do Departamento de História da mesma instituição – “História e marxismo: a prova prática no século XX (análise científica e aspirações utópicas).” Esse limitado reconhecimento científico institucional muito honra as instituições e os promotores que se desdobram para efetivá-lo.

A exclusão acadêmica obrigou Jacob Gorender a empreender, em forma quase isolada, sem apoio institucional, após suas atividades profissionais, nos momentos roubados ao lazer, a resposta aos variados questionamentos de sua interpretação do passado, produzidos em geral por intelectuais dedicados profissionalmente à produção intelectual, sustentados e apoiados por suas instituições, por bolsistas, por seu orientandos, pela grande imprensa nacional e regional, etc.

Escravidão Colonial: Questionamentos

Após a publicação de *O escravismo colonial*, Jacob Gorender interveio sobretudo com dois ensaios — na importante discussão ensejada por sua obra — “O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica”, de 1980, e “Questionamentos sobre a teoria econômica do

escravismo colonial”, de 1983.⁽⁵⁴⁾ Em 1985, publicou uma quarta edição revista e ampliada de *O escravismo colonial*.

Em 1990, um ano após a consolidação da contra-revolução mundial – Queda do Muro de Berlim –, portanto, em uma conjuntura políti-

49 — Cf. MAESTRI. Entrevista.

50 — GORENDER, Jacob. “Introdução”. MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. pp. VII-XXIII; GORENDER “Apresentação”. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. pp. VII-LXXII;

51 — Cf. GORENDER, Jacob. “Introdução”. *O nascimento do materialismo histórico*. MARX & ENGELS. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989;

52 — Cf. Diploma expedido em Salvador, 07 de abril de 1994 [xerox].

53 — GORENDER, Jacob. *Globalização, tecnologia e relações de trabalho*. ESTUDOS AVANÇADOS, IEA-USP, São Paulo, 11(29), janeiro-abril de 1997, pp.311-361.

54 — GORENDER. *O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica*. LAPA, José R. do Amaral [Org.] *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. pp. 43-63. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.

55 — GORENDER. “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”. ESTUDOS ECONÔMICOS, Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE, São Paulo, 13 [1], jan.-abril 1983, pp. 7-39.

ca, cultural e ideológica radicalmente adversa, escreveu o livro *A escravidão reabilitada*⁽⁵⁵⁾, resposta exaustiva à crítica organizada em torno de *O escravismo colonial*. Em forma geral, essa produção demarcou as diversas fases da poderosa operação revisionista estabelecida em torno de sua tese.

Em 1980, o artigo "O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica"⁽⁵⁶⁾ registrava o impacto de *O escravismo colonial* sobre a comunidade intelectual. Na "Introdução", José Roberto do Amaral Lapa assinala que a coletânea pretendia retomar debate interrompido havia "quinze anos", reunindo os textos "mais representativos" da "interpretação da realidade histórica brasileira através do conceito de modo de produção". Portanto, constituía tentativa de organização da polêmica entre interpretações que utilizavam "conceito teórico marxista axial" em forma, no "geral, discordante",

apesar de "substanciais aproximações" em alguns casos.

Pretendia-se que se desse no "universo conceitual" do "modo de produção" e "formação social", correlacionado com "suas categorias básicas [...], relações de produção, forças produtivas, classes sociais, luta de classes, consciência de classe, etc."⁽⁵⁷⁾

O texto de Gorender abre o ensaio, seguido por ensaios de Antônio Barros de Castro, Flamarion Cardoso, Werneck Sodré, Octávio Ianni, Peter Eisenberg e Theo Santiago, apresentados em ordem alfabética.

O organizador lembra a ausência de autores essenciais para a polêmica como Caio Prado, Celso Furtado, Fernando Novais, Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e José de Souza Martins, por motivos "perfeitamente compreensíveis".⁽⁵⁸⁾

Teoria geral

Em seu texto, Gorender empreende a defesa da proposta da construção de uma teoria geral dos modos de produção singulares; reafirma as categorias sociais como expressão da realidade empírica; assinala a dominância da esfera econômica, necessariamente associada à esfera extra-econômica; lembra a necessidade do desenvolvimento de teoria da formação social, em geral, e da formação social capitalista, em especial.

Na terceira parte do texto, retoma a defesa do caráter historicamente novo do modo de produção escravista colonial, em relação à produção escravista patriarcal da Antiguidade, ressaltando sua dependência ao mercado externo não-escravista. Daí seu caráter colonial, "na acepção econômica do termo".

Fenômeno do qual não decorreria – como pretendiam as visões *integracionistas*, entre elas a Teoria da Dependência – a determinação e integração do modo de produção escravista colonial pelos modos de produção dominantes

mundialmente. Dedicada a parte final do texto à proposta de um amplo processo de investigação, geral e sistemático, exigido pela caracterização da gênese da produção capitalista no Brasil, não a partir do feudalismo, mas do escravismo colonial, sobretudo após a Abolição, com particularidades no que se refere ao desenvolvimento de quatro grandes regiões: São Paulo, Rio de Janeiro, Sul e Nordeste.

Avança igualmente a defesa da não dominância imediata da produção capitalista "no final e o escravismo e após a Abolição", devido à gênese e à expansão, de "formas camponesas pré-capitalista combinadas à estrutura da plantagem e do latifúndio pecuário".

Essa interpretação seria apresentada no ensaio "A gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro", transcrição de conferência à 31 Reunião Anual da SBPC, em 13 de julho de 1979, em Fortaleza, que conheceu diversas edições.⁽⁵⁹⁾

56 — GORENDER. O conceito de modo de produção e a pesquisa histórica. Ob.cit. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Ob.cit.

57 — LAPA. Introdução ao redimensionamento do debate. LAPA. *Modos de produção [...]*. Ob.cit. p. 15.

58 — Id.ib. pp. 10 e 3.

59 — Cf. GORENDER. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987; "A gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro" STÉDILE, João Pedro [Org.]. "A questão agrária hoje". Porto Alegre: EdUFRGS, 1994. pp. 15-44.

Burguesia conservadora

Da transição da produção escravista colonial, portanto mercantil, apoiada em formas alodiais da propriedade da terra, à produção capitalista, Gorender deduz o caráter conservador da burguesia nacional, que jamais encontrou "obstáculo para adquirir a propriedade de terra e teve na especulação fundiária uma das suas fontes de acumulação original do capital". Lembra que ela não aprofundou sua "contradição com os latifundiários", incorporando, ao contrário, "o latifúndio à estrutura do capitalismo no Brasil, onerando", assim, seu "desenvolvimento [...] com o peso exorbitante do preço e da renda da terra [...]".⁽⁶⁰⁾

Quanto à dinâmica social e à transição intermodal, propõe que são "as variações nas forças produtivas (na medida em que progridem ou, mais raramente, na medida em que retrocedem) que estabelecem uma não-correspondência com as relações de produção existente e conduzem, no final de contas, à sua substituição por

outras relações de produção e ao surgimento de um novo modo de produção."⁽⁶¹⁾

Proposta correta do ponto de vista da epistemologia marxista, na medida em que se compreenda o impulso à variação ascendente das relações sociais de produção, sempre no contexto de forças produtivas historicamente dadas, como determinação da solução da contradição entre produtores diretos e controladores, detentores ou proprietários dos meios de produção. Como em *O escravismo colonial*, nessa apresentação geral e na proposta de investigação sistemática sobre a formação social brasileira não há referência sistemática e explícita à luta de classes como determinação principal do devir social. A abordagem mais sistemática dessa questão pelo autor daria-se em resposta à acusação de ignorar essa instância do devir histórico, lançada por autores em geral defensores da indeterminação objetiva da ação subjetiva das classes sociais.

Refutação sistemática

Salgo engano, no artigo "A economia política, o capitalismo e a escravidão", Antônio Barros de Castro apresentou a primeira tentativa de refutação estrutural da proposta do modo de produção escravista colonial, ao retomar a defesa da singularidade do capitalismo como modo de produção capaz de ser apreendido sob a forma de economia política, pois apenas nele a "lógica econômica" determinaria o social.⁽⁶²⁾

Apoiada em apresentação superficial do feudalismo e do escravismo clássico, a tese de Barros de Castro choca-se com as determinações econômicas do escravismo colonial, analisadas com maior rigor, paradoxo argumentativo evacuado com a proposta de que "o moderno escravismo" teria "importantes traços em comum com o capitalismo" e "o escravo" constituiria "antecipação do moderno proletário". Essa visão realizava verdadeiro retrocesso analítico, ao retomar o enfoque

da Escola Sociológica Paulista de um "capitalismo escravista" ou de um "escravismo capitalista".⁽⁶³⁾

Portanto, para o autor, o escravizador estaria "submetido a uma engrenagem econômica", enquanto o trabalhador escravizado não teria o "caráter social efetivamente moldado pelo regime de produção". Ou seja, segundo o analista, as condições servis de existência não seriam condicionadas pelas condições de produção. O que ensejaria que pouco importasse ao cativo ser deslocado da cozinha da casa-grande para o eito açucareiro!

Mero "cativo", o trabalhador escravizado seria ajustado, "bem ou mal", "ao aparelho de produção [...] por uma combinação mais ou menos eficaz de violência, agrados, persuasão, etc." Em contexto de "classes explicitamente antagônicas", sobretudo "na passagem do século XVIII para o XIX", quando a produção assumiu ori-

60 — GORENDER. *O conceito de modo de produção [...]*. Ob.cit. p. 64.

61 — Id.ib. p. 52.

62 — CASTRO, Antônio Barros de. *A Economia Política, o Capitalismo e a escravidão*. LAPA. *Modos de produção [...]*. Ob.cit. pp. 67-107.

63 — Id.ib. p. 92. ;

entação mercantil, as sociedades escravistas avançariam a partir do confronto social explí-

O escravo que negocia

Essa leitura dualista propunha não assentar a devir histórico da escravidão na *oposição* mas sobretudo na *acomodação* entre escravizadores e escravizados, já que a orientação social dependeria “da intensidade, direção e êxito da resistência e/ou luta aberta dos escravos, bem como das respostas encontradas pelos proprietários e homens livres em geral, para assimilar, acomodar e abafar a presença hostil e o potencial de rebeldia” servil.⁽⁶⁵⁾

Os atos de “de rebeldia declarada e aberta” seriam “como o vapor que escapa ruidosamente da máquina”, “índice de pressão” no interior da sociedade escravista. Conscientes desse fato, os senhores adaptariam-se “social, política e militarmente à convivência” com os cativos, “buscando meios e medidas para atenuar a combatividade, ou desviar” sua “agressividade”, ensejando que “o regime social” tenha cedido aos cativos “transformando-se sob o impacto de sua presença.”⁽⁶⁶⁾

O autor conclui propondo investigações sobre fenômenos que não teriam despertado “grande atenção” na historiografia brasileira, como os registrados pela proposta do “Tratado

A brecha camponesa

Em 1983, Jacob Gorender apresentou resposta sistemática aos principais “Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial”, em artigo publicado na *Revista Estudos Econômicos*, do IPEA da USP.

Mais uma vez, abria o *dossier* dedicado inteiramente à escravidão, que contou com a presença de Flamarion Cardoso, Peter

cito e da consciência dos senhores do perigo das grandes massas servis.⁽⁶⁴⁾

de Paz”, dos cativos do “Engenho Santana de Ilhéus”, em 1789⁽⁶⁷⁾, a concessão sistemática de glebas servis no Brasil⁽⁶⁸⁾, o aproveitamento das “oportunidades mercantis” pelos trabalhadores escravizados, etc., que constituiriam expressões das lutas servis para “construir um espaço próprio” na escravidão. Segundo ele, a importância desses atos encontrariam-se no fato de que não expressariam “apenas o esforço dos escravos no sentido de negar as condições que os oprimem”, mas sobretudo o processo de “acomodação” à escravidão que se mobilizaria pela conquista por parte dos cativos do “reconhecimento da sua existência e lugar na sociedade.”⁽⁶⁹⁾

Desde esses anos, até hoje, com maior ou menor sucesso, centenas de historiadores esforçaram-se para seguir as recomendações de Barros de Castro sobre a necessidade de assentar a interpretação do devir da sociedade escravista na acomodação ao sistema escravista e não nos ritmos e determinações da produção e da resistência servil. Em 1989, Eduardo Silva e João José Reis tentariam uma sistematização dessa visão em *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*.⁽⁷⁰⁾

Eisenberg, Manuel Correia de Andrade, entre outros especialista do tema.⁽⁷¹⁾

Esse texto ensinaria debate historiográfico, articulado em torno da “brecha camponesa” que, devido ao seu caráter paradigmático, será analisado em forma mais sistemática.

Na parte três do ensaio – “Escravidão colonial e economia camponesa” –, Gorender abor-

64 — Id. ib. p. 94.

65 — Id. ib. p. 105.

66 — Id. ib. p. 98.

67 — Cf. SCHWARTZ, Stuart B. *Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery*. The Hispanic American Historical Review, Duke University Press, 57(1); fev. 1977;

68 — Cf. CARDOSO, Ciro F. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. cap. 4.

69 — Id. ib. p. 100.

70 — Cf. SILVA, Eduardo & REIS, João. *Negociações e conflitos: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

71 — GORENDER. Questionamentos [...]. pp. 7-39.

da esse fenômeno na escravidão, apresentado em forma ampla por Flamarion, em 1979, em capítulo do livro *Agricultura, escravidão e capitalismo*.⁽⁷²⁾

Em “A brecha camponesa no sistema escravista”, Flamarion retomara a proposta de Tadeusz Lepkowski da “economia independente de subsistência” dos quilombos agrícolas e dos “pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, aos escravos não-domésticos”, como “atividades que, nas colônias escravistas, escapavam ao sistema de *plantation*”.

Para o autor, no caso do Brasil, aos quilombolas e cativos devia-se agregar os “lavradores arrendatários das ‘fazendas obrigadas’” dos en-

genhos e os “moradores” e os “parceiros”. No século XVII, no caso das Antilhas, o mesmo devia-se fazer com os “*indentured servants*” e “*engagés*”, que obtinham nesgas de terras ao terminarem os contratos, mesmo que a expansão da plantagem corresse essa economia camponesa. No ensaio, apenas se refere à agricultura quilombola, centrando a discussão no fenômeno do “protocampesinato escravo”, conceito proposto por Sidney Mintz, de quem se dissocia no que se refere à dissolução das categorias “escravo” e “modo de produção escravista”, já que defende que o cativo poderia ser *escravo* e *camponês*, ao viver, em forma alternada, as duas “relações de produção”.

Um só modelo

Inicialmente, Flamarion propõe sua visão geral do fenômeno: o domínio das relações escravistas sobre as “atividades camponesas” servis; o objetivo escravista de “minimizar o custo de manutenção e reprodução da força de trabalho” com a concessão; o recuo da agricultura autônoma dos cativos nas “épocas de colheita e elaboração dos produtos”; a importância “econômica e psicologicamente” para o “escravo”; a compreensão do escravizador do caráter “revogável” da parcela, “destinada a ligar” o cativo “à fazenda e evitar a fuga”.

Após reconhecer a existência “de um só modelo de sistema escravista na América” e propor a abordagem do fenômeno a partir do “conjunto dos casos observados”, mesmo reconhecendo que ele “não foi pesquisado igualmente a fundo em todas as regiões escravistas”, propõe que “a atribuição aos escravos de parcelas de terra e de tempo para cultivá-las” constituísse “característica universal do escravismo americano” e que o “acesso dos escravos aos meios de produção e ao tempo” tenha tendido “a transformar-se em um direito de fato e, em certos casos, fixados pela lei”.⁽⁷³⁾

Essa última proposta apoiava-se substancialmente na concepção do caráter contratual do “escravismo” onde, “como em qualquer regi-

me econômico-social, se estabelece entre a classe dominante e a classe explorada um acordo contratual – legal ou consuetudinário – que garante para a classe dominada, pelo menos de fato, certos direitos cuja infração traz consigo o perigo de alguma forma de rebelião”.⁽⁷⁴⁾

As decorrências da proposta de “brecha camponesa” na escravidão americana eram claras. Propunha-se a existência de relações de produção camponesas sistêmicas, isto é, necessárias e universais, no interior do escravismo colonial, determinando, corroendo e dissolvendo esse modo de produção. A apresentação da documentação probatória das proposições avançadas inicia-se pelo reconhecimento de que, no Brasil, “a pouca atenção prestada [...] pelos historiadores à ‘brecha camponesa’ pareceria indicar certo ceticismo relativo à sua importância”.⁽⁷⁵⁾

Entretanto, apesar dessa constatação objetiva, o autor não retém a possibilidade de a escassa “atenção” nascer de escassa importância do fenômeno ou de suas decorrências diretas e indiretas no escravismo brasileiro. Ao contrário, antepõe-se, simplesmente, crença otimista ao “ceticismo” geral: “Acreditamos que, ao desenvolver-se, o estudo [...] revelará o grande peso do que chamamos aqui a ‘brecha campo-

72 — CARDOSO, Ciro F. “A brecha camponesa no sistema escravista”. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979. pp. 133-54.72 —

73 — Id. ib. p. 138.

74 — Id. ib. p. 137.

75 — Id. ib. p. 138.

nesa' [...]"⁽⁷⁶⁾ Confiança desmentida pelos estudos historiográficos especializados das duas

Documentação sumária

A sumária documentação probatória apresentada sobre o Brasil reduz-se a pouco mais do que referências a André João Antonil, Jorge Benci, Luís dos Santos Vilhena e a estudo de Stuart Schwartz, o mesmo ocorrendo para o sul dos USA, onde se afirma que "estava bem assentado" o "hábito de conceder aos escravos lotes de terra em usufruto e o tempo para trabalhá-los" e que existiriam "alguns indícios de que a posse sobre a parcela e a garantia do trabalho livre eram direitos amplamente reconhecidos [...]".

A abordagem do fenômeno nas Guianas francesa e inglesa e nas Antilhas, feita a partir de informação relativamente mais rica, assinala a existência de dois lotes servis, um perto da cabana, o outro em geral em terreno montanhoso, mais afastado. Registra-se igualmente o movimento dos cativos, em algumas regiões, quando da abolição da escravatura, pela compra-aluguel dos lotes servis. Referências esparsas são apresentadas para a Venezuela, Cuba, Porto Rico, etc.

A partir da comprovação da existência quanto muito lacunar e desigual desse fenômeno na América escravista, conclui-se afirmando a uni-

Pequenos banqueiros

Na "Guiana Francesa", os cativos "monopolizavam quase totalmente o mercado interno de *cassave* (preparação da mandioca) e aves, tendo em seu poder grande parte da moeda que circulava na colônia". Na Jamaica, os cativos teriam chegado a "possuir 20% da moeda em circulação, e a legar, em seus testamentos informais, até duzentas libras esterlinas!".⁽⁷⁹⁾ Após reafirmar que "em todas as colônias a inserção dos escravos nos circuitos mercantis era seme-

últimas décadas que reafirmaram o caráter residual e não estrutural do fenômeno no Brasil.

versalidade do fenômeno e, paradoxalmente, desautorizando relativamente seu caráter sistêmico: "[...] em **todas** as colônias ou regiões escravista – embora em **proporção variável** –, **muitos** dos escravos dispunham de lotes em usufruto e do tempo para cultivá-los [...]"⁽⁷⁷⁾

Nas páginas finais do ensaio, Flamarion apresenta otimista avaliação de corte impressionista da produtividade da produção da agricultura autônoma servil, sobre a qual não se tenta estimativa concreta. Em "Saint-Domingue" [Haiti], "na horta próxima" à "cabana, plantavam árvores frutíferas e legumes, além de criar galinhas e ocasionalmente também perus, porcos e cabras. Nos terrenos comuns, plantavam bananas, milho, raízes (mandioca, batata-doce, inhame, etc.)."

A avaliação positiva é estendida também ao seu caráter e rentabilidade mercantil. Propõe-se que na Jamaica "os escravos também cultivavam, por sua conta, café, gengibre e alguns produtos menores de exportação" que, na Venezuela, além de produtos de subsistência, os cativos "preferiam" plantar "cacau", constituindo verdadeiras "pequenas fazendas – *haciendillas* – dentro da fazenda maior".⁽⁷⁸⁾

lhante", propõe-se como "finalidade primordial" dessa produção "obter suplementos de alimentação e vestimenta de melhor qualidade (incluindo jóias [sic] e sapatos), tabaco e bebidas".⁽⁸⁰⁾

Uma realidade que se estende ao Brasil, ao aceitar-se sem retenção a proposta de Stuart Schwartz de que os trabalhadores escravizados do engenho de Santana "eram capazes de produzir um excedente comercializável" e "participar diretamente na economia de mercado [sic]

e acumular capital [sic]"! Produção servil que eventualmente negaria a proposta historio-gráfica da inexistência de um verdadeiro "mercado interno" colonial apontando em direção do "desenvolvimento industrial!"⁽⁸¹⁾

Na "conclusão", propõe-se retenção nas conclusões sobre o fenômeno totalmente ausente no

corpo do texto: em geral, as parcelas "não chegavam a garantir a totalidade" da subsistência servil; muitas vezes prevalecia "a forma extrema da lógica" plantacionista; "nem todos os cativos se beneficiaram com o sistema"; nem todos os cativos tinham energia ou disposição para empregar suas poucas horas de repouso nessa atividade.

Crítica metodológica

Inicialmente, em "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial", Jacob Gorender propõe que Flamarion aborde aquela questão "sem recorrer às categorias de *formação social* e de *modo de produção*". Ou seja, que assimile modos de produções diversos, dominantes e dominados, coexistentes em uma mesma formação social. Lembra que nas formações sociais escravistas da Antiguidade e dos Tempos Modernos, ao lado do modo de produção escravista dominante, subsistiram "variados tipos de atividade camponesa", "dependentes ou não".

Assinala que definira em *O escravismo colonial* a existência de "modo de produção dos pequenos cultivadores não-escravistas", "secundário na formação social escravista", "no qual se agrupavam os sitiantes minifundiários, os posseiros e os agregados ou moradores". Esses trabalhadores ficariam excluídos "de todo" na "consideração da chamada 'brecha camponesa'".⁽⁸²⁾ Quanto aos "lavradores, proprietários ou arrendatários, que se incumbiam de plantar cana-de-açúcar para fornecê-la a engenhos alheios" "eram escravistas, e até grandes escravistas", "organicamente integrados no modo de produção escravista colonial".

Quanto aos quilombos, assinala que se situavam "fora" do âmbito do escravismo colonial, apesar de eventualmente manterem "vínculos de

intercâmbio" com ele. Não introduzindo "qualquer alteração no modo de produção escravista colonial em si mesmo", os quilombos não eram, conseqüentemente, "argumento em favor da suposta 'brecha camponesa'".⁽⁸³⁾ Portanto, "as formas camponesas não" representariam "brecha alguma no modo de produção escravista dominante, seja patriarcal como colonial, *uma vez que não faziam parte de sua estrutura*".⁽⁸⁴⁾

Ao contrário, "o cultivo autônomo de lotes de terra pelos escravos dentro do âmbito da plantagem" constituía fenômeno da "estrutura do modo de produção escravista colonial" sujeito à necessária análise. Sobre essa realidade, Gorender afirma: "Cardoso resume as referências da bibliografia secundária sobre o assunto e conclui que se tratou de prática generalizada nas diversas regiões do escravismo americano", "com diferença de amplitude para cada região".

Para Gorender, esse "cultivo de gêneros", "atividades de coletoras", "criação de pequenos animais", etc., para auto-consumo" ou, eventualmente, para a venda, teriam sido reduzidas nos USA, "pois as plantagens mantinham cultivos próprios a fim de alimentar" os cativos, e "maior desenvolvimento" no Caribe, onde se registraria "apreciável participação comercial dos próprios escravos com a venda de seus produtos e um grau de estabilidade no usufruto dos lotes, que permitia mesmo legá-los".

Debate antigo

Gorender lembra que ao contrário do proposto por Flamarion, vários "historiados-

res e sociólogos abordaram, conquanto, em certos casos, apenas de passagem" a questão. As-

76 — Id. ib. p. 139.

77 — Id. ib. p. 145. Destacamos.

78 — Id. ib. p. 146.

79 — Id. ib. p. 148.

80 — Id. ib. p. 147.

81 — Id. ib. p. 148.

82 —

83 — Id. ib. p. 19.

84 — Id. ib. p. 18.

sinala que tratara igualmente em *O escravismo colonial* o fenômeno, a partir de uma dezena de fontes primárias e quase o mesmo número de estudiosos. Em 1978, naquela obra, refutara amplamente a tendência a universalizar e a superestimar a produtividade das roças servis e, sobretudo, a proposta de Passos Guimarães, dos anos 1960, em *Quatro séculos de latifúndio*, do trabalhador escravizado ser em parte escravo e em parte servo-camponês, devido ao controle de glebas servis. Aquele autor defendera também a extensão da concessão de terras ao cativo.⁽⁸⁵⁾

Gorender resenha a seguir a visão apresentada em *O escravismo colonial* sobre a questão. A prática teria sido transportada pelos portugueses da ilha de São Tomé, nas costas da África, no século XV, para o Brasil, sendo aplicado em forma "extremamente irregular na área da produção açucareira". Engenhos não concediam lotes e outros avançavam no tempo livre dos cativos durante a safra, "quando as jornadas de trabalho podiam prolongar-se até dezoito horas e os dias de descanso eram muito espaçados".⁽⁸⁶⁾

Direito ao descanso

Sobre a origem última da prática, Gorender aceita que pode ter sido iniciativa dos cativos, mas assinala que sua introdução constituiu um retrocesso em relação à conquista da "dispensa do trabalho nos dias feriados, durante o escravismo antigo", "favorável ao senhor, uma vez que obrigava o escravo a trabalhar mesmo no dia consagrado ao descanso a fim de suprir uma parte do produto necessário à auto-subsistência", elevando o "grau de exploração do trabalho escravo".⁽⁸⁸⁾

Fenômeno que determinava o entrosamento orgânico dessa prática "na estrutura do modo de produção escravista colonial, não se tratando de dois sistemas, porém de um único". Uma integração semelhante a existente no feudalismo

Em 1996, João José Reis confirmaria a proposta de Gorender. Para o conhecido historiador baiano, "no Brasil o sistema [brasileiro] aparentemente não foi assim tão difundido [...]". Nos engenhos açucareiros, após o grande "boom" do produto, escravistas teriam passado a alimentar os trabalhadores. Reis lembra: "Um estudo recente de B. Barickman conclui que, entre 1780 e 1860, nos engenhos a alimentação escrava ficava principalmente por conta do senhor."⁽⁸⁷⁾

A prática da plantação de gêneros alimentícios ou, até mesmo, comerciáveis, em pequenas parcelas, nos "domingos e dias santos de guarda", teria sido maior nas plantagens de algodão e café, possivelmente devido a menores exigências do "processo produtivo" nessas explorações, em relação ao açúcar. Sobretudo na cafeicultura, lembra estar documentado "a alimentação" servil, "no fundamental, pelas plantações e criações dos próprios fazendeiros", contribuindo a exploração dominical de lotes com "recursos acessórios" aos cativos.

mo entre o trabalho para o senhor, na reserva senhorial, e do servo para si, na gleba que detinha. "A concessão de um lote ao escravo não passou de uma forma variante, *inessencial e condicional*, do segmento de economia natural, podendo inexistir ou ocupando apenas uma parte desse segmento."⁽⁸⁹⁾

Mesmo aceitando que os cativos esforçavam-se para ampliar o "espaço de autonomia que o usufruto do pequeno lote lhes concedia", Gorender ressalva o grau elevado de exploração do cativo na produção de açúcar, na América escravista, com jornadas infernais de trabalho que ensejavam uma "extrema estreiteza e a precariedade do cultivo autônomo do escravo".⁽⁹⁰⁾

Lembra que o direito à formação de pecúlio

85 — GORENDER. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 263.

86 — Id. "Questionamentos [...]". p. 20. REIS, João José. "Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro: Bahia, 1806". In REIS & GOMES. [Org]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 336.

87 — REIS, João José. "Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro: Bahia, 1806". In REIS & GOMES. [Org]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 336.

88 — Id. ib. p. 21.

89 — Id. ib. p. 24.

90 — Id. ib. p. 23.

pelo trabalhador escravizado, comum na Antiguidade européia, fora tardio e limitado no escravismo brasileiro. Rejeitando as visões genéticas da escravidão, assinala que no escravismo

americano "devia prevalecer, em proporção esmagadora, a massa de escravos agrícolas condenada à impiedosa exploração e sem outra perspectiva que não a morte na escravidão".⁽⁹¹⁾

Quinta edição

Como assinalado, em 1985, nove anos após ter concluído a redação de sua tese, Jacob Gorender revisou e ampliou, "em cerca de dez por cento", o texto original quando da quarta edição de *O escravismo colonial*, que se tornaria sua segunda e definitiva versão. Em depoimento a José Tadeu Arantes, que o entrevistara, em 1978, para o semanário *Movimento*, após o lançamento de *O escravismo colonial*, assinalou que a revisão reafirmava a "estrutura" e as "teses" essenciais da obra através de "fundamentação mais profunda, mais flexível e mais ricas de várias" de suas "teses".⁽⁹²⁾

No "Prefácio à quarta edição", enfatiza igualmente que as "modificações introduzidas" mantinham e reforçavam "em conjunto todas e cada uma das teses da primeira edição". Os temas ampliados foram "trabalho escravo e alto custo de vigilância", "plantagem escravista e progresso técnico", "características do tráfico africano" "escravismo patriarcal e antigo", "a lei da população escrava", "a alforria", o "tratamento dos escravos", "lavradores e evolução da renda da terra", "a escravidão em Minas Gerais", "escravidão e industrialização", "os pequenos escravistas", a "escravidão no setor cafeeiro".⁽⁹³⁾

Na entrevista, Gorender referiu-se à influ-

ência, "nos últimos vinte anos", "das correntes historiográficas estadunidenses no Brasil", com destaque para a interpretação do neopatriarcalismo representada pelo "ex-marxista" Eugene Genovese que, inspirando-se em "Gilberto Freyre", apresentava "os escravos americanos como a classe trabalhadora melhor tratada do mundo, do ponto de vista material, em sua época". Sobretudo em *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*, publicado em 1936, Freyre empreende verdadeira apologia das condições de vida dos trabalhadores escravizados do Nordeste, transformando a Abolição em verdadeiro drama social para os trabalhadores escravizados.⁽⁹⁴⁾

Nesse cenário historiográfico nacional onde dominava a "revivescência da influência de Gilberto Freyre", sobretudo através da historiografia estadunidense, propunha que não "seria de estranhar que chegássemos ao centenário da Abolição" "com uma reabilitação também do escravismo brasileiro". Tese que seria desenvolvida, em forma sistemática, em 1990, em *A escravidão reabilitada*, que teve influência marcante na intervenção de Gorender na discussão do escravismo, como veremos oportunamente.

A brecha camponesa

Em 1987, *Escravo ou camponês?* O proto-campesinato negro nas Américas, Ciro Flamarion Cardoso retomou o debate sobre a proposta de brecha camponesa, em resposta extremamente ácida à refutação de Gorender, de quatro anos antes, em "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial".⁽⁹⁵⁾

No livro, descreveu a crítica como evitada de "erros" historiográfico e produto de "visão monolítica" e "classificatória" da história, "à maneira dos velhos manuais do marxismo". Como assinalado, Gorender traduzira manuais da Academia de Ciência da URSS nos anos 1960.⁽⁹⁶⁾

Escrito por um dos primeiros e mais brilhantes

91 — Id. ib. p. 224, 26.

92 — ARANTES, José Tadeu. "O escravismo colonial revisado" [Entrevista a Jacob Gorender.] LEIA, dezembro de 1985. p. 22-3.

93 — GORENDER, Jacob. "Prefácio à quarta edição". *O escravismo colonial*. 5ª ed. ver. e ampliada. Ob. cit. p. IX - X.

94 — FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 405 pp.

95 — GORENDER, Jacob. "Questionamento [...]".

96 — Cf. CARDOSO, C. F. *Escravo ou camponês?* Ob. cit. p. 111.; 97 — Id. ib. pp. 97, 109.; 98 — Id. ib. p. 63.; 99 — Id. ib., p. 64.; 100 — Id. ib. p. 65.

tes defensores da categoria *escravismo colonial*, a resposta de Flamarion obteve grande repercussão acadêmica. O breve ensaio *Escravo ou camponês?* divide-se em três partes. Na primeira, desenvolve-se proposta de apresentação, explicação e correção de sua leitura sobre o escravismo americano. Nas duas seguintes, empreende-se defesa geral da proposta da *brecha camponesa* como fenômeno "estrutural", de *orientação mercantil*, no Brasil e na América escravistas. ⁽⁹⁷⁾

Para tal, apresentam-se incidências da "brecha camponesa" no sul dos USA, no Caribe britânico, francês e espanhol, apoiado sobretudo em relato de viajantes, tratadistas coloniais e trabalhos historiográficos isolados, o que facilita a descrição de paisagens otimistas sobre aquele fenômeno e as condições de existência servil.

No relativo à Carolina do Norte, o autor escreve: "Além do que produzissem em suas parcelas, os escravos recebiam abundantes rações de alimentos, provenientes da produção da própria *plantation* pertencentes a Pettigrez: peixe, carne, arroz, milho, farinha de trigo, eventual-

Lotes minúsculos

Cenário que contradita com o reconhecimento de que os lotes eventualmente concedidos aos cativos eram minúsculos - "não eram grandes" -, possuindo, habitualmente, no Caribe francês dois ares *per capita*. Ou seja, quarenta metros quadrados! No Caribe britânico, o terreninho podia ser de 25 a 30 pés quadrados: uns oitenta metros quadrados! ⁽¹⁰²⁾

A limitada extensão de terra, os rústicos instrumentos de trabalho e o pouco tempo *livre* que gozavam os cativos delimitavam materialmente a produção possível dessas glebas. O que recomenda retenção no que se refere a generalizações de casos exemplares de cativos, para que não distorçam a descrição essencial do fenômeno em discussão. Entretanto, o autor não opta pela retenção, em sua interpretação.

Em *Escravo ou camponês?*, citam-se trabalhadores escravizados que legaram "até duzentas

mente frutas." ⁹⁸ Sobre a Virgínia: "Muitos [...] evitavam tal trabalho extra e viviam só das rações. Estas eram tão abundantes que os negros negociavam com partes delas, comprando aos domingos, a brancos pobres da redondeza, uís-que que consumiam às escondidas [...]" ⁽⁹⁹⁾

A situação no sul algodoeiro seria a mesma: "[...] também lá os negros eram bem alimentados, além de possuírem parcelas, galinhas e chiqueiros, cujas produções vendiam (comprando, entre outras coisas, farinha de trigo), além de venderam o produto da caça." ⁽¹⁰⁰⁾

No mesmo sentido, supervaloriza-se a produtividade e a orientação mercantil da "economia autônoma" dos trabalhadores escravizados, sem apoio de documentação conclusiva: "O produzido nas parcelas (às vezes incluindo algodão), criando animais e em atividade extrativista, era, normalmente, vendido: com o dinheiro obtido, os escravos compravam roupas, fumo tecidos e outros objetivos (jóias [sic], brinquedos para as crianças, anzóis, utensílios de cozinha, etc.)." ⁽¹⁰¹⁾

libras esterlinas!" e reafirma-se que "graças às suas atividades comerciais, [...] chegaram a possuir 20% da moeda em circulação". Afirma-se que "os negros exerciam, em Saint-Domingue, um grau considerável de poder econômico". ⁽¹⁰³⁾

A sugestão de altíssima produtividade dessas parcelas é reiterada em afirmações como: "Num caso, um hectare e meio de terra, cultivado por três homens e três mulheres, rendia, em média, vinte francos por dia! O ganho médio anual que se podia esperar de um lote individual era estimado variavelmente entre 200 e 800 francos." ⁽¹⁰⁴⁾

A apresentação otimista da produção possível dos micro-lotes, nas escassas horas de trabalho permitidas, com meios de trabalho precários é viabilizada comumente por descrições impressionistas produzidas com a aglutinação de atividades de diversas micro-glebas, através do uso de

vírgula substituta da preposição aditiva "e", ali onde devia de rigor usar-se a conjunção alternativa "ou". "Os cativos plantavam em seus lotes mandioca, bananas, batatas, inhames, legumes diversos, árvores frutíferas. Criavam galinha, coelhos, porcos, ovelhas, às vezes mesmo vacas e cavalos [...]. Também praticavam o artesanato, cortavam madeira e fabricavam carvão, coletando forragem para vender, pescavam, etc." ⁽¹⁰⁵⁾

Paradoxalmente, após as longas apresentações otimistas, lembra-se que "Tomich chama a atenção, sensatamente, para o perigo do exagero: eram poucos os escravos realmente prósperos; havia muitos vivendo na penúria mais extrema; existiam, ainda, aqueles que recusavam a continuar trabalhando nas horas e dias livres, ou não agüentando fazê-lo, preferindo receber rações dos senhores." ⁽¹⁰⁶⁾

Sem avançar

A réplica de Flamarion limita-se a reafirmação e radicalização do proposto, sem refutação dos questionamentos metodológicos apresentados por Gorender. Não há também ampliação sistemática do material empírico apresentado. Boa parte da documentação na qual se apoiara fora já utilizada e citada por Jacob Gorender em *Escravidão colonial*.

No relativo ao Brasil, os poucos casos registrados de concessão de nergas de terras referem-se sobretudo à economia açucareira e à propriedades rurais de ordens religiosas.

Mais comumente, eles reafirmam o caráter aleatório e não sistêmico da prática. Em 1700, Jorge Benci registra que "alguns senhores" davam "um dia" aos cativos para produzirem mantimentos. Em 1711, Antonil afirmava também que "alguns senhores" costumavam conceder "um dia em cada semana para plantarem para si". No final do século 18, Vilhena reafirma o caráter não orgânico da prática e, em meados do século seguinte, em Vassouras, fazendeiros "recomendavam" a sua adoção como forma de diminuir a resistência servil. ⁽¹⁰⁷⁾

No relativo ao Brasil, não se empreende a super-estimação da produtividade dessas par-

celas realizada para os Estados Unidos e o Caribe. Porém, como assinalado, aceita-se acriticamente a proposta de Schwartz de que os cativos do engenho de Santana "eram capazes de produzir um excedente comercializável" e "participar diretamente na economia de mercado [sic] e acumular capital [sic]"!

Proposta que não compreende a economia servil como miserável poupança monetária, capaz, no melhor dos casos, de, após décadas, viabilizar a alforria de um produtor envelhecido, como registra *ad nauseam* a documentação, mas sugere, ao contrário, uma dinâmica economia que ensejaria verdadeiro "mercado interno" e apontaria, quem sabe, em direção do "desenvolvimento industrial", através da produção de "capital", como já assinalado! ⁽¹⁰⁸⁾

Em alguns casos, ao contrário do defendido, a documentação apresentada aponta para a prática extraordinária daquele hábito. Como é o caso do estudo da escravidão em Goiás, em que Eurípedes Funes encontrou registro documental de roças de cativos em menos de dez por cento das propriedades registradas! Ou seja: mais de noventa por cento poderiam não conhecer esse fenômeno. ⁽¹⁰⁹⁾

Generalização do singular

Portanto, baseado em documentação lacunar que não raro infirma o proposto, sem discutir as refutações metodológicas apresentadas,

propõe-se que o fenômeno teria se convertido "em costume cada vez mais arraigado e difundido", "indispensável" ao escravismo brasilei-

101 — Id. ib. p. 66.

102 — Id. ib. p. 69.

103 — Id. ib. p. 75, 81.

104 — Id. ib. p. 84.

105 — Id. ib. p. 83 [destacamos].

106 — Id. ib. p. 84.

107 — CARDOSO. *Escravo [...]*. Ob. cit. p.

108 — Id. ib. p. 109.

109 — Id. ib. p. 102.

ro. Em inversão arbitrária da realidade objetiva, afirma-se terem sido "casos individuais" e "conjunturas variáveis" aqueles nos quais "certos senhores puderam preferir e impor o sistema de rações"! (110)

Flamarion e, salvo engano, nenhum autor que defendeu na época a alta produtividade, o caráter mercantil e a generalização da *brecha camponesa* no Brasil tentou responder sistematicamente as questões incontornáveis decorrentes da proposição. Entre elas, por que os escravizadores não distribuíram as terras entre os trabalhadores escravizados e limitaram-se à cobrança de renda, repetindo nas Américas a transição do escravismo ao feudalismo, através do colonato, já que era tão elevada a produção desses "pedacinhos de terra" explorados com instrumentos rústicos e escasso gasto de tempo?

Transição que seria também aconselhada reforçada pelo fato de que essas práticas contribuiriam para a *paz na senzala*, reduziriam os gastos marginais de segurança, poriam fim à hemorragia de recursos exigida pela renovação das escravarias dizimadas na produção, através do tráfico. Como se sabe, o camponês, com alguma terra e autonomia, pare filhos como coelhos! Finalmente, se, nas últimas décadas da escravidão, a concessão de parcelas

Ninguém é inocente

Como sugere o título, *A escravidão reabilitada*, de 1990, constituiu duríssima resposta às críticas contra a interpretação escravista colonial do passado brasileiro que alcançavam então verdadeiro apogeu, caracterizadas explicitamente como "reabilitação" da escravidão e refinamento das teses patriarcalistas de Gilberto Freyre. Partindo do princípio que o "trabalho historiográfico nunca é inocente", o autor apontou as raízes ideológico-sociais profundas das obras que analisa, caracterizando o forte viés social-democrata do revisionismo historiográfico sobre a escravidão então em curso: "[...] se foi possível e viável a conciliação de classes

de terras e a consolidação do controle servil sobre ela cresceu – e não diminuiu –, por que não se conheceu no Brasil mobilização multitudinária por seu controle, no contexto da luta abolicionista, como em regiões da América escravista onde o fenômeno assumiu importância?

Ou seja. Por que os cativos abandonaram as fazendas em que viviam, com tanta facilidade, procurando comumente a liberdade nas cidades ou relações assalariadas em outras propriedades, não empreendendo resistência aberta ou velada pelo controle das hortas que, segundo se propõe, explorariam maciçamente, com tanta felicidade? (111)

Nos últimos quinze anos, as investigações sobre o escravismo colonial no Brasil terminaram solucionando *pela negativa* as questões em discussão. Hoje, não há mais dúvidas sobre o caráter não sistêmico da concessão de hortas aos cativos, o limite da produtividade dessa produção e sua orientação dominante para a satisfação das necessidades de subsistência dos produtores. Em geral, como propusera Jacob Gorender, em 1978, em *O escravismo colonial*: "No regime escravista, a economia própria do escravo nunca representou peça indispensável, sempre foi acessória e condicional." (112)

entre senhores e escravos [...] muito mais possível e viável, vem a ser a conciliação entre capitalista e assalariados." (113)

Como já assinalado, quando da edição de *A escravidão reabilitada*, em 1990, vivíamos a ápice da vitória histórica da contra-revolução mundial, da dissolução da URSS e dos estados operários degenerados do Leste europeu e da vaga neoliberal que varreria conquistas históricas do mundo do trabalho em todo o mundo, através de avassalador movimento de privatizações, destruição de conquistas sociais, dissolução de partidos e organizações operárias, etc. Ou seja, processava-se já o dramático retrocesso do

mundo do trabalho diante das forças do capital, no qual vivemos até hoje.

A crítica de *A escravidão reabilitada*, apresentada sem nuances formais em momento em que se aprofundava abismalmente o domínio das forças sociais nacionais e internacionais que apoiavam as tendências irracionistas nas ciências sociais, ensejou a formação de ampla e sólida frente de oposição acadêmica contra o autor e sua interpretação, num momento em que se vivia refluxo quantitativo e qualitativo das pesquisas historiográficas nacionais sobre

sobre o mundo social, em geral, e sobre a escravidão, em particular. (114)

A "resenha" de Sidney Chalhoub *A escravidão reabilitada* é exemplo paradigmático desse movimento. O autor procura *depurar* o debate sobre o escravismo de qualquer sentido político e ideológico, tornando-o mero tema acadêmico, despido de transcendência epistemológica e social. Nesse sentido, registra não compreender "o porquê" da "historia da escravidão" ser para Gorender "uma questão e importância tão transcendental".

Complô escravista

Na resenha, Gorender é acusado da mesma "monomania classificatória" do "médico alienista, de Machado de Assis "que com suas experiências científicas lançou o terror entre os habitantes da vila de Itaguaí". Apenas no presente caso, as vítimas seriam os "historiadores que se atreveram a escrever sobre a história da escravidão e da abolição", contra os quais o autor utilizaria o mesmo método "abrangente e aterrador" do alienista-alienado.

A escravidão reabilitada seria produto da mente de um autor que se tomava por "vítima de um complô urdido nas hostes revisionistas". Gorender não teria autoridade científica e ética, já que "nunca" teria feito "uma pesquisa histórica prolongada nos arquivos da escravidão brasileira – limitou-se, até hoje, a ler alguns documentos [sic] impressos e livros de viajantes". Seguindo no mesmo sentido, Gorender é acusado de fundamental "seus procedimento de crítica historiográfica no **truque** e na **pilhagem**".

Praticamente limitando sua referência ao livro resenhado ao "sic" posposto após o título, Chalhoub conclui o arrazoado retomando a crítica de Gorender defender em *O escravismo colonial* a visão do "escravo-coisa" – "representação acadêmica segundo a qual os escravos só conseguiam pensar o mundo, e atuar sobre ele, a partir dos significados sociais impostos pelos senhores" –, deixando-se assim "seduzir" "completamente pela lógica dos escravocratas". Ou

seja, além de maluco, seria negreiro!

No longo e árido contexto social caracterizado pelas propostas de *fim da história*, encerraram-se praticamente as discussões sobre a multiplicidade de modos de produção, já que a própria proposta de compreensão tendencial do passado foi anatematizada como, no mínimo, visão ideológica de uma prática historiográfica dirigida para campos mais gentis e menos tensos, como a história da vida privada, da cultura, das mentalidades, das festas, dos sentimentos, dos costumes, dos hábitos, do sexo como desvio, etc., sobretudo das elites do passado e do presente.

Na década seguinte, reduzido a um mero campo de estudo dos fenômenos singulares da formação social brasileira, desconectado de interpretação totalizante dos fenômenos em discussão, a historiografia da escravidão dedicou-se sobremaneira à análise das propostas dos pactos e consensos entre cativos e seus escravizadores e da defesa da existência sistêmica da família escravizada no Brasil, as últimas estratégias de reconstituição do consenso estrutural da escravidão proposto pelos escravistas, quando da escravidão, e pelos intelectuais orgânicos das elites brasileiras, após a Abolição.

Nos anos noventa, comumente, as bibliografias de dissertações e teses sobre a escravidão brasileira não mais arrolaram *O escravismo colo-*

110 — Id. ib. p. 110.

111 — Cf. CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1975.

112 — GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1985. p. 258-9; 254-64; 2363.

113 — Cf. GORENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. Ob. cit. p. 43.

114 — Cf. CHALHOUB, S. Gorender põe etiquetas nos historiadores. *Jornal Folha de São Paulo*, 24 nov. 1990.; GORENDER, J. Como era bom ser escravo no Brasil. *Folha de São Paulo*. (réplica), 15/12/90; LARA, S. Gorender escraviza a História. *Folha de São Paulo* (tréplica), Caderno Letras, jan. 1991.

nial, numa prepotente tentativa de comprovação da superação final da fratura ocorrida no

mundo das representações dominantes ocorrida no já distante ano de 1978. ♦

Algumas obras de Jacob Goerender

GOERENDER, Jacob. "Correntes sociológicas no Brasil". ESTUDOS SOCIAIS, n. 3-4, Rio de Janeiro, 1958.
GOERENDER. "A questão Hegel". ESTUDOS SOCIAIS, n. 8, Rio de Janeiro, 1960.
GOERENDER. "Contradições do desenvolvimento econômico no Brasil". PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO, n. 2, Rio de Janeiro, 1963.
GOERENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.
GOERENDER, Jacob. "Introdução". MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. pp. VII-XXIII.
GOERENDER. "Apresentação". MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. pp. VII-LXXII.
GOERENDER, Jacob. Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial. ESTUDOS ECONÔMICOS, Instituto de Pesquisas Econômicas, IPE, São Paulo, 13[1], jan.-abril 1983.
GOERENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Ática, 1985.
GOERENDER. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
GOERENDER. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
GOERENDER, Jacob. "Introdução. O nascimento do materialismo histórico". MARX & ENGELS. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
GOERENDER, Jacob. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Ática, 1990.
GOERENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. 5 ed. ampliada e atualizada. São Paulo: Ática, 1998.
GOERENDER, J. Como era bom ser escravo no Brasil. *Folha de São Paulo*. (réplica), 15/12/90;
GOERENDER, Jacob. "Globalização, tecnologia e relações de trabalho". ESTUDOS AVANÇADOS, IEA-USP, São Paulo, 11(29), janeiro-abril de 1997, pp.311-361.
BENOIT, Hecto et al. *Marxismo e ci-*

ências sociais. São Paulo: Xamã, 2003. pp.130-149.

Outras obras não citadas de Jacob Goerender:

GOERENDER, Jacob. "Notas sobre uma questão de ética intelectual". ESTUDOS ECONÔMICOS. São Paulo, IPE-USP, 1984. 2 (14)
GOERENDER, Jacob. "A participação do Brasil na II Guerra Mundial e suas conseqüências." SZMRECSANYI, T. & GRANZIERA, R.B. [Org.] *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: UNICAMP, 1986.
GOERENDER, Jacob. "A revolução burguesa e os comunistas." D'INCAO, M.A. [Org.] *O saber militante: ensaios sobre Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed.UNESP-PAZ e Terra, 1987.
GOERENDER, Jacob. "Coerção e consento na política" ESTUDOS AVANÇADOS. São Paulo, IEA-USP, 1988. 3 (2)
GOERENDER, Jacob. "A face escrava da corte imperial brasileira". Azevedo, P.C. & LISSOVSKY, M. [Org.] *Escravos brasileiros: do século XIX na fotografia de Chistiano Jr.* São Paulo: Ex Libris, 1988. pp. xxxi-xxxvi.
GOERENDER, Jacob. "Do pecado original ao desastre de 1964." D'INCAO, M.A. [Org.] *História e ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: EdUNESP-Brasiliense, 1989.
GOERENDER, Jacob. "Crise morta ou reconstrução?" TEORIA & DEBATE. São Paulo, 1989. ° 8.
GOERENDER, Jacob. "Teoria econômica e política revolucionária no marxismo russo". BUKHARIN. *Economia*. São Paulo: Ática, 1990. [Coord. Fl. Fernandes.]
GOERENDER, Jacob. "Fim do milênio ou fim da história". LPM - Revista de História. Anais do VII Encontro Regional da ANPUH-MG. Minas Gerais, 1991, 1 (2).
GOERENDER, Jacob. "La América portuguesa y el esclavismo colonial". BONILLA, Hercaclio. [Org.] *Los conquistados*. 1492 y la población indíge-

na de las Américas. Bogotá/Tercer Mundo/Flaco/Libri Mundi, 1992.
GOERENDER, Jacob. "A escravidão reabilitada". LPM - Revista de História. Seminário "Tendências contemporâneas da historiografia brasileira". UFOP, dezembro, Minas Gerais, 1992, 1 (3).
GOERENDER, Jacob. *O fim da URSS: origens e fracasso da perestroika*. São Paulo: Atual, 1992.
GOERENDER, Jacob. *Marcino e Libertadore: diálogos sobre marxismo, social-democracia e liberalismo*. São Paulo: Ática, 1992.
GOERENDER, Jacob. "Liberalismo e capitalismo real". NÓVOA, Jorge. [Org.] *A história à deriva: um balanço de fim de século*. Salvador: UFBA, 1993.
GOERENDER, Jacob. "O proletariado e sua missão histórica". ALMEIDA, J. & CANCELLI, V. [Org.] *150 anos de Manifesto Comunista*. São Paulo: Xamã: SNFPPT, 1998. pp. 19-28.
GOERENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.
GOERENDER, Jacob. *Brasil em preto & branco: o passado escravista que não passou*. São Paulo: EdISENAC, 2004. [Livre pensar, 4].

Nos anos de 1990, a Argentina começou a ser conhecida no mundo por uma palavra diferente das corriqueiras "tango" ou "Maradona". A palavra "piqueteros", que denomina os movimentos de trabalhadores desempregados, atingiu uma identidade finalmente internacional quando em 19 e 20 de dezembro de 2001 aconteceu o "Argentinazo", a grande rebelião que provocou a queda do presidente Fernando de la Rúa e abriu uma crise do regime político e de suas instituições, principiando também uma nova etapa política no país.

Os movimentos piqueteiros e o "Argentinazo"

Situação, problemas e debates de um movimento social do século XXI

Roberto Ramírez

(Tradução de Adrián Pablo Fanjul)

Naqueles momentos, os olhares da América Latina e do mundo inteiro voltaram-se para a Argentina. Ambos, o Argentinazo e os piqueteros, foram produtos, por uma parte, de uma catástrofe econômico-social, e por outra parte, da resposta de mobilização que deram os setores mais gravemente prejudicados.

Embora, como explicaremos, ambos refletem combinações peculiares da formação econômico-social da Argentina e das tradições de organização e de luta dos setores sociais envolvidos, também expressaram e expressam situações comuns da América Latina e dos países da periferia. Nessa margem habita 85% da humanidade. Porém, não somente ela recebe apenas vinte por

Roberto Ramírez é editor da revista Socialismo o Barbarie (www.socialismo-o-barbarie.org) e militante do Movimiento al Socialismo - Argentina.

cento da renda mundial bruta, mas também essa miserável fatia ainda tende a diminuir [dados do World Bank, 2002].

É devido a esse contexto que tanto as rebeliões que inauguraram o século XXI (na América Latina, sucessivamente as, do Equador, da Argentina e da Bolívia) quanto os diversos tipos de movimentos sociais emergentes, não devem ser considerados como fatos "excepcionais".

Na verdade, se no capitalismo globalizado continuam dominando as atuais tendências à

"Bem-vindos à América Latina"

Até há pouco menos de duas décadas, a formação econômico-social da Argentina apresentava uma peculiaridade importante em comparação à maioria dos países latino-americanos: nunca houvera, nesse país, uma grande percentagem de população "excluída": "Durante décadas, a Argentina foi uma sociedade relativamente bem integrada do ponto de vista social. Em termos gerais, essa integração aconteceu em um contexto de abundância de emprego, a través de um conjunto de instituições que possibilitaram a incorporação de um amplo setor de trabalhadores urbanos em termos de direitos sociais, proteção social e estabilidade no trabalho." [Svampa e Pereyra, 2004]

Muitos argentinos, especialmente da classe média portenha, ou seja, da capital, região de maior riqueza relativa no país, tinham sido educados sob a idéia de que seu país fosse uma filial, embora um pouco mais pobre, da Europa, e não uma ruínosa semicólonia latino-americana. Essa ideologia condizia, no entanto, a certos níveis da realidade. A industrialização por substituição de importações tinha sido, até 1976, isto é, até o começo da última ditadura militar finalizada em 1982/3, "a atividade central e dinâmica da economia". [Basualdo, 2002] Esse predomínio possibilitou a constituição de um forte proletariado industrial e também de uma ampla "classe média" de aparência "européia", identificação culturalmente facilitada pela sua origem nas migrações do velho continente.

No entanto, essa industrialização, cujo ciclo, com altos e baixos, tinha começado nos anos de 1930, carecia de alicerces sólidos. Já na década

polarização social e ao empobrecimento, fenômeno que se percebe nos próprios USA, essas rebeliões e movimentos dizem muito respeito às perspectivas para o atual século. Nesse sentido, são de alguma maneira um "laboratório" político e social, onde esforçados ensaios de "tentativa e erro" têm sido efetuados.

Portanto, em relação ao Argentinazo e aos piqueteiros, há de se levar em conta que são parte de uma história que ainda está sendo escrita ... por vezes, com sangue.

da de sessenta, quando estava no seu apogeu, o historiador marxista Milcíades Peña caracterizava-a acertadamente como uma "pseudo-industrialização", frágil e profundamente diferente daquelas dos países centrais. [Peña, 1964]

A ditadura militar instaurada em 1976 principia uma mudança que nos seus inícios seria evolutiva, para finalmente, nos anos 1990, sob a "democracia", sofrer um salto de qualidade, provocando uma "explosão de pobreza" semelhante à do resto do continente. [Katz, 2002]

A indústria por substituição de importações foi sendo progressivamente esmagada, estabelecendo-se um "novo padrão" de acumulação com "centralidade do endividamento externo" e uma concentração e centralização do capital em um reduzido conjunto de "grupos econômicos". [Basualdo, 2002; Iñigo Carrera, 2002, Azpiazu, 2000] Tudo isso acabou gerando um verdadeiro terremoto social.

Como afirmávamos em um trabalho nosso já publicado [Ramírez, 2001], praticamente desde antes da Segunda Guerra Mundial, depois da crise dos anos de 1930, a Argentina não conheceu um alto índice de desemprego, apesar de os trabalhadores empobrecerem a cada ano, a partir da década de setenta, com crescimento da exploração e degradação do salário e das condições de trabalho. Havia oscilações, mas o desemprego gerado em cada conjuntura recessiva era depois reabsorvido, embora um grande setor de trabalhadores começasse a ficar excluído, relegado ao trabalho autônomo.

Na década de 90, tudo mudou. O processo deixou de ser 'evolutivo' e, bruscamente, mi-

lhões perderam o emprego, dessa vez sem esperanças de recuperá-lo. As primeiras cifras já antecipavam o desastre. Enquanto a economia crescia quase nove por cento ao ano, o desemprego também começava a aumentar em ritmo acelerado, uma coisa que teria sido inconcebível em outras épocas.⁽¹⁾

O desemprego foi alimentado por várias fontes: pela falência da antiga indústria e de outras empresas, que não se 'adaptaram' à 'abertura econômica'; pelas privatizações das empresas públicas, com demissões em massa de seu pessoal; pela 'reconversão' das indústrias sobreviventes, que reduziram vagas; pela bancarrota da maioria das chamadas "economias regionais" em províncias do interior do país, etc.

Assim, em outubro de 1991, a taxa de desemprego era de seis por cento. No mesmo mês de 1994, ano em que houve crescimento de oito por cento, ela tinha subido para quase treze por cento. Em maio de 95, chegava a 18,4%. Desde aquele ano, depois de cair alguns pontos, voltou a subir com a depressão econômica de 2001. A taxa de subemprego era igual ou maior.

Devido ao desemprego e ao subemprego, em

escala ainda mais ampla por afetar também os "autônomos" supostamente "ativos", a maioria da sociedade afunda bruscamente sob níveis de pobreza e indigência nunca antes conhecidos na Argentina. Um estudo realizado pouco depois do Argentinazo, aponta que: "Incorporaram-se 3,4 milhões de novos pobres e 1,5 milhões de novos indigentes à massa preexistente de 14 milhões de pobres [...] que incluem 4,9 milhões de indigentes (que não podem adquirir uma cesta básica de alimentos). A Argentina tem a metade de sua população (37 milhões em 2000) afundada na pobreza e está entre os 15 países com pior distribuição da riqueza do mundo [...] A depressão acrescentou um milhão de novos desempregados à medonha percentagem de 40% da população desempregada ou subempregada. Desde a crise de 1930, não se via uma catástrofe semelhante em um país que não passou por guerras ou cataclismos naturais." [EDI, 2002,]

É nesse contexto que nascem e se desenvolvem os movimentos "piqueteiros", e que em 19 e 20 de dezembro de 2001 estoura o "Argentinazo".

Várias rebeliões em uma só

É tema de um debate não concluído entre os marxistas argentinos a "definição" do Argentinazo. Por exemplo, na época, muitos o caracterizaram como uma "revolução operária e socialista". Do nosso ponto de vistas, cremos que precisamente o grande problema é que não chegou a ser um processo desse caráter.

Socialmente, a maioria da classe trabalhadora empregada, como tal, não entrou em luta, à exceção de setores minoritários, molecularmente, na qualidade de "vizinhos" e outros como ocupantes de empresas falidas que os próprios trabalhadores colocavam em funcionamento. [Cruz Bernal, 2003] Por sua vez, politicamente, não houve uma radicalização de setores de massas em direção a posturas socialistas. Cremos que é mais pertinente definir os fatos como uma rebelião que indicou o começo de um processo revolucionário.

Como todo acontecimento dessas dimensões, o Argentinazo apresenta uma combinação desigual e peculiar de causas, processos e sujeitos sociais e políticos. A "explosão de miséria" já descrita, agravada pela depressão da economia, combinou-se com a inadimplência do próprio Estado, com a expropriação das poupanças da classe média pelos bancos, por decreto do próprio governo, e com uma grave "crise de legitimidade" do regime democrático-burguês e de suas instituições - Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e partidos políticos. Assim, o Argentinazo combinou, simultaneamente uma "rebelião da fome", uma "rebelião por trabalho", uma rebelião de setores médios defraudados pelos bancos e, no conjunto, uma "rebelião democrática contra a 'democracia' e contra o poder político" [Sáenz e Cruz Bernal 2002^a].

1 — Salvo indicação contrária, as cifras referidas neste artigo são do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC), centro estatístico do Estado argentino.

Esta rebelião democrática das bases sociais contra a "democracia" expressou-se na famosa palavra de ordem "que se vayan todos" (todos fora!). Ela resumiu, à vez, a abrangência e os limites do Argentinazo. Era muito certa como fórmula de rejeição contra a "democracia para os ricos", mas carecia de uma perspectiva que indicasse como transcendê-la, como passar para além dela. Isso implicava que, "para poder sustentar suas iniciais motivações democráticas sem que involuacionem ou sem que sejam traídas, a rebelião popular deve progredir para além delas, ir em um sentido anticapitalista e socialista [...]. É avançar ou recuar". [Sáenz e Cruz Bernal, 2002^a].

E, efetivamente, o recuo aconteceu. Ao não "avançar", quer dizer, ao não entrarem na luta os setores ocupados da classe trabalhadora e também ao não ocorrer uma radicalização política maciça, mas apenas de setores de vanguarda, começou um processo de "lenta reabsorção democrático-burguesa da crise". [Sáenz, 2004]

A virada nessa direção aconteceu depois de uma outra data importante para a história do Argentinazo: a feroz repressão aos movimentos piqueteiros, em 26 de junho de 2002, quando da chacina da Ponte Avellaneda, em Buenos Aires. Os seis meses anteriores tinham sido conturbados. O governo "interino" de Duhalde, que tomara posse em 1º de janeiro daquele ano, nomeado pelo Congresso, depois da queda de três presidentes em doze dias, pensou que reverteria o processo reprimindo o núcleo "duro"

Os piqueteros antes e depois do Argentinazo

O processo eleitoral combinado com um ciclo ascendente da economia depois da depressão de 2000-2002 abriu um período de estabilização e de retorno à "normalidade" do regime democrático-burguês. [Ramírez, 2003] Como apontara Sáenz, a "crise aguda" tinha sido encerrada. [Sáenz, 2004] No entanto, isso não significou uma volta à década de noventa, nem no que tange à situação geral, nem quanto às relações sociais de força. Não estamos já no período "convulsivo", de crise e mobilizações quase que diárias dos primeiros seis meses do Argentinazo. Mas, em um sentido mais amplo,

do Argentinazo, os movimentos piqueteiros. Houve um resultado já "clássico". A repressão, em lugar de amedrontar, foi estopim de grandes protestos e mobilizações. À beira do abismo, o "presidente interino" fez uma virada política: anunciou que adiantaria sua saída e convocou eleições.

As urnas conseguiram aquilo que as balas não puderam. A chave desse sucesso está nos limites que já apontamos como traço do processo em geral. Por parte da ampla vanguarda mobilizada no Argentinazo, majoritariamente piqueteira, mas também de trabalhadores de empresas ocupadas, assembléias de bairros, etc., não chegou a haver, como explica Yunes, "uma alternativa própria para a crise global em um terreno também global, de projeto de país, quer dizer, político [...]. Se isso não começava a vingar, a pura negatividade do 'que se vayan todos' acabaria dissolvendo-se na esperança de 'que venha o menos ruim'. A política, sabe-se, sente horror do vazio". [Yunes, 2003]

Diga-se de passagem que essa modalidade de desenvolvimento "em tesoura", entre a magnitude das lutas sociais, e a limitação e fraqueza da representação e influência política das vanguardas que lideram as mobilizações, vem sendo um problema comum dessas rebeliões do século XXI na América Latina. Não nos deteremos aqui na análise desse importante fenômeno, mas apontamos que ele é comum não apenas ao Argentinazo e às rebeliões do Equador e da Bolívia, mas também aos movimentos e lutas de outros países.

não foi fechada a etapa política aberta em 19 e 20 de dezembro de 2001.

Essa continuidade da etapa se expressa de diversas maneiras, como caracteriza Sáenz: "[...] administração de um mecanismo de conquistas, concessões e armadilhas sobre setores amplos das massas e da vanguarda (na maioria dos casos, migalhas). Esse é um fenômeno tremendamente contraditório que expressa a pressão das massas sobre o governo e sobre a burguesia. E, ao mesmo tempo, sua utilização por parte do governo como instrumentos de domínio e de domesticação." [Sáenz, 2004]

Diferentemente disso, a década de 90 não foi um tempo de "concessões" enganosas, muito pelo contrário, de esmagamento direto dos setores da classe trabalhadora que tentaram enfrentar as privatizações e os planos neoliberais.

É que existe um importante elemento de continuidade do Argentinazo que, segundo palavras de Kirchner, faz com que a Argentina ainda não seja um país "normal". É a existência de uma vanguarda ampla, que, em sua grande maioria, está organizada nos diversos movimentos piqueteros, mas que agora também tem expressão crescente em setores de trabalhadores empregados. Há estimativa de existirem, no país, mais de cem mil ativistas, espalhados em uma diversidade de agrupações.

O que a burguesia e a mídia exigem permanentemente ao governo é terminar com essa "anormalidade", que se manifesta, por exemplo, no fato de Buenos Aires ficar, "vira e mexe", parada, devido à interrupção do trânsito em pontes e avenidas. E vale esclarecer que essa cidade é a capital de um país centralizado, não federal como o Brasil, e que, para a Argentina, ela representa qualitativamente mais do que a soma econômica e política de São Paulo e Brasília representa para o Brasil.

A palavra "piquetero", de "piquete", começou a ser utilizada a partir da explosão social de Cutral Co, cidade da província de Neuquén, em junho de 1996. Era um povoado da Patagônia, dedicado à extração de petróleo. A privatização da empresa nacional de petróleo, a YPF, deixou grande parte de sua população sem emprego. Depois, houve rebeliões semelhantes em outras cidades petroleiras do sul – Plaza Huincul – e do norte da Argentina – Mosconi e Tartagal –, na província de Salta. De suas origens naquele distante interior, os movimentos piqueteiros foram deslocando seu centro de ação para a Grande Buenos Aires, periferia urbana da Capital Federal.

Assim descrevem Svampa e Pereyra a formação do movimento: "O movimento piqueteiro reconhece duas fontes afluentes fundamentais: por uma parte as ações abruptas, efêmeras e por momentos unificadoras, dos

piquetes e insurreições do interior, resultado de uma nova experiência social comunitária vinculada ao colapso das economias regionais e à privatização das empresas públicas realizada na década de 90; por outra parte, remete à ação territorial e organizativa originada na Grande Buenos Aires e relacionada às lentas e profundas transformações do mundo popular, produto de um processo de desindustrialização e de empobrecimento crescente da sociedade argentina que começou na década de 70."

Os mesmos autores prosseguem a apresentação do fenômeno: "A primeira dessas fontes nos coloca na perspectiva da ruptura, tanto quanto a segunda tende a marcar a perspectiva da continuidade. Em rigor, poderíamos dizer que o movimento piqueteiro nasce ali onde a desarticulação dos contextos sociais e de trabalho acontece de maneira abrupta e vertiginosa, ali onde a experiência da descoletivização adquire um caráter massivo, ali onde o desarraigo e o desemprego reúnem, em um feixe só, um conglomerado heterogêneo de categorias sociais [...]. Nesse sentido, é necessário destacar que os primeiros piqueteiros provinham dos (ex) trabalhadores melhor pagos do (ex) estado de bem-estar, com uma carreira estável que incluía famílias e gerações completas socializadas no contexto da estabilidade e do bem-estar social. Os primeiros bloqueios de estrada, iniciados em 1996-97, tiveram um caráter multi-setorial e a posterior repressão [...] deflagrou verdadeiras insurreições populares. Diante do reclamo de criação de emprego genuíno, o governo nacional respondeu a través de uma série de políticas que combinam – até hoje – a repressão dispersa e seletiva com a cooptação política e, de modo mais generalizado, a atribuição de "planos sociais" assistenciais." ⁽²⁾ [Svampa e Pereyra, 2004]

É possível, então, entender por que a Argentina foi e é, na América Latina e mundialmente, o país dos grandes movimentos de desempregados. Não surgiram a partir de setores secularmente "pobres" e/ou "excluídos", nem de "multidões" como as que propõe Toni Negri ou de "identidades" sem sexo definido, ao estilo

2 — Os referidos planos consistem em entrega de comida e pagamento de um auxílio ao desemprego. (N. do T.)

de Laclau, mas de uma classe trabalhadora que ficou maciçamente desempregada faz relativamente pouco tempo. Essa classe traz poderosas tradições de organização e luta sindical, com milhares de antigos ativistas e ex-representantes de seção ou de oficina. Além disso, embora nas bases predomine politicamente a consciência atrasada peronista³, no ativismo sempre existiram fortes correntes localizadas mais à esquerda, entre elas, o trotskismo.

A emergência dos movimentos piqueteiros, especialmente no seu desenvolvimento na Grande Buenos Aires, refletiu também o desabamento parcial da colossal estrutura político-organizativa do "peronismo" como rede de contenção da miséria e da protesta social.

Heterogeneidade, reivindicações e política

A partir de diferentes correntes, foi desenvolvendo-se o que alguns caracterizam como um "movimento de movimentos" para fazer referência à heterogeneidade do movimento piqueteiro. [Svampa e Pereyra, 2004]

Essa heterogeneidade obedece a vários fatores. E sobre ela também age o governo para cooptar dirigentes e domesticar os movimentos. Não se trata de uma originalidade argentina. Mutatis mutandis, acontece a mesma coisa com o resto dos movimentos sociais latino-americanos que emergiram e/ou entraram em cena na década de 90.

A heterogeneidade tem diferentes causas. Por uma parte, nos movimentos entrecruzam-se todo tipo de pressões e problemas sociais e políticos. Por outra parte, os movimentos não são alheios aos grandes debates estratégicos que atravessam a vanguarda na Argentina e em todo o mundo – reforma, revolução, autonomismo, partido, movimento, etc. É que esses movimentos, ainda que reúnam dezenas de milhares de desempregados, não deixaram de ser movimentos de uma grande vanguarda, embora às vezes localmente mobilizem setores de massas.

Inicialmente, os movimentos nasceram como

Com efeito, sob a "democracia", o Partido Justicialista (peronista) desenvolveu um gigantesco complexo organizativo territorial nos bairros pobres da Grande Buenos Aires. Articulado pelos denominados "punteros"⁴, essa organização clientelista é, à vez, um aparato eleitoral, um aparato de controle social e político, e também um órgão de assistencialismo miserável.

A irrupção dos movimentos piqueteiros abriu uma fenda no controle territorial desse aparato com traços mafiosos. A luta dos movimentos piqueteiros obteve do Estado diversas concessões, principalmente, auxílios econômicos e cestas básicas. Mesmo sendo parcas, essas concessões ficaram por fora do controle dos "punteros" do aparato peronista.

movimentos de luta de trabalhadores desempregados. Como caracteriza Sáenz, são movimentos "reivindicativos" na medida em que juntam seus integrantes, pelo menos no começo, em torno da satisfação de suas necessidades mais imediatas, principalmente a fome que ameaça milhões de trabalhadores. [Sáenz, 2003] Porém, diferentemente do que acontecia em outras épocas do capitalismo argentino e mundial, essa luta reivindicativa vira política quase sem mediações: o afastamento entre a luta reivindicativa e a política tem muitas menos possibilidades materiais do que no passado.

As demandas não se encaminham, geralmente, a um patrão, mas ao poder político. O principal método de luta é fazer piquetes para impedir pontes, estradas e avenidas, gerando assim um fato político: desafiando o estado, é interrompida a "livre circulação" de mercancias e de pessoas, essencial para o funcionamento "normal" do capitalismo.

Quase "automaticamente", o movimento adquire assim um caráter reivindicativo-político, sócio-político ou político-social. Mas, a partir disso, abre-se um leque de opções, que tem a ver com as diferentes respostas a uma sim-

ples pergunta: que política adotar?

Os movimentos também são, simultaneamente, "uma 'cooperativa' de reparto e micro-produção [...]. Uma 'cooperativa de distribuição' do obtida mediante a luta. E de produção, em pequena escala de micro-empresendimentos." [Sáenz, 2003]

Movimentos e problemas em debate: cooptação, marginalidade autonomista, "pobrismo", "piqueteirismo" e unidade de classe

Para um observador que acabasse de chegar a Buenos Aires, esse "movimento de movimentos" apresentaria uma primeira imagem caótica. Seguramente, poderia perder-se nos labirintos das dezenas de siglas. No entanto, não há caos nenhum, mas uma lógica que tem a ver com as "coordenadas" que acabamos de apontar.

Essas "coordenadas" determinaram um rico debate teórico e estratégico sobre o movimento piqueteiro. Da mesma maneira, é em função das mesmas que pode estabelecer-se uma classificação desses movimentos. A relação de organizações e de correntes que faremos a seguir não será exaustiva, já que seria longa demais, mas incluirá as principais.

1. Há, em primeiro lugar, os que optaram por entrar na cooptação-domesticação que promove Kirchner (junto com a repressão seletiva contra os refratários) para ir acabando com a vanguarda herdada do Argentinazo. Esse setor poderia ser caracterizado como de "piqueteiros fisiológicos". Não apenas recebem fundos do governo, mas também seus dirigentes foram recompensados com cargos públicos.

As duas principais correntes nesse setor são a Federación de Tierra, Vivienda y Hábitat (FTV), dirigida pelo agora deputado Luis D'Elía, e Barrios de Pie, cujo principal dirigente, Luis Ceballos, hoje é um alto funcionário do Ministério do Trabalho. A FTV é a agrupação de desempregados da CTA (Central de los Trabajadores Argentinos), uma das três centrais trabalhistas, que mantém estreitas relações com a CUT brasileira e com o PT, com os que se identifica política e ideologicamente. "Barrios de Pie" é um movimento orientado por "Patria Libre", uma organização política de esquerda que, do "nacionalismo popular revolucionário" derivou no apoio incondicional a Kirchner.

Isso, que poderíamos denominar como o caráter que assume o movimento como tal, entrecruza-se com a questão política e acrescenta fortes tensões próprias; já que, contra as idealizações feitas especialmente pelo autonomismo, cremos, que, em verdade, organiza-se a "distribuição da miséria".

Nesse setor "fisiológico", localizam-se outras correntes menores, algumas que provêm do autonomismo, que analisaremos depois.

2. Com um pé no apoio ao governo e outro na oposição a Kirchner, encontra-se um outro movimento piqueteiro importante, a CCC (Corriente Clasista Combativa). Ela é orientada por uma tendência maoísta, o PCR (Partido Comunista Revolucionario). As posições oscilantes da CCC têm a ver com as esperanças incrivelmente alentadas pelos maoístas em uma "burguesia nacional progressista", da que Kirchner seria representante. A conclusão política é não fazer oposição frontal ao governo, mas pressão para que "enfrente" o imperialismo e o FMI.

3. As correntes autonomistas que, sob o nome de MTD (Movimiento de Trabajadores Desocupados) foram possivelmente maioria na Grande Buenos Aires, nas vésperas e nos primeiros meses do Argentinazo, merecem um trecho especial.

É importante constatar que, como aconteceu com o autonomismo em outros lugares do mundo, depois de um rápido e importante crescimento, houve uma crise e uma dispersão igualmente velozes e evidentes. Hoje, fazer uma relação de todos os MTDs existentes e suas sucessivas divisões de divisões seria uma tarefa interminável.

O autonomismo piqueteiro levou ao movimento as teorias de John Holloway e do zapatismo, sobre "mudar o mundo sem tomar o poder", o antipartidismo e também a idealização do "micro-empresendimento". Como já apontamos, os movimentos são uma espécie de "cooperativas" de distribuição de "planes sociales" (auxílio) e de alimentos, e também de pequena produção. Isso, que é consequência da lamentável necessidade de não morrer de fome, transforma-se em virtude para os autonomistas.

3 — Os referidos planos consistem em entrega de comida e pagamento de um auxílio ao desemprego. (N. do T.)

4 — Em termos gerais, consciência herdada do "peronismo", movimento populista de origem na década de 40 (N. do T.)

5 — Líderes de pequenos territórios urbanos, dedicados à promoção de candidatos nas eleições, e cujo reconhecimento na "freguesia" provém de sua possibilidade de obter e distribuir assistencialismo. O nome "puntero" remete à liderança na obtenção de votos. (N. do T.)

Assim é firmada, como define Sáenz, "a utopia reacionária da construção de relações sociais 'paralelas', de 'economias alternativas', que se considera que signifiquem bases materiais para a emancipação dos trabalhadores, enquanto as principais alavancas das forças produtivas são deixadas em poder dos capitalistas." [Sáenz, 2003]

A orientação do autonomismo leva o desempregado a aceitar como definitiva sua marginalização da produção e portanto da classe trabalhadora. Ela tenta a construção de uma economia da marginalidade, da qual faz acirrada defesa.

Mas a explosão do autonomismo teve a ver mais com uma "redução ao absurdo" de suas concepções "antipolítica" e "antipartido". Oscar Wilde falava sobre "o amor que não se atreve a dizer seu nome". As organizações autonomistas costumam ser, em verdade, partidos, organizações políticas, que não se atrevem a reivindicar-se como tais. Dessa maneira, cada um dos MTDs e/ou suas frações, como partidos "de fato", foram adotando posições políticas enfrentadas. Assim, por exemplo, parte do autonomismo, como é o caso do MTD Evita, aderiu ao governo de Kirchner.

Em geral, hoje os diferentes MTDs, onde se encontra um arco-íris de posições do autonomismo radical e o anarco-socialismo até variantes populistas-peronistas e guevaristas, têm uma atitude que não é de apoio, mas também não é de enfrentamento em relação ao governo.

O Movimiento Territorial de Liberación (MTL), cujos dirigentes pertencem ao Partido Comunista, localiza-se no campo da oposição ao governo. Apesar de não ser autonomista, o MTL também estimula e idealiza a micro-produção. Isso tem a ver com a orientação política do Partido Comunista de um "frente amplo" que incluía as PMES (pequenas e medianas empresas). Mas a conversão dos desempregados em "pequenos e medianos empresários" não parece atingir mais sucesso do que as "economias alternativas" promovidas pelos discípulos de Holloway e pelo comandante Marcos.

O Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados - [Aposentados e desempregados] (MIJD) é hoje uma das mais importantes correntes piqueteiras. Colocado na oposição ao

governo, seu dirigente, Raúl Castells, foi recentemente preso durante várias semanas. O MIJD reúne e reflete os setores socialmente mais marginais do movimento, isto é, os desempregados que já perderam seus vínculos com a produção e com a classe trabalhadora. Em consequência, Castells substitui as categorias de classe pelas de "pobres" e "ricos". Essa espécie de "pobrisimo" assume como absoluta a tendência ao empobrecimento que hoje existe na Argentina e em grande parte do mundo.

Sem reconhecer-se como membros desempregados de uma única classe trabalhadora, o MIJD não desenvolve uma política de unidade com os trabalhadores hoje empregados. Também não dá relevância ao reclamo de novos empregos, menos ainda à reivindicação de diminuição da jornada de trabalho. O movimento de Castells limita-se quase que exclusivamente ao reclamo de auxílio econômico e de alimentação na sua política tanto em relação ao governo quanto a empresas como supermercados, cassinos ou McDonalds.

O Polo Obrero é também um importante movimento. É orientado pelo Partido Obrero (PO), organização trotskista que tem afinidade com o PCO brasileiro. O PO desenvolveu uma concepção conhecida na Argentina como "piqueteirismo", tema de polêmica tanto nos movimentos de desempregados quanto no movimento operário em geral e na esquerda.

Trata-se da teoria da "classe operária piqueteira". Melhor, de que os piqueteiros constituem, por si, a "vanguarda política" da classe trabalhadora. Parafrazeando um dos seus princípios ideológicos, seriam inclusive "um guia histórico para a classe operária do mundo todo" e "a expressão histórica mais profunda que produziu o movimento operário argentino". Para essa concepção, os piqueteiros passarão a representar, sem possibilidade de nenhuma concorrência, a direção do movimento, já que são "os operários com consciência de classe". [Altamira, 2002]

Creemos que os movimentos de trabalhadores desempregados tiveram e têm uma importância imensa. No entanto, nem na Argentina nem seguramente em nenhum outro lugar do planeta, a classe trabalhadora ocupada vai ad-

mitir os desempregados como direção política, social e de suas lutas. A situação da classe trabalhadora argentina é de fragmentação, em primeiro lugar entre empregados e desempregados, e depois, entre as diversas categorias de empregados - servidores públicos, precários, terceirizados, etc. Na sua consciência encontra-se profundamente fincada essa fragmentação, e por isso, é difícil, para muitos, reconhecer-se como uma classe só. O problema não resolvido da unidade de classe faz-se, em consequência, crucial. E os piqueteiros são parte, também, de uma vanguarda que se encontra a grande distância das massas trabalhadoras.

O governo e a mídia têm tirado hábil proveito dessa brecha. Há uma campanha permanente que mostra os piqueteiros como lumpens que querem viver sem trabalhar, vagabundos que, com seus bloqueios de pontes e de estradas impedem os bons trabalhadores de irem para o serviço. Essa campanha teve grande sucesso nas classes médias e entre muitos trabalhadores. A verdade é que, longe de serem a "vanguarda" ou a "direção" do movimento operário, os piqueteiros estão hoje perigosamente isolados. E logicamente, a auto-proclamação piqueteirista não contribui para superar essa grave situação.

Outros dois importantes movimentos com direção de correntes trotskistas são o MST (Movimiento Sin Trabajo "Teresa Vive"⁶), dirigido pelo Movimiento Socialista de los Trabajadores e a Frente de Trabajadores Combativos (FTC), orientada pelo MAS (Movimiento al Socialismo). Diferentemente das outras correntes reformistas, autonomistas, maoístas, trotskistas, etc. que agem entre os piqueteiros, o MST não desenvolveu uma reflexão sobre os problemas estratégicos e mesmo teóricos que se apresentam nestes novos movimentos sociais. Ele adota, então, um curso errático, que na prática reduz esse movimento à luta "corporativa" por auxílios e comida.

A FTC e o MAS, pelo contrário, desenvolveram uma concepção "antipiqueteirista", que tem como eixo o problema da luta pela unidade de classe, começando pela unidade dos trabalha-

dores com e sem emprego. Partem do pressuposto "clássico" de que se os setores fundamentais da classe operária ocupada não entram em movimento, nenhuma "vanguarda piqueteira" pode substituí-los. Nesse sentido, foi e é uma preocupação central do FTC a luta por emprego genuíno e não meramente por auxílio ao desemprego e por comida.

Assim, a FTC é a principal organização piqueteira que apóia o Movimiento Nacional por la Reducción de la Jornada de Trabajo a 6 horas. Esse movimento foi constituído neste ano, em torno dos metroviários de Buenos Aires. Mediante uma greve que paralisou o transporte durante cerca de uma semana, conseguiram impor a jornada de 6 horas sem redução salarial. A consequência imediata foi a criação de 500 novos empregos no metrô.

Depois desse triunfo, os trabalhadores do metrô, junto com outras expressões do sindicalismo classista, organizações de desempregados e partidos de esquerda, chamaram a desenvolver uma campanha nacional pelas 6 horas. O fato é que enquanto quase a metade dos trabalhadores argentinos está desempregada ou subempregada, a maioria dos que têm emprego cumprem jornadas absurdas de doze e até dezesseis horas.

A grande massa de desempregados é um fator de pressão sobre os que ainda têm emprego, para eles não reclamarem pelo salário (que já sofreu uma perda real de mais de trinta por cento desde a desvalorização do peso em 2001), nem pelas condições de semi-escravidão trabalhista. É uma iniciativa muito importante de um setor da vanguarda operária de formular uma demanda comum tanto para os trabalhadores com emprego quanto para os desempregados. Se esse movimento ganhar impulso, poderá começar a ser resolvida a perigosa situação de isolamento a que chegaram os movimentos piqueteiros. ♦

6 - Por Teresa Rodríguez, piqueteira assassinada pela repressão em Cutral Co.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALTAMIRA, Jorge. "Discurso en el microestadio de Ferro", periódico Prensa Obrera 766, Buenos Aires, agosto de 2002.

ALTAMIRA, Jorge. "Piqueteros: de vanguardia de la lucha a movimiento de masas", periódico Prensa Obrera 832, Buenos Aires, janeiro de 2004.

AZPIAZU, Daniel. Concentración y centralización del capital en la Argentina durante la década de los noventa. Quilmes; FLACSO-Univ. Nac. de Quilmes-IDEP, 2000.

BASUALDO, Eduardo M. "La crisis actual de la Argentina", revista Chiapas, N° 13, www.ezln.org/revistachiapas/No13/ch13.html, fevereiro de 2002.

CEPAL. Argentina: Rasgos generales de la evolución reciente. Santiago de Chile, agosto de 2002.

IÑIGO CARRERA, Juan. "Estancamiento, crisis y deuda externa". Ciclos en la historia, la economía y la sociedad, N° 23, Buenos Aires, 2002.

CRUZ BERNAL, Isidoro. "Las fábricas ocupadas y la recomposición del movimiento obrero", revista Socialismo o Barbarie, Buenos Aires, setembro de 2003.

EDI. Propuestas de los Economistas de

Izquierda, Buenos Aires, junho de 2002.

KATZ, Claudio. "Las turbulencias de la economía latinoamericana", revista Socialismo o Barbarie, Buenos Aires, julho de 2002.

KATZ, Claudio. "Ellos o nosotros (La crisis en Argentina)", Puente al Sur, Buenos Aires, abril 2002.

KATZ, Claudio. "El misterio argentino", www.eltabloid.com/ claudiokatz, diciembre 2002-

PENÑA, Milcíades. "Industrialización, pseudo-industrialización y desarrollo combinado", revista Fichas, Buenos Aires, abril 1964.

RAMIREZ, Roberto. "Catastrophe économique et sociale, crise politique et renouveau des luttes en Argentine", revista Carré Rouge, Paris, N° 19, Automne 2001.

RAMÍREZ, Roberto. "De la `plata dulce` a la `economía de penuria` - El marco latinoamericano de los planes económicos del Sr. K", periódico Socialismo o Barbarie, Buenos Aires, 25/set/03.

SÁENZ, Roberto e Cruz Bernal, Isidoro. "Los impulsos del argentinazo", revista Socialismo o Barbarie, Buenos Aires, novembro de 2002a.

SÁENZ, Roberto e Cruz Bernal, Isidoro. "Argentinazo: política, estrategia y teoría - Reforma, revolución y socialismo a comienzos del siglo XXI", revista Socialismo o Barbarie, Buenos Aires, novembro de 2002b.

SÁENZ, Roberto. "Los `problemas del organización` al calor del argentinazo - Frente único, movimiento y partido", revista Socialismo o Barbarie, Buenos Aires, março de 2003.

SÁENZ, Roberto. "Una experiencia que busca ser distinta - El Frente de Trabajadores Combativos", revista Socialismo o Barbarie, Buenos Aires, março de 2003.

SÁENZ, Roberto. "Coyuntura nacional - Estabilización y ofensiva sobre la vanguardia", Socialismo o Barbarie periódico, Buenos Aires, 11/nov/2004.

SVAMPA, Maristella e PEREYRA, Sebastián. Entre la ruta y el barrio - La experiencia de las organizaciones piqueteras, Buenos Aires: Biblos, 2004.

WORLD BANK, 2002 World Development Indicators.

YUNES, Marcelo. "Un análisis marxista del gobierno de Kirchner", revista Socialismo o Barbarie, Buenos Aires, setembro de 2003.

Se as razões de Bush para invadir o Iraque são mais que conhecidas, os motivos de Blair para apoiar as aventuras imperiais americanas são menos óbvios.

Este artigo busca explicá-los, a partir das transformações recentes no trabalhismo britânico.

Blair Bush y la guerra de Irak

Francisco Domínguez

El 17 Octubre de 2004, periódico inglés *The Independent* publicó el artículo "El juicio final" donde se informa el resultado de las exhaustivas investigaciones del Iraq Survey Group, la comisión designada por el presidente Bush encargada de determinar si había o no armas de destrucción masiva en Irak.

La conclusión es lapidaria: no se encontraron ni armas biológicas, ni químicas, ni nucleares, ni sistemas para detonarlas o lanzarlas, ni programas para desarrollarlas, ni ningún tipo de armas prohibidas por las decisiones del Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas. Como se dice en Gran Bretaña: "Not a sausage!" (¡Ni siquiera una salchicha!). Es decir, la guerra fue totalmente innecesaria, se justificó sobre bases totalmente falsas, y tanto Bush como Blair y sus respectivos secuaces, simplemente le mintieron a sus parlamentos, a los ciudadanos de sus países, a las Naciones Unidas, al mundo todo.

El daño político de estas 'revelaciones' para Blair, quien repitió majadera y mendazmente

Francisco Domínguez es Jefe del Depto de Estudios Latinoamericanos y dirige el Centro de Estudios Brasileños de la Universidad de Middlesex.

que las inexistentes armas de destrucción masiva de Saddam podían ser desplegadas y disparadas a los centros nerviosos del Occidente como Londres en 45 minutos, es irreparable.

Blair se ha convertido en un cadáver político en busca de un ataúd más o menos cómodo. Las verdaderas razones de Bush para invadir Irak son conocidas, apoderarse de una de las fuentes de petróleo más importantes del mundo como parte del objetivo de hegemonía norteamericana mundial total que fue formulada en el "Proyecto para el Nuevo Siglo Norteamericano" y publicada en 1997 y firmada por los fanáticos neoconservadores de la administración Bush como Dick Cheney, Donald Rumsfeld, Paul Wolfowitz, Jeb Bush, Elliot Abrams, Dan Quayle y Francis Fukuyama entre otros. La cuestión es ¿cuáles son las razones de Tony Blair, líder Laborista, para plegarse tan entusiastamente a la cruzada de la extrema derecha norteamericana contra Irak?

Para responder a esta pregunta es necesario comprender a Blair y sus actos políticos en el contexto de la evolución del laborismo británico en los últimos años. El proyecto de Blair se inscribe en la lógica de derechización sostenida de la burocracia política y sindical laborista luego de las consecutivas derrotas ideológicas y electorales que el laborismo sufrió en 18 años de dominio conservador desde 1979 con Margaret Thatcher y su sucesor, John Major, hasta la elección de Blair en 1997. Esta derechización acumulativa ha producido una especie de contrarrevolución ideológica en la que el laborismo se ha deshecho incluso de los ropajes formales que lo hacían una corriente 'socialista' como la Cláusula IV de los estatutos del partido que le comprometía a "nacio-

Antecedentes: razones del triunfo electoral

Un titular de *The Economist*, vocero del capital financiero británico, resumió con exactitud el momento político de la elección de Tony Blair y el Partido Laborista al gobierno en 1997: "Los Tories merecen perder, el Laborismo no merece triunfar" (7 Mayo, 1997). Es decir, los Conservadores se habían desacreditado tanto y estaban tan divididos internamente que era

imposible que ganaran la elección general de 1997. El descrédito provenía de tres fuentes. Los altos niveles de corrupción simbolizados por los juicios contra altos dirigentes del partido Tory como Jonathan Aitken, Ministro de Adquisiciones de Defensa, quien terminó con una condena de cárcel de 18 meses por corrupción, o Jeffrey Archer, extravagante Vice

presidente del partido, ferviente thatcherista, candidato a Alcalde por Londres y otros importantes puestos en el partido y gobierno, e inveterado mentiroso, que está todavía en la cárcel por perjurio. En segundo lugar, las colosales divisiones del gobierno y del partido respecto de la integración británica en la Unión Europea llevaron al gobierno de John Major prácticamente a la parálisis.

En realidad, las divisiones por causa de Europa son tan profundas que existe hasta ahora un estado de guerra civil interno larvado en el partido, y que aflora toda vez que el asunto de Europa salta a la palestra. La tercera razón, probablemente la más importante, era la enorme impopularidad de las políticas económicas derechistas del gobierno de John Major en relación al estado de bienestar, la educación, la salud, los impuestos, y casi todas las demás áreas de la vida nacional.

Retrospectivamente, el factor decisivo que selló la derrota electoral conservadora de 1997 fue el Miércoles Negro, el 16 de Septiembre de 1992, cuando Norman Lamont, Ministro de Economía de Major, con una palidez mortal en el rostro anunció ante las cámaras de TV que Gran Bretaña se veía en la obligación de retirarse del Mecanismo de Tasas de Intercambio (Exchange Rate Mechanism) de la Unión (entonces Comunidad) Europea (Times Online, Septiembre 16, 2003). Desde ese momento, los días de gobierno Conservador estuvieron contados.

Así en Mayo de 1997 el regocijo popular llenaba las calles de Gran Bretaña con la noticia del triunfo abrumador del Laborismo no tanto por la excitación de la llegada de Tony Blair al gobierno, sino fundamentalmente por la derrota de los Tories. El último de los gobiernos laboristas antes de Blair había terminado estrepitosamente como consecuencia del llamado "Invierno del Descontento" en 1979 en el cual el país estaba dominado por huelgas obreras que se oponían a la política de austeridad que el gobierno de James Callaghan trataba infructuosamente de imponer (Blake: 1997).

El Laborismo se pasó toda la década de los 1980 repensándose estratégicamente y auto-enmendándose políticamente a fin de recupe-

rar lo que a juicio de sus líderes era una elusiva electabilidad. Gran parte de ese profundo examen de conciencia laborista apuntaba a la creación de pactos electorales, principalmente con los Liberales, partido burgués de centro, históricamente hegemónico en la burguesía hasta 1913, fecha del fin de su supremacía política y electoral (Dangerfield: 1997).

Se trataba de crear una alianza lo suficientemente amplia que no sólo garantizará el triunfo electoral sobre los conservadores, sino que su amplitud debía evitar la 'rotativa' en el gobierno entre Conservadores y Laboristas que supuestamente habría predominado desde la segunda guerra mundial.

Thatcher llega al gobierno con una inmensa mayoría parlamentaria y enfrenta a un Laborismo desmoralizado, desorientado ideológicamente, a la defensiva en el terreno político, y con una proporción significativa de la clase trabajadora calificada que no sólo lo ha abandonado electoralmente sino que además apoya al Conservadurismo.

Por otro lado, debido a la desastrosa política económica derechista de Callaghan, los sectores tradicionales del movimiento obrero y sindical - mineros, siderúrgicos, empleados públicos y de la salud, por ejemplo - tienen en 1979 una profunda desconfianza hacia el Laborismo y se han desplazado, críticamente, a la izquierda. Thatcher recibe un estado con una profunda crisis fiscal.

Montada en el caballo ideológico monetarista, Thatcher llevará a cabo una contrarrevolución económica que tendrá profundos y retrógrados efectos en la distribución fiscal entre las clases, la relación entre empresa estatal y privada, el financiamiento del estado de bienestar y la protección tradicional del estado hacia los sectores más desvalidos de la población como pensionados, madres solteras, desempleados, inmigrantes y los pobres en general.

Las políticas del gobierno de Thatcher son, asimismo, enormemente beneficiosas para el capital nacional e internacional. Se trata de aplicar el Marxismo al revés, a saber, lograr una transferencia substancial de la riqueza y del poder político desde los pobres a los ricos. Lógicamente, el discurso de Thatcher expresa

esta contrarrevolución en la ideología que promueve y que se puede resumir en dos frases que ella emitió en sendos congresos del Conservadurismo inglés: "El derecho a ser desigual" y "la sociedad no existe, solo el individuo existe".

Los cambios estructurales introducidos por Thatcher y la facilidad con que los logra implementar son asombrosos. El celo contrar-reformador de su gobierno es intenso: todo lo que se puede privatizar se privatiza, desde los ferrocarriles, hasta la compañía de teléfonos, incluyendo el gas, el agua potable, la electricidad, parte del transporte público, el acero, inclusive la vivienda barata estatal, una de las conquistas más importantes de la clase obrera y de los pobres de Gran Bretaña (Hall & Jacques: 1983).

Las reducciones presupuestarias a los gobiernos locales fueron bajo su primera magistratura también extremadamente drásticas, al mismo tiempo que se introducía legislación para aplicar severas penas financieras a las municipalidades que intentaran compensar los déficits presupuestarios, así ocasionados, con impuestos locales. Simultáneamente, el gobierno imponía reducciones a los subsidios a las industrias en declinamiento y buscaba cerrar todo empresa que pudiera.

Coherentemente con lo anterior, el gobierno introdujo legislación que restringía draconianamente la acción de los sindicatos, entre las cuales se destaca la prohibición específica de hacer huelga en solidaridad con otros trabajadores en conflicto. Thatcher triunfa decisivamente en sus esfuerzos por debilitar al movimiento obrero organizado en 1984-85, fecha en que logra derrotar al contingente más combativo, más radical y mejor organizado del sindicalismo británico, los mineros del carbón (Gamble: 1994).

Las consecuencias, como era de esperarse, fueron devastadoras. Amplias capas de trabajadores vieron su futuro completamente arruinado debido a un aumento in crescendo del desempleo. Para mediados de 1980 la cifra del desempleo bordeaba los 6 millones.

Como 'incentivo' a los desempleados a encontrar empleo, se redujo drásticamente los beneficios del estado de bienestar a los oficial-

mente registrados en las listas de parados. El objetivo declarado de las políticas y la acción del gobierno explicado por teóricos Conservadores como Keith Joseph, mentor político-intelectual de Thatcher, era lograr el aumento de la riqueza producida a través de la reducción de los impuestos, lo que llevaría a un incremento de la inversión productiva.

En otras palabras, se argumentaba que el país estaba en crisis debido a los altos niveles impositivos por causa del gasto estatal, definido como improductivo. En breve, para que el país saliera adelante era necesario sino dismantelar el estado de bienestar por lo menos reducirlo significativamente. Es decir, la solución estriba en que el rico fuese más rico y el pobre más pobre. Una vez que el crecimiento económico ocurriera, el chorreo y las oportunidades ofrecidas al individuo por el funcionamiento del mercado haría mas próspera a toda la sociedad.

Sin embargo, para 1996-7 la total falta de credibilidad de los conservadores se aprecia en la descripción hecha por un perspicaz observador que describió el momento del triunfo de Blair: "Cerca de un millón y medio de dueños de vivienda se encontraban comprimidos por los saldos negativos resultados de la caída del valor de sus casas más abajo que el del creciente valor de sus hipotecas. Por lo menos otro millón han descubierto que sus privatizadas pensiones era un muy mal negocio. Muchos otros se preocupaban por sus perspectivas personales en un mercado de trabajo a medio tiempo crecientemente informalizado, o veía impotente la descomposición de la salud pública y la educación.

La arrogancia y la corrupción de los diputados Conservadores, la auto-indulgencia de los patronos de las industrias recientemente privatizadas y, lo más importante de todo, las profundas divisiones sobre la unión monetaria europea, explican también la hemorragia del apoyo electoral Conservador." (Blackburn: 1997, 4).

Por ello, no sorprende que en la elección de 1997, los conservadores hayan obtenido apenas el 32% del voto popular, su peor resultado desde 1832 (Blackburn: 1997, 3).

Blair hereda una nación completamente

transformada en la cual el peso del paradigma neoliberal tanto en lo ideológico como en lo económico es abrumador. Las transformaciones

estructurales resultantes de 18 años de gobierno Conservador han metamorfoseado la sociedad, la política, y la economía.

Principales componentes intelectuales del Blairismo

La idea central que ha animado la propaganda y gran parte de las políticas de Blair en el gobierno ha sido la de que el crecimiento económico basado en el funcionamiento del mercado producirá los recursos que financiarían una deseada, pero nunca definida, modernización.

Tal postura rompe con la tradición intelectual del Laborismo. Ya en 1996, algunos observadores indicaban cómo la adopción de la herencia neoliberal Tory por parte de Blair y sus partidarios iba a significar la matención de la supremacía del mercado por sobre cualquier consideración social a objeto de aumentar la eficiencia productiva del capital británico y así incrementar su competitividad en la arena internacional. Para esa fecha daba la impresión de que Blair hacía esfuerzos infructuosos para diferenciarse de los Tories y se argumentaba por algunos críticos de la izquierda que el Laborismo se auto-imponía restricciones en el ámbito económico lo que resultaría en la no implementación de su programa de modernización (Coates: 1996, 3).

Si la modernización basada en el libre funcionamiento del mercado iba a producir el deseado crecimiento económico que la financiaría, ello no reduciría la enorme brecha entre ricos y pobres ni las agudas diferenciaciones regionales, especialmente entre el Norte y el Sur del país. Este es otro aspecto de la ruptura con los principios tradicionales del Laborismo británico, a saber, intervención estatal para aminorar las diferencias sociales existentes, mucho más necesarias y urgentes luego de casi dos décadas de políticas económicas y sociales Conservadoras.

La verdad es que la adopción de la herencia Tory no resultó por force majeure sino por que el equipo dirigente que rodea a Blair concuerda profundamente con esos principios. Ya en 1994 los partidarios del 'blairismo' preparaban las bases intelectuales de la contrarrevolución en

el pensamiento económico social del Laborismo. El 'think-tank' Instituto para la Investigación de las Políticas Públicas (IPPR - Instituto for Public Policy Research), preparó, entre muchos otros, dos documentos, The Justice Gap (El Tamaño de la Injusticia) y Social Justice in a Changing World (La Justicia Social en un Mundo Cambiante) en los cuales se combina los conceptos de 'comunidad' y de 'oportunidad' a objeto de tratar de hacer los principios del 'Nuevo Laborismo' o 'blairismo' compatibles con aquéllos del thatcherismo (Cohen: 1994, 7).

En estos panfletos se considera la oportunidad de un trabajador de conseguir un empleo bien pagado (algo cada vez más raro para la inmensa mayoría de los proletarios del mundo) con la de un capitalista o inversionista para quien 'una oportunidad' puede significar la ganancia de millones de libras esterlinas o dólares, como idénticas. Los resultados desiguales de esta 'igualdad de oportunidades' se justifica a los ojos de los blairistas porque depende de las decisiones 'libres' del individuo. Por ello, nadie, especialmente el estado, debe inmiscuirse en este asunto tratando, por ejemplo, de redistribuir el ingreso puesto que atentaría gravemente contra el principio de la libertad.

Aunque por caminos tortuosos y después de asombrosas contorsiones intelectuales los blairistas llegan a las mismas conclusiones reaccionarias que los partidarios de Von Hayek o de Milton Friedmann: cualquier intento de redistribución a favor y como consecuencia de la presión política de los grupos sociales en desventaja que crea la economía de mercado, pone en peligro la libertad individual.

Por ello, el Nuevo Laborismo rechaza una política de impuestos progresivos a fin de mantener, mucho menos aumentar, los servicios y prestaciones del estado de bienestar. Subyace en este argumento la idea de que, como en una economía de mercado la libertad y la igualdad

están en contradicción constante, el principio más importante es la libertad por lo que no todas las desigualdades son injustificadas. Así, los primeros grupos en ser atacados por las reducciones presupuestaria de Blair fueron los minusválidos y los pensionados, a los primeros de los cuales el gobierno quiso dejar sin beneficios sociales por medio de una redefinición legal de lo que es la incapacidad y, a los segundos, por medio de la abolición del vínculo entre ingresos e inflación, lo que ha significado una reducción drástica en sus pensiones (Jones: 1999).

Frank Field, ministro nombrado por Blair para hacerse cargo de este aspecto de la llamada modernización, es un admirador público del sistema de pensiones privados en Chile, al que regularmente elogia (Marquese: 1997, 127). El Nuevo Laborismo de Blair "es tal vez mejor entendido como thatcherismo 'suavizado' por el Old Labour (Viejo Laborismo). Acepta, casi enteramente, las políticas del gobierno de Thatcher: la privatización, desregulación, mercados de trabajo 'flexibles', baja carga impositiva, 'reformas' sin fin del sistema educacional, la caza de 'parásitos' de la seguridad social - más o menos la totalidad del programa neoliberal, en verdad, en algunos aspectos New Labour ha ido más lejos que los Conservadores." (McKibbin: 2000).

Blair recibió aclamación cuando en uno de sus discursos electorales antes de 1997, anunció que en su gobierno habría tres prioridades "education, education and education, in that order" ("educación, educación y educación, en ese orden"). Sin embargo, ya en 1998, había presentado proposiciones detalladas a fin de eliminar la gratuidad de la educación universitaria, incluyendo la abolición de las becas universales a la que los ciudadanos tenían derecho por ley. Ni siquiera Thatcher, que también rechazaba la gratuidad en toda la educación, no sólo la universitaria, se atrevió a cambiar este principio igualitario por el cual los individuos, independientemente de su ingreso, pueden tener acceso a la educación superior. Tales propuestas crearían dos tipos de sistemas universitarios: uno elitista, en donde universidades tales como Oxford y Cambridge podrían cobrar los precios que quisiesen, mientras

muchas de las restantes universidades del país entrarían en un proceso inexorable de decadencia financiera que terminará en su quiebra total. (Watts: 1998)

Además, desde sus inicios el gobierno de Blair adopta una política económica 'prudente' bajo la dirección del ministro de economía, Gordon Brown, quien en 1997, anunció que de allí en adelante la tasa básica de interés sería decidida por el Banco Central renunciando con ello a un instrumento clave para determinar la política económica de la nación. Eddie George, Jefe del Banco, nombrado durante el período Conservador, se inclina por una tasa de interés que beneficie al capital financiero, lo que opera en perjuicio de todas las demás clases sociales del país, incluyendo el capital industrial, y con consecuencias económicas negativas ya muy conocidas de desincentivo inversor, baja tecnología y debilidad industrial.

Brown también se comprometió a mantener los planes de gasto de Kenneth Clarke, ministro de economía del gobierno Conservador de John Major (Blackburn: 1997, 9). Además, desde antes de la elección, Blair se había comprometido a no aumentar los niveles de impuestos ni siquiera para aquellos individuos de ingresos exorbitantes, porque supuestamente garantizaría la lealtad electoral de los trabajadores calificados que habían emigrado electoralmente a los Tories y que en 1997 votaron masivamente por el Laborismo. En realidad, es apenas una velada excusa para mantener niveles impositivos escandalosamente favorables a los ricos.

Intelectualmente entonces, el blairismo es un intento de reacomodo ideológico del laborismo al neo-liberalismo thatcherista. No es más que una 'thatcherización' de las altas cúpulas del Partido Laborista. Esta operación política reaccionaria ha tenido varios hitos entre los cuales están el abandono de la posición de desarmamiento unilateral. Durante la década de 1980, la administración Reagan desplegó una nueva generación de misiles balísticos intercontinentales en Europa Occidental a objeto de poner presión económico-militar contra la URSS y el bloque soviético lo que creó un movimiento de masas gigantesco: la Campaña por el Desarmamiento Nuclear (CND),

fuertemente apoyada por el grueso del Laborismo. Sin embargo, a objeto de hacer al laborismo 'elegible', Neil Kinnock, líder entonces y que había sido un ferviente unilateralista, logró que el Laborismo apoyara la posición norteamericana de despliegue de los misiles. La posición 'multilateralista' - desarmamiento nuclear sólo cuando todos los demás se desarmasen - fue formulada por la corriente laborista conocida como 'atlanticista', es decir, pro-norteamericana. He aquí uno de los antecedentes del pro norteamericanismo de Tony Blair. Por supuesto, no es el único.

Tradicionalmente, la jerarquía laborista británica, especialmente cuando ha estado en el gobierno, ha apoyado al imperialismo norteamericano, como por ejemplo con el sólido apoyo que otorgó la administración de Harold Wilson a la guerra de Vietnam en los 1970 aunque nunca al nivel que lo ha hecho Blair.

Parte del programa blairista de 'modernización' es la "devolution", es decir, el auto-gobierno de los países (o regiones) que conforman el Reino Unido, a saber, Inglaterra, Escocia, Gales y el Norte de Irlanda. Luego de muchísimas propuestas y planes, se ha logrado un parlamento en Gales en y Escocia con poderes bastante limitados en el terreno fiscal, educacional, político y económico.

Pese a su timidez, no se puede desconocer el progreso logrado por las demás nacionalidades dentro del estado-nación. En parte la razón de estas reformas constitucionales - que se asemejan a la regionalización del estado español con las Autonomías en Galicia, Cataluña y el País Vasco - era el desafío electoral representado por el Partido Nacionalista Escocés (Scottish Nationalist Party) y por el Partido Nacionalista Gales (Plaid Cymru) a las fortunas parlamentarias del Laborismo.

En relación a Gales debe destacarse que Tony Blair impidió la expresión democrática del Laborismo e impuso su propio candidato, Allun Michael, quien casi pierde la elección de presidente de la asamblea parlamentaria de Gales debido al ausentismo electoral de las bases laboristas, indignadas con la interferencia blairista, y que luego fue obligado a renunciar. Finalmente, el laborismo galés logró que su can-

didato, Rorhi Morgan, representante de la izquierda, fuese elegido como presidente de la asamblea galesa, posición que ocupa hasta hoy día. En Irlanda del Norte pese a la creación de una Asamblea Gubernativa, poco progreso se ha logrado debido fundamentalmente a la intransigencia de los protestantes.

De todas formas, la "devolution" en Irlanda del Norte la comenzó el gobierno de John Mayor, no el de Tony Blair. Así y todo, pese a reformar aspectos centrales de la constitución del Reino, la modernización de Tony Blair en este aspecto es bastante moderada pues el poder gubernamental real continúa en Westminster, es decir, en la Casa de los Comunes, donde ha residido tradicionalmente. Por último, en el terreno de la reforma constitucional, el gobierno ha cumplido con su compromiso de crear una Asamblea y un Alcalde elegidos por voto directo en Londres. El candidato más popular para este importante puesto político era (y es) Ken Livingstone, laborista de izquierda, que ocupó una posición similar en la Municipalidad de Londres bajo el gobierno de Thatcher desde la cual realizó una labor de efectiva oposición a las políticas conservadoras, discriminatorias, racistas y de austeridad thatcheristas (en realidad, precisamente por esa labor es que Livingstone es tan popular hoy). Blair dirigió una feroz campaña política para impedir que el laborismo nombrara a Livingstone como su candidato para Londres, hasta el punto de manipular los resultados, impedir votos, prohibir mociones dentro del partido laborista en Londres, obligando a Livingstone a presentarse como independiente en una elección en que triunfó ampliamente. Su reelección en las próximas elecciones es casi segura.

La 'devolution' de Blair busca terminar la responsabilidad del gobierno central en las cuestiones económicas y presupuestarias relacionadas con la capital y las regiones. Afortunadamente, en la capital, estos objetivos han sido frustrados gracias a la elección como Alcalde de Ken Livingstone, posición desde la cual ha hecho una oposición sostenida al conjunto de los fines neoliberales del gobierno incluyendo sus esfuerzos para privatizar el

transporte público. Los esfuerzos privatizados de Tony Blair ya se expresaban en 1999 cuando intentaba que el Laborismo y el gobierno aprobaran sus Iniciativas de Financiamiento Privado (Private Funding Initiatives) que apuntaban a obtener inversión privada en los servicios públicos, hospitales, escuelas, empresas, etc (Mortimer: 1999).

Debido a la impopularidad de las PFI, Blair decidió renombrarlas y llamarlas 'PPP', Sociedad Público-Privada (Private-Public Partnership), que el movimiento obrero organizado y el propio Laborismo continúan rechazando (véase "London Labour says no to PPP for tube", Socialist Campaign Group News N°160, December 2000).

No todo el programa modernizador de Blair es reaccionario, sin embargo. Blair anunció la democratización del sistema parlamentario británico proponiendo la abolición de los "lores hereditarios" de la Casa de los Lores, la cámara alta, no electa, del parlamento.

La inmensa mayoría de los "lores hereditarios" son Conservadores y reaccionarios y han tradicionalmente bloqueado toda legislación progresista o radical proveniente de la Casa de los Comunes, la cámara de los diputados elegidos en elecciones democráticas.

El plan original apuntaba a que luego de la abolición de los "hereditarios", la Casa de los Lores fuese completamente electa en elecciones normales. Sin embargo, Blair no hizo absolutamente nada al respecto hasta el 2001 cuando la presión de las bases laboristas se hizo tan intensa que le obligó a presentar la legislación prometida, pero lo hizo de tal manera, que resultó en una farsa. El gobierno dejó en libertad de acción a los diputados para votar como quisiesen y permitió que se presentaran varias propuestas de cómo realizar la reforma sin recomendar ninguna, produciendo una increíble confusión para deleite de los Conservadores y de los "lores hereditarios" y sus partidarios.

Incluso con promesas enormemente populares tales como la abolición de la caza de la zorra - un 'deporte' no sólo brutal y sanguinario sino que profundamente reaccionario y feudal, incluida en el programa electoral de 1997 - el gobierno dió tantas volteretas y esquivó el tema

por tantos años, que la ley que terminó suprimiendo esta práctica antediluviana sólo se logró pese, y no gracias, al gobierno. Cuando de trata de cuestiones progresistas el celo modernizador de Blair deja mucho que desear.

Con respecto a Europa Blair se comprometió a un referéndum a objeto de adoptar la moneda única, el Euro. También se prometió adoptar los estándares ecológicos de la Unión Europea así como los principios y normas del Capítulo Social de la Unión Europea. Como en otras áreas, la política del gobierno con respecto a la Unión Europea no ha hecho mucho progreso, todo lo contrario. Blair, no se ha atrevido a organizar el anunciado referéndum y, aunque ha anunciado la realización de tal referéndum, lo ha hecho, en nuestra opinión deliberadamente, en el peor momento político posible.

Luego de la guerra de Irak y las diferencias con Francia y Alemania al respecto y su postura servil hacia el gobierno Bush, es improbable que la integración de Gran Bretaña en la Unión Europea ocurra antes de la próxima elección general en 2005. En Europa, Blair ha apoyado las posiciones más reaccionarias como su oposición a esquemas franceses de creación de empleos en 1997 acusándoles de Euroesclerosis (Marquese: 1997, 127) y promocionando la flexibilización de los mercados del trabajo al resto de Europa. Su derechismo se notó también en la alianza con Aznar y Berlusconi, representantes de la extrema derecha europea, con quienes Blair se siente mucho más a tono que con sus camaradas socialdemócratas.

En lo que respecta a los inmigrantes tanto del Tercer Mundo como de Europa Oriental, la política del gobierno Blair se ha ido derechizando en la misma medida en que la resistencia del movimiento obrero al desmantelamiento del estado de bienestar se ha ido endureciendo, al punto de que en muchos aspectos es difícil distinguirla de la política del National Front o del British National Party, organizaciones fascistas y racistas de extrema derecha, cuya principal actividad es organizar ataques físicos en contra de individuos o familias de color y hacer campaña para que los inmigrantes, especialmente los de piel oscura, sean repatriados.

Como en Francia bajo el ministerio de

Pasqua, el caballo de batalla del gobierno ha sido el 'gravísimo' problema de la inmigración 'masiva'. Activistas anti-racistas como Kumar Murshid, concejal laborista y dirigente de la Asamblea Nacional Contra el Racismo, ya en 1998, con apenas un año de gobierno Blair, denunciaba los intentos legislativos del gobierno de limitar los derechos de los extranjeros que solicitaban asilo en el país (Murshid: 1998).

Desde entonces, la línea del gobierno se ha derechizado sostenidamente hasta el punto de que el ministro del interior, David Blunkett, propone que los extranjeros que soliciten asilo en Gran Bretaña fuesen enviados lejos del país, probablemente a Marruecos, Argelia, Moldova o Albania, a campos de detención especialmente creados para este efecto (*The Guardian*, Octubre 11, 2003).

La democracia interna del partido laborista que, aunque de ninguna manera perfecta, existía y era bastante vigorosa y vibrante. A su llegada al liderazgo del partido en 1994 Blair introdujo cambios estructurales cuyo objetivo era extirpar y erradicar las instancias de democracia interna que se remontan al origen histórico del Laborismo. Según un observador, "la dirección laborista parece decidida a establecer un grado de control dentro de su partido sin precedentes en la historia moderna británica". Peter Mair (2000, 21)

El control burocrático de Blair sobre el partido Laborista es tal que Mair lo equipara en forma, a la concepción mussoliniana de "un partido, una voce" (op.cit., 26), y ha llevado a algunos de sus ex partidarios a sugerir que Blair es un "control freak", que traduce más o menos como "fanático anormal del control" (Hutton: 2000), y a los partidarios del periódico de la izquierda laborista, Socialist Campaign Group News, a denunciar la persecución 'macarthysta' de Blair en contra de concejales, diputados y miembros de la izquierda dentro del partido (N°133, Junio de 1998).

En los hechos, Blair ha logrado burocratizar el funcionamiento del partido en áreas cruciales tales como la elección del Comité Ejecutivo Nacional, tradicionalmente foco de oposición a la dirección debido a que tiene representantes de los sindicatos afiliados al partido, de

varios grupos de presión (mujeres, minorías étnicas, gays), y de los grupos locales del partido, y que previo a la 'modernización' tenían el derecho de cuestionar las propuestas de la dirección, presentar propuestas alternativas y defenderlas en el congreso anual. Los grupos locales, además, tenían el derecho exclusivo a elegir el candidato a diputado de su distrito.

La dirección ha también reforzado la disciplina de los diputados laboristas cuando se trata de votos importantes relacionados con reducciones del gasto público a la educación, salud, o pensiones. La importancia y el peso de los sindicatos afiliados en el funcionamiento interno del partido y el peso de su voto en el congreso anual han sido reducidos. Esto es decisivo en la legitimación de decisiones relacionadas con el estado de bienestar y el sector público en general.

El gabinete también está sometido a una disciplina de hierro y no hay espacio para la disensión, debates e incluso dudas. Blair exige lealtad total y absoluta. Hasta hace poco, el control de Blair sobre el gabinete era tan absoluto que las reuniones semanales de gabinete duraban normalmente ¡media hora!

El programa de Blair, sin embargo, hace necesaria no sólo el estrangulamiento de la democracia interna del Laborismo, sino que la democracia liberal en el estado mismo. El objetivo de Blair y sus secuaces es la des-ideologización de la política británica así como la marginalización del Laborismo mismo de las decisiones políticas y económicas cruciales (entrada a la Unión Europea, desmantelamiento del Estado de Bienestar, la alianza militar estratégica con los Estados Unidos, decisiones sobre si apoyar o no la política guerrerista del imperio norteamericano, etc.). Se trata de hacer lo más borrosas posibles las diferencias ideológicas y políticas entre los partidos. El éxito de esta estrategia permitiría garantizar mayorías parlamentarias derechistas que crucen las barreras partidarias tradicionales.

Blair busca obviar la oposición del Laborismo mismo a su programa derechista ya sea en su forma parlamentaria, sindical o de la base del partido. Siguiendo la misma lógica derechista y anti-democrática, Blair trató de evitar

por todos los medios la discusión parlamentaria sobre si apoyar o no la guerra contra Irak. Fueron solamente las masivas manifestaciones de oposición, tanto dentro como fuera del parlamento, las que le obligaron a ello.

Como se sabe, más de 2 millones marcharon contra la guerra contra Irak el 15 de Febrero de 2003, en la marcha más grande de la historia del país; la oposición parlamentaria sobrepasó los 200 diputados y fue sólo gracias a los votos de los diputados Conservadores que Blair logró mayoría. Además, Blair – hasta ahora sin éxito – ha propuesto que los partidos sean financiados centralmente por el estado y no por sus afiliados. Significaría el fin de los partidos políticos de masa bajo algún tipo de control y escrutinio democrático que es la consecuencia lógica (y consciente) del objetivo perseguido por Blair: el surgimiento de un sistema político despolitizado y des-ideologizado (Abbott: 2002).

Los medios de comunicación británicos se han auto-convencido y proyectan la imagen de que pese al derechismo de Blair el electorado nacional continúa apoyándole, o, temiendo una vuelta de los Conservadores y prefiere aceptar más o menos pasivamente la política del

El Blairismo, Europa y los Estados Unidos: la guerra permanente

El apoyo total, absoluto e incondicional de Blair a la política guerrerista de la administración Bush en Irak confirma el carácter profundamente reaccionario de la posición del líder laborista.

En 1997, algunos ingenuos pensaban que el gobierno de Blair, de alguna manera, representaba una ruptura con el thatcherismo, el neoliberalismo y con la política exterior pronorteamericana. Se esperaba un giro drástico de Blair hacia Europa y un distanciamiento de los peores aspectos de la política exterior norteamericana.

Sin embargo, ya en 1998, sectores de la izquierda laborista notaban con preocupación el apoyo irrestricto de Blair al bombardeo de Sudán, luego de ataques terroristas a las embajadas norteamericanas en Nairobi y Dar-es-Salaam (Benn: 1999). Pre-anunciando su apoyo a Bush, la política de Blair en relación a Kosovo

gobierno actual. La verdad, como lo demuestra la oposición a la guerra contra Irak, es bastante diferente. Partes importantes del electorado tradicional laborista en los bastiones obreros del norte del país o en los distritos pobres de las grandes ciudades, combate al blairismo absteniéndose de votar. El número de votantes en la elección que eligió a Blair en 1997 fue más o menos un 50%, total del cual el laborismo obtuvo apenas el 43%.

Estas cifras no reflejan una aprobación eufórica de la política o ideología de Blair. Más aún, en las elecciones al parlamento europeo del 10 de Junio de 1999, el Laborismo recibió sólo el 28% de los votos en una elección en donde apenas el 23% del electorado se dignó votar.

Peor aún, en la elección complementaria a diputado por Hartlepool, en el norte de Inglaterra, en Octubre 2004, el candidato laborista triunfó con una mayoría inmensamente reducida de 2003 votos. Hartlepool es un bastión obrero del laborismo cuya mayoría era de 14.571 votos (Anderson: 1999). La razón fundamental es el desprestigio de Blair y su gobierno por la guerra contra Irak.

fue idéntica a la de Clinton: intervención por medios económicos y principalmente militares en los Balcanes esencialmente contra Serbia a objeto de desmembrar completamente la Federación Yugoslava. Blair también apoyo el bombardeo de Yugoslavia en Abril de 1999 pese al enorme descontento y oposición expresado por los diputados laboristas y las muchas manifestaciones en contra.

Es interesante contrastar el celo antidictatorial de Blair en relación a Milosevic y su casi completo distanciamiento en la práctica del debate relacionado con la extradición de Pinochet. En forma típica, Blair, recurrió a una retórica crítica en el año 1999 cuando en el congreso anual del laborismo se refirió a Pinochet como una persona 'incalificable' y a los Tories como el 'partido de Pinochet', por el apoyo que éstos le brindaron al arrestado ex-dictador. Como sabemos, el dictador fue envia-

do de vuelta a Chile gracias a las maniobras legales y políticas de Blair y su ministro de Relaciones Exteriores, Jack Straw quien había hecho activa campaña en el pasado en contra de las violaciones de los derechos humanos en Chile (O'Shaughnessy: 1999). Y por si hubo alguna duda respecto del carácter de la política de Blair, la prolongación innecesaria de la detención del ex-dictador chileno Augusto Pinochet en Londres por 18 meses se explica fácilmente por la decisión política del gobierno de Blair de tratar de no sentar un precedente que permitiera extraditar y juzgar a individuos culpables de violaciones de los derechos humanos.

Esto aplica principalmente a altos personeros de administraciones norteamericanas pasadas y presentes que han cometido delitos de lesa humanidad en el mundo, como por ejemplo, Henry Kissinger, quien como Ministro de Relaciones Exteriores de Nixon, fue clave, entre otras preciosuras, en el montaje de la Operación Cóndor, orientada a coordinar los esfuerzos de las dictaduras argentina, brasileña, paraguaya, uruguaya y chilena, para arrestar, desaparecer y asesinar a oponentes de esos regímenes que residían en esos países en los 1970.

Por supuesto que Blair apoyó incondicionalmente y con tropas la invasión norteamericana de Afganistán luego de la voladura de las torres gemelas en Nueva York el 11 de Septiembre de 2001. Como sabemos, el derrocamiento del Talibán por las fuerzas combinadas de EE.UU. y Gran Bretaña, llevó a la Coalición del Norte, dominadas por señores de la guerra y traficantes de opio, al poder en ese paupérrimo país, lo que ha producido una fragmentación pre-feudal del país en territorios o regiones controlados por caciques militares que son tan o más reaccionarios que el Talibán.

Los niveles de violencia han aumentado enormemente en el país, en donde en la práctica predomina la ley del más fuerte y en donde uno de los únicos índices positivos de la situación presente es el aumento gigantesco de la producción de opio. Afganistán provee 75% de la heroína que se consume en el mundo (*The Guardian*, Noviembre 26, 2001).

Blair representa un marcado giro a la derecha y que se resume en el intento de terminar con

el socialismo parlamentario que ha caracterizado la existencia del Laborismo desde su fundación en 1900. Blair está metamorfoseando el socialismo parlamentario del Laborismo haciéndolo cada vez más parlamentario y cada menos socialista (Panitxh & Leys: 1997). Blair – al igual que Thatcher – expresa la apremiante necesidad del capital financiero británico de desmantelar el estado de bienestar a objeto de ser más competitivo tanto en el terreno europeo como en la concurrencia con Estados Unidos y el Japón.

El gobierno Blair y su Nuevo Laborismo es un intento veladamente disfrazado de continuidad con el thatcherismo, el neoliberalismo y el apoyo a la alianza 'atlanticista' entre los Estados Unidos y Gran Bretaña.

El problema es que tanto el desmantelamiento del estado de bienestar, como la guerra de Irak se están convirtiendo en la sepultura en que van a terminar reposando los huesos del cadáver político del otrora todopoderoso Tony Blair. Su situación política es crítica y los diputados y dirigentes sindicales laboristas hablan abiertamente de la necesidad de reemplazarlo como Primer Ministro.

La cuestión es ¿antes o después de la próxima elección general en Mayo de 2005? Luego del reciente congreso del partido laborista – que estuvo dominado por el rapto de Ken Bigley, trabajador británico que fue finalmente decapitado por sus captores irakíes – Blair fue tratado quirúrgicamente por arritmia cardiaca.

El periódico *The Independent* del 2 de Octubre de 2004, informaba del hecho con una foto de un Tony Blair sonriente y pretendidamente saludable y despreocupado con el titular: "El esta de vuelta...¿.Pero por cuando tiempo?" Como todo politicastro acabado y profundamente desacreditado, Blair se aferra a su puestecito con todo lo que tiene y se embarca, prácticamente cada semana, en alguna iniciativa 'mayor', a objeto de evitar el tema Irak, aunque con resultados miserables. Blair se ha convertido en una figura lamentable que hoy está pretendiendo que se interesa por África, mañana por los pensionados británicos, ayer por el problema de la obesidad en Gran Bretaña, incluso ha comprado una residencia de lujo en

el centro de Londres de £3.65 millones, lo que sea, con tal de que no se hable de Irak. Mientras antes se vaya al basurero de la historia tanto mejor para la humanidad.

Lo que está realmente en juego, es la relación especial transatlántica entre Gran Bretaña y los Estados Unidos. Nunca antes esta relación imperialista y militarista se había visto sometida a niveles de tensión y de desprestigio como ahora con la guerra de Irak.

Nunca desde la Segunda Guerra Mundial Estados Unidos había sido tan impopular en un país cuya fidelidad como socio menor del imperialismo más poderoso y más brutal de la

historia de la humanidad ha pasado por durísimas pruebas.

El Laborismo, la izquierda, los trabajadores y todos los elementos progresistas de la nación tienen la posibilidad no sólo de deshacerse de Tony Blair, un pobre diablo que parecía ofrecer una alternativa estratégica al thatcherismo y que es apenas un lacayo despreciable, sino que la historia les ha ofrecido la increíble oportunidad de romper o severamente reducir la subordinación británica a la alianza transatlántica con los Estados Unidos. Sería la mejor contribución del pueblo británico a la construcción de un mundo mejor. ♦

BIBLIOGRAFIA CITADA

"London Labour says no to PPP for tube", Socialist Campaign Group News N°160, December 2000.

GAMBLE, Andrew. *The Free Economy and the Strong State: The Politics of Thatcherism*. LOCAL: Macmillan, 1994.

COATES, David. "Labour Governments: Old Constraints and New Parameters", *New Left Review*, N°219, 219, LOCAL Sept / Oct, 1996.

ABBOTT, Diane. "Funding for political parties", *Socialist Campaign Group News* N°179, LOCAL, September 2002.

COHEN, G.A. "Back to Socialist Basics", *New Left Review* N°207, LOCAL, September/October 1994.

DANGERFIELD, George. *Stanford University Press; Reprint edition*, 1997.

O'SHAUGNESSY, Hugh. *Pinochet, the Politics of Torture*. LOCAL: Latin American Bureau, 1999.

MORTIMER, Jim. "Creeping privati-

zation", *Socialist Campaign Group News* N°144, LOCAL, June 1999.

KUMAR, Murshi. "Government plans to reduce asylum seekers rights", *Socialist Campaign Group News* N°135, LOCAL, September, 1998.

PANITCH, Leo & LEYS, Colin. *From Benn to Blair: The End of Parliamentary Socialism*. London: Verso, 1997.

JONES, Lynne. "Government must drop disability benefits cuts", *Socialist Campaign Group News* N°144, LOCAL June 1999.

WATTS, Mark. "Selling education", *Socialist Campaign Group News* N°138, LOCAL, December 1998.

ANDERSON, Maureen. "Lessons of New Labour", *Socialist Campaign Group News* N°145, LOCAL, July 1999.

MARQUESE, Mike. "New Labour and its Discontents", *New Left Review* N°224, LOCAL July/August 1997.

MAIR, Peter. "Partyless Democracy. Solving the Paradox of New Labour?",

New Left Review N°2, LOCAL March / April 2000.

BLAKE, Robert. *The Conservative Party from Peel to Major*. LOCAL: New Edition Arrow, 1997.

BLACKBURN, Robin. "Reflection on Blair's velvet revolution", *New Left Review* N°223, LOCAL May / June, 1997.

MCKIBBIN, Ross. "Treading Water?", *New Left Review* N°4, LOCAL July / August 2000. *Socialist Campaign Group News* N°133, Junio de 1998.

HALL, Stuart & MARTIN, Jacques. (eds), *The Politics of Thatcherism*. LOCAL: Lawrence and Wishart, 1983.

The Guardian, 26 November, 2001. *The Independent* del 2 de Octubre de 2004.

BENN, Tony. "Stop Britain's support for US bombing", *Socialist Campaign Group News*, N°135, LOCAL: September 1998.

HUTTON, Will, *The Observer*, 13 February, 2000.

RESENHAS

A historiografia envergonhada

Mário Maestri e Mário Augusto Jakobskind

Nas duas últimas décadas, produziu-se uma rica bibliografia sobre o período militar, em que se destacam as obras acadêmicas, os ensaios memorialistas e, o que não é comum, trabalhos científicos produzidos por protagonistas dos fatos. Ainda não contamos, porém, com um trabalho de fôlego que sintetize e aprofunde essa rica produção, explicitando o seu sentido profundo.

Compreende-se portanto a expectativa. Sob a prestigiosa chancela da editora Companhia das Letras, Elio Gaspari, jornalista de grande destaque e influência, apresentou ao público brasileiro os dois primeiros dos cinco volumes de sua história da ditadura brasileira, produto de quase 20 anos de pesquisa e do mergulho em arquivos e depoimentos privilegiados, por sinal cedidos graciosamente por dois relevantes protagonistas do período que o autor aborda: Ernesto Geisel, um dos generais de plantão do pós-64, e o coronel Golbery do Couto e Silva (e não general, como a mídia o intitula erradamente), uma espécie de eminência parda dos governos Castello Branco e do próprio Geisel, para não falar dos primeiros anos da gestão do ditador João Batista Figueiredo.

Apesar de Elio Gaspari afirmar que em "nenhum momento" passou por sua cabeça "escrever uma história da ditadura", a ambiciosa iniciativa bibliográfica constitui nos fatos um ensaio de interpretação geral do regime militar, de 1964 a 1979, centrado em uma grande e candente questão: as razões essenciais do ingresso e da saída do regime ditatorial. (pág. 20)

Qualidades e idiosincrasias

O volume *A ditadura envergonhada* discute o golpe militar e os governos Castello Branco e Costa e Silva. *A ditadura escancarada*, o governo Médici, e a consolidação da repressão e da tortura à luta armada. Os tomos finais contarão "as vidas de Geisel e Golbery, a trama que os levou de volta ao Planalto e os quatro primeiros anos do governo de Geisel" (pág. 20).

A ditadura envergonhada abre-se com Introdução, que antecipa momento da trama central do trabalho, a ser esmiuçada nos volumes finais. Ou seja, a deposição

do ministro da Guerra Sylvio Frota, episódio singular da consolidação do projeto de "abertura lenta, gradual e segura" de Geisel e Golbery.

Para surpresa geral, no final da Introdução o autor apresenta a tese geral de sua interpretação. Ou seja, as razões profundas que crê terem levado ao fim da ditadura: "Para quem quiser cortar caminho na busca do motivo por que Geisel e Golbery desmontaram a ditadura, a resposta é simples, porque o regime militar, outorgando-se o monopólio da ordem, era uma grande bagunça" (pág. 41).

No momento em que a produção capitalista em consolidação erodia a ordem feudal, a história política explicou os fatos históricos como produto da ação providencial de protagonistas excelentes. Num reflexo da crença na capacidade prometéica do indivíduo, a história foi vista como o resultado da ação e da vontade de protagonistas singulares, como fora anteriormente compreendida como expressão da vontade divina.

A Revolução Francesa dissolveu a visão da ação providencial do homem na história ao explicitar a trama social e o comportamento humano como produtos de forças sociais profundas das quais os protagonistas têm apenas consciência parcial. Desvelar e explicar esses nexos subterrâneos tornou-se função perspicua da historiografia científica.

Portanto, é com surpresa que os leitores penetram nessa espécie de máquina do tempo que os projeta em um universo analítico quase oitocentista, onde os fatos históricos resolvem-se sobretudo a partir da decisão, das qualidades e das idiossincrasias dos grandes atores políticos. Um cenário em que as massas populares não aparecem nem mesmo como figurantes.

Simplismo constrangedor

Visão da história que leva o autor, ao modo da literatura romântica do século 19, a traçar breves perfis psicológicos dos grandes homens, para deduzir deles sumariamente seus comportamentos políticos e, assim, assentar a explicação de momentos históricos singulares das idiossincrasias pessoais dos personagens excelentes.

Entre as razões da vitória do golpe de 1964 estariam a decisão dos golpistas e a pachorra de Goulart que, a partir de duas referências bibliográficas e uma frase de efeito, é retratado como ser político vacilante e medíocre, quase abjeto. "Sua biografia raquítica fazia dele um dos mais despreparados e primitivos governantes da história nacional. Seus prazeres estavam na trama política e em pernas, de cavalos ou de coristas" (pág. 46).

No mesmo sentido, o furacão guerrilheiro que varreu as Américas nos anos 1960 e 1970, nem sempre impulsionado pela Organização Latino-Americana de Solidariedade, é apresentado como uma espécie de iniciativa pessoal de Fidel Castro, preocupado em conquistar maior destaque individual e exorcizar uma vida monótona.

"O grande plano da revolução continental dava-lhe uma plataforma de política externa que garantia a Cuba uma projeção internacional [...]. Assegurava a Fidel um relevo que o colocava na primeira fila dos governadores do Terceiro Mundo e o afastava do perigo de uma monótona existência de prefeito grisalho de uma ditadura caribenha, fantasiado de rebelde." (pág. 197)

Nessa narrativa de um simplismo às vezes constrangedor, o golpe de 1964 deixa de ser a imposição radical pelas classes hegemônicas de novo padrão de acumulação, em detrimento dos trabalhadores, projeto que já fracassara, em 1954

e 1961, devido à insurreição popular nascida do suicídio de Getúlio e do movimento pela Legalidade. Elio Gaspari praticamente absolve o empresariado nacional da responsabilidade política da consolidação da ditadura, transformando-a em um sucesso essencialmente militar (pág. 236, II).

Elogio áulico

Perfilhando a velha apologia golpista, a ditadura de 64 é apresentada como resposta preventiva ao golpe esquerdista em preparação: "Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no 'dispositivo militar' e nas bases sindicais, que cairiam [sic] sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo da sucessão presidencial" (pág. 51), argumento este que indica também em que campo ideológico o autor se situa.

Elio Gaspari não apenas iguala arbitrariamente as partes em confronto como pronuncia-se por uma delas, ao explicar o golpe como reação militar compreensível: "A revolta dos marinheiros, na semana anterior, e o discurso de Jango [...], na véspera, desestabilizaram as Forças Armadas. A organização militar, baseada em princípios simples, claros e antigos, estava em processo de dissolução. Havia sido abaladas a disciplina e a hierarquia" [pág. 91].

O movimento popular seria um sedutor matreiro pronto a atentar às castas virtudes cívicas de oficialidade que, diante do perigo, levantou-se briosamente para pôr fim à "desmoralização" que conheciam as forças armadas. Interpretação quase bucólica construída sobre a obliteração das décadas anteriores de conspiração por parte dessa mesma oficialidade contra as forças e os interesses populares.

No desenrolar da proposta da intervenção corretiva, de objetivos democráticos, para pôr fim à "bagunça" popular, o autor entoia contido mas poderoso elogio áulico ao ditador Castello Branco, personagem que resplandece fortemente ao ser contrastado com o perfil vil e debocho que se traça de João Goulart, o presidente expatriado.

"Guerra preventiva"

Se Jango era rústico, inculto e femeeiro desbragado, espécie de lago da política nacional, "Castello era um homem de hábitos simples, porém refinados, lia Anatole France e ouvia Mendelssohn" (pág. 139). Mais ainda, almoçava "no palácio Laranjeiras com o poeta Manuel Bandeira, ia às peças de teatro de Tônia Carrero, freqüentava as chatas sessões de posse" na ABL (pág. 221).

Para justificar as violências castelistas, Gaspari surfa nas vagas das conjeturas arbitrarias. Devido à "radicalização que levava o conflito para fora do círculo estrito das cúpulas política e militar, a vitória não podia extinguir-se com a deposição do presidente. Fosse qual fosse o lado vitorioso, ao seu triunfo corresponderia um expurgo político, militar e administrativo" (pág. 121).

A equação proposta é simples. Se Jango Goulart tivesse vencido seu hipotético golpe, teria praticado hipotéticas violências contra os vencidos. Portanto, as violências imaginadas de Jango justificam as violências reais do castellismo como "parte do jogo bruto provocado pela radicalização dos últimos anos" (pág. 132).

A compreensão do devir histórico como resultado da ação dos grandes protagonistas impede qualquer contextualização efetiva do governo Castello Branco e, mais grave ainda, das rupturas e superações materializadas pela ascensão de Costa e Silva e de Médici ao governo, determinadas e determinantes das forças sociais e econômicas em tensão.

As justificativas de Gaspari de alguma forma remetem ao contexto atual da "guerra preventiva" do presidente norte-americano George W. Bush em sua incursão militar contra o Iraque. Para evitar que o outro lado ataque justifica-se uma ação militar preventiva. Ou seja, "as violências imaginadas de Jango justificam as violências reais do castellismo"... O que é isso se não a própria justificativa do bote para a chamada guerra preventiva?

Tropeço político

Imediatamente após lembrar que as "contorções institucionais do regime de 1964 pouco deveram às características dos generais-presidentes", Gaspari acrescenta que Castello era homem culto e refinado e "Costa e Silva se orgulhava de só ler palavras cruzadas. Médici freqüentava estádios de futebol com um radinho de pilha no ouvido e um cigarro na boca" (págs. 139, 128, II).

Já foram desveladas as razões fundamentais da fragilização da base de apoio do governo Castello Branco. Seguindo o receituário ianque, ele impôs o arrocho salarial; cortou subsídios; restringiu o crédito, liberou as remessas de lucro etc. Essas medidas ensejaram recessão, desemprego, queda do poder aquisitivo, queda da taxa de acumulação de capitais.

A orientação liberal castellista, que sonhava com a privatização das empresas públicas, determinou forte descontentamento dos segmentos populares opostos ao golpe e das classes médias que o haviam apoiado. Motivou a oposição de capitais industriais nacionais, grande sustentáculo da regime. Tudo isso enquanto o mundo aprestava-se a explodir embalado pelos sucessos franceses de 1968.

Para Elio Gaspari, o prosseguimento da ditadura após Castello Branco é uma derrapagem funcional militar sem conteúdo e a reação social de 1967-8, uma crise política evacuada analiticamente com algumas orações bem torneadas. "Quando o consulado de Castello Branco começava a apagar suas luzes, a panela do movimento estudantil explodiu, e o governo teve [sic] de sair às ruas de cassetete na mão" (pág. 232). "O país sangrava em virtude das punições de 1964 e das mutilações eleitorais de 65" (pág. 278).

A complexa metamorfose da ordem liberal-autoritário em ditatorial desenvolvimentista, embalada pela crise econômico-social, é apresentada como resultado da ação de protagonistas que determinaram os rumos do Brasil, devido ao que fizeram ou deixaram de fazer. "Castello sofria [sic] procurando preservar alguma forma de legalidade, mas Costa e Silva, seu sucessor, numa só vacilação, precipitou o país na ditadura [...]" (pág. 139).

A radical transição do regime liberal-autoritário ao autoritário-desenvolvimentista – apoiado no capital mundial, no mercado externo e na superexploração do trabalho – torna-se tropeço político de ditadura que se queria provisória (envergonhada) em ditadura que se pretendia eterna (escancarada). Tudo devido à radicalização da esquerda civil e da direita militar. "O que se deu no Araguaia foi o paroxismo do choque dos radicalismos ideológicos que [...] influenciaram a vida política brasileira por quase uma década" (pág. 406, II).

Inesperados desvios morais

A negação radical da centralidade dos sucessos sócio-econômicos – o "milagre econômico" – na radicalização e consolidação da ditadura, por um lado, e na derrota da oposição de esquerda, por outro, no início dos anos 1970, característica marcante da narrativa de Elio Gaspari, constitui elemento necessário ao qua-

dro analítico e à explicação essencial dos fenômenos propostos.

A ignorância das transformações estruturais ensejadas pela ditadura viabiliza a apresentação de sua dissolução, não como fenômeno complexo nascido do esgotamento do novo padrão de acumulação, quando da crise capitalista mundial de meados de 1970, mas como mero resultado da vontade de Geisel e Golbery, paladinos do enredo gaspariano, desgostosos com a "bagunça" militar dos anos Costa e Silva-Garrastazú Médici! Eis aí uma simplificação histórica não raramente repetida pelos ideólogos de 64, protagonistas ou não dos acontecimentos daquele período.

Nessa altura da narrativa, começa a ficar claro que a proposta "bagunça" talvez não se encontre nos fenômenos históricos, mas na sua representação. "Restabeleceu-se a ordem com Geisel porque, de todos os presidentes militares, ele foi o único a perceber que, antes de qualquer projeto político, era preciso restabelecer a ordem militar" (pág. 142).

Elio Gaspari paga caro a ignorância da complexidade do processo histórico objetivo. *A ditadura escancarada*, segundo tomo da sua longa narrativa, dedicado sobretudo ao governo Garrastazu Médici, torna-se relato da luta armada da esquerda, da repressão da direita e do início da luta contra a tortura, de grande aridez, mesmo em relação ao primeiro volume.

A queda de interesse da narrativa não se deve ao fato de que a oposição armada, a repressão e a tortura já tenham sido abordadas, em forma exaustivas, em trabalhos magníficos, como o clássico *Combate nas trevas*, de Jacob Gorender, e o monumental *Projeto Brasil: nunca mais*. Essas questões serão ainda objeto de múltiplas análises monográficas e sínteses gerais criativas.

Esse empobrecimento deve-se sobretudo a uma descrição circunstanciada da luta armada, da repressão, da tortura e de seu combate despida de seus sentidos e conteúdos sociais e históricos profundos, quase como se fossem inesperados desvios morais ou comportamentais da normalidade.

Caçando bruxas

Esse volume quase ignora a população. Isso, para não falar dos estereótipos assacados contra um dos lados da contenda ideológica (a esquerda). O autor iguala os que optaram pelo caminho da contestação armada, muitas vezes até por falta de outras possibilidades em função do fechamento total do regime de 64, aos movimentos terroristas que surgiram ao longo do tempo. Pela concepção gaspariana, fatos históricos como a Revolução Francesa, por exemplo, não passariam de um "movimento terrorista", da mesma forma que as lutas de independência dos oprimidos pelas potências coloniais. Nem mesmo o herói da história brasileira, Tiradentes, seria poupado em sua luta contra os impostos da Coroa Portuguesa. Ou o que falar da epopéia da resistência antifascista na Itália, na França, na Grécia e as lutas de um modo geral contra forças de ocupação estrangeiras? A diferença entre tais movimentos e a luta armada do início dos anos 70 é que os acontecimentos acima mencionados foram vitoriosos, e aqui no Brasil o esquema militar conseguiu desbaratar os contestadores através de uma violenta repressão. A concepção gaspariana, que é a versão oficial dos que se julgam vencedores, ignora o beabá da história segundo o qual para que uma nova ordem se estabeleça é necessária a ruptura, que pode muitas vezes ocorrer de formas não tão pacíficas.

As razões propostas para a radicalização da esquerda são simplistas e elitistas.

Procurando "despolitizar as universidades", Castello extinguiu a UNE, o que colocou "gradativamente o movimento estudantil na clandestinidade, juntando-o aos partidos comunistas, ao radicalismo brizolista e, sobretudo, às centenas de sargentos e suboficiais que haviam sido expulsos das Forças Armadas" (pág. 226).

A fixação obsessiva na abordagem da tortura, presente no segundo volume, parece nascer da sua compreensão como o grande pecado capital de regime criticado, não pelo que fez, mas pelo modo que o fez. "Durante todo o ano de 1968 a máquina de informações e repressão do governo patrocinou o seu próprio terrorismo e edificou o golpe do AI-5, mas não cuidou da segurança nacional" (pág. 354).

Não se denuncia um regime autoritário, ao qual se reconhecem justificativas sociais, mas sim o fato de ter superado o que se julga moralmente permitido e, sobretudo, de se ter prolongado além do tempo avaliado como necessário: "O governo acreditava em bruxa, elas efetivamente existiam, e ele se dispunha a caçá-las, mas o problema não estava nas bruxas, mas sim na maneira como as caçavam" (pág. 222).

Horror ao desvio

Também a linguagem de Gaspari registra o corte liberal de discurso que realiza o elogio da destruição da "bagunça" nacional-desenvolvimentista por Castello e a apologia da obra de Geisel e Golbery. Um discurso que retoma amiúde vocábulos e conceitos paridos e fecundados pelos ideólogos da direita de então e, assim, seus conteúdos essenciais.

Os sindicatos e associações são "filocomunistas" e "monitoradas pelo Partido Comunista" (págs. 81, II). A esquerda "desmoralizava" e promovia a "anarquia" e a "indisciplina" nas forças armadas, obrigando "oficiais" a suportarem "situação vexatória" (págs. 50, 91, II). A mobilização dos marujos é "baderna dos marinheiros"; os sargentos (antigolpistas, uma "sargentada"; a mobilização popular, uma "grande baderna" (págs. 140, 84, 227). A Tricontinental, uma "grande quermesse [...] do esquerdismo latino-americano" (pág. 197).

Há lapsos lingüísticos quase saborosos, como a adoção da retórica da repressão – "A FNFi, no Rio de Janeiro, fora um dos mais agitados ninhos de subversão universitária" – e a concessão à ditadura do caráter "revolucionário" que acalentou possuir – "[...] a ordem revolucionária teve de conviver tanto com os corruptos como com os torquemadas [...]" (págs. 224, 135).

Com *A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada*, Elio Gaspari inicia ambicioso projeto de recuperação historiográfica de cunho liberal da ditadura militar. Procura separar o núcleo central, que vê como positivo – o início do fim da Era Vargas; os governos Castello Branco e Geisel –, do secundário e acessório, que aponta como negativo – o governo desenvolvimentista de Costa e Silva e Médici, os excessos da repressão.

Para não deixar dúvidas sobre sua filiação ao princípio do direito absoluto da circulação dos capitais, registra na Explicação inicial seu horror ao desvio desenvolvimentista ao liberalismo castellista: "[...] por conta da insana política de reserva de mercado, os dois primeiros [computadores utilizados para redigir as obras] chegaram à minha mesa pelos desvãos da alfândega" (pág. 18).

Homenagem aos ditadores

O poder da frase de efeito é poderoso recurso para sugerir desdobramentos complexos que o texto jornalístico, devido a sua curta extensão e a sua abordagem superficial, não é obrigado a desenvolver. Na narrativa jornalística, que navega em geral no mar da trivialidade, a abordagem da essência dos fenômenos é normalmente objetivo apenas

enunciado. Para não se envergonhar, a narrativa historiográfica deve desenvolver seu relato perseguindo inexoravelmente a reconstituição dos fatos e a explicação dos seus nexos profundos. Nesse percurso, a solução literária é forma de expressão que não expunge a imprescindível exigência do desventramento dos conteúdos.

A conclusão da leitura dos dois presentes livros permite ao leitor responder à pergunta inicial do autor sobre as razões de Geisel e Golbery guardarem e entregarem a ele seus arquivos, concedendo-lhe o privilégio de um longo convívio e demoradas entrevistas. Possivelmente sonhavam com a coroação de suas obras pessoais por biografia parida por escritor de recursos solidários com suas ações. E sequer essa homenagem faltou aos ditadores. ♦

RESENHAS

Os quilombos na dinâmica social do Brasil

Adelmir Fiabani

Em 2001, a EDUFAL publicou tardiamente o livro *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*, coordenado por Clóvis Moura para celebrar o transcurso dos 300 anos da destruição da confederação dos quilombos de Palmares.⁽¹⁾ A publicação não teve o mesmo sucesso de *Liberdade por um fio*⁽²⁾, escrito praticamente na mesma época e publicado um ano após aquele transcurso. O fato do lançamento ter passado em boa parte despercebido não diminui sua qualidade e justifica esse comentário tardio.

São 378 páginas escritas por diferentes autores que Clóvis Moura agrupa em três partes. Na primeira, "Textos Introdutórios", temos visão geral dos quilombos através diversas Ciências Sociais; na segunda, "Os quilombos do século XVI ao século XIX", registra-se a presença do trabalhador escravizado em diversas regiões do Brasil; na última, "A herança quilombola", aborda-se a questão dos remanescentes dos quilombos como uma "continuidade viva das lutas que os escravos rebeldes detonaram durante o transcurso da escravidão".⁽³⁾

Atemos nosso comentário às duas primeiras partes, visto tratarem mais diretamente a questão histórica do quilombo. Em 1948, o sociólogo Clóvis Moura iniciou pesquisa sobre a luta dos trabalhadores escravizados no Brasil, concluindo seu trabalho em 1952. Entretanto, *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* foi publicado apenas em 1959, pela editora Zumbi. Em seus trabalhos, Moura assinalou a presença dominante do trabalhador escravizado na formação do passado colonial brasileiro, classificando sua luta como luta de classes.

Na sumária "apresentação", Clóvis Moura propõe que "o problema dos quilombos no Brasil poucas vezes foi tratado como um processo permanente que expressava a luta de classes no contexto escravista, mas simples manifestações de

1 — MOURA, Clóvis. [Org.] *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001. 378 pp.

2 — REIS, J.J. & GOMES, Flávio dos Santos. [Org.]. *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

3 — MOURA, Clóvis. [Org.] *Os quilombos na dinâmica social do Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2001. p. 8.

volta às instituições africanas, expressões culturais e formas através das quais o africano reconstruiu aqui as suas diversas culturas".⁽⁴⁾

Uma visão sobre o passado colonial brasileiro que contrapõe a tradicional matriz culturalista, parcialmente retomada na última década.

Na primeira parte do livro, publicou-se texto, de 1953, do antropólogo Edison Carneiro, cedido por dona Madalena Carneiro, que abre as discussões sobre o tema. Por sua vez, o antropólogo Kabenguele Munanga discorre sobre a origem do quilombo em África, subsidiando a análise da trajetória do *quilombo* no Brasil. Para ele, o quilombo brasileiro é uma "cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos".⁽⁵⁾

O antropólogo e historiador Carlos Magno Guimarães e a bióloga Juliana de Souza Cardoso trabalharam a arqueologia do quilombo, abordando, entre outras questões, a arquitetura, a alimentação e a arte no quilombo, mais precisamente em Minas Gerais. O historiador Waldir Freitas Oliveira escreveu sobre a "Economia de Palmares" dialogando com autores como Clóvis Moura, Décio Freitas, Duvítiliano Ramos, Édison Carneiro, Ivan Alves Filho. Ele propôs o caráter precário da economia quilombola, ou seja, "que os constantes ataques sofridos pelos quilombos, visando sua destruição e forçando seus habitantes a abandonarem, com frequência, seus campos de cultivo, os quais, uma vez conquistados, eram, imediatamente queimados, teriam impedido essa abundância, que poderia, contudo, haver existido em épocas especiais".⁽⁶⁾

O geógrafo e historiador Manuel Correia de Andrade discorre sobre a "Geografia do quilombo", concluindo que, no início, os quilombos eram "bem mais isolados", passando com o tempo a localizar-se próximo às aglomerações urbanas, marcando todo o território nacional. "É falsa a idéia de que o quilombo era uma sociedade fechada, sem contatos exteriores, sendo formado por negros".⁽⁷⁾ Correia de Andrade propõe que o isolamento garantiu a existência de comunidades isoladas ainda hoje.⁽⁸⁾

O historiador Luiz Sávio de Almeida discorre sobre o "Quilombo e Política", enquadrando-o no contexto da luta de classes. Para ele, "os quilombos foram construídos para enfrentarem a sociedade senhorial e branca", comprovando, portanto, condição política, já que "toda luta quilombola foi conscientemente articulada e arquitetada". Havia duas vias para o trabalhador escravizado, "compor-se ou rebelar-se".⁽⁹⁾

Sávio afasta-se da corrente culturalista ao afirmar que o quilombo pressupõe forma determinada de organização, constituindo um "modo complexo de operar o enfrentamento pressupondo uma sociedade que deveria negar o senhorial pelos seus fundamentos e nisto se demonstrava como alternativa e em oposição".⁽¹⁰⁾

Luiz Sávio de Almeida propõe que "não se pode pensar o quilombo compondo; deve-se operar com a realidade do quilombo se contrapondo".⁽¹¹⁾

Estabelece-se uma tese: "[...] a forma de luta varia conjuntamente, de acor-

4 — Id ib. p. 7.

5 — MUNANGA, Kabenguele. "Origem e histórico do quilombo em África". In MOURA. *Os quilombos [...]*. Op cit. p. 30.

6 — OLIVEIRA, Waldir Freitas. "Economia de Palmares". In MOURA. *Os quilombos [...]*. Op cit. p. 68.

7 — ANDRADE, Manuel Correia de. "Geografia do quilombo". In MOURA. *Os quilombos [...]*. Op cit. p. 81.

8 — Id ib. p. 85.

9 — ALMEIDA, Luiz Sávio de. "Quilombo e política". In MOURA. *Os quilombos [...]*. Op cit. p. 89.

10 — Id ib. p.90.

11 — Loc cit.

do com os rumos que vão sendo assumidos pela sociedade brasileira e, aí, o próprio quilombo passa a revelar-se como um processo estratégico". "O quilombo era uma sociedade cujo aparecimento estava diretamente implicado com a ordem estratégica das forças contrapostas".⁽¹²⁾

Clóvis Moura escreveu a "quilombagem como expressão de protesto radical". Para ele, "o quilombo era uma sociedade alternativa e paralela de trabalho livre encravada no conjunto do escravismo colonial que constituía a sociedade maior institucionalizada".⁽¹³⁾ A radicalidade proposta por Moura confirma a negação do quilombola quanto à apropriação violenta de sua força de trabalho.

Segundo Moura, "o quilombo aparecerá como unidade de protesto e de experiência social, de resistência e reelaboração dos valores sociais e culturais do escravo em todas as partes em que a sociedade latifundiário-escravista se manifestou".⁽¹⁴⁾ O quilombola era "um ser novo, contraposto ao escravo e que somente enquanto quilombola podia assim pensar e sobretudo agir".⁽¹⁵⁾ Para o sociólogo, "o quilombola é o homem que adquire, pela sua posição radical, a sua liberdade".⁽¹⁶⁾

Cada quilombo tinha suas singularidades

No entanto, alguns elementos lhes eram comuns: a produção e o trabalho comunitário. A mais importante função social do quilombo seria "a ruptura radical, em todos os níveis, com o sistema colonial-escravista, os seus representantes, a sua economia e os seus valores radicais e ideológicos".⁽¹⁷⁾

Não poderíamos portanto compreender o quilombo sem ser "visto na sua totalidade de negação radical ao sistema".⁽¹⁸⁾

Moura entendeu que "economicamente o seu sistema de trabalho executado por homens livres é outra negação ao trabalho escravo praticado nos engenhos, nos latifúndios e fazendas. [...] é também uma negação à monocultura de exportação, produzindo uma policultura para o consumo".⁽¹⁹⁾

Moura veta a possibilidade da negociação. A liberdade plena passaria pelo rompimento com o escravismo. Negando sua condição de cativo, no universo quilombola o trabalhador escravizado "se integrava completamente na essência plena de sua cidadania e tinha a sua humanidade restaurada e resgatada". A decisão radical de romper com o cativo por si só afasta a possibilidade de negociação, pois, "o acordo com o inimigo era a primeira etapa da sua reescravização, da volta ao cativo".⁽²⁰⁾

Na segunda parte, apresenta-se síntese da guerra aos quilombolas no Grão-Pará, realizada por Vicente Salles. Maria Raimunda Araújo realizou trabalho sumário sobre os quilombos no Maranhão; Martiniano J. Silva, sobre os quilombos no Brasil Central; Josemir Camilo de Melo, sobre os quilombos do Catucá, em Pernambuco; Ariosvaldo Figueiredo, sobre os quilombos em Sergipe; Pedro Tomás Pedreira, sobre os quilombos baianos; Aécio Villar de Aquino, sobre os quilombos na Paraíba; Mário Maestri sobre os quilombos no Rio Grande do Sul.

12 — Id ib. p.95.

13 — MOURA, Clóvis. "A quilombagem como expressão de protesto radical". In MOURA. *Os quilombos [...]*. Op cit. p.103.

14 — Loc cit.;

15 — Id ib. p.104.

16 — Id ib. p.106.

17 — Id ib. p.105.

18 — Loc cit.

19 — Loc cit.

20 — Loc cit.

Tal abordagem ressalta que o fenômeno abrangeu todo o território brasileiro, produto incontestável da resistência do trabalhador escravizado a uma mesma estrutura social escravista. Quanto aos quilombos em São Paulo, Clóvis Moura identificou o fenômeno e assinalou as diferentes fases, propondo que nos momentos finais do escravismo "os escravos que fugiam, por meio da proteção e da ação dos caifases não tiveram liberdade de vender sua força de trabalho de forma independente, livre, sim, através de intermediários que estabeleciam as normas, inclusive o valor do salário, de acordo com os interesses dos fazendeiros".⁽²¹⁾

Disposição transitória da Constituição de 1988 determinou a titulação das terras de remanescentes de quilombos no Brasil, ensejando nos anos seguinte movimento pela realização dessa determinação em forma mais ampla possível. Ou seja, que não excluísse as comunidades rurais negras de origens históricas não-quilombolas. Uma realidade que propiciou verdadeiro processo de *invenção da tradição*, ao propor a literal definição como *quilombo* de toda e qualquer comunidade rural negra nascida antes ou após a Abolição.

Na terceira parte, o livro aborda diversas instâncias do movimento pela titularização das terras quilombolas. Em a "herança quilombola", Eliane O'Dwyer abordou os remanescentes na fronteira amazônica e Lúcia M.M. Andrade, na bacia do rio Trombetas. Neusa de Gusmão discute a "herança quilombola: negros, terras e direitos"; Dimas da Silva, o "problema jurídico das comunidades negras remanescentes de quilombos"; Maria Guimarães, os "mecanismos legais para titulação das terras do remanescentes do quilombos" e Walter Ceneviva, os "quilombos na Constituição" ♦

21 — MOURA, Clóvis. "São Paulo: da quilombagem radical à conciliação abolicionista". In MOURA. *Os quilombos [...]*. Op cit. p.282.

Crítica Social

Participe desse projeto da ADIA

ASSINE

**Crítica Social + Conjuntura Internacional +
Revista Nação Brasil
Por R\$ 150,00 EM TRÊS VEZES**

Assinale com um X as opções de assinatura

- Assinatura Annual Crítica Social: R\$ 60,00
- Assinatura Annual Crítica Social + Conjuntura Internacional: R\$110,00
- Assinatura Annual Crítica Social + Revista Nação Brasil: R\$110,00
- Assinatura Annual Crítica Social + Revista Nação Brasil + Conjuntura Internacional: R\$150,00

Indique seu endereço postal

Nome: _____

Rua: _____

CEP/Cidade: _____

Telefone/E-Mail: _____

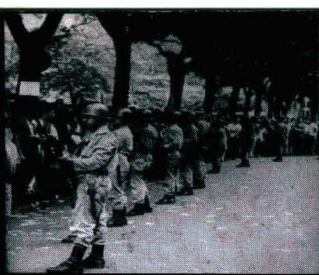
Assinatura: _____

Banco/Nºdo Cheque: _____

Anexe um cheque cruzado em nome da ADIA e remeta-o pelo correio para:

ADIA
Pça Pio X, nº7 - 9º andar Sala Projetoadia -
Cep 20040-020 RIO DE JANEIRO (RJ)





Nesta Edição

Marcelo Badaró Mattos

Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia

Nildo Viana

Acumulação Capitalista e Golpe de 1964

Felipe Abranches Demier

A "Legalidade" do Golpe: o controle dos trabalhadores como condição para o respeito às leis

Carla Luciana Silva

Imprensa e ditadura militar

Gilberto Calil

Os integralistas e o golpe de 1964

Mário Maestri

O Escravismo Colonial: A revolução Copernicana de Jacob Gorender

Roberto Ramirez

Os movimentos piqueteiros e o "Argentinazo"

Francisco Domínguez

Blair, Bush y la guerra de Irak

Resenhas

Os quilombos na dinâmica social do Brasil (Adelmir Fiabani)

A historiografia envergonhada (Mário Maestri e Mário Augusto Jakobskind)